Brasil Econômico

www.brasileconomico.com.br
mobile.brasileconomico.com.br

SEGUNDA-FEIRA, 25 DE MARÇO, 2013
ANO 5 | Nº 895 | **R$ 3,00**

PUBLISHER **RAMIRO ALVES**
EDITOR-CHEFE (RJ) **OCTÁVIO COSTA**
EDITORA-CHEFE (SP) **ADRIANA TEIXEIRA**

Biocombustível

Monsanto e Ceres investem em projetos de desenvolvimento de etanol a partir do sorgo. ➥ P18

Personagem da Semana

O presidente da Gafisa, **Duilio Calciolari**, é eleito pelos leitores do **Brasil Econômico**. ➥ P24

Scott Eells/Bloomberg

China derruba os preços do aço e já prejudica a indústria brasileira

Com a demanda local em baixa, os produtos siderúrgicos ganham subsídios do governo chinês e invadem o mercado mundial. A indústria de aço no Brasil sofre o efeito e pede que o governo eleve as tarifas de importação ao teto permitido pela OMC. ➥ P8

Caixa também vai bancar concessão de infraestrutura

O objetivo do Ministério da Fazenda é utilizar a instituição para desafogar o BNDES. ➥ P9

Cyrela prevê bom ano para imóveis de alta renda

Desde janeiro, incorporadora lançou oito empreendimentos, sendo três em São Paulo. ➥ P22

Chipre luta contra o tempo para salvar sua economia

Vence hoje prazo para a ilha aprovar plano exigido pelos credores para liberar ajuda. ➥ P44

Executivos aderem à leitura eletrônica no trabalho e no lazer

Dispositivos como Kindle ou iPad facilitam a vida de quem vive viajando. Mas o uso requer cuidados para preservar a saúde da visão. ➥ P43

INDICADORES		22.3.2013
TAXAS DE CÂMBIO	COMPRA	VENDA
Dólar comercial (R$/US$)	2,0090	2,0110
Euro (R$/€)	2,6148	2,6158
JUROS	META	EFETIVA
Selic (ao ano)	7,25%	7,16%
BOLSAS	VAR. %	ÍNDICES
Bovespa – São Paulo	-0,60	55.243,40
Dow Jones – Nova York	0,63	14.512,03
FTSE 100 – Londres	0,07	6.392,76

Igo Estrela

"Eduardo Campos é a força viável que podemos ter"

Rebelde em seu próprio partido, o senador e ex-ministro **Cristovam Buarque** (DF) defende que o PDT deixe a base de apoio da presidente Dilma Rousseff e prega aproximação com o governador de Pernambuco. ➥ P4

Euforia com IPOs não inclui o Brasil

Lançamentos globais de ações somam US$ 16,3 bilhões de janeiro a 19 de março, mas no país houve apenas a operação da Linx, de US$ 231,1 milhões. ➥ P26

Scania volta a rodar na frota da PepsiCo

Montadora vence concorrência para a venda de 45 caminhões que serão usados na entrega de alimentos e bebidas em médias e longas distâncias. ➥ P19

CARTAS

Quanto à matéria "Impacto do caso Ades na Unilever será temporário"(publicada em 19/3/2013), na minha humilde visão, e como já convivo com várias redes de supermercados, isso é um fato que poderia ocorrer com qualquer outra empresa. Tenho certeza que a Unilever, não só por ser uma renomada empresa, trabalha com todos os cuidados seja em que produto for (e olha que não são poucos). Trata-se de uma grande líder de mercados em vários itens que se encontram nos supermercados, cabe a Unilever tomar as devidas precauções para que não venha acontecer mais esse acidente desagradável.

Clovis Henrique
Itaquaquecetuba (SP)

Parabéns ao **Brasil Econômico** por fazer essa reportagem. Esse sim é um tema relevante ao país, vejo poucas mídias noticiando que o governo federal quer unificar e diminuir o ICMS. Nós aqui em Minas Gerais temos a maior alíquota do Brasil, 18%, e os empresários aplaudem essa iniciativa. Acho inclusive, que esse debate devia ser mais amplo, com consulta popular. Parabéns também ao governo federal e que tenhamos boas notícias. ("Discussão sobre unificação do ICMS pode chegar ao STF" – matéria publicada em 20/3/2013).

Júlio César
Cláudio (MG)

Engraçado! se essa inflação brasileira não chega nem aos 7% ao ano, qual é a razão de a nossa moeda perder tanto valor em tão pouco tempo? Na verdade, R$ 50 hoje virou troco. (Matéria "Governo não visa mais o centro da meta de inflação" – publicada em 17/3/2013)

Max Antonio
São Paulo (SP)

Gostei muito do artigo de Marcelo Nakagawa "Sim para Mim" (publicado em 19/3/2013). Muito inspirador e demonstra que a maiores ideias nasceram do processo de serempitividade (descobertas por acaso). Como as dos grandes inventores. Insight e senso de oportunismo transformam simples ideias em grandes negócios.

Valdemir Ribeiro
São Paulo (SP)

Avanço

Fábio Rodrigues-Pozzebom/ABr

Alexandre Padilha
Ministro da Saúde

Ministério da Saúde anunciou mutirão e contratação de funcionários temporários para analisar queixas contra os planos de saúde. Atualmente, 8.791 processos com reclamações de usuários aguardam decisão da ANS.

Retrocesso

Felipe O'Neill

Sérgio Cabral
Governador do Rio de Janeiro

Defensorias públicas do Rio de Janeiro e União, o Ministério Público e parlamentares vão entrar com medidas legais contra o governo fluminense por abuso de poder e violência contra índios e simpatizantes que ocuparam o Museu do Índio.

CONECTADO

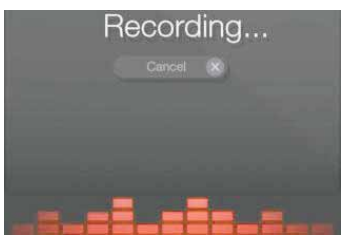
conectado@brasileconomico.com.br

Ferramentas do mundo digital que facilitam seu dia a dia

Amplitube

Este aplicativo transforma o seu tablet em um amplificador para baixo ou guitarra e até em um estúdio musical. O programa permite inserir uma série de efeitos especiais sonoros e ainda gravar as produções. Dispõe de recursos de bateria, sintonizador digital cromático e metrônomo. Os arquivos musicais podem ser exportados para o PC e iPod e compartilhados por e-mail e nas redes sociais.

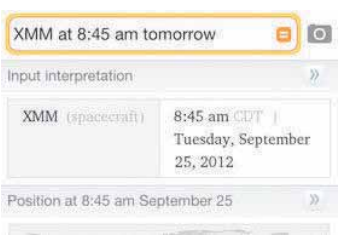
US$ 19,99
iPad



Dragon Dictation

Esse software será o objeto de desejo dos profissionais que precisam transcrever gravações digitais para escrever textos, como jornalistas, secretárias e acadêmicos em geral. Com interface simples, bem fácil de usar, o programa converte os arquivos de voz em palavras, com poucos erros e desvios e em pouco tempo. Disponível em diversos idiomas, inclusive português e inglês.

Grátis
iPad e iPhone



WolframAlpha

Parece ficção científica, mas não é. Com esse software seu gadget se torna uma espécie de guru que tira qualquer dúvida em 28 áreas do conhecimento científico, entre elas, matemática, física, geografia, tecnologia, química e história. A ferramenta, útil para estudantes e curiosos em geral, é fácil de usar, bastando digitar as perguntas para obter respostas ou relatórios completos.

US$ 2,99
iPad, iPhone e iPod Touch

Cartas para a Redação: Avenida das Nações Unidas, 11.633, 8º andar, CEP 04578-901, Brooklin, São Paulo (SP).
E-mail: redacao@brasileconomico.com.br
As mensagens devem conter nome completo, endereço, telefone e assinatura.
Em razão de espaço ou clareza, **Brasil Econômico** reserva-se o direito de editar as cartas recebidas.
Mais cartas em www.brasileconomico.com.br

OPINIÃO

JULIO GOMES DE ALMEIDA
Professor do Instituto de Economia da Unicamp e ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda

Ciclos de produtividade e a folha de salários

Os dados básicos a respeito do tema são os seguintes: em 2012 a folha média real de salários na indústria, incluindo encargos, aumentou 5,8%. Já a produtividade do trabalho caiu 0,8%. Daí, o chamado custo do trabalho aumentou 6,6% em termos reais. Não é pouca coisa e mostra que o presente ritmo de evolução do custo do trabalho é um problema para a indústria. Em particular para determinados segmentos mais intensivos em trabalho ou onde há uma concentração grande de mão de obra especializada o problema é mais grave, como em software, aeronaves, química fina, farmacêutica, equipamentos de precisão, etc.

Embora em menor proporção, o mesmo padrão verificado em 2012 se apresentou desde 2008. Nesse período, a folha de salários evoluiu em média 3,8% por ano, como se vê, um índice não tão alto quanto o de 2012. Mas, a produtividade do trabalho teve variação média de apenas 0,8%, resultando em evolução média do custo do trabalho de 2,9%. Portanto, se é um fato que os salários vêm subindo com força, em especial em 2012, isto corresponde a uma parte da questão. A outra é que a produtividade na indústria evolui muito lentamente. Para algumas análises tal ascensão recente dos salários é a causa da desindustrialização que se observa na economia. A conclusão não nos parece correta porque os problemas de custo, produtividade e estrutura da indústria brasileira são muito anteriores.

A escassez de mão de obra se estendeu para a indústria, mas é possível que esse quadro também esteja se alterando

O divórcio entre produtividade e salários nos últimos anos decorre de ciclos opostos que estão presidindo uma e outra variável. De um lado, a produtividade preserva sua característica de ser altamente pró-cíclica com relação ao crescimento industrial, ao passo que o ciclo de salários da indústria é exógeno ao setor. Muito embora fatores de maior fôlego estejam presentes na dinâmica da produtividade industrial brasileira, como o baixo investimento no setor, a negativa variação da produtividade do trabalho em 2011/2012 decorreu da involução da produção industrial do período. Se é assim, é provável que a esperada recuperação da produção em 2013 concorra para redinamizar a produtividade do setor. Sendo retomados os investimentos, um fator adicional se apresentará para dar continuidade a um novo ciclo de produtividade.

Quanto aos aumentos de salários, muito mais acentuados nos últimos anos, isto tem correspondência no grande aumento da demanda de serviços por parte da população que ingressou no mercado de consumo a partir das políticas de renda. A escassez de mão de obra se estendeu para a indústria, mas é possível que esse quadro também esteja se alterando. A população que de fato está no mercado de trabalho (PEA) voltou a acusar uma taxa de crescimento maior, indicando que o atrativo de salários mais elevados e empregos de melhor qualidade já leva a que pessoas que concluíram cursos de especialização e cursos superiores busquem colocação. É possível que 2012 tenha assistido ao auge do descompasso entre produtividade e salários na indústria, sendo também provável que a partir de 2013 os crescimentos relativos de um e do outro se reaproximem. ■

NESTA EDIÇÃO

A ascensão das mentes criativas

A economia criativa vem conquistando um número crescente de empreendedores e profissionais. Ambiente inovador e salários mais altos que a média são os principais atrativos. ➥ **P16**

Chá retorna às gôndolas, de olho nelas

Atendendo a pedidos das consumidoras, o Clight Tea está de volta ao mercado, com toda a pompa e circunstância. Nova embalagem e ações de marketing prometem atingi o público feminino. ➥ **P25**

JOSÉ ANÍBAL
Economista e secretário estadual
de Energia de São Paulo

Mais ousadia, menos mesquinhez

Enquanto os critérios de avaliação do Enem (Exame Nacional de Ensino Médio), que concederam nota máxima para redações que traziam erros como "trousse", "rasoavel" e "enchergar" são destaques na mídia, recebo a sétima edição do Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS) organizado pela Fundação Seade. Inevitável não associar os dois temas, impossível não refletir sobre o projeto educacional brasileiro.

Segundo o último Relatório de Desenvolvimento de 2012, divulgado pelo Pnud (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), o Brasil tem a terceira maior taxa de abandono escolar — 24,3% — entre os 100 países com maior IDH (Índice de Desenvolvimento Humano).

É inadmissível imaginar que crianças estejam fora das escolas. Mas o fato é que muitas estão. Indignação, pura e simplesmente, não mudará essa realidade. Discursos no horário nobre tampouco. Então, se é válido descrever, no Enem, a receita de um macarrão instantâneo, por que não experimentar receitas que possam incrementar a minguada educação no Brasil?

As parcerias no Brasil ainda se restringem a poucas instituições e soam quase mesquinhas diante do enorme déficit educacional

Nos países que apresentam os melhores índices de desenvolvimento, não por acaso, a educação é prioridade. A Europa, em crise, propõe cortes e austeridade, mas mantém os projetos educacionais. O provimento de cerca de 280 mil bolsas de estudo Erasmus, um dos mais prestigiados programas destinados aos jovens, no ano letivo de 2013–2014, foi confirmado.

Além disso, a parceria com instituições privadas é incentivada. Universidades e empresas atuam juntas, compartilham pesquisas, laboratórios, conhecimento. E geram resultados. Tímidas, as iniciativas de parceria no Brasil ainda se restringem a poucas instituições e soam quase mesquinhas diante do enorme déficit que o país apresenta no campo educacional. A mesma irreverência que se mostrou abundante aos corretores das redações do Enem se mostra escassa em outras instâncias do Ministério da Educação. Falta ousadia e ambição ao MEC.

Em São Paulo, há alguns anos, demos início a um projeto educacional arrojado e factível. As Fatecs e Etecs, com índice de empregabilidade dos alunos que chega a ser superior a 90%, são prova disso. Essas instituições oferecem um ensino gratuito e de qualidade para mais de 280 mil alunos. Não é pouca coisa, mas a ideia é continuar expandindo esse modelo. Como mostrou o resultado do IPRS, as 3 dimensões consideradas pelo estudo — riqueza municipal, longevidade e escolaridade — revelam que educação e melhores condições de vida vêm, frequentemente, juntas. Infraestrutura adequada, como eixos rodoviários, também foi um dado associado.

Portanto, a receita é simples, mas é preciso querer fazer. É preciso construir estradas (em todos os sentidos) e formar os engenheiros e técnicos que irão viabilizar essas obras. É preciso investir em políticas públicas que promovam, de fato, o desenvolvimento do país. Nesse sentido, o IPRS e o famigerado resultado das redações do Enem são indicadores importantes que revelam, de fato, o que há além dos discursos. ■

Cresce número de despejos na Espanha

A crise financeira espanhola tem contribuído para elevar o nível de inadimplência no mercado imobiliário local. O número de ordens de despejo aumento 17,7% em 2012 em relação ao ano anterior. ➥ **P44**

PIB ou IDH? Qual indicador reflete o país?

Em artigo, o economista Alexandre Espírito Santo , do Ibmec RJ, aborda o Brasil do ponto de vista dos dois indicadores econômicos que refletem a geração de riqueza e a qualidade de vida. ➥ **P47**

MOSAICO POLÍTICO

PEDRO VENCESLAU
pvenceslau@brasileconomico.com.br

Divulgação

PCdoB não pediu, mas pode ficar com Ancine

Presidente da poderosa Agência Nacional do Cinema desde 2006, quando tinha 35 anos, o cineasta **Manoel Rangel** confidenciou para amigos no fim do ano passado que não tinha planos de permanecer no cargo para mais um mandato depois de 20 de maio de 2013, data em que termina sua segunda gestão à frente do órgão. Ele arrumava as malas quando foi pego de surpresa por um movimento espontâneo encabeçado por cineastas e artistas de peso, como Hector Babenco e Selton Mello, pedindo sua permanência na agência. Apesar de Rangel ser um militante histórico do PCdoB, a Ancine não é considerada no governo como parte da "cota" dos comunistas. "A agência nunca foi um pleito do PCdoB. Manoel está lá por mérito dele", contou à coluna um dirigente do comitê central do partido. Apesar de estar bem na foto, a recondução de Manoel sofre resistências de servidores públicos que reclamam do continuísmo no comando da agência. ■

Presidente da agência foi líder dos caras-pintadas

Antes de se formar em cinema na USP, Manoel Rangel foi um dos principais nomes da linha de frente do movimento "Fora Collor", em 1992. Naquele ano, ele presidia a UJS, braço jovem do PCdoB que dirigia (e dirige até hoje) a UNE. Antes disso, ele foi presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas.

Comunistas não querem saber de flerte com Campos

Por falar em PCdoB. A sigla da foice e martelo é a única da base governista que não quer saber de flertar com o projeto presidencial do governador pernambucano, Eduardo Campos. Apesar de defender uma candidatura unificada da esquerda, a sigla está 100% fechada com a reeleição da presidente Dilma Rousseff.

CURTAS

Dirigentes do PSB, PT e PCdoB desembarcarão no próximo dia 8 de abril em Bogotá. Eles participarão de uma grande marcha organizada pela esquerda colombiana em defesa de um acordo de paz entre o governo e o grupo terrorista Farc.

O ex-governador Alberto Goldman ironizou a decisão de Fernando Haddad de acabar com a taxa da inspeção veicular. "Eu, minha mulher e meus cinco filhos temos carros. São R$ 47,44 cada inspeção. Ele, Haddad (e o povo em geral), vai cobrir. Com essa dinheirama estamos preparando um jantar de gala e vamos convidar o prefeito."

A Câmara de Comércio Árabe Brasileira vai homenagear hoje o vice-presidente Michel Temer, que é descendente de libaneses. Será em um jantar de gala no Esporte Clube Sírio, em São Paulo.

PRONTO, FALEI

"O que se observa é que nas últimas gestões da Petrobras perderam uma oportunidade fantástica de dar ao Brasil de fato a autossuficiência na produção de petróleo e derivados"

Aloysio Nunes Ferreira
Senador do PSDB paulista

Divulgação

O novo ministro do Trabalho, Manoel Dias, deve visitar amanhã a Força Sindical. A entidade é presidida pelo companheiro de partido, Paulinho da Força.

A campanha para o governo do Rio de Janeiro já está pegando fogo. Além do senador Lindberg Farias, do PT, e do vice-governador Luís Pezão, do PMDB, o deputado Antony Garotinho, do PR, já está fazendo campanha abertamente.

De olho no apoio dos trabalhadores, Eduardo Campos intensifica o "namoro" com a Força Sindical, do deputado Paulinho (PDT). Dia 8 de abril, o futuro candidato à presidência faz palestra na sede da central em São Paulo. O tema é amplo: "conjuntura política".

Colaborou
André Pires

IDEIAS EM DESTAQUE

Editado por: Ivone Portes e Patrycia Monteiro Rizzotto redacao@brasileconomico.com.br

ENTREVISTA CRISTOVAM BUARQUE Senador do PDT

"Eduardo Campos é a força mais viável e de esquerda que a gente pode ter"

Ex-ministro da Educação de Lula, parlamentar prega que seu partido deixe o governo da presidente Dilma Rousseff, nega aproximação com sigla de Marina Silva e diz que Aécio Neves está "do outro lado"

O senador Cristovam Buarque é considerado um "rebelde" dentro de seu partido, o PDT. Mas, apesar de não se envolver nas disputas internas da legenda trabalhista criada por Leonel Brizola, ele é de longe o maior puxador de votos da sigla. Em 2006, quando disputou a presidência da República pelo PDT, ficou em quarto lugar depois de receber 2.538.834 votos. Fez campanha o tempo todo batendo em apenas uma tecla: a educação. Com isso, atraiu para seu palanque dezenas de artistas e intelectuais. Reeleito senador em 2010 pelo Distrito Federal com 833.480 votos, Cristovam manteve a postura de parlamentar independente na Casa e foi um dos mais veementes opositores da eleição de Renan Calheiros para presidir o Senado.

Quando a presidente Dilma decidiu demitir o presidente do PDT, Carlos Lupi, do Ministério do Trabalho, e colocar em seu lugar o jovem deputado Brizola Neto, Cristovam não se envolveu. Menos de um ano depois, porém, o PDT deflagrou um processo de fritura pública contra o neto do líder trabalhista justamente no momento em que se preparava para eleger uma nova direção partidária. Ao ceder às pressões de seu ex-ministro Carlos Lupi e colocar à frente da pasta um indicado dele, a presidente acabou por favorecer Lupi na convenção do PDT que aconteceu no último fim de semana. Isso tirou Cristovam do sério. "Eu não votaria no 'Brizolinha', mas era preciso que o partido tivesse uma opção ao Lupi. O que Dilma fez foi uma intervenção direta. Isso é um absurdo", bradou o senador.

Ele vai além e diz considerar um erro que o PDT mantenha uma vaga na Esplanada dos Ministérios. "Com isso, o partido se atrela e fica impossibilitado de formular alternativas." Nessa entrevista exclusiva ao **Brasil Econômico**, Buarque diz que seu partido não vai se alinhar automaticamente ao projeto de reeleição da presidente. E mais: ele prega a aproximação dos trabalhistas com o governador socialista de Pernambuco, Eduardo Campos. "Não tenho dúvida que devemos ter um diálogo e até construir um projeto junto com ele. O Campos é a força mais viável e de esquerda que a gente pode ter."

Já sobre o tucano Aécio Neves, outro presidenciável que já se apresentou no tabuleiro, Cristovam tem outro discurso. "Com o Aécio é diferente. Os partidos são todos iguais, mas existe o lado de lá e o lado de cá. Aprendi isso com o ex-ministro Fernando Lyra (Justiça). Tenho respeito pelo PSDB, mas o ideário deles não é o mesmo do nosso lado." O senador aproveitou a entrevista para acabar com os rumores de que estaria se aproximando da Rede – sigla que está sendo criada pela ex-ministra Marina Silva. "A Marina tinha de ser o Betinho do século 21. Ele não criou partido, mas um movimento. A Marina tinha que ser Martin Luther King ou Gandhi. Ou seja: a líder de um grande movimento." Sobre o futuro político, Buarque deixa no ar a possibilidade de concorrer a um novo mandato como governador do Distrito Federal em 2014. Esse cenário, segundo ele, torna-se um caminho cada vez mais inevitável devido à falta de alternativas no cenário local em razão da péssima gestão do petista Agnelo Queiroz.

Pedro Venceslau
pvenceslau@brasileconomico.com

É verdade que o senhor está se aproximando da Rede, o partido político que está sendo criado pela ex-ministra Marina Silva?
A Marina tinha de ser o Betinho do século 21. Ele não criou partido, mas um movimento. A Marina tinha de ser Martin Luther King ou Gandhi. Ou seja: a líder de um grande movimento. Mas ao criar um partido, ela se iguala pois tem que se submeter a regras e a pessoas que não são exatamente o que ela quer. Não existe a menor possibilidade de eu fazer parte do partido da Marina. Apesar disso, eu gostaria de ser do movimento.

Pensa em sair do PDT?
Não. Eu já saí de um partido (o PT). Isso é algo muito dolorido para quem não é oportunista ou fisiológico. Sofri muito. Já estou com quase 70 anos. Esgotei minha cota e minha idade.

Espera concorrer a um cargo majoritário, como governador?
Meu maior problema hoje é não ser candidato a governador do Distrito Federal. Há um vazio muito grande. Agnelo Queiroz, do PT, é um não governador. No outro lado, do (Joaquim) Roriz, sumiu todo mundo: Arruda, Paulo Octávio... Eu teria que dispensar o Brasil e meus 20 anos de luta pela educação para me dedicar ao Distrito Federal.

Falta uma bancada dedicada à educação no Congresso?
As bancadas da educação que existem são corporativas. Tem a dos professores, do ensino superior privado e das universidades federais. A bancada da revolução da educação eu não tive competência para montar.

Na semana passada, o Enem voltou a ser notícia negativa devido ao critério de avaliação das redações. Um aluno escreveu uma receita de miojo, mas não foi desclassificado. Outros cometeram erros crassos de português, mas não foram penalizados. Por que o exame está sempre no olho do furacão?

> "O próprio Carlos Lupi tem dito e repetido dentro do partido que não acertou nada para 2014 com a presidente Dilma. É possível estar ao lado da esquerda sem estar no governo

Tem uma coisa que não vi em nenhum jornal. Os alunos do Enem que fizeram isso representam os melhores alunos do Brasil, que são aqueles 30% ou 40% que terminaram o ensino médio. Os que fizeram o Enem dessa maneira são a elite educacional do Brasil. O país não deu um salto concreto na educação. Basta ampliar o número das escolas públicas federais do Brasil. Não vejo outra alternativa. Os professores precisam ter uma estabilidade responsável e não uma estabilidade plena.

Como avalia a gestão do ministro Aloizio Mercadante na educação?
Não se avalia ministro, o que se avalia é o presidente. Ministros não têm o menor poder para fazer nada, nem para mandar projeto de lei para o Congresso Nacional. Portanto não avalio o Mercadante, mas a presidente Dilma. Nem ela, nem FHC, nem Lula quiseram dar o grande salto educacional. Eles fizeram apenas pequenos avanços.

O que acha do regime de aprovação automática dos alunos?
É a mesma coisa que dar alta ao doente só porque passou o tempo dele de ficar no hospital. É um absurdo.

O PDT é hoje um partido de caciques regionais?
O PDT não é um partido de caciques regionais. Ele tem um só cacique no Brasil inteiro e ele se chama Carlos Lupi. Ao redor dele, existem algumas pessoas com muita força. Uma delas é o deputado Paulinho da Força.

Qual é a dimensão do poder dele na sigla?
O PDT quase não tem sindicatos, enquanto ele tem a Força (Sindical) inteira. Se o Paulinho sair, o partido fica sem trabalhador. Mas essa força política dele não casa com o que (Leonel) Brizola defendia.

Por quê?
Porque o PDT entrou em um processo de fazer apenas pequenos acordos conjunturais sem olhar o longo prazo. Todos os partidos do Brasil perderam o vigor transformador da sociedade. Todos nós políticos somos acomodados. Cada um puxa para o seu lado em vez de empurrar o Brasil para a frente.

O Paulinho está articulando a criação de um partido, o Partido da Solidariedade. Seria um duro golpe para o PDT?
Ele não assume que está fazendo isso. Se estiver mesmo, seria uma imensa perda da nossa força imediata. Ele é forte e tem

José Cruz/ABr

Buarque defende o fim das sucessivas reeleições políticas e a renúncia de parlamentares que assumirem o comando de ministérios

uma central. Mas, por outro lado, a saída dele daria a oportunidade do partido se reencontrar com as suas origens.

Na sua opinião, a Força Sindical está muito distante dos valores pregados por Brizola?
Não só a Força, mas todas as centrais. Os sindicatos hoje apenas reivindicam. Eles não propõem mais transformações oficiais. Defendo que a gente vá além das reivindicações.

Como explica a ascensão e a fritura pública de Brizola Neto no Trabalho?
A escolha dele foi motivada por razões pessoais da presidente Dilma. Dizem que ela tem relações pessoais com a esposa do Brizola e com o neto dele. Não acho que a escolha tenha sido uma forma de minar o poder do Carlos Lupi no PDT. Ela quis prestigiar o Brizola.

O Brizola Neto foi alvo de fogo amigo do PDT na curta passagem dele pela Esplanada dos Ministérios?
A queda se deve ao fato de que o PDT não o apoiou e não foi o responsável pela indicação. Ele não representava o partido. E não digo isso como crítica porque eu também não represento o PDT — portanto jamais seria apoiado. Então o Brizola Neto ficou isolado. Sofreu muito desgaste. Ficou sendo o ministro que ninguém via e ninguém sabia. A demissão foi uma tentativa da presidente de levar o PDT para seu lado antes que a gente fosse para o lado do Eduardo Campos ou lançasse um candidato de forma irreversível, como fizemos em 2006.

> “Não consigo ficar do lado dos acusadores de Chalita. Não tenho nenhuma relação pessoal ou de amizade com ele, mas o deputado ainda tem um crédito comigo. Não o vejo como corrupto

O PDT deveria dialogar mais e eventualmente até apoiar o Eduardo Campos na eleição do ano que vem?
Primeiro precisamos saber qual é o projeto do Eduardo Campos. Isso ainda está claro. Mas não tenho dúvida que devemos ter um diálogo e até construir um projeto junto com ele. O Campos é a força mais viável e de esquerda que a gente pode ter.

E com o senador Aécio Neves (PSDB-MG)?
Com o Aécio é diferente. Os partidos são todos iguais, mas existe o lado de lá e o lado de cá. Aprendi isso com o ex-ministro Fernando Lyra. Tenho respeito pelo PSDB, mas o ideário deles não o mesmo do nosso lado.

A Convenção do PDT no fim de semana foi esvaziada pela decisão de Dilma de demitir Brizola Neto?
Não foi esvaziada, mas já estava tudo pré-definido. Todos já sabiam que o Lupi seria o escolhido.

O PDT estará unido no palanque de Dilma em 2014?
Não estará. O próprio Carlos Lupi tem dito e repetido dentro do partido que não acertou nada para 2014. O convite ao Manuel Dias (para assumir o Ministério do Trabalho) não envolveu negociação para as eleições. Muitos de nós achamos que a melhor posição do PDT é estar fora do governo. Isso não significa ir para a oposição, pois isso é papel das forças mais conservadoras. É possível estar ao lado das forças de esquerda sem necessariamente estar dentro do governo. Com a entrada do Lupi no governo o PDT perdeu personalidade, deixou de debater alternativas e se acomodou. O Brasil precisa de alternativas porque as coisas não estão bem. Eu distribuí na convenção um documento, assinado por mim, pelo senador Pedro Taques e pelo deputado Paulo Rubens, com uma lista de 25 grandes preocupações.

> “O partido tem de olhar pelo menos 10 anos na frente. O PDT poderia oferecer uma alternativa. Mudou a cara do presidente, mas há 20 anos, desde Itamar, o Brasil tem o mesmo governo

Quais são as principais?
A inflação está quase fora do controle. Isso só não aparece mais porque o governo está usando de artifícios de controle de preços. Isso não dura muito. Outro ponto é perda da produtividade. E tem os apagões: da energia elétrica, da mão de obra, do transporte. São diversos. Temos o problema da educação. O governo não está dando resposta para isso.

Como explica, então, o fato de a presidente Dilma ter mais popularidade hoje do que seus antecessores?
A pesquisa de opinião mede apenas o hoje. A pessoa que responde não leva em conta que a produtividade está caindo, não vê lá na frente. O fato é que o partido tem que olhar pelo menos 10 anos na frente. O PDT poderia oferecer uma alternativa. Mudou a cara do presidente, mas há 20 anos, desde Itamar (Franco), o Brasil tem o mesmo governo. Isso foi bom, mas os pilares estão se esgotando. A democracia não pode mais continuar dessa maneira.

Qual maneira?
Sem partidos, com fisiologismo para todos os lados, com financiamento de campanha que compra voto. A democracia precisa de uma reforma radical.

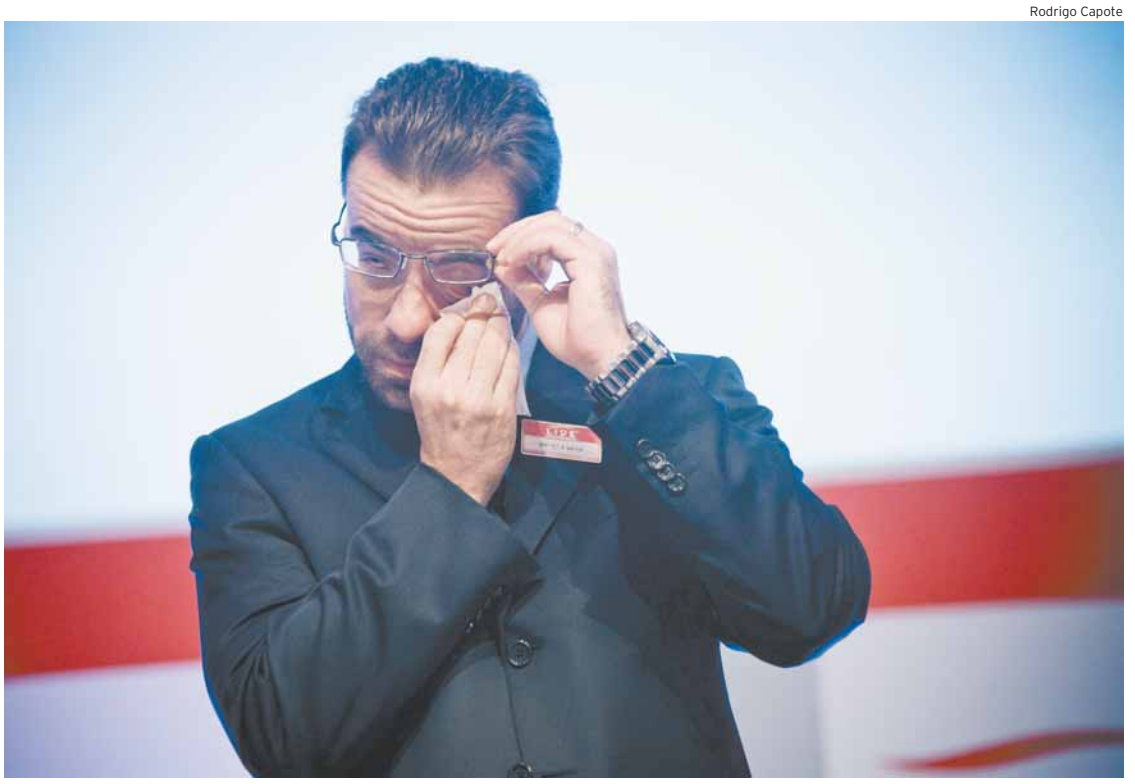
Que tipo de democracia o senhor defende?
Uma democracia na qual o político não possa ser reeleito muitas vezes, que não permita alianças partidárias no primeiro turno para evitar legendas de aluguel, que reduza o custo das campanhas, que são caríssimas. Defendo, ainda, que um parlamentar que seja convidado para ser ministro tenha que renunciar ao cargo. A democracia está se esgotando. Ninguém aguenta mais. Existe um clima de muita insatisfação no Congresso.

Quais outras preocupações o senhor apresentou no documento na convenção do PDT?
Uma boa coisa do Brasil é que estabilidade monetária foi comprada por quatro presidentes:

IDEIAS EM DESTAQUE

ENTREVISTA CRISTOVAM BUARQUE Senador do PDT

Rodrigo Capote



Itamar, FHC, Lula — que era contra, mas ficou à favor — e Dilma. Apesar disso, hoje qualquer analista sabe que a inflação está muito perto de sair do controle. A inflação dos bens dos pobres está em 12%. Isso inviabiliza os programas sociais, que deixam de ter efeito. A transferência de renda, que foi uma das grandes conquistas do Brasil, é um mecanismo de atender aos pobres que está se esgotando. É preciso criar um mecanismo que reduza o número de pessoas que precisam da Bolsa Família e não comemorar o crescimento dos beneficiados. O governo fala muito que a miséria acabou, mas o número de usuários do "Bolsa Família" só aumenta. Ou seja: não houve redução da miséria. Estamos entrando na segunda geração de dependentes do programa. Isso é um desastre.

> Então o **Brizola Neto** ficou isolado. Sofreu muito desgaste. Ficou sendo o ministro que ninguém via e ninguém sabia. A demissão foi uma tentativa da presidente de levar o PDT para o lado dela antes que a gente fosse para o lado de Eduardo Campos

Por que o senhor quer chamar o Luciano Coutinho, presidente do BNDES, para falar no Senado?
Para explicar qual é a política do BNDES. O banco está financiando, por exemplo, a construção do estádio do Itaquerão. Mas o Banco do Brasil está recusando as garantias que o Corinthians está dando. Outra preocupação: por que concentrar os investimentos em tão poucas empresas?

Como avalia as acusações contra o deputado Gabriel Chalita, que é acusado de receber propina quando era secretário da Educação de São Paulo?
Não consigo ainda ficar do lado dos acusadores dele. Não tenho nenhuma relação pessoal ou de amizade com o Chalita, mas ele ainda tem um crédito comigo. Não o vejo como corrupto. Se isso fosse verdade, seria uma surpresa. Vou esperar as investigações.

Como é a vida de senador independente? Sente-se isolado?
Nós independentes estamos absolutamente isolados no Senado. Vivemos sob ameaça.

Que tipo de ameaça?
Recentemente circulou pelo Senado um cara que prometeu matar o senador Pedro Taques (PDT-MT). Esse cara aparece no blog dele com um fuzil dizendo que vai matar o Taques.

O que o sr. achou da eleição de Renan Calheiros para a presidência do Senado?
Foi um grande retrocesso, mas vamos dar um crédito de confiança e ver o que ele vai fazer nos próximos dois anos. Vamos ficar na expectativa. Ele pode fazer uma boa gestão para se legitimar depois das críticas. Já briguei muito contra ele.

Qual é a sua opinião sobre as nomeações polêmicas para as comissões da Câmara, como a do pastor Marco Feliciano?
Isso faz parte do esgotamento da democracia no Brasil . As comissões do Congresso Nacional são presididas pelos indicados dos partidos, sendo que a ordem de prioridade é para os maiores. Ou seja: o maior escolhe a comissão que quer. Depois dos grandes, distribuem o que sobra para os pequenos. Isso precisa acabar. É errado o presidente da comissão refletir apenas o tamanho do partido. O presidente da comissão deve ser aquele que está mais preparado. O deputado pastor Marco Feliciano (do PSC) vai cuidar dos direitos humanos de todo o Brasil, e não apenas dos filiados do partido dele. ■

Divulgação

> Nós independentes estamos absolutamente isolados no Senado. Vivemos sob ameaça. Recentemente circulou pelo Senado um cara que prometeu matar o senador **Pedro Taques** (PDT-MT). Esse cara aparece no blog dele com um fuzil dizendo que vai matá-lo

Demitido por telefone em 2004

Em 2004, no segundo ano de governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o então ministro da Educação, Cristovam Buarque, foi demitido do cargo por telefone quando estava de férias em Portugal. Cristovam se juntaria à comitiva de Lula que viajaria à Índia, mas foi desconvidado. O episódio marcou o começo do fim da história dele com o PT. Magoado, ele avaliou como "desconsideração" ser demitido do governo por telefone. E voltou para cumprir o mandato de senador pelo Distrito Federal. Na ocasião, Lula disse que precisaria do cargo porque pretendia fazer uma reforma universitária e queria à frente da pasta uma pessoa que estivesse fora do mundo acadêmico. Dois anos depois, já no PDT, Cristovam candidatou-se à presidência da República e ficou em quarto lugar. Ex-reitor da Universidade de Brasília, Buarque elegeu-se governador do Distrito Federal, em 2004, pelo PT. Sua gestão foi premiada no Brasil e no exterior, mas ele não conseguiu se reeleger em 2008 apesar dos ótimos índices de aprovação obtidos nas pesquisas — chegou a 58% no Datafolha. Ele foi o quarto governador de estado mais popular na época, mas perdeu a campanha de reeleição para Joaquim Roriz (PMDB) por pequena margem de votos. **P.V.**

BRASIL EM PERSPECTIVA
Qualificar e Competir
Petróleo & Gás
PARA SE TORNAR UM FORNECEDOR DA INDÚSTRIA PETROLÍFERA, PRIMEIRO SE ABASTEÇA DE INFORMAÇÃO.
SEMINÁRIO FUTUROS FORNECEDORES DA INDÚSTRIA PETROLÍFERA
Venha assistir a um importante debate voltado a esclarecer, orientar e incentivar novos fornecedores para o mercado de petróleo, derivados, petroquímicos, gás e energia, biocombustíveis e distribuição.
Participe. Informação privilegiada é sempre um grande investimento.
INSCRIÇÕES GRATUÍTAS E LIMITADAS
www.petroleoegas2012.com.br
NÃO PERCA ESSA OPORTUNIDADE!
23 DE ABRIL DE 2013 | FIEB - SALVADOR - BA

Realização: Conferências Essa · Brasil Econômico · O Dia

Patrocínio Master: BR Petrobras · Governo Federal Brasil País Rico é País sem Pobreza

Apoio: Sistema FIEB · CIEB · SESI · SENAI · IEL · 65 Anos

BRASIL

Editora: Ivone Portes iportes@brasileconomico.com.br
Subeditora: Patrycia Monteiro Rizzotto pmonteiro@brasileconomico.com.br

Preço baixo do aço chinês preocupa indústria nacional

Representantes do setor pedem que governo brasileiro tome ações mais agressivas de defesa comercial

Edla Lula, de Brasília
elula@brasileconomico.com.br

A queda vertiginosa do preço do aço chinês preocupa a indústria siderúrgica brasileira. Desde o ano passado, o governo chinês vem subsidiando o setor com empréstimos a taxas baixas. Como a demanda no país está reprimida, por causa da crise internacional, o produto entra no Brasil a preços baixos. Um exemplo está na tonelada de chapa grossa, usada na fabricação de máquinas pesadas. A tonelada do produto para exportação custava em fevereiro US$ 575 na China. No Brasil, o preço chegava a US$ 1.220 — mais que o dobro do mercado chinês.

De acordo com a Shanghai Securities News, o estoque chinês de aço subiu de 14 milhões de toneladas em julho do ano passado para 36 milhões em setembro do ano passado. Com isso, o preço do aço no mercado chinês alcançou, em 2012, o mesmo nível dos preços praticados em 1994. Contraditoriamente, em 2012 a produção de aço na China atingiu, em 2012, o recorde de 716,5 milhões de toneladas. O temor da indústria brasileira é que, com a recuperação da economia prevista para este ano, o aço chinês invada de vez o Brasil.

Enquanto isso, a produção siderúrgica brasileira apresenta queda, segundo informações do Instituto Aço Brasil, em todos os tipos de produtos. A produção brasileira de aço bruto em fevereiro foi de 2,6 milhões de toneladas, queda de 6,2% quando comparada com o mesmo mês de 2012. No caso dos laminados, a produção foi de dois milhões de toneladas, com redução de 7% na mesma comparação. "A indústria nacional está operando com a capacidade instalada de 70%, quando o normal é trabalhar a 90%", comenta o presidente executivo do Instituto Aço Brasil, Marco Polo de Mello Lopés.

Ele diz ainda que, além dos chineses prejudicarem a indústria brasileira com a venda direta de aço, também ataca de forma indireta, com a venda de máquinas e equipamento. Para completar, o país asiático está ocupando os mercados preferenciais do Brasil, especialmente na América Latina.

"O que acontece agora é que há uma concorrência desleal dos chineses. Sobra dinheiro no país e os bancos públicos subsidiam a produção, para que os parques deles possam operar em 100% da capacidade. Como a demanda local está baixa, eles vendem os produtos para cá a preço baixíssimo. O que a China está fazendo é concorrência predatória, desleal", comenta a diretora da Associação Brasileira de Exportação (AEB), Josefina Guedes.

Para combater a prática desleal de preços, já no ano passado, a Câmara de Comércio Exterior do Brasil (Camex) aumentou a alíquota do imposto de importação da siderurgia para até 25%. Josefina Guedes, que também é consultora na área, avalia como ineficaz a medida. "O governo deveria adotar a tarifa máxima permitida pela Organização Mundial do Comércio (35%). Isso não é protecionismo. É defesa comercial", opina.

Marco Polo concorda, ao afirmar que "se existe uma tarifa consolidada de 35%, é ela que devemos usar". Ambos avaliam que o governo brasileiro deve usar outras alternativas para corrigir assimetrias para dar competitividade ao setor, como reduzir a carga tributária e realizar uma política cambial mais favorável às exportações. ■

Antonio Milena

O Brasil produziu 2,6 milhões de toneladas de aço bruto em fevereiro, queda de 6,2% em um ano

DESACELERAÇÃO

Produção da siderurgia brasileira registra queda em todos os produtos, em toneladas

	FEVEREIRO		VARIAÇÃO, EM %
	2012	2013	
Aço bruto	2,8 milhões	2,6 milhoes	-6,2
Laminados	2,1 milhões	1,9 milhão	-7
Planos	1,2 milhão	1,1 milhão	-5,7
Longos	881 mil	804 mil	-8,8
Semiacabados para vendas	571 mil	423 mil	-25,8
Placas	464 mil	360 mil	-22,4
Lingotes, blocos e tarugos	106 mil	63 mil	-40,7
Ferro-gusa (usinas integradas)	2,1 milhões	2 milhões	-4,7

Fonte: Instituto Aço Brasil

QUATRO PERGUNTAS A...

Divulgação

...JOSEFINA GUEDES

Diretora da Associação Brasileira de Comércio Exterior (AEB)

"O governo precisa ser um pouco mais agressivo"

Como o setor siderúrgico brasileiro convive com a queda no preço do aço chinês?
O setor está muito preocupado. A nossa indústria siderúrgica sempre foi muito competitiva. O que acontece agora é que há uma concorrência desleal dos chineses. Sobra dinheiro no país e os bancos públicos subsidiam a produção, para que os parques possam operar em 100% da capacidade. Como a demanda local está baixa, eles vendem os produtos para cá a preço baixíssimo. E o que é pior, produzem com matéria-prima brasileira. O que a China está fazendo é concorrência predatória.

Qual a diferença entre os preços praticados pela indústria local e o que vem da China?
São vários tipos de produtos, não dá para falar em uma média. Mas o que posso dizer é que o aço chinês entra no Brasil a um preço entre 20% e 30% mais barato que o nacional. As tradings não querem saber se a indústria nacional está sendo prejudicada. Eles buscam no mundo quem vende o aço mais barato e aí trazem para o Brasil.

No ano passado, a Câmara de Comércio Exterior (Camex) elevou para até 25% a tarifa de importação do setor siderúrgico. Não foi suficiente para inibir as importações?
O governo está tentando fazer a sua parte. Mas acho que a elevação deveria ser maior. Deveria adotar a tarifa máxima permitida pela Organização Mundial do Comércio (35%). Isso não é protecionismo. É defesa comercial. O governo precisa ser um pouco mais agressivo.

O que mais o governo deveria fazer para tornar o indústria nacional mais competitiva?
A nossa indústria sempre foi muito competitiva. Mas falta no governo gestos concretos. Se o Brasil quer manter a indústria viva, tem que praticar uma política industrial que realmente funcione. Não basta anunciar os investimentos. Temos que ver os investimentos sendo realizados, as máquinas funcionando. Tem de investir em logística, reduzir a carga tributária. Não temos como competir com os asiáticos com uma carga tão elevada. **E.L.**

Lula Marques/Folhapress

ICMS

MP que compensa estados é prorrogada

O presidente do Congresso Nacional, **Renan Calheiros** (PMDB-AL), prorrogou por 60 dias a vigência de nove medidas provisórias. Entre elas está a MP 599, que criou mecanismos para compensar os estados menos desenvolvidos pela unificação da alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em 4% nas operações interestaduais, atualmente em debate no Senado. A MP também cria o Fundo de Desenvolvimento Regional. **ABr**

Governo usa Caixa para financiar infraestrutura

Banco público complementará o financiamento das concessões e desafogará o BNDES

Gustavo Machado
gmachado@brasileconomico.com.br

Uma demanda antiga dos empresários está começando a ser atendida pelo governo federal. Na última sexta-feira, a Caixa Econômica Federal anunciou que entrará no jogo do financiamento de infraestrutura. Tradicional investidora no segmento de saneamento básico, o banco público agora quer atuar nos projetos de concessão de rodovias, ferrovias, portos e aeroportos.

Com isso, o governo dá uma opção aos empresários que pretendem entrar nas licitações e desafoga o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que até então era a principal fonte de crédito para os projetos.

Os novos planos da Caixa também reduzirão a necessidade de aportes do Tesouro Nacional no BNDES. A principal fonte de recursos da Caixa virá do Fundo de Investimentos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FI-FGTS).

Com o reaquecimento da economia em 2013, o BNDES está focado nos investimentos industriais. Apenas no primeiro bimestre, seus aportes no setor cresceram 112%. No entanto, a prioridade do governo federal são as concessões e foi necessária a criação de novas linhas de crédito para atender a demanda.

> A Caixa pretende aumentar para R$ 75 bilhões os aportes em infraestrutura

A Caixa pretende dobrar seus desembolsos em infraestrutura neste ano. No último, os financiamentos somaram R$ 36 bilhões, e em 2013 devem subir para R$ 70 bilhões.

O presidente da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústria de Base (Abdib), Paulo Godoy, reformou a necessidade de o governo se esforçar para aumentar a disponibilidade de recursos financeiros suficientes para a infraestrutura.

Sua estimativa é que esta conta chegue a R$ 260 bilhões em 2016, enquanto que em 2012 foram investidos R$ 180 bilhões. "Precisamos de rentabilidade adequada e de financiamento de longo prazo", diz.

Divulgação

Paulo Godoy, presidente da Abdib: "Precisamos de rentabilidade e financiamento de longo prazo"

A explicação do vice-presidente de Finanças e Mercado de Capitais da Caixa, Percival Alves Pinto, para entrar com tudo no setor está na perspectiva de crescimento dos investimentos. Os programas de concessões e parcerias público-privadas (PPP) lançadas pelo governo federal nas áreas de aeroportos, portos, ferrovias e rodovias vão exigir oferta de crédito para apoiar as decisões dos investidores. Além disso, há vultosos planos de investimento em áreas como o pré-sal e energia elétrica. "A Caixa elegeu a infraestrutura para crescer", resume Percival.

Mercado

Especialistas em financiamento de projetos de infraestrutura veem com bons olhos a nova fonte de recursos para o setor.

Celso Grisi, presidente do instituto Fractal, afirma que a entrada na Caixa no jogo das concessões será determinante para que as rodadas de licitação sejam bem sucedidas. Ele explica que, hoje, o BNDES não consegue mais amparar todos os contratos que o governo deseja fechar. "A empresa está ampliando sua atuação como banco de fomento. Mas é preciso ter cuidado para a infraestrutura não competir com as demandas de prefeituras e pequenos empresários", alerta o economista.

Fernando Henrique Cunha, sócio do escritório FH Cunha, está mais preocupado com o modelo financeiro dos projetos de concessões. "É um desafio trabalhar com a hipótese do BNDES financiar todos os projetos. A Caixa, aparentemente, irá apenas complementar. É preciso haver uma rápida definição de como será este desenho financeiro. Atualmente, tudo ainda é preliminar", reclama. ■

Obras do aeroporto de Viracopos são interditadas

Valeria Gonçalves

Concessionária diz que obras seguem os padrões de segurança

A Aeroportos Brasil Viracopos passou a administrar o terminal em novembro do ano passado

A polícia interditou as obras de ampliação do aeroporto de Viracopos, em Campinas, onde um deslizamento de terra matou um operário e feriu outro. A polícia e a empresa que administra o aeroporto deram início à apuração das causas do acidente, "que serão divulgadas assim que concluídas".

"A Aeroportos Brasil Viracopos e o Consórcio Construtor de Viracopos reiteram que as obras de construção do novo terminal seguem as normas e padrões de segurança", disse, em nota, a administradora.

Por volta das 9h45, um deslizamento de terra atingiu dois trabalhadores. O operário ferido com maior gravidade foi levado ao Hospital Municipal Dr. Mário Gatti, em Campinas, mas não resistiu.

Os bombeiros relataram que ao resgatar o operário tiveram de reanimá-lo por quatro vezes em razão de paradas cardiorrespiratórias. O segundo operário foi encaminhado ao ambulatório e está em observação.

A concessionária Aeroportos Brasil Viracopos passou a administrar o aeroporto em 14 de novembro do ano passado. De acordo com a concessionária, 1,8 mil operários trabalham em dois turnos nas obras do novo terminal de passageiros, com inauguração prevista para maio do ano que vem.

As tratativas para a ampliação do aeroporto, uma das ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal, começaram em 2009.

O projeto já soma mais de 1.200 processos de desapropriação e depósito de mais de R$ 130 milhões para pagamento das indenizações aos antigos proprietários.

A expectativa da Advocacia-Geral da União (AGU) e da Infraero é que todas as ações de desapropriação, que envolvem 4 mil lotes urbanos e 167 glebas rurais, sejam concluídas até o final do ano. Até agora, 745 imóveis foram transferidos para a União. ■ **ABr**

BRASIL

Henrique Manreza

INFLAÇÃO

IPCA-15 desacelera alta a 0,49% em março

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-15 (IPCA-15) desacelerou a alta mensal para 0,49% em março, após registrar 0,68% em fevereiro, mas a inflação acumulada em 12 meses se aproximou ainda mais do teto da meta do governo – definido em 6,5% –, ao marcar 6,43%, informou o IBGE. O principal destaque para o resultado do IPCA-15 de março foi o grupo Educação, cuja alta caiu para 0,50%, depois do avanço mensal de 5,49. **Reuters**

Unido, setor varejista brasileiro prevê que a década será de formalização

Durante o 1° Fórum Nacional do Varejo, empresários do comércio reclamam da burocracia tributária

Pedro Venceslau, do Guarujá*
pvenceslau@brasileconomico.com.br

O setor varejista brasileiro deu uma demonstração de unidade no último fim de semana durante o 1° Fórum Nacional do Varejo, evento organizado pelo Lide (Grupo de Líderes Empresariais) que aconteceu no Guarujá, no litoral de São Paulo. No momento em que as vendas no comércio varejista brasileiro mostram sinais de recuperação e crescimento em relação ao ano passado, os capitães do setor pregaram contra a alta burocracia do sistema tributário, pediram atenção do governo e prometeram marchar juntos em Brasília.

"A gente não era convidado para nada e não tinha uma voz lá dentro (do governo). Os bancos brigam entre si, mas têm um órgão forte. Nós precisamos de união, já somos o maior empregador do Brasil", disse a empresária Luiza Trajano, dona do Magazine Luiza. Ela se referia à consolidação do Instituto para Desenvolvimento do Varejo (IDV), entidade fundada em 2004 e que, hoje, reúne as 39 maiores empresas do país e representa o principal interlocutor do setor junto ao governo federal.

Presidente do instituto da Riachuelo, o empresário Flávio Rocha disse ao Brasil Econômico que essa será a década da formalização. "O varejo é a bola da vez da formalização. A nota fiscal eletrônica é um fator importantíssimo para isso, assim como a penetração do crédito, que tem efeito exponencial nesse processo."

Ainda segundo Rocha, a expectativa é que os varejistas repitam o fenômeno da pecuária de corte, micro informática e construção civil. "Esse três setores se formalizaram muito rapidamente."

Em sua intervenção, o economista Paulo Rabelo de Castro ponderou que o governo precisa fazer sua parte. "O estado brasileiro atua como antagonista dos empresários: vigia cada vez melhor para tributar mais ainda."

Luiza Trajano, por sua vez, reclamou que o lucro do varejo "é muito baixo" e desabafou. "Nós sofremos muito. Temos que pegar o ônibus e ir para o Congresso."

> No evento, Geraldo Alckmin defendeu a unificação do ICMS em 4%

Representando o ministro do Desenvolvimento, Fernando Pimentel, que viajou com a presidente Dilma Rousseff para a África, o secretário nacional de Comércio, Humberto Ribeiro, lembrou que o comércio não atuava formalmente nas políticas econômicas do governo até a criação do cargo ocupado por ele hoje.

Depois de fazer a abertura do evento, o governador Geraldo Alckmin defendeu em conversa com os jornalistas a unificação da alíquota do ICMS, com um período de transição que chegue em 4% para o país inteiro. "O varejo faz o elo entre a produção e o consumo. Ano passado o PIB cresceu pouco, mas o varejo em são Paulo cresceu 9,7%", disse o governador.

A criação do Ministério da Micro e Pequena Empresa foi um tema que passou ao largo do Fórum Nacional do Varejo. Questionado pelo Brasil Econômico sobre o tema, o governador foi evasivo, já que seu partido foi contra a iniciativa. "Defendo políticas públicas para o setor, mas isso é assunto do governo federal." ■

*O jornalista viajou a convite do grupo Lide.

Divulgação

Luiza Trajano: "Temos que pegar o ônibus e ir para o Congresso"

MANDAMENTOS DO VAREJO

Dirigentes do setor lançam manifesto durante fórum nacional

- Unificar a alíquota de ICMS no ponto mediano entre 7 e 12% e daí trazer a alíquota unificada aos 4% em degraus anuais.
- Unificar já os impostos federais circulatórios PIS, Cofins, IPI, Contribuição Previdenciária e Cide num só tributo social nacional, compartilhado pelos entes federativos.
- Criar uma URV Fiscal de cada ente Federativo (União, Estados e Municípios) para garantir a distribuição neutra e equidistante de todas as arrecadações circulatórias a partir do dia da reforma.
- Marcar data para o nascimento do ICMS Nacional Compartilhado, fruto da unificação do novo tributo social nacional e do novo ICMS unificado. Portanto, um só tributo na circulação econômica.
- Cumprir o art.67 da Lei de Responsabilidade Fiscal, aprovando a organização do Conselho de Gestão Fiscal que coordenará o percurso do novo sistema tributário simplificado.
- O Conselho de Gestão Fiscal implantará a redução gradual da carga fiscal para a meta de 30% do PIB em 2022.

Investimentos estrangeiros diretos não cobrirão déficit

Pela 1ª vez, desde 2001, o IED não será suficiente para cobrir o rombo nas contas externas

Este ano, pela primeira vez desde 2001, os investimentos estrangeiros diretos (IED) no país não deverão ser suficientes para cobrir o déficit brasileiro nas transações correntes. Pela estimativa do Banco Central, o IED deve fechar o ano em US$ 65 bilhões. Já o déficit nas transações correntes do Brasil com o exterior deve chegar a US$ 67 bilhões ao fim de 2013, contra projeção anterior de salto negativo de US$ 65 bilhões.

Em fevereiro, o país registrou déficit de US$ 6,625 bilhões na conta de transações correntes com o exterior, recorde para o mês. O BC informou ainda que os Investimentos Estrangeiros Diretos no país somaram US$ 3,814 bilhões de dólares no mês passado. Apesar do cenário mais complicado, tanto o BC quanto especialistas do mercado não veem grandes dificuldades para o país, uma vez que existem outras fontes de financiamento. "Estamos em uma situação confortável em termos de financiamento da transações correntes", afirmou o chefe do departamento Econômico do BC, Túlio Maciel.

A estimativa de déficit maior nas transações correntes se deve à previsão de que a balança comercial terá um superávit de US$ 15 bilhões este ano, ante estimativa anterior de US$ 17 bilhões. ■ **Agências**

Arrecadação recua 0,51% em fevereiro

Resultado do mês teve influência das desonerações promovidas pelo governo

A arrecadação tributária do governo federal registrou queda em fevereiro sobre o mesmo mês de 2012, como reflexo das desonerações de impostos e menor recolhimento do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL). De acordo com a Receita Federal, a coleta de impostos e contribuições somou R$ 76,052 bilhões em fevereiro, queda real de 0,51% sobre igual mês do ano passado. Com isso, a arrecadação dos dois primeiros meses do ano atingiu R$ 192,118 bilhões, uma alta real de 3,67% sobre o primeiro bimestre de 2012.

Para se ter uma ideia, a arrecadação do IPI total caiu 16,92% em relação a fevereiro do ano passado, deprimido pelo tombo de 36,76% no IPI cobrado de automóveis. ■ **Reuters**

Germano Roratto/Ag. RBS/Folhapress

SANTA MARIA

Polícia indicia 16 pessoas por incêndio na Kiss

Dezesseis pessoas foram indiciadas por envolvimento no incêndio da boate Kiss, em Santa Maria (RS), ocorrido no dia 27 de janeiro deste ano, que provocou 241 mortes. Entre os indiciados, estão os quatro suspeitos presos, administradores da boate, bombeiros, dois secretários municipais e funcionários da prefeitura. A polícia concluiu também que houve responsabilidade de outras 35 pessoas no caso, incluindo do prefeito Cezar Schirmer (PMDB). **Redação**

Deputado critica política de segurança pública, que prevê gastos de R$ 18,8 bi

Major Olímpio (PDT) afirma que Alckmin perderá eleição em SP por seus erros diante do tema

André Pires
andre.pires@brasileconomico.com.br

Um dos pontos centrais na eleição para o governo de São Paulo em 2014 será, sem dúvida, a questão de segurança pública. Setor social com o segundo maior orçamento do estado, ao todo está previsto o investimento de R$ 18,8 bilhões na área, o tema gera uma grande crítica dentro da Assembleia Legislativa de São Paulo. Em conversa com o Brasil Econômico, o deputado Major Olímpio (PDT) fez duras críticas ao trabalho de Geraldo Alckmin e à política que ele chama de "perfumaria".

"Lançamos um monte de programas que não funcionam. A União não faz sua parte e o estado faz menos. E ainda joga para o município fazer o que não é dever dele", critica o deputado.

Integrante da Comissão de Segurança Pública e Assuntos Penitenciários da Assembleia, o major tem participado de encontros com representantes do governo estadual e federal para encontrar uma solução. "Só de reunião com o ministro (saúde) Alexandre Padilha sobre questão das drogas eu fui a três, mas não acontece nada de concreto contra o crack", aponta.

Uma das alternativas criadas pelo governo do estado são as ações integradas entre todas as polícias. Reunidas em blitz, as polícias militar, civil, federal e rodoviária tentam controlar a entrada de drogas em São Paulo, além de fiscalizar outros crimes, como dirigir alcoolizado. "Não temos resultados destas ações ainda", analisa o deputado, que faz outra crítica. "Falam em integração das polícias, mas até hoje os rádios da polícia civil não falam com os da polícia militar. Precisa investir em comunicação", enfatiza.

OLÍMPIO GOMES

Deputado estadual pelo PDT/SP

"A segurança será questão central em 2014. Ninguém engana todo mundo o tempo todo"

O governo do estado planeja gastar R$ 10 bilhões com a Polícia Militar, enquanto estão previstos R$ 3 bilhões com a Polícia Civil. O resto do orçamento é dividido entre o Corpo de Bombeiros, o sistema penitenciário e outros setores de segurança pública. "O sistema está falido, é uma nau sem rumo. Em 2014, o Alckmin vai perder a eleição para ele mesmo por conta disso", conclui Olímpio.

Outra questão levantada pelo deputado, em conversa com o secretário de segurança pública, Fernando Grella, é a veracidade dos números apresentados. Segundo o estado, São Paulo conta atualmente com 93 mil policiais militares e 40 mil policiais civis. Número contestado pelo deputado. "Basta olhar na folha de pagamento publicada pelo Tribunal de Contas. Temos hoje 33 mil civis e 87 mil militares recebendo. Será que o resto trabalha voluntariamente?"

Procurada pela reportagem, a Secretaria de Segurança Pública de SP optou por não se posicionar diante das críticas do deputado. "Não vamos comentar", avisou a assessoria. ■

Manifestação no centro do Rio de Janeiro, 1968. Acervo Correio da Manhã/Arquivo Nacional.
O PASSADO NÃO PODE SER MODIFICADO.
MAS CONHECÊ-LO PODE MUDAR NOSSO FUTURO.
Houve uma época no Brasil em que era proibido discordar. E por isso muitas vezes direitos humanos foram violados.
A Comissão da Verdade existe para completar as peças e esclarecer o que aconteceu entre 1946 e 1988. Se você
tem alguma informação ou registro dessa época, contribua.
Comissão Nacional da Verdade. Para que nossa história se complete. De verdade.
24 de março. Dia Internacional do Direito à Verdade.
cnv.gov.br
facebook.com/comissaonacionaldaverdade
youtube.com/comissaodaverdade
twitter.com/CNV_Brasil
COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE
GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

RIO DE NEGÓCIOS

ÉRICA RIBEIRO, do Rio de Janeiro
riodenegocios@ig.com

>>> Esta coluna também é publicada no jornal O DIA

Mercado imobiliário no Rio de Janeiro cresce também para o interior

Cidades como Campos, Macaé e Itaboraí estão na mira das empresas do setor

Cidades do interior do estado do Rio estão se tornando cada vez mais a "bola da vez" na atração de investimentos. A motivação vem do crescimento do setor de petróleo, de obras como o Complexo Petroquímico de Itaboraí, do porto de Itaguaí. Empreendimentos residenciais, comerciais e hoteleiros mudam o desenho e a economia destas cidades e entram na planilha de recursos destinados pelas empresas do setor. Aliado a isso, o fato de as aplicações financeiras não oferecerem o mesmo atrativo de antes em rendimentos. Motivo pelo qual, segundo **Ricardo Ranauro**, diretor-presidente da construtora Calper, os investidores de fundos continuam migrando para os imóveis.

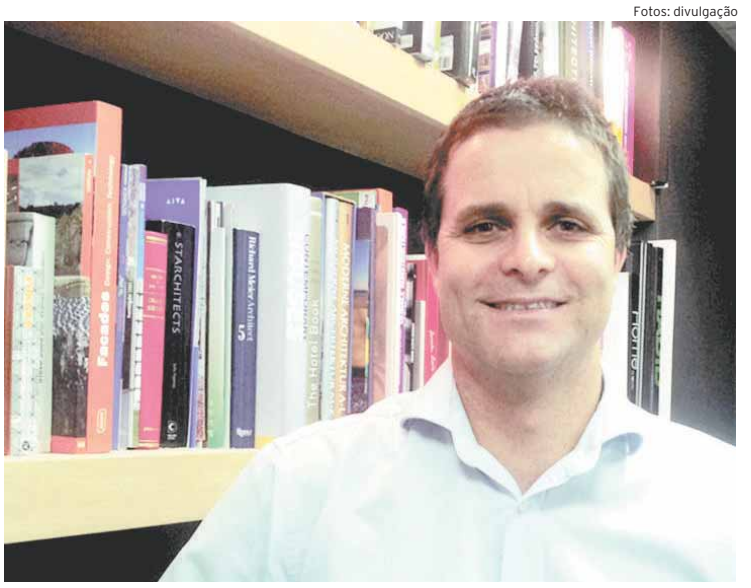
"A perspectiva do mercado imobiliário é bem positiva, pois hoje o dinheiro não está rendendo como antes em aplicações financeiras e renda fixa. O investidor tem que buscar alternativas mais rentáveis, e o investimento imobiliário (principalmente suítes hoteleiras, flats, comerciais) tem se mostrado bem mais rentável do que as aplicações tradicionais. Certamente as cidades do interior com maior demanda neste momento são Macaé, Campos, Itaboraí e Itaguaí. Claramente por causa dos projetos do Porto e do Comperj, além da descoberta do pré-sal", comenta.

Segundo ele, a Calper estudou muito o mercado de Macaé antes de conceber o complexo hoteleiro Nexus. O empreendimento tem Valor Geral de Vendas (VGV) de aproximadamente R$ 385 milhões e terá 1.828 unidades entre quartos de hotel e apart-hotel, além de 27 lojas.

Com PIB per capita de R$ 36 mil ao ano, Macaé passou de uma pequena cidade do interior a um dos maiores polos internacionais de negócios do Brasil. Multinacionais como Shell, Texaco, BP, Repsol e Petrobras têm operações na cidade. O município cresceu 600% nos últimos dez anos.

"A demanda é alta e a falta de investimentos desse padrão nos impulsionou a desenvolver o projeto. Em Macaé trabalham profissionais e executivos vindos de todas as partes do Brasil e do mundo. A população flutuante gira em torno de 70 mil pessoas. E a perspectiva é de novas contratações de profissionais para alimentar a indústria do pré-sal", calcula ele. ■

Fotos: divulgação



PONTE AÉREA

A BSB Musical, que inaugurou sua primeira franquia no Rio (a marca já tem 16 franquias no Brasil), lança amanhã campanha "Guitarre-se", estampada pela modelo Francesca Leta – em parceria com a Condor, fabricante de guitarras.
Ao fazer a matrícula na escola de música, o aluno que se inscrever em dois cursos ou em dois módulos do mesmo curso ganha a guitarra no ato da matrícula. A campanha será veiculada na mídia impressa e internet. Esperam o aumento de 30% nas adesões. A empresa é fruto do sonho de um jovem casal de Brasília que, em 1986, decidiu abrir uma escola de música. Desde sua fundação, eles se dedicam totalmente ao desenvolvimento e formação de músicos, bons ouvintes e apreciadores da música.
Hoje com mais de 25 anos de história, são 16 unidades espalhadas pelo Brasil, além de ser a única escola de música particular do DF a possuir os seus cursos reconhecidos e autorizados pela Secretaria de Educação do Distrito Federal.

EMPRESAS

DESIGNER QUER LICENCIAR A MARCA DO RIO A EMPRESAS
A designer gráfica e artista plástica Kakau Höfke, conhecida por usar o Rio como inspiração para seus trabalhos, passa a licenciar sua marca para empresas que queiram transformar suas obras em produtos. Recentemente a artista assinou a linha de produtos da papelaria Papel Craft e para a rede Bibi Sucos.

APLICATIVOS PARA VENDER MAIS NO MUNDO VIRTUAL
Aplicativos estão cada vez mais na moda e redes que fazem do e-commerce um importante ponto de venda virtual apostam pesado nessa ferramenta para facilitar as compras on-line. O Powerlook inaugura uma versão de uso exclusivo para smartphone, com filtro de busca por preço, categoria e marcas. A previsão é de um aumento de 20% nas vendas do site.

NEGÓCIOS

CONGRESSO BRASILEIRO DO AÇO VOLTA A SER NO RIO
Cinco anos depois de sua última edição no Rio, o Congresso Brasileiro do Aço retorna à cidade que é sede do Instituto Aço Brasil, em plena comemoração de seus 50 anos. O evento, promovido pela entidade que representa a cadeia produtiva do setor, já tem data marcada: 8 e 9 de maio, no Centro de Convenções SulAmérica. Especialistas nacionais e internacionais irão debater temas como competitividade da indústria nacional, sustentabilidade e economia mundial.

ANUÁRIO MOSTRA PERFIL DA HOTELARIA CARIOCA
Um em cada quatro quartos de hotel do Rio é ocupado por turistas vindos de São Paulo. O número é do Anuário Estatístico da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis do Rio de Janeiro (ABIH-RJ), feito em parceria com a Fecomercio/RJ. Visitantes da capital e do interior de São Paulo já representam 26,17% do total de hóspedes nacionais. O segundo maior estado emissor é o próprio Rio, com 6,01% dos visitantes. Em seguida estão Minas Gerais (5,20%) e Brasília (3,91%). Já entre os turistas internacionais, os EUA lideram como principal país emissor (9%), seguido pela Argentina (2,94%) e França (2,11%). Estima-se que, em 2012, 1,7 milhão de turistas, aproximadamente, ficaram instalados em unidades de hospedagem da cidade.

PÁSCOA

BACALHAU E CHOCOLATE EM FORMATO DE PIZZA
A rede carioca da Pizza Hut, com quatro lojas na cidade, pegou carona no espírito da Páscoa e lançou a pizza de bacalhau, como opção de almoço ou jantar para quem quer praticidade mas não abre mão da tradição de se comer o pescado na data. A iguaria entra no cardápio esta semana e é resultado de uma parceria com a Bacalhau Dias. Já a confeitaria Kurt, que completa 71 anos em 2013, também vai oferecer a pizza de marzipan, com chocolate e frutas secas. Mas o destaque para a data é a torta de brigadeiro enfeitada com biscoitos em formato de coelho para adoçar o almoço de domingo

IMOBILIÁRIO

NOVOS EMPREENDIMENTOS MOVIMENTAM O MERCADO
A imobiliária Fernandez Mera vai lançar 32 empreendimentos em 2013 em sua filial carioca, entre prédios residenciais e comerciais. A expectativa é fechar o ano com R$ 3,3 bilhões em Valor Geral de Vendas (VGV). Em 2012, o VGV foi de R$ 1 bilhão. Os lançamentos estarão concentrados nas zonas Oeste (Barra da Tijuca, Recreio dos Bandeirantes, Jacarepaguá, Campo Grande e Vila Valqueire) e Norte (Piedade, Méier, Vila da Penha e Grajaú), na Costa Verde (Mangaratiba e Conceição de Jacareí), em Macaé, em Niterói e em Itaboraí.
A Mega 18 Construtora lança este mês o empreendimento Alto Nilópolis Residências, na cidade da Baixada Fluminense. Serão 128 unidades, sendo 120 apartamentos e oito coberturas duplex. O Valor Geral de Vendas é de R$ 40 milhões.

PRONTO PARA MORAR ANTES DO PRAZO
A Sig Engenharia, em parceria com a Lafem Engenharia, antecipou em um mês a entrega do Residencial Wish, na Avenida Lúcio Costa, na Barra da Tijuca. São seis apartamentos com vista para o mar e mais de 200 metros quadrados, na altura da Praia do Pepê. O Valor Geral de Vendas é de R$ 14,6 milhões.

EDUCAÇÃO

SENAI CAPACITA EM PETRÓLEO E GÁS
Um grupo de 24 profissionais asiáticos do setor de petróleo e gás, funcionários da holandesa SBM Offshore, passou pelo Centro de Tecnologia Senai (CTS) Automação e Simulação, no Rio. A capacitação foi realizada no segmento de instalações e inspeção em ambientes com risco de explosão. Vindos de seis países – Turquia, Malásia, Sri Lanka, Índia, Filipinas e Cingapura –, eles trabalharão na construção de navios plataformas em estaleiros brasileiros. Além do Brasil, existem apenas outros três ambientes de simulação de riscos de explosão no mundo – na Escócia, no Canadá e em Cingapura.

Terminais Portuários da Ponta do Félix S.A.

CNPJ nº 85.041.333/0001-11

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

VISÃO GERAL

A Companhia registrou no ano de 2012 um lucro antes dos impostos de R$ 12 mil contra um prejuízo de R$ 5.825 mil no ano de 2011.

RECEITAS OPERACIONAIS

A receita operacional bruta apresentou no ano de 2012 um acréscimo de 15,66%, atingindo o montante de R$ 40.943 mil contra R$ 35.400 mil no ano de 2011.

O aumento da receita deve-se fundamentalmente ao acréscimo de 42% na movimentação de açúcar e ajustes nas tabelas de preços dos serviços prestados. O quadro abaixo demonstra a evolução da receita operacional bruta no ano de 2012 em relação ao mesmo período de 2011.

MOVIMENTAÇÃO FÍSICA

	2012					2011				
	Acumulado	4ºTrim	3ºTrim	2ºTrim.	1ºTrim.	Acumulado	4ºTrim	3ºTrim	2ºTrim.	1ºTrim.
Congelados	2				2	3.198			466	2.752
Carga Geral	40.610	13.149	13.051	8.630	5.780	26.973	8.264	6.473	6.396	5.841
Outros Serviços	332	62	96	128	47	5.228	1.191	1.882	2.114	42
	40.943	**13.211**	**13.147**	**8.758**	**5.828**	**35.400**	**9.488**	**8.355**	**8.955**	**8.635**

MOVIMENTAÇÃO FÍSICA

Em 2012, a movimentação de granéis e carga geral foi de 1.249 mil tons, sendo 99 mil tons de açúcar e 1.150 mil tons de carga granel, no mesmo período de 2011 foram movimentados 20 mil tons de carga congelada, 1.150 mil tons de carga granel e 70 mil tons de açúcar. Em 2012 não houve movimentação de cargas congeladas.

DESEMPENHO FINANCEIRO

O EBITDA (ou LAJIDA) - lucro antes dos impostos, juros, depreciações e amortizações - que conceitualmente demonstra a geração operacional de caixa da Companhia - totalizou em 2012 R$ 4.679 mil (em 2011 R$ 5.426 mil).

INVESTIMENTOS

Os investimentos realizados pela Companhia em 2012 totalizaram no período R$ 2.620 mil (em 2011 foram R$ 4.143), destinados principalmente à aquisição de equipamentos visando a adequação do recinto alfandegado a legislação da Receita Federal do Brasil, instalações de apoio às atividades operacionais e outras pequenas obras, que deverão possibilitar o crescimento das atividades nos próximos exercícios.

PERSPECTIVAS PARA 2013

Com base nos novos parâmetros institucionais, investimentos, nas projeções de cargas dos principais clientes, estima-se para 2013 uma movimentação física de cargas de 1.597 mil toneladas.

Em termos de Receita Operacional Bruta, prevê-se para 2013 o montante de R$ 56 milhões, o que representa um crescimento de 36,5 % sobre o realizado em 2012.

Antonina, 28 de fevereiro de 2013

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Em milhares de reais)

Ativos	Nota	2012	2011	Passivo	Nota	2012	2011
Caixa e equivalentes de caixa	5	5.532	3.981	Empréstimos e financiamentos	14	395	374
Contas a receber de clientes	6	1.426	281	Fornecedores	15	1.726	3.913
Títulos a receber	6	196	120	Obrigações fiscais	16	480	385
Estoques		423	426	Obrigações sociais e trabalhistas		1.282	1.184
Impostos a recuperar	7	37	486	Provisões contratuais - APPA		251	251
Adiantamentos a fornecedores	8	1.925	1.647	Adiantamentos de Clientes		736	
Despesas antecipadas	9	67	1.297	Demais contas a pagar		5	6
Demais contas a receber			22	Total do passivo circulante		**4.875**	**6.113**
Total do ativo circulante		**9.606**	**8.260**	Empréstimos e financiamentos	14	1.103	1.497
Impostos a recuperar	7	7.015	7.074	Obrigações fiscais	16	2.253	2.568
Depósitos judiciais	17	4.306	4.438	Passivos litigiosos	17	759	849
Demais contas a receber			18	Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	6.851	7.703
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	7.703	7.703	Total do passivo não circulante		**10.966**	**12.617**
Investimentos	11	130		**Patrimônio líquido**	18		
Imobilizado	12	132.575	135.751	Capital social		153.139	153.139
Intangível	13	115	152	Ajustes de avaliação patrimonial		13.300	14.953
Diferido	13		81	Lucros (Prejuízos) acumulados		(20.830)	(23.345)
Total do ativo não circulante		**151.844**	**155.217**	Total do patrimônio líquido		**145.609**	**144.747**
Total do ativo		**161.450**	**163.477**	Total do passivo e patrimônio líquido		**161.450**	**163.477**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Em milhares de reais)

	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
		(reclassificado)		
Saldo em 31 de dezembro de 2010	153.139	22.656	(20.584)	155.211
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(7.703)		(7.703)
Prejuízo do exercício			(2.761)	(2.761)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	**153.139**	**14.953**	**(23.345)**	**144.747**
Realização custo atribuído - líquido de impostos		(1.653)	1.653	
Lucro do exercício			862	862
Saldo em 31 de dezembro de 2012	**153.139**	**13.300**	**(20.830)**	**145.609**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto Operacional

A Companhia tem como objeto principal a administração do arrendamento, outorgado pela Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA através do contrato nº 003, celebrado em 26.04.1995, realização de atividades inerentes, acessórias ou complementares do serviço concedido, e ainda a implementação de projetos associados aos serviços portuários concedidos, (i) exploração, operação e administração de serviços portuários, (ii) exploração, operação e administração de serviços de transporte rodoviário, fluvial, marítimo e ferroviário, complementares ou não às atividades portuárias que gerencia serviços de armazém em geral, em instalações próprias ou de terceiros, (iii) prestação de serviços como agenciadora de seguro, agenciadora de frete, em atividades de marinha mercante, serviços de assistência técnica e outros ligados à infra-estrutura portuária, tais como abastecimento de bordo, limpeza e higienização de navios, (iv) realização de atividades de importação e exportação de gêneros alimentícios, elaborados, semi-elaborados e *in natura*, equipamentos destinados à atividade portuária, dentre outros.

Atualmente, a Companhia atua somente na atividade de exploração, operação e administração de serviços portuários.

A exploração da instalação portuária está regulamentada pela Lei nº 8.630/93 sob a modalidade de "uso público".

O oitavo termo aditivo ao contrato de arrendamento do terminal, publicado no Diário Oficial do Paraná em 17 de março de 2010, regulamenta o direito de compensação dos valores despendidos diretamente pela Terminais Portuários da Ponta do Félix S.A. para manutenção do canal de acesso de Antonina com as tarifas portuárias incidentes sobre suas operações.

Em 13 de abril de 2010, foi publicado no Diário Oficial da União o nono termo aditivo ao contrato de arrendamento do terminal que, entre outras determinações, altera a cláusula do contrato originalmente firmado que determina o prazo do arrendamento, ficando dessa forma a data de vencimento do período contratual alterada para 26 de abril de 2022, podendo ser prorrogado por mais um período de vinte e cinco anos.

O referido termo aditivo também regulamenta e atualiza outros temas constantes no instrumento originalmente assinado, que eram objeto de constantes discussões, como: área arrendada, cargas a serem movimentadas, valor do arrendamento e taxas portuárias, além das responsabilidades pela manutenção do canal de acesso ao terminal.

2. Base de preparação

a. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As presentes demonstrações financeiras incluem:

• As demonstrações financeiras individuas da Companhia preparadas de acordo com o BR GAAP.

• A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 30 de janeiro de 2013.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A Companhia realiza determinadas estimativas e premissas em relação ao futuro. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados com base na experiência histórica e outros fatores, incluindo as expectativas dos eventos futuros que se acredita serem razoáveis de acordo com as circunstâncias. No futuro, a experiência real pode diferir dessas estimativas e premissas. As estimativas e premissas que possuem um risco significativo de provocar um ajuste importante nos valores contábeis de ativos e passivos dentro do próximo exercício financeiro estão divulgadas abaixo.

Julgamentos

Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos e abatimentos.

Estimativas e premissas

Vidas úteis de ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são amortizados durante sua vida útil. A vida útil é baseada nas estimativas da Administração a respeito do período em que os ativos vão estar em uso, as quais são periodicamente revisadas para adequação contínua. Alterações nas estimativas poderão resultar em variações significativas no valor contábil e os valores são apropriados como despesa na demonstração dos resultados, em períodos específicos.

Valor justo dos instrumentos financeiros

Quando aplicável, a Companhia determina o valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em bolsa utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas são significativamente afetadas pelas premissas utilizadas, incluindo as taxas de desconto e as estimativas de fluxos de caixa futuros. A esse respeito, as estimativas do valor justo derivadas não podem sempre ser fundamentadas pela comparação com mercados independentes e, em muitos casos, podem não ser capazes de serem realizadas imediatamente.

Processos legais

De acordo com os CPCs, a Companhia reconhece uma provisão quando existe uma obrigação presente decorrente de um evento passado, uma transferência de benefícios econômicos é provável e o valor dos custos de transferência pode ser estimado de maneira confiável. Nos casos em que os critérios não são cumpridos, um passivo contingente pode ser divulgado nas notas explicativas das demonstrações financeiras. As obrigações decorrentes de passivos contingentes que foram divulgadas, ou que não são atualmente reconhecidas ou divulgadas nas demonstrações financeiras, poderiam ter um efeito material sobre o balanço patrimonial da Companhia. A aplicação desses princípios contábeis a litígios exige que a Administração realize cálculos sobre diversas matérias de fato e de direito além de seu controle.

A Companhia revisa as ações judiciais pendentes, monitorando a evolução dos processos e a cada data de elaboração de relatórios, visando avaliar a necessidade de provisões e divulgações nas demonstrações financeiras. Entre os fatores considerados na tomada de decisões sobre as provisões estão a natureza do litígio, reivindicação ou autuação, o processo judicial e o nível potencial de indenização na jurisdição em que o litígio, reivindicação ou autuação foi interposto, o andamento da ação (incluindo o andamento após a data das demonstrações financeiras, mas antes de serem emitidas), os pareceres ou opiniões dos consultores jurídicos, a experiência em casos semelhantes, e qualquer decisão da Administração da Companhia sobre a forma como ela vai responder ao litígio, reivindicação ou autuação.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.Os empréstimos e recebíveis abrangem clientes e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Limites de cheques especiais de bancos que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa da Companhia são incluídos como um componente das disponibilidades para fins da demonstração dos fluxos de caixa. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

ii. Passivos financeiros não derivativos

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Em milhares de reais)

	Nota	2012	2011
Operações em continuidade			
Receita	19	37.059	31.751
Custo dos serviços prestados	20	(29.136)	(29.098)
Lucro bruto		**7.923**	**2.653**
Despesas administrativas	21	(7.423)	(8.019)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras liquidas e impostos		**500**	**(5.366)**
Receitas financeiras	22	331	555
Despesas financeiras	22	(819)	(1.014)
Despesas financeiras líquidas		**(488)**	**(459)**
Resultado antes dos impostos		**12**	**(5.825)**
Imposto de renda e contribuição social diferidos		852	3.064
Imposto de renda e contribuição social correntes		(2)	
Lucro (Prejuízo) do exercício		**862**	**(2.761)**
Quantidade de ações no final do exercício (lote de 1.000 ações)		231	231
Lucro (Prejuízo) por lote de mil ações no final do exercício		0,00373	(0,012)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Em milhares de reais)

	2012	2011
Resultado do exercício	862	(2.761)
Resultados abrangentes		
Resultado abrangente do exercício	**862**	**(2.761)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Em milhares de reais)

	2012	2011
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro/Prejuízo do exercício	862	(2.761)
Ajustes para:		
Depreciação	5.844	4.930
Amortização diferido	81	2.864
Diminuição (aumento) nos ativos		
Contas a receber de clientes	(1.145)	405
Títulos a receber	(76)	359
Estoques	3	(61)
Impostos a recuperar	(344)	2.102
Adiantamentos a fornecedores	(278)	(333)
Despesas antecipadas	1.230	2.525
Depósitos judiciais	132	(551)
Outros	22	
Aumento (diminuição) nos passivos:		
Fornecedores	(1.772)	(3.317)
Obrigações fiscais	95	525
Obrigações sociais e trabalhistas	98	322
Provisões contratuais - APPA		
Demais contas a pagar	745	(229)
Passivos litigiosos	(90)	
Fluxo de caixa liquido decorrente das atividades operacionais	**4.555**	**3.716**
Fluxo de caixa de atividades de investimentos		
Adições ao imobilizado e intangível	(2.630)	(4.134)
Fluxo de caixa aplicados das atividades de investimentos	**(2.630)**	**(4.134)**
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Empréstimos e financiamentos	(374)	1.872
Caixa proveniente (usado em) de atividades de financiamento	**(374)**	**1.872**
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	**1.551**	**1.454**
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	3.981	2.527
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	**5.532**	**3.981**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Em milhares de reais)

	2012	2011
Receitas	**40.943**	**35.400**
Vendas de serviços	40.520	35.145
Outras receitas	423	255
Insumos adquiridos de terceiros	**19.159**	**19.222**
(Inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	19.159	19.222
Valor adicionado bruto	**21.784**	**16.178**
Depreciação e amortização	5.835	7.794
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	**15.949**	**8.384**
Valor adicionado recebido em transferência	**331**	**556**
Receitas financeiras	27	83
Outras	304	473
Valor adicionado total a distribuir	**16.280**	**8.940**
Distribuição do valor adicionado	**16.280**	**8.940**
Pessoal	11.705	10.102
Impostos, taxas e contribuições	3.746	584
Remuneração de capitais de terceiros	**819**	**1.015**
Juros	219	234
Variações cambiais	600	781
Remuneração de capitais próprios	**10**	**(2.761)**
Lucros retidos / prejuízo do exercício	10	(2.761)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Tais passivos financeiros são representados por empréstimos, financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar os quais são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

iii. Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Eventuais custos adicionais

Continua»»»

Continuação»»»

Terminais Portuários da Ponta do Félix S.A.

CNPJ nº 85.041.333/0001-11

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais)

diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.
Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo. O saldo do lucro líquido remanescente permanece nas reservas de lucros no patrimônio líquido até a destinação aprovada na Assembleia dos acionistas.

b. Imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment)* acumuladas.
O custo inclui gastos que são diretamente atribuível à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria companhia inclui:
• O custo de materiais e mão de obra direta;
• Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
• Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
• Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.
O custo de um ativo imobilizado pode incluir reclassificações de outros resultados abrangentes de instrumentos de proteção de fluxos de caixa qualificáveis de compra de ativo fixo em moeda estrangeira. O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.
Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.
Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

ii. Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.
Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.
As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativos são as seguintes:

• Edifícios	25 - 50 anos
• Máquinas e equipamentos	15 - 30 anos
• Móveis e utensílios	10 anos
• Veículos	5 anos
• Tecnologia, processamento de dados e telefonia	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. A vida útil e o valor residual foram revisadas em 31/12/2010.

c. Ativos intangíveis

i. Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

ii. Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

iii. Amortização

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear baseada nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para o período corrente e comparativo são as seguintes:

• Marcas e patentes	3 - 20 anos
• Custos de desenvolvimento capitalizados	2 - 5 anos
• Carteira de cliente	4 - 5 anos.

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.
Os outros arrendamentos mercantis são arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia.

d. Redução ao valor recuperável (impairment)

i. Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.
A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado
A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.
Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis ou ativos mantidos até o vencimento. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

ii. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os ativos biológicos, propriedade para investimento, estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado todo ano.
Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.
O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC").

e. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

f. Receita operacional

i. Serviços

A receita da prestação dos serviços portuários no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida quando existe evidência confiável de que os riscos e benefícios inerentes a propriedade dos serviços prestados foram transferidos e/ou executados para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e os possíveis cancelamentos dos serviços possam ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os serviços vendidos, e de que o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita conforme as vendas são reconhecidas.

g. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.
As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos.Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, desenvolvimento ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

h. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social, do exercício corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 mil para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.
Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.
Devido à opção dada pelas autoridades governamentais a Companhia, quando aplicável, opta pelo Regime Tributário de Transição (RTT) instituído pela lei nº 11.941/09 relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, por meio do qual as apurações do imposto sobre a renda (IRPJ), da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), da contribuição para o PIS e da contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS), para o biênio 2008-2009, continuam a ser determinadas sobre os métodos e critérios contábeis definidos pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, vigentes em 31 de dezembro 2007. Dessa forma, o imposto de renda e a contribuição social diferidos, calculados sobre os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis advindas da Lei nº 11.638/08 e Lei nº 11.941/09 foram registrados nas referidas demonstrações financeiras da Companhia, quando aplicáveis, em conformidade com as Normas brasileiras aplicáveis. A Companhia consignou referida opção na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ) no ano de 2009.
Demonstrações de valor adicionado
A companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável as companhias abertas.

4. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

i. Imobilizado

O valor justo dos itens do ativo imobilizado é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

ii. Ativos intangíveis

O valor justo de ativos intangíveis é baseado nos fluxos de caixa descontados que se espera que derivem do uso e possível venda dos ativos.

iii. Contas a receber de clientes e outros créditos

O valor justo de contas a receber e outros créditos é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

iv. Outros passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. Quanto ao componente passivo dos instrumentos conversíveis de dívida, a taxa de juros de mercado é apurada por referência a passivos semelhantes que não apresentam uma opção de conversão.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2012	31/12/2011
Caixa (a)	2	1.391
Banco do Brasil S.A.	1.491	525
Numérarios em transito (b)	4.039	2.065
	5.532	3.981

(a) O montante de R$ 2 em 2012 representa o fundo fixo de caixa (R$ 1.391 em 2011 era representado, substancialmente, por cheques administrativos em favor da Companhia, decorrentes de operação de redução de capital, cuja emissão foi aprovada na ata da 207ª Reunião do Conselho de Administração, conforme descrito na nota n°21.a., que foram descontados no transcorrer de 2012).
(b) O montante é referente aos recebimentos em moeda estrangeira (Dólar), recebidos até o mês de dezembro de 2012.

6. Contas a receber de clientes e títulos a receber

6.1 Contas a receber de clientes

Composição das contas a receber por idade de vencimento:

	31/12/2012	31/12/2011
A vencer	253	281
Vencidos de 01 dia até 30 dias	577	
Vencidos de 31 dias até 180 dias	596	
Vencidos há mais de 181 dias	221	221
Total contas a receber de clientes	1.647	502
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(221)	(221)
	1.426	281

6.2 Títulos a receber

	31/12/2012	31/12/2011
Estinave Serviços Marítimos Ltda.	53	86
Outros	274	165
Total títulos a receber	327	251
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(131)	(131)
	196	120

7. Impostos a Recuperar

	31/12/2012	31/12/2011
Créditos de II e IPI - Drawback (a)	6.093	5.899
Créditos de PIS/COFINS (b)	922	922
IRRF sobre aplicações financeiras (c)		732
Outros	37	6
Total impostos a recuperar	7.052	7.559
(-) Impostos a recuperar não circulante	(7.015)	(7.073)
	37	486

(a) A Companhia em 31 de agosto de 2008, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e embasada em parecer dos assessores jurídicos, reclassificou os valores registrados na conta Depósitos Judiciais passando para a conta de Impostos a Recuperar. Os valores em epigrafe se referem aos autos do Mandado de Segurança impetrado anteriormente, que foram posteriormente convertidos em renda da União Federal. Estes valores referem-se aos impostos pagos anteriormente inerentes ao processo do Ato Concessório Drawback. As ações judiciais implementadas estão voltadas a desconstituir as autuações da Receita Federal do Brasil e visam a recuperação dos impostos pagos indevidamente.
(b) Em 31 de dezembro de 2007 a Companhia registrou créditos a recuperar referentes a PIS e COFINS não cumulativos recolhidos indevidamente sobre receita equiparada e receita de exportação, no período de 2003 a 2006. As bases legais para esse reconhecimento e registro estão suportadas pelos Assessores Jurídicos da Companhia e por resposta favorável à consulta formulada à Receita Federal do Brasil.
(c) Refere-se a imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras efetuadas pela Companhia em exercícios anteriores e suas respectivas atualizações monetárias conforme previsto na legislação vigente.

8. Adiantamentos a Fornecedores

	31/12/2012	31/12/2011
OGMO - PR (a)	1.648	1.627
Outros	277	20
	1.925	1.647

(a) Adiantamentos realizados para o "Órgão de Gestão de Mão-de-Obra do Trabalhador Portuário Avulso do Porto Organizado de Antonina - OGMO-A" se referem ao fornecimento de mão-de-obra de trabalhador portuário avulso (TPA), utilizados nas operações de embarque e desembarque de navios atracados nas instalações portuárias da Companhia. A contratação destes TPAs somente pode ser realizada por intermédio do OGMO-A, conforme determina a Lei nº 8.630, de 25.02.1993, que dispõe sobre o regime jurídico da exploração dos portos organizados e das instalações portuárias.

9. Despesas Antecipadas

	31/12/2012	31/12/2011
Despesas a compensar com dragagens (a)		1.221
Seguros a apropriar	64	60
Outras despesas a compensar	3	16
	67	1.297

(a) O oitavo aditivo ao contrato de arrendamento do terminal, regulamenta o direito de compensação dos valores despendidos diretamente pela TPPF para manutenção do canal de acesso de Antonina com as tarifas portuárias incidentes sobre suas operações.

10. Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente e Diferido

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo

Os créditos tributários de IRPJ e CSSL foram constituídos sobre as diferenças temporariamente indedutíveis, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.
A Companhia possui prejuízos fiscais acumulados e base negativa de imposto de renda e contribuição social equivalente a R$ 75.640 e R$ 75.640, respectivamente, devidamente registrados no Livro de Apuração do Lucro Real - LALUR os quais são imprescritíveis, tendo apenas sua compensação limitada a 30% do imposto de renda e contribuição social devidos em cada exercício. Observada no CPC 32 - Receita sobre os Lucros a Companhia, atendendo aos critérios pré-estabelecidos do comunicado técnico, registrou parcela dos créditos tributários diferidos sobre esses prejuízos fiscais e base negativa de CSSL no montante de R$ 7.703 levando em consideração a estimativa de projeção de resultado tributável para realização destes créditos tributários.
No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, os créditos tributários apresentavam a seguinte composição:

	31/12/2012	
Descrição	**Imposto de renda**	**Contribuição social**
Base de cálculo		
Prejuízos fiscais acumulados	75.204	
Base negativa de contribuição social		75.204
Demais provisões	439	439
Total da base para Imposto de renda	75.643	75.643
Alíquotas	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18.911	6.808
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos		25.719
Parcela não reconhecida (*)		(18.016)
Créditos tributários diferidos reconhecidos		7.703

(*) São reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável para qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensadas. A reversão ou a manutenção dos créditos tributários deverá ser avaliado periodicamente, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique os valores registrados. Desconsiderando fatores pontuais que afetaram positivamente e negativamente o resultado da Companhia no exercício e considerando as expectativas de resultados futuros determinados com base em premissas que incorporam, entre outros fatores, o aumento do nível atual das operações; o atual cenário econômico; e as expectativas futuras de taxas de juros, a Administração acredita que os créditos tributários registrados em 31 de dezembro de 2012, tenham a sua realização futura da seguinte forma:

Exercício	**(*) Valor presente**
2013	3.165
2014	1.768
2015	1.958
2016	812

b. Imposto de renda e contribuição social diferidos passivo

A composição das bases para imposto de renda e contribuição social diferidos sobre passivos é a seguinte:

			2012
Descrição	**Base de cálculo**	**Imposto de Renda**	**Contribuição Social**
Custo atribuído	22.656	5.664	2.039
Total		5.664	2.039

No exercício de 2012 foram realizados créditos tributário no montante de R$ 852 decorrentes da depreciação sobre o custo atribuído.

11. Investimentos

	31/12/2012	31/12/2011
Interbulk Ltda (a)	130	100
(-)Provisão para perda de investimento		(100)
	130	

Quanto à participação societária na empresa Interbulk Ltda., se faz necessário informar que, em virtude de alteração societária e da projeção de reativação dos projetos da empresa Interbulk Ltda., a Companhia através de seus diretores entendeu por necessária a reversão da provisão de perda de investimentos no valor de R$ 100 que havia constituído anteriormente. Além disso, por acordo entre os sócios da Interbulk houve aumento do capital social daquela empresa, representando um aporte de R$ 30 por parte da Ponta do Felix.

12. Ativo imobilizado

	Terrenos e edifícios	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Informática e tecnologia	Bens de terceiros	Bens em construção	Provisão para Perda	Total
Custo								
Saldo em 1° de janeiro de 2011	**148.811**	**24.811**	**308**	**1.098**	**26**	**450**	**(70)**	**175.434**
Outras adições	1.019	1.838	4	45		1.237		4.143
Alienações		(45)						(45)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	**149.830**	**26.604**	**312**	**1.143**	**26**	**1.687**	**(70)**	**179.532**
Saldo em 1° de janeiro de 2012	**149.830**	**26.604**	**312**	**1.143**	**26**	**1.687**	**(70)**	**179.532**
Outras adições	1.362	108	20	202		928		2.620
Alienações				(8)				(8)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	**151.192**	**26.712**	**332**	**1.337**	**26**	**2.615**	**(70)**	**182.144**
Depreciação e perdas no valor recuperável								
Saldo em 1° de janeiro de 2011	**32.545**	**5.318**	**160**	**852**	**13**			**38.888**
Depreciação no período	3.720	1.017	27	126	3			4.893
Saldo em 31 de dezembro de 2011	**36.265**	**6.335**	**187**	**978**	**16**			**43.781**
Saldo em 1° de janeiro de 2012	**36.265**	**6.335**	**187**	**978**	**16**			**43.781**
Depreciação no período	3.767	1.891	29	98	3			5.788
Saldo em 31 de dezembro de 2012	**40.032**	**8.226**	**216**	**1.076**	**19**			**49.569**
Valor contábil								
Em 1° de janeiro de 2011	116.266	19.493	148	246	13	450	(70)	136.546
Em 31 de dezembro de 2011	113.565	20.269	125	165	10	1.687	(70)	135.751
Em 31 de dezembro de 2012	**111.160**	**18.486**	**116**	**261**	**7**	**2.615**	**(70)**	**132.575**

Continua»»»

Continuação»»»

Terminais Portuários da Ponta do Félix S.A.

CNPJ nº 85.041.333/0001-11

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais)

13. Ativos intangíveis e diferidos

	Marcas e patentes	Licença de uso de Softwares	Total
Custo			
Saldo em 1° de janeiro de 2011	11	173	184
Aquisições - Desenvolvido internamente			
Efeito das variações das taxas de câmbio		34	34
Saldo em 31 de dezembro de 2011	11	207	218
Saldo em 1° de janeiro de 2012	11	207	218
Aquisições por combinação de negócios			
Outras aquisições - Desenvolvido internamente		19	19
Efeito das variações das taxas de câmbio			
Saldo em 31 de dezembro de 2012	11	226	237
Amortização e perdas por redução do valor recuperável			
Saldo em 1° de janeiro de 2011		30	30
Amortização do período		36	
Perdas com redução ao valor recuperável			
Efeito das variações das taxas de câmbio			
Saldo em 31 de dezembro de 2011		66	66
Saldo em 1° de janeiro de 2012		66	66
Amortização do período		56	56
Perda por redução no valor recuperável			
Reversão de perdas por redução ao valor recuperável			
Efeito das variações das taxas de câmbio			
Saldo em 31 de dezembro de 2012		122	122
Valor contábil			
Em 1° de janeiro de 2011	11	143	154
Em 31 de dezembro de 2011		141	141
Em 31 de dezembro de 2012	11	104	115

Os projetos referem-se aos gastos incorridos com a execução inicial de serviços de assessoria e consultoria nas ações necessárias à implantação do terminal portuário, tais como: estudos técnicos, levantamento topográfico e estudo de impacto ambiental.

	31/12/2012	31/12/2011
Gastos de organização e administração	14.529	14.529
Encargos financeiros líquidos - fase de capitalização	7.140	7.140
Gastos de estudos, projetos e detalhamentos	1.271	1.271
Provisão para contingências	5.708	5.708
Total do diferido	28.648	28.648
(-) Amortizações acumuladas	(28.648)	(28.567)
		81

O diferido é amortizado a taxa anual de 10% a partir do início das operações, ocorrido em janeiro de 2002.

14. Empréstimos e financiamentos

	Encargo (a.a.)	Vencimento	31/12/2012
Finame BNDES	5,50%	15.09.2016	1.498
(-) Financiamento não circulante			(1.103)
			395

Finame contratado para aquisição de 04 máquinas pá carregadeiras, modelo L70 utilizadas na movimentação de granéis. O Financiamento está garantido pelos bens financiados.

15. Fornecedores

	31/12/2012	31/12/2011
Fornecedores nacionais	1.022	653
Fornecedores internacionais (a)		2.140
Provisões fornecedores nacionais	704	1.120
Total de fornecedores	1.726	3.913

(a) Valores referentes à aquisição do guindaste portuário junto à empresa "LIEBHER", modelo MHC utilizado na movimentação de granéis, contêineres e demais cargas. Esta dívida foi finalizada em 2012.

16. Obrigações fiscais

	31/12/2012	31/12/2011
ISS a recolher	93	114
INSS a recolher	1	2
IR a recolher	1	1
PIS a recolher	24	43
COFINS a recolher	140	223
Parcelamento fiscal IR e CS (a)	2.460	2.568
Outros impostos a recolher	14	2
Total obrigações fiscais	2.733	2.953
(-) Obrigações fiscais não circulante	(2.253)	(2.568)
	480	385

(a) Companhia formalizou a opção pelo parcelamento em 180 meses "REFIS IV" dos débitos referentes a procedimentos administrativos tributários, Execuções Fiscais nº 193/2006; 20/2005 e 43/2005 totalizando o montante de R$ 5.590 sendo que parte desse valor, no montante de R$ 2.752, correspondentes a execução fiscal 43/2005, encontrava-se provisionado na rubrica de provisão para contingências.

A Companhia, com base na Lei nº 11.941, pretende liquidar valores correspondentes a multas de mora e de ofício e a juros moratórios com a utilização de créditos fiscais decorrentes de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da contribuição social.

As contribuições e encargos tributários apurados e recolhidos ou a recolher pela Companhia, bem como as respectivas declarações de tributos, os registros contábeis, fiscais e societários, estão sujeitos a exame por parte das autoridades fiscais durante prazos prescricionais variados, conforme a legislação aplicável.

17. Passivos litigiosos

Nas ações cíveis, trabalhistas e tributárias com potencial de perda os valores das contingências são provisionados segundo os critérios abaixo:

Análise individual: para os processos judiciais cíveis, fiscais e trabalhistas é realizada análise individual dos mesmos. Considerando o potencial de perda, os mesmos são classificados em provável, possível e remoto, sendo indicados os valores máximos e mínimos de risco de perda, mediante estimativa confiável do advogado responsável pelo processo. Os valores das contingências são provisionados a 100% do valor provável de perda. Os processos classificados com o potencial de perda remoto não são provisionados e/ou divulgados.

	31/12/2012	31/12/2011
Trabalhistas	570	661
Tributários	55	83
Civeis	134	105
	759	849

Passivos contingentes classificados como perdas possíveis estão representados por processos de natureza trabalhista no montante de R$ 5.327 (R$ 2.528 em 31 de dezembro de 2011), tributária no montante de R$ 8.123 (R$ 11.943 em 31 de dezembro de 2011) e cíveis no montante de R$ 4 (R$ 493 em 31 de dezembro de 2011). A Companhia mantém registrados depósitos judiciais no montante de R$ 4.306 que estão representados por processos finalizados (tramitados e julgados) favoravelmente à Companhia como seguem:

	31/12/2012	31/12/2011
Trabalhistas	2.077	2.065
Tributários	120	75
Civeis	2.109	2.298
	4.306	4.438

18. Capital social e reservas

Capital social

A Companhia tem como capital autorizado, independente de reforma estatutária, 250.000.000 (duzentos e cinquenta milhões) de ações, sendo 93.000.000 (noventa e três milhões) ações ordinárias e 157.000.000 (cento e cinquenta e sete milhões) ações preferenciais, todas nominativas e do tipo sem valor nominal.

O Capital subscrito e integralizado corresponde ao montante de R$ 153.139 (R$ 153.139 em 31 de dezembro de 2011) representados por 231.387 mil ações nominativas, divididas em 85.937 mil ações ordinárias e 145.450 mil ações preferências, sem valor nominal.

Em 18 de outubro de 2010, a Companhia optou pela redução do Capital Social no montante de R$ 6.500.000, baseado no Laudo Econômico Financeiro da Companhia, sem redução no montante de ações emitidas. Conforme aprovada na Assembléia Geral Extraordinária dos Acionistas e conforme previsto no art. 174 da Lei nº 6.404/76, a redução somente se tornou efetiva 60 (sessenta) dias após a publicação do fato (ocorrido dezembro de 2010). Abaixo apresentamos o capital social após distribuição:

Acionistas	Quantidade	Valor	%
Equiplan	136.868	90.584	59,15
Fundação Copel	47.234	31.261	20,41
Portus	27.705	18.336	11,97
Fusan	19.480	12.892	8,42
Outros	100	66	0,04
Total	231.387	153.139	100

a. Em 13 de janeiro de 2010, a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI, conforme divulgação de fato relevante em novembro de 2009, firmou Contrato de Compra e Venda de Ações da Terminais Portuários da Ponta do Félix S.A. ("TPPF"), para a alienação da integralidade das Ações da Companhia de propriedade da PREVI para a EQUIPLAN - Consultoria Empresarial S.A.. Cabe ressaltar que a operação foi integralmente concluída, sendo efetivada a transferência formal da titularidade das referidas ações de propriedade da PREVI para a EQUIPLAN.

b. Em 22 de janeiro de 2010, o Fundo de Pensão Multipatrocinado - FUNBEP, conforme divulgação de fato relevante em novembro de 2009, firmou Contrato de Compra e Venda de Ações da Terminais Portuários da Ponta do Félix S.A. ("TPPF"), para a alienação da integralidade das Ações da Companhia de propriedade do Fundo para a EQUIPLAN - Consultoria Empresarial S.A.. Cabe ressaltar que a operação foi integralmente concluída, sendo efetivada a transferência formal da titularidade das referidas ações de propriedade do FUNBEP para a EQUIPLAN.

Dividendos

Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido ajustado conforme determinado no estatuto social da Companhia e na forma da legislação em vigor. A distribuição dos dividendos está sujeita à deliberação em Assembléia Geral de Acionistas.

19. Receita operacional

	31/12/2012	31/12/2011
Prestação de serviços	40.520	35.145
Reembolso prestação de serviços	423	255
(-) Descontos e cancelamentos	(138)	(62)
(-) Impostos sobre vendas	(3.746)	(3.586)
	37.059	31.752

20. Custos

	31/12/2012	31/12/2011
Serviços de terceiros	7.905	6.615
Materiais	16	21
Taxas		116
Utilidades e Serviços	606	1.378
Arrendamentos	2.972	2.901
Avarias	21	3
Material de Uso e Consumo	215	174
Custos com pessoal	6.787	6.835
Manutenção de máquinas e equipamentos	105	182
Depreciações	5.835	7.729
Custos com manutenções	2.939	1.847
Outros Custos Operacionais	1.735	1.297
	29.136	29.098

21. Despesas por natureza

	31/12/2012	31/12/2011
Despesas com pessoal (a)	2.283	2.252
Remuneração pessoal chave (a)	1.506	1.015
Serviços e utilidades	1.802	1.155
Despesas com deslocamentos	197	203
Despesas com materiais	129	142
Despesas com taxas	1.323	1.083
Recuperação de despesas operacionais	(1.075)	
Contingências / atualizações	(580)	
Despesas com seguros	499	419
Despesas com informática	396	417
Contribuições e sindicatos	311	225
Responsabilidade social	92	98
Gastos com veículos / barcos	97	146
Meio-ambiente	180	167
Outras despesas gerais e administrativas	263	697
	7.423	8.019

Despesas com pessoal	31/12/2012	31/12/2011
Salários e verbas contratuais	1.075	1.082
Honorários diretoria e conselhos	1.506	1.015
Contribuições para previdência social	587	501
Obrigações legais	621	669
	3.789	3.267

22. Receitas financeiras e despesas financeiras reconhecidas na demonstração de resultados

Receitas financeiras	31/12/2012	31/12/2011
Descontos Obtidos	28	82
Juros e multas recebidas		1
Variação cambial ativa	303	472
	331	555
Despesas financeiras		
Descontos concedidos		80
Juros e multas pagos	219	112
Despesas bancárias	55	41
Variação cambial passiva	545	781
	819	1014

23. Instrumentos financeiros

Gerenciamento dos riscos financeiros

Visão geral

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco cambial.

Da mesma maneira que em todos os outros negócios, a Companhia está exposta aos riscos que decorrem da utilização de instrumentos financeiros. Essa nota descreve os objetivos, políticas e processos da Companhia para a gestão desses riscos e os métodos utilizados para mensurá-los. Mais informações quantitativas em relação a esses riscos são apresentadas ao longo dessas demonstrações financeiras.

Não houve nenhuma alteração substancial na exposição aos riscos de instrumentos financeiros da Companhia, seus objetivos, políticas e processos para a gestão desses riscos ou os métodos utilizados para mensurá-los a partir de períodos anteriores, a menos que especificado o contrário nesta nota.

Principais instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros utilizados pela Companhia, de que surgem os riscos de instrumentos financeiros, são os seguintes: • valores a receber; • caixa em bancos; • contas a pagar a fornecedores e outras; • empréstimos bancários a taxas fixas.

Objetivos, políticas e processos gerais

A Companhia possui o seguinte órgão colegiado:

O Conselho de Administração e Conselho Fiscal:

É órgão colegiado que detém o poder originário e soberano da Companhia.

Risco comercial

O risco comercial surge da utilização de instrumentos financeiros que rendem juros, negociáveis e em moeda estrangeira. É o risco que o valor justo ou fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutuarão em virtude de alterações nas taxas de juros (risco de taxa de juros), taxas de câmbio (risco de câmbio) ou outros fatores comerciais (outro risco de preço). A Companhia não possui operações que possam gerar riscos dessa natureza.

Risco da taxa de juros de valor justo e fluxo de caixa

A Companhia não está exposta ao risco da taxa de juros de fluxo de caixa que surge de empréstimos de longo prazo a taxas variáveis. A política atual da Companhia, quando aplicável, estabelece que os valores a pagar de *leasing* financeiro são empréstimos de taxa fixa.

Risco cambial

A Companhia não está sujeita ao risco de câmbio, tendo em vista que a Companhia não possui operações localizadas em outras partes do mundo, cuja moeda funcional não seja a mesma.

Estão apresentados conforme o quadro a seguir:

	Dólar	Taxa	Reais
Numérarios em transito	1.977	2,0429	4.039
	1.977	2,0429	4.039

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	31/12/2012	31/12/2011
Caixa e equivalentes	5.532	3.981
Contas a receber	3.547	1.718
	9.079	5.699

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A seguir, estão as exposições contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto dos acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

	31/12/2012	31/12/2011
Fornecedores nacionais	1.022	653
Fornecedores internacionais		2.140
Provisões fornecedores nacionais	704	1.120
Total de fornecedores	1.726	3.913
(-) Fornecedores não circulante		
	1.726	3.913

Risco de cambial

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia para a aquisição de maquinários e contratação de instrumentos financeiros. Além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras. No 3º trimestre de 2011 não foram feitas operações de hedge.

24. Cobertura de seguros (não auditado)

Os montantes das coberturas contratadas são os seguintes:

Natureza	**R$ mil**
Responsabilidade civil	17.000
Bens móveis e imóveis	25.000

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

Parecer do Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Terminais Portuários da Ponta do Félix S.A, no uso das suas atribuições legais e estatutárias, de acordo com o disposto no artigo 163, da Lei nº 6404/76 examinaram as Demonstrações Financeiras, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012. Com base nas análises periódicas, nos documentos examinados e nos esclarecimentos apresentados por representantes da Companhia e no Parecer sem ressalvas dos Auditores da KPMG Auditores Independentes, datado de 28 de fevereiro de 2013, o Conselho Fiscal, baseado nestes relatórios, é de opinião que os referidos documentos refletem a posição econômica e financeira da Companhia, estando em condições à apreciação e à aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas.

Antonina, 28 de fevereiro de 2013

José Renato Inácio de Rosa
Presidente do Conselho Fiscal

Conselheiros:

Edison Napoleão de Araujo
João Maria da Silva Lima
Luiz Afonso Baldissera
Marcos César Todeschi

Conselho de Administração

Valdécio Antônio Bombonatto
Presidente do Conselho
Almir Jorge Bombonatto
Conselheiro
Renato de Almeida Faria
Conselheiro
Luiz Alberto Boni
Conselheiro
Hélio José Pizzatto
Conselheiro
José Luiz Costa Taborda Rauen
Conselheiro

Diretoria Executiva

Valdécio Antônio Bombonatto - Diretor Presidente Interino
Sidney Zeni Scarante - Diretor Administrativo e Financeiro
Cícero César Simião - Diretor Comercial e Operacional

Cesar Ricardo Dimer Fagundes - Contador - CRC PR 031.455/O-1

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
Terminais Portuários da Ponta do Félix S.A.
Antonina - PR

Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras da Terminais Portuários da Ponta do Félix S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Terminais Portuários da Ponta do Félix S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Curitiba, 28 de fevereiro de 2013

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-PR

Marcello Palamartchuk
Contador CRC PR-049038/O-9

INOVAÇÃO & ECONOMIA CRIATIVA

Editor executivo: Gabriel de Sales gsales@brasileconomico.com.br

Novos rumos dos projetos criativos entre os jovens

Kombat Films, grife de camisas Vandal e a BL49 são exemplos de inovação entre os empreendedores

Rafael Palmeiras
rpalmeiras@brasileconomico.com.br

O desenvolvimento da economia criativa no Brasil tem feito com que jovens empreendedores busquem esse segmento para abrir o próprio negócio. E a aposta tem um bom motivo. O Brasil que está entre os maiores produtores de economia criativa do mundo, apresenta, segundo dados da Firjan (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro), salários superiores à média dos demais segmentos. De acordo com a entidade, enquanto o rendimento médio do trabalhador brasileiro era de R$ 1.733 em 2011, os dos profissionais criativos chegou a R$ 4.963.

A forte tendência do segmento, que envolve áreas como publicidade, design e arquitetura animou Gabriel Mattar, de 34 anos a abrir a Kombat Films, estúdio de filme e animação.

A aproximação com a economia criativa surgiu em 2000 durante um período em que morou na Europa. "Lá os funcionários falam direto com os donos, o trabalho é mais artesanal e criativo", compara.

A partir da experiência internacional Mattar se reuniu com mais dois amigos e fundou a Kombat em 2007. "Percebi que o mercado era competitivo, e que as grandes produtoras já tinham seus diretores favoritos. Precisava introduzir algo novo, fresco, com linguagem nova e internacional. E isso eu não via em qualquer lugar. Por isso busquei abrir o próprio negócio."

Bernardo Landeira

Sócio da BL49, empresa de branding e projetos para a web

"Com a facilidade de acesso à informação depois da solidificação da internet, profissionais das mais diversas áreas, mesmo os que não têm nenhuma ligação com o processo criativo, estão tendo um entendimento cada vez maior da importância do nosso trabalho e, muitas vezes, até o veem como oportunidade de negócio."

A Kombat foi fundada em 2007 com a proposta de oferecer "algo novo com linguagem internacional"

Ele aconselha que a coragem para empreender deve andar ao lado da criatividade. "Sem um bom gestor, com planejamento e estratégia, a criatividade fica perdida. Através do conceito da economia criativa buscamos criar uma mistura entre o artesanal e o tecnológico", explica.

Outro adepto da economia criativa é Ricardo Dullius, idealizador da grife Vandal especializada em camisetas, que abriu seu próprio negócio para atingir a realização profissional. "Eu realmente queria ser feliz trabalhando e não trabalhar para ser feliz. A melhor maneira de conseguir isso era ter total liberdade pra criar o trabalho dos sonhos a partir do zero."

Na visão de Dullius, a liberdade de não ter um chefe é o que leva à criação de um produto inovador. "A gente acaba tendo que inventar novos processos que nos levam a caminhos diferentes do que já foram trilhados", explica.

Já para o designer Bernardo Landeira, que está a frente da BL49, empresa que desenvolve estratégias de branding e projetos para a web, a indústria criativa passa por um momento positivo de transição. "Com a facilidade de acesso à informação depois da solidificação da internet e das redes sociais, profissionais das mais diversas áreas, mesmo os que não tem nenhuma ligação com o processo criativo, estão tendo um entendimento cada vez maior da importância do nosso trabalho e, muitas vezes, até o veem como oportunidade de negócio."

Segundo ele, cabe aos profissionais criativos elevar o profissionalismo e o nível do trabalho trazendo qualidade e ideias inovadoras para os clientes e para a sociedade. ■

Bicicleta pública ganha espaço entre paulistanos

Projeto do Itaú Unibanco tem 96 pontos e incentiva uso do transporte sustentável

Renata Reif, iG São Paulo
www.ig.com

Amsterdã ainda não é aqui, mas São Paulo entra em cena como a capital da bicicleta no Brasil. A afirmação é da cicloativista Renata Falzoni, uma das maiores referências no assunto no país.

Ela enxerga no projeto Bike Sampa uma luz para o caos do trânsito da metrópole. Para Renata, a iniciativa da prefeitura paulistana, patrocinada pelo banco Itaú-Unibanco, está sintonizada com a tendência mundial de mobilidade urbana.

Apesar do cenário ainda pouco favorável aos transportes sustentáveis, os ciclistas são cada vez mais comuns na paisagem urbana, em quantidade reforçada pelos usuários das bicicletas públicas. Criado em maio de 2012, o projeto contempla principalmente uma parcela da população que precisa se deslocar por cerca de dois ou três quilômetros, em média. As bicicletas laranjinhas estão disponíveis em estações distribuídas em 96 pontos estratégicos da capital.

> Segundo o Ibope, 74% dos habitantes de SP gastam de 1 a 4 horas se deslocando pela cidade

"É mais rápido e mais agradável. Claro que ajuda o fato de eu morar bem perto do trabalho, são 3,6 km. Chego ao escritório em 15 minutos, sem trânsito e sem emissão de carbono. Se quero uma cidade melhor, com menos carros na rua, preciso fazer a minha parte", diz a advogada Mariana Barbosa, de 30 anos.

Ainda que não nos transformemos em uma Amsterdã, onde 53% da população pedala diariamente, quem sabe, a curto prazo, possamos nos ombrear a Berlim, onde 15% dos deslocamentos são feitos de bicicleta. Basta uma revisão completa dos velhos conceitos que sempre privilegiaram o automóvel. ■

Fotos: divulgação

Museu do Ipiranga: um dos roteiros do Giro Cultural em que 80% do público é formado por paulistanos

Um outro olhar sobre a cidade de São Paulo

Giro Cultural projetado pela USP percorre locais históricos e mostra a outra face da capital

Camila Maciel, da Agência Brasil
redacao@brasileconomico.com.br

Conhecer a história da cidade e pensar em diferentes ideias de desenvolvimento para a metrópole são as propostas do Giro Cultural, projeto da Universidade de São Paulo (USP), que percorre monumentos e prédios históricos da capital paulista para contar diversas etapas da formação do município.

"Olhando São Paulo hoje, você pode pensar que ela sempre foi desse jeito, essa metrópole imensa. (Fazer o passeio) é como desconstruir uma cidade e isso permite pensar como ela poderia avançar de outras formas", explica a socióloga Luciana Wilm, uma das mediadoras do roteiro.

O funcionário público Daniel Ananias Cabral, 30 anos, foi um dos participantes que já embarcou no passeio. "Acho muito interessante fazer esse contraponto entre os momentos da história e as provas desses momentos que ainda persistem na cidade apesar de toda metamorfose que ela sofreu", disse.

O roteiro tem como primeiro ponto de parada o Museu Paulista, mais conhecido como Museu do Ipiranga, na zona sul. Daniel, que estudou química, mas tem grande interesse por história, relata que sentiu como se estivesse fazendo uma viagem no tempo. "É impressionante pensar que os barões do café viveram aqui, que nesse local passavam carruagens. É difícil visualizar isso tendo em vista o quanto a cidade cresceu", afirma.

Apesar de 80% do público do Giro Cultural ser formado por paulistanos, de acordo com a coordenação do projeto, o passeio provoca um outro olhar sobre a cidade, fazendo os próprios habitantes perceberem detalhes que se perdem no cotidiano, consumido pela pressa e pela multidão. "Já tinha passado por muitos desses lugares, mas sempre há algo novo a se notar", relata a aposentada Áurea Miyata, 66 anos. Ela ficou admirada com o desenho da coroa portuguesa feito de pedras no chão do jardim do Museu do Ipiranga.

Desde que se aposentou, há seis anos, Áurea passou a participar com mais frequência de roteiros culturais em São Paulo. "Moro aqui desde que nasci, mas a gente não conhece tudo. Faço também para divulgar a minha cidade para outras pessoas", justifica. Ela acredita que conhecer a cidade é importante para que se promova a cultura do cuidado com o espaço público. "Sabendo da história, as pessoas ficam mais atentas, mais interessadas em cuidar para preservar".

> Os museus do Ipiranga e de Arte Contemporânea e prédios de Niemeyer são alguns dos pontos de parada do roteiro

A mestre em artes visuais Giorgia Mesquita, também mediadora do projeto, explica que o roteiro propõe outra relação com a cidade. "A gente fala sempre que essa é uma maneira de olhar para a cidade. Existem muitas outras. Essa é uma portinha que a gente abre para que a pessoa mude a relação dela com o espaço da cidade. Ela acaba estabelecendo outra relação quando entra em contato com a história", aposta.

Além do Museu do Ipiranga, que fica no Parque da Independência, e do casarão da família Álvares Penteado, outro ponto de parada do roteiro é o Museu de Arte Contemporânea (MAC), no Parque Ibirapuera.

Durante o trajeto entre os parques, dentro do ônibus, os participantes observaram prédios que contam o processo de verticalização do município. No centro, as mediadoras destacam os prédios modernistas projetados por Oscar Niemeyer, como Montreal (1954), Eiffel (1956) e Copan (1966).

O ponto de encontro do Giro Cultural é a estação de metrô Alto do Ipiranga, todos os sábados, às 10h. O passeio é gratuito, mas as inscrições devem ser feitas previamente pelo e-mail: girocultural@sinteseeventos.com.br. ■

MAURICIO DE LÁZZARI BARBOSA
Presidente da Bionexo do Brasil

Criatividade ajuda a gerir recursos da saúde

O setor de saúde conseguiu garantir R$ 99,8 bilhões no orçamento de 2013 — aumento de quase 9% em relação aos R$ 91,7 bilhões definidos para 2012. Cada parlamentar poderá ainda apresentar projetos a partir de R$ 2 milhões em emendas individuais para compor as ações voltadas à promoção de saúde. Esse montante é bem superior ao da Educação, de RS 81,1 bilhões, mesmo após um ano de grande pressão social por aumento e verbas nesta área. Se olharmos na ponta do lápis, saúde é sim prioridade do governo federal. Mas só aumentar recursos não basta. Hoje a tecnologia avança a passos mais rápidos do que o orçamento do governo e das empresas pode suportar. E veja que não estamos falando de qualquer orçamento, trata-se da maior cesta de investimentos do governo federal. A questão é que a falada inflação da saúde, que mede os custos com hospitais, honorários médicos, laboratórios, insumos e medicamentos, devora estes recursos. No ano passado, alguns planos de saúde divulgaram um aumento de 13% na inflação médica, acima de indicadores como IGP-M e IPCA.

A diferença entre o orçamento e o valor a ser gasto está exatamente na boa gestão desses recursos. A começar pelas compras. O Ministério da Saúde, assim como diversos órgãos públicos, utiliza uma plataforma horizontal de compras para fazer suas licitações, o Comprasnet. Mas tente achar uma licitação para a compra de aspirina, ou melhor, o ácido acetilsalicílico, em meio ao turbilhão de informações que são lançadas no portal diariamente. Certamente, você irá cruzar com alguns pedidos de materiais didáticos, eventualmente, instrumentos musicais, e muito, mais muito material de construção — lê-se aqui pregos, vigas, vergalhões, cimento, blocos etc. Nada adequado para um setor que precisa comprar de gaze a medicamentos.

Quanto aos fornecedores da aspirina, sejam eles do Sul ou do Norte do país, qual a chance deles saberem que a tal licitação existe? E pior, para o comprador, no caso o Ministério de Saúde, qual a garantia que estará recebendo os preço mais adequados do mercado. Um sistema horizontal é ineficaz para o setor de saúde, pois ele não consegue garantir eficácia em tempo e também em preço. Um pouco de inovação e criatividade no modelo de compras pode mudar esta situação. Hoje já existe no mercado sistemas verticais, voltados apenas para a área da saúde, que vem mostrando muito mais eficiência e transparência nas compras públicas. Eles integram todas as etapas do processo, desde a pesquisa de preços até a realização do pregão, evitando retrabalho pois uma vez realizada a pesquisa, esses dados são importados já automaticamente para a montagem do pregão, sem necessidade de redigitar os dados. Isto acaba com os constantes recursos judiciais, comuns nos sistemas públicos, por erros no processo de cadastro da licitação. A ferramenta ainda envia um convite eletrônico para os fornecedores participarem dos pregões.

> Existem sistemas verticais, voltados apenas para a área da saúde, com muito mais eficiência e transparência nas compras públicas. Integram desde a pesquisa de preços até a realização do pregão

Atualmente quatro secretarias de saúde utilizam uma plataformas de compras horizontal. Goiás, que contratou o serviço há cerca de um ano, já mostra resultados. A secretaria de saúde ampliou o leque de fornecedores em 51%, promovendo melhores condições de realizar as aquisições. Foram realizados neste período 45 pregões e pela análise de uma amostra de 16 pregões homologados, constatou-se um prazo de 52 dias da publicação até a homologação. Numa licitação comum, esse prazo pode demorar até um ano e meio, em média. Comemorar o aumento de recursos é importante, pois é difícil para quem atua na cadeia da saúde acompanhar o avanço dos preços. Mas saber como gastá-los é mais importante ainda. Afinal, ninguém vai reclamar se sobrar dinheiro para investir em qualidade. ■

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
EDITAL
PROCESSO nº E-09/094/124/2013
PREGÃO ELETRONICO: 022/2013-PMERJ - Tipo Menor Preço Global por Lote.
OBJETO: Sistema de Registro de Preços para futuras aquisições de Bombas Infusoras para as Centrais de Material Médico Hospitalar das Unidades de Saúde da Corporação.
REALIZAÇÃO: 11/04/2013 - 10:00 horas.
LOCAL: https://www.compras.rj.gov.br (PE nº022/2013).
INFORMAÇÕES: Rua Evaristo da Veiga, nº 78 - Centro.
TEL.: 2333-2709 **FAX:** 2333-2708 **Q.G. – DL/3 - FUSPOM**

EMPRESAS

Editora executiva: Jiane Carvalho jcarvalho@brasileconomico.com.br

Ceres e Monsanto apostam no sorgo para biocombustível

Empresas estudam o cultivo da planta na entressafra da cana e enxergam produção em larga escala

Juliana Ribeiro
jribeiro@brasileconomico.com.br

Uma forma complementar de produzir etanol na entressafra da cana-de-açúcar vem atraindo a atenção das usinas no Brasil. O sorgo sacarino, que tem se mostrado viável graças ao desenvolvimento de sementes híbridas, pode ser uma alternativa rentável para a manutenção da produção entre novembro e março, época em que tradicionalmente as empresas não produzem, mas gastam muito com a manutenção de maquinário e pagamentos de salários.

O potencial produtivo e lucrativo da planta tem animado as empresas. Antônio Kaupert, gerente de vendas e marketing da Ceres, explica que estudos apontaram produção média de 2,5 mil litros de etanol por hectare plantado com sorgo, enquanto a mesma área com cana produz entre 7 e 10 mil litros. "Com esse volume, o sorgo vai ajudar as usinas a diminuírem custos e ainda lucrar com venda de etanol durante o ano todo."

Desde 2008, a Ceres desenvolve pesquisas com usinas parceiras. Na safra 2011/2012, a empresa monitorou pequenas áreas de plantio em 16 usinas do Sudeste e Centro-sul, incluindo unidades da Raízen no interior de São Paulo. Na atual safra, esse número chegou a 32. "Os maiores grupos usineiros do país estão conosco nessa fase de comprovação da produtividade do sorgo sacarino", explica Kaupert.

Atualmente, a empresa tem no mercado oito sementes híbridas de sorgo, além do lançamento de duas variedades desenvolvidas pela Embrapa, as quais a empresa tem licença para comercializar. No ano passado, a Ceres anunciou ainda uma parceria com a Syngenta, em um projeto que pretende introduzir a cultura do sorgo em cerca de 400 usinas no Brasil. "Com isso, temos condição de atender características de diversas regiões e garantir picos de produtividade em diferentes épocas da safra", diz.

A Monsanto também desenvolve um trabalho de testes e pesquisas sobre a viabilidade e produtividade do sorgo desde 2004. "Nas pesquisas, percebemos o alto potencial de acúmulo de açúcar em alguns híbridos e passamos a trabalhar em variedades para o mercado", explica Vagner Kogikoski, gerente de Marketing da CanaVialis, marca comercial da Monsanto para tecnologias em cana-de-açúcar. Ele avalia que, nos próximos anos, o foco do mercado será prosseguir com as pesquisas e testes para que em uma segunda etapa haja o investimento no plantio em larga escala.

Diante do potencial de rendimento da planta , no ano passado em parceria com a fabricante de máquinas Case IH e a Novozymes, do setor de biotecnologia, a CanaVialis lançou o "Desafio de produtividade sorgo sacarino", um programa que visa atestar a alta produtividade da semente. Para tanto, cinco usinas parceiras, em São Paulo e Goiás, plantaram 20 hectares do produto, cada uma. "Devemos começar a colheita em 20 dias", diz Kogikoski.

Fotos: divulgação

Kaupert, da Ceres: sorgo pode gerar R$ 1.000 de lucro por hectare

Nos próximos anos, a expectativa é de que o sorgo seja cultivado em um milhão de hectares em todo o país. "Estimamos produtividade de 3 mil litros de etanol por hectare, o que geraria um lucro adicional de aproximadamente R$ 1.000 por hectare", diz Kaupert. Segundo cálculos do executivo, o Brasil terá cerca de 2,5 bilhões de litros de etanol a mais a cada temporada.

Em um plano geral, o plantio de sorgo em larga escala também deve reduzir a dependência brasileira da importação de etanol para abastecer a demanda interna. Na safra 2011/12, o país comprou mais de 1 bilhão de litros, já que a safra ficou em 22,6 bilhões de litros, abaixo dos 27,3 da temporada anterior. "Com o sorgo, a instabilidade do mercado em termos de oferta e preço tende a ser menor", diz Kogikoski. ■

MAIS ETANOL

Sorgo sacarino mostra que pode ser um bom complemento na produção do biocombustível

	SORGO	CANA-DE-AÇÚCAR
Qualidade do açúcar	açúcares misturados	sacarose
Produção de açúcar	8% a 13%	13% a 15%
Rebrota/flexibilidade	2 a 3 cortes/ano	de 12 a 18 meses
Produção de biomassa co geração (t/ha)	25 a 100	50 a 90

Fonte: Ceres

Nova soja Intacta chega ao mercado neste ano

Sucesso da nova semente ainda depende da aprovação da China, maior comprador do grão

Caroline Stauffer
Reuters

A Monsanto espera lançar comercialmente sua nova soja transgênica para plantio na próxima safra, disse o presidente da subsidiária da empresa no Brasil. Mas um lançamento bem-sucedido de tal semente, resistente ao ataque de lagartas e tolerante ao herbicida glifosato, dependerá da aprovação da variedade pela China, maior comprador global da oleaginosa.

A soja Intacta RR2 Pro é a primeira variedade desenvolvida exclusivamente para a América do Sul e foi projetada para oferecer maior produtividade.

No entanto, nada vai acontecer sem o sinal verde da China, que compra 70% da soja brasileira. Mais de 40 países aprovaram a tecnologia, mas a China não o fez, por razões desconhecidas.

A situação destaca o quanto o Brasil, um gigante na produção agrícola, e sua economia estão atrelados ao país asiático, que é um grande parceiro comercial, mas também pode ser um cliente instável. "Nossa expectativa é que tenhamos uma aprovação da China nos próximos meses, e quando começar o plantio de soja em outubro, novembro, já haja aprovação para que o produtor possa plantar em escala a Intacta no Brasil", disse Rodrigo Santos à Reuters . Ele disse que os chineses já completaram os estudo técnicos na semente e a Monsanto espera uma assinatura oficial do Ministério da Agricultura daquele país.

O executivo disse que 500 produtores plantaram campos de teste com a Intacta no fim do ano passado, sob forte supervisão para garantir que os grãos seriam mantidos fora do mercado e não houvesse risco de que chegassem a qualquer carregamento para a China. A Intacta mostrou produtividade superior à Roundup Ready, disse ele. ■

INDÚSTRIA

Antonio Joaquim assume a Duratex

O novo presidente da Duratex S/A, **Antonio Joaquim de Oliveira**, tomou posse em assembleia do conselho de administração. Ex-diretor executivo da Unidade de Negócios Painéis, ele substitui Henri Penchas, que atingiu a idade limite para o cargo. "Antonio exerce uma liderança estratégica. Sua experiência, conhecimento e visão de negócios serão fundamentais para consolidar a liderança da companhia", disse Salo Seibel, presidente do conselho de administração.

Scania volta à frota da PepsiCo no Brasil

Montadora ganha contrato de fornecimento de 45 caminhões pesados para a empresa

Ana Paula Machado
amachado@brasileconomico.com.br

A Scania volta a integrar a frota da PepsiCo. A montadora sueca ganhou uma concorrência para a venda de caminhões pesados para o transporte de alimentos e bebidas em grandes e médias distâncias. O contrato é para o fornecimento de 45 caminhões cuja entrega já começou.

"Foi um teste de fogo que nosso caminhão passou por seis meses. Durante esse tempo, tivemos uma unidade dentro do cliente e o veículo foi submetido a operações severas. Vencemos a concorrência por oferecer o caminhão com melhor custo benefício para a companhia", disse o diretor de vendas da Scania para o Brasil, Roberto Leoncini.

Participaram do teste, todos os fabricantes de caminhões pesados instalados no país: Man Latin America, Mercedes-Benz, Ford Caminhões, Volvo Latin America e Iveco Latin America. A frota será utilizada no transporte de alimentos e bebidas pelo País.

Para a renovação da frota relativa ao exercício 2012/2013, a PepsiCo implantou um exigente processo de seleção com a participação dos principais modelos de entrada da categoria dos pesados. Todos os modelos, cedidos pelas fabricantes de caminhões, foram testados no dia a dia da companhia.

Segundo a PepsiCo, a escolha da nova frota foi um investimento em qualidade e tecnologia. Os caminhões serão utilizados na maior parte do país na entrega de seus produtos em filiais (CDV's), distribuidores e grandes clientes da empresa.

Segundo Leoncini, o contrato com a PepsiCo não contemplou os serviços de manunteção dos equipamentos. "Firmamos somente a venda. Todos os veículos já saem de fábrica dentro das especificações do contrato firmado com a empresa. Representa a volta dos caminhões Scania na frota da companhia", disse o executivo.

Todos os 45 Scania P 360 4x2 são equipados com motores adequados à lei de emissões Proconve P7 ou Euro 5, que entrou em vigor em janeiro de 2012 e reduz em até 80% a emissão de Material Particulado (MP) e 60% de Óxido de Nitrogênio (NOx).

Mercado

E graças a opção de começar a produção e venda do caminhão com tecnologia Euro V logo em janeiro do ano passado — quando todos os concorrentes vendiam no mercado veículos EuroIII — a Scania recuperou a liderança nas vendas de caminhões pesados no Brasil.

> Venda de caminhões irá crescer entre 8% e 10% este ano, diz Leoncini

"É ainda prematuro dizer que vamos fechar o ano na liderança, mas já indica que fizemos a escolha certa há um ano atrás. Sofremos um pouco no início de 2012, agora estamos colhendo os frutos", disse Leoncini.

Segundo a Federação Brasileira de Revendedores de Veículos Automotores (Fenabrave), a Scania vendeu no primeiro bimestre 2.643 unidades. A marca conseguiu uma participação de 20,69% na categoria de caminhões pesados, ultrapassando a também sueca Volvo, que ficou com 12,4% de participação em pesados.

"O mercado vai crescer este ano entre 8% e 10%, mas não sei se consegue recuperar a queda apresentada no ano passado. Acredito que há fatores de infraestrutura, como péssimas condições de escoamento da safra, podem prejudicar as vendas este ano. Mas vamos crescer, isso é fato", disse Leoncini. ■

Roberto Leoncini: "O caminhão participou de teste rigoroso"

Bottarelli, CEO da Triunfo: R$ 80 milhões investidos em pesquisa

Vetria Mineração em busca de sócio

Empresa anunciou que avaliará melhor o potencial das jazidas de minério a serem exploradas

Juliana Schincariol
Reuters

A Vetria Mineração, criada em parceria pelas empresas de logística ALL e Triunfo e pela Vetorial Mineração, investirá em pesquisa nos próximos meses para ter certeza sobre a quantidade e qualidade de seu minério de ferro e buscar um novo sócio.

Segundo o diretor-presidente da Triunfo, Carlo Alberto Bottarelli, serão investidos cerca de R$ 80 milhões no primeiro semestre em pesquisa e desenvolvimento.

"Queremos estar absolutamente blindados, tanto na qualidade quanto na quantidade. (...) Só iremos a mercado quanto tivermos certeza", afirmou em teleconferência sobre os resultados da Triunfo. As companhias já contrataram um conjunto de bancos para a busca do sócio. "A gente ainda não foi para o mercado, justamente para não queimar o projeto, tem muito projeto de minério de ferro rodando", disse.

No final de fevereiro, as companhias informaram a projeção de investimentos de R$ 11,5 bilhões em projetos da jazida de minério de ferro em Corumbá (MS) da Vetria, após uma análise ter estimado um volume 10 vezes maior de recursos minerais no empreendimento do que inicialmente previsto. A ALL detém mais de 50% da Vetria, seguida por Triunfo, com mais de 15%, e acionistas da Vetorial, com mais de 33%.

Financiamento de projetos

A Triunfo está estudando as estratégias de financiamento que adotará em vista dos projetos que deve participar este ano, de acordo com o diretor-financeiro e de relações com investidores, Sandro Antônio de Lima.

A companhia já informou que avalia participar em licitações como a de rodovias em 2013, com interesse na BR-040.

No ano passado, a Triunfo participou do consórcio que arrematou a concessão do aeroporto de Viracopos, em Campinas (SP), com a francesa Egis Airport, em fevereiro de 2012.

"Passamos a ser fortemente abordados com ideias e soluções que envolvem equity ... fusões e aquisições e que envolvem também alienação a ativos", disse o executivo.

"Temos grandes e boas oportunidades sendo avaliadas, e se necessário, dado a grande quantidade de projetos que estamos estudando, vamos executar alguma destas estratégias", adicionou. No final de janeiro, o Conselho da Triunfo decidiu pela venda da totalidade das ações que possui na Rio Canoas, empresa de energia constituída para implantar e administrar a Usina Hidrelétrica de Garibaldi (SC). ■

EMPRESAS

Marcela Beltrão

REUNIÃO

Grupo Pão de Açúcar convoca assembleia

O Grupo Pão de Açúcar convocou seus acionistas para assembleia geral extraordinária em 17 de abril, quando será votada a indicação de Maria Helena Santana como membro do Conselho de Administração da companhia. A ex-presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que já preside o comitê de governança corporativa da varejista desde dezembro, deve substituir Candido Botelho Bracher, segundo o edital de convocação divulgado.

Volvo supera obstáculo para fabricar na China

Montadora sueca, cuja fábrica está quase pronta, produzirá 120 mil carros por ano

Norihiko Shirouzu
Reuters

A Volvo superou um grande obstáculo para ter autorização do governo da China para produzir carros no país, disseram duas fontes próximas à fabricante.

A direção da Volvo acredita que as vendas na China ganharão força quando a produção começar, em junho, em uma das duas fábricas que a Volvo e a controladora Zhegjiang Geely Holding Group planejam abrir em na cidade de Chengdu, no sudoeste chinês, segundo as fontes. A planta, que está com a construção praticamente concluída, terá a capacidade de produzir 125 mil carros por ano.

A Volvo também procura construir uma fábrica de motores na China. As duas fontes próximas à Volvo pediram anonimato por conta da sensibilidade ao redor do processo de aprovação, que envolve diversos ministérios e agências e, em última instância, o próprio Conselho de Estado chinês.

A fábrica de motores da montadora, próxima a Pequim, também recebeu sinalização positiva em fevereiro

As fontes disseram que o governo central da China havia dado luz verde para a Geely e a Volvo começarem a produção nas três fábricas planejadas.

Elas disseram que as duas linhas de montagem em Chengdu e em Daqing, no nordeste, receberam aprovação em outubro e fevereiro, respectivamente. A fábrica de motores próxima a Pequim também recebeu sinalização positiva em fevereiro.

"A última palavra está nas mãos do Conselho de Estado, e acreditamos que seja a favor do crescimento da Volvo na China", afirmou o porta-voz da montadora, Per-Åke Fröberg, em e-mail.

"A Volvo segue rigorosamente a política da indústria chinesa e o processo de aprovação de licença", acrescentou. ■

No Pontofrio você tem grandes opções
na hora de escolher a sua TV.
Grandes mesmo.
42LM6400
42" 3D
LG
TV 42" LED 3D Full HD
com conversor digital
10X R$269,90
sem juros* R$ 2.699,00 à vista
GRÁTIS 4 ÓCULOS 3D
47LM6700
47"
CINEMA 3D Smart TV
LG
TV 47" LED 3D Full HD
com Wi-Fi integrado
10X R$359,90
sem juros* R$ 3.599,00 à vista
GRÁTIS 4 ÓCULOS 3D
MAGIC MOTION
REMOTE CONTROL
Cartão Pontofrio.
Peça agora o seu e
aproveite as vantagens.
pontofrio.com
televendas 4002-3050
seg. a sáb.: das 8h à 0h - dom.: das 8h às 20h
Ofertas válidas no dia 25/3/2013 ou enquanto durarem os
vendemos por atacado. Condição de pagamento: sem juros para
Eventuais erros neste impresso têm preservado o direito de

Kiyoshi Ota/Bloomberg

APORTE

Sharp receberá investimento da Qualcomm

A Sharp vai receber até 28 de junho a segunda metade de um investimento de US$ 120 milhões acordado com a Qualcomm. O prazo original até o final de março foi estendido porque a Sharp não havia atendido às condições para o recebimento, que incluíam especificações de telas para smartphones e tablets e os preparativos para as fabricar. O segundo pagamento também era condicional ao retorno da Sharp a um lucro operacional nos seis meses anteriores a 31 de março. **Reuters**

55"
3D
55LM4600
GRÁTIS 4 ÓCULOS 3D
LG
TV 55" LED 3D Full HD
com conversor digital
10X
R$449,90
sem juros* R$ 4.499,00 à vista
pontofrio
viva a inovação
estoques.*Condição exclusiva para os produtos anunciados. 20 peças por produto, exceto para produtos de saldo/mostruário. Não financiamento em 10X no cartão de crédito; IOF não incluso. Sujeito a análise de crédito. Consulte outras condições de pagamento. retificação. Fotos ilustrativas. As ofertas anunciadas não são válidas para a loja virtual www.pontofrio.com.br nem para o Televendas.

Vendedor a descoberto se arrependerá, diz Eike

Comentário na internet foi feito um dia depois das ações voltarem a ficar pressionadas

Juan Pablo Spinetto e Alex Cuadros - Bloomberg

O bilionário brasileiro Eike Batista alertou investidores de curto prazo que estiverem especulando contra suas empresas que vão se arrepender de suas apostas, de acordo com as mensagens em sua conta no Twitter. Perguntado por outros usuários da rede social sobre os preços em queda das ações, Batista escreveu no sábado à noite que "rumores e fofocas são as ferramentas de vendedores a descoberto", que serão "apanhados de calças curtas". Os vendedores a descoberto pegam ações emprestadas e as vendem para comprá-las mais tarde a um preço inferior.

Batista fez os comentários no Twitter um dia depois das ações de suas empresas ficarem sob renovada pressão de venda devido a rumores de que está perdendo o acesso ao financiamento necessário para realizar planos de investimento. Ações da OSX Brasil, a construção naval de Batista e unidade de serviços de petróleo, despencaram 17%, para um recorde de baixa R$ 4,88 no fechamento do pregão. Já a companhia petrolífera OGX Petróleo e Gás Participações caiu 9,2%. OGX caiu 48% este ano, e a OSX despencou 54%.

No ano, as ações da OGX já caíram 48% e a empresa planeja vender US$ 265 mi em bônus com vencimento em 2014

Batista enfrenta demandas de credores para aumentar a garantia, segundo disseram pessoas familiarizadas com o assunto, na semana passada. A OSX planeja vender US$ 265 milhões em bônus garantidos com vencimento em junho de 2014, segundo uma pessoa familiarizada com os planos, em 15 março. Unidades de Batista têm o "financiamento necessário estabelecido para os próximos anos", disse holding EBX Group Co., em um comunicado enviado por email em 19 de março. ■

EMPRESAS

Ding Jianzhou/Bloomberg

DESEMPENHO

Lucro da chinesa CNOOC cai 9,3% em 2012

A chinesa CNOOC teve queda de 9,3% no lucro líquido de 2012, informou a petrolífera estatal, em meio a tentativas de controlar custos e aumentar a produção. A companhia teve lucro líquido de US$ 10,25 bilhões no ano passado, contra US$ 11,14 bilhões em 2011. A CNOOC concluiu a aquisição da empresa canadense de energia Nexen por US$ 15,1 bilhões em fevereiro. A estatal espera elevar a produção em 20% e as reservas em 30%. **Reuters**

Cyrela prevê em 2013 retomada de lançamentos de imóveis de alta renda

Desde janeiro, incorporadora colocou no mercado oito novos empreendimentos, sendo três em São Paulo

Cintia Esteves
cesteves@brasileconomico.com.br

A Cyrela ganhou fama por fazer imóveis de alta renda, mas no ano passado este segmento não conseguiu manter o ritmo de lançamentos dentro da empresa. O motivo foi a demora na aprovação de grandes projetos junto à prefeitura de São Paulo. Na companhia, este tipo de lançamento somou R$ 2,9 bilhões em 2012, queda de 43,7% na comparação com o ano anterior. Já os segmentos econômico e ligados ao Minha Casa Minha Vida foram responsáveis por R$ 2,6 bilhões em lançamentos, mesmo patamar verificado em 2011.

Mas, para 2013, a empresa anuncia uma retomada nos imóveis de alta renda. "Lançamos poucos produtos deste segmento em 2012. Não é normal, mas aconteceu", diz José Florêncio, vice-presidente da Cyrela. Junto com outras empresas, a Cyrela está patrocinando a automatização do sistema de aprovação de projetos da prefeitura. "A situação começa a se normalizar", afirma Gilson Hochman, diretor de vendas da companhia.

Os executivos da Cyrela preferiram não divulgar as metas de lançamento para este ano. "A partir de agora, o mercado pode esperar crescimento já que em 2012 as coisas não aconteceram", resume Raphael Horn, diretor de operações da empresa. Elie Horn, presidente da empresa, fez seu desabafo durante teleconferência com analistas de mercado: "Em 2012 tivemos mais adversidades e imprevistos", afirmou o executivo.

Desafio

A empresa tem como foco reduzir seu estoque (total de unidades disponíveis para venda, inclusive lançamentos). No final do quarto trimestre do ano passado, o valor de mercado destes imóveis era de R$ 6,6 bilhões, aumento de 1,7% na comparação com o mesmo período de 2011, já considerando os aumentos de preço referentes à valorização dos imóveis no mercado.

Do total de estoques, os imóveis concluídos representam R$ 953 milhões ou 14,4%. Analisando esse estoque pronto por safra de entrega, verifica-se que R$ 583 milhões (61%) referem-se ao ano de 2012.

No ano passado, a companhia entregou 89 empreendimentos, sendo 68 deles das safras de 2007, 2008 e 2009. Estas safras tiveram maior incidência de atrasos de obra, o que aumentou os distratos e, consequentemente, o nível de estoque pronto. "Acabar com o estoque pronto é prioridade para a companhia", afirma Florêncio.

A companhia começou 2012 com R$ 766 milhões em estoques prontos e encerrou o ano com R$ 370 milhões. A região Nordeste e o estado do Espírito Santo respondem por 42% dos imóveis prontos da companhia.

A Cyrela sabe que não será fácil desovar este estoque pronto. Isto porque este tipo de imóvel costuma apresentar uma velocidade de vendas lenta. O motivo é que o cliente interessado na compra precisa dispor de 20% do valor no ato. Além disso, o estoque pronto da companhia está concentrado em praças de baixa demanda. "Não esperamos uma velocidade de vendas elevada para o estoque pronto em 2013", informou a companhia.

Solução

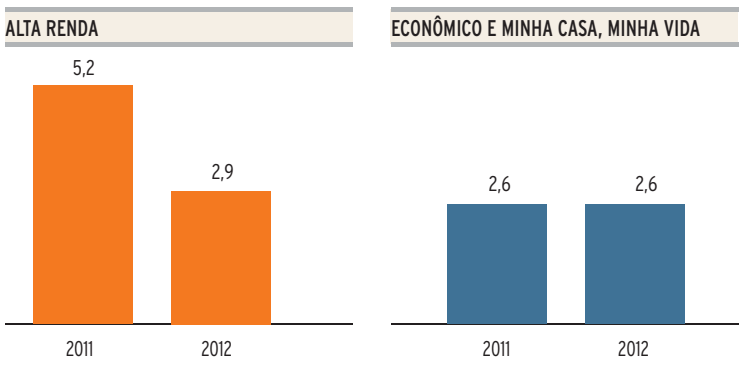
A Cyrela vem adotando algumas medidas para reverter a situação. Além de um maior esforço das operações de marketing, a empresa está revendo, caso a caso, os preços das unidades. "Estas ações já começam a surtir efeito", informou a companhia. Quanto ao estoque de terrenos, a companhia somou 12,6 milhões de metros quadrados de área útil comercializável no final de 2012. ■

Caio Guimarães

Uma das prioridades da companhia é acabar com estoque de imóveis prontos, diz Florêncio

QUEDA DOS NOBRES

Lançamentos de 2012 por segmento, em R$ bilhões



Fonte: empresa

Base de celulares com linhas ativas chega a 263 mi

A TIM, da Telecom Italia, registrou participação de 26,88% no mês passado

Alberto Alerigi Jr.
Reuters

A base de linha de telefonia celular ativas no Brasil em fevereiro cresceu 6% na comparação com o mesmo período de 2012, para 263,04 milhões, informou a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

Em relação a janeiro, houve avanço de ligeiros 0,3%, com adição de 785,75 mil habilitações.

Do total da base, 65,68 milhões de acessos corresponderam a linhas de banda larga móvel entre celulares de tecnologia WCDMA e modems 3G, segundo a agência. O volume representa um crescimento de 39% em relação ao verificado no mesmo período de 2012.

Segundo a autarquia, a Vivo, do grupo espanhol Telefónica, encerrou fevereiro com participação de mercado na telefonia celular de 28,83%, correspondendo a 75,84 milhões de linhas ativas. Um ano antes, a participação da companhia era de 29,85%.

> A Vivo, do grupo Telefónica, encerrou fevereiro com 28,83% do mercado

A TIM, do grupo Telecom Italia, registrou participação de 26,88% no mês passado ante 26,62% em fevereiro de 2012.

A Claro, da América Móvil, viu a participação passar de 24,66% para 25,12% no período. Já a Oi apurou fatia de 18,83% em fevereiro ante 18,56% um ano antes.

Enquanto isso, as operadoras virtuais Porto Seguro, do grupo segurador de mesmo nome, e Datora encerraram fevereiro com 35.377 e 1.000 linhas em suas respectivas bases de assinantes. ■

Adriano Machado/Bloomberg

RECUO

Eletrobras desiste de emissão de debêntures

A Eletrobras desistiu da emissão de debêntures no total de R$ 2 bilhões, conforme informações na Comissão de Valores Mobiliários. A operação, cujo pedido de registro foi protocolado em agosto de 2012, visava a arrecadar recursos para realizar parte do programa de investimentos da empresa. O plano de reestruturação da Eletrobras está atualmente sendo avaliado pelo governo, prevê o corte de custos e até venda de ativos de distribuição. **Reuters**

Zynga relança site e se afasta do Facebook

As duas empresas concordaram em rever um acordo que dava à produtora de jogos privilégios especiais na plataforma social

Reuters
redacao@brasileconomico.com.br

A produtora de jogos online Zynga relançou seu site, permitindo que os usuários façam o acesso sem precisarem usar dados de suas contas no Facebook, num passo significativo na estratégia de estabelecer sua independência da rede social.

O relançamento do Zynga.com é o mais recente passo na lenta dissolução de uma parceria especial que já uniu as duas empresas.

Tim Catlin, diretor geral do Zynga.com, afirmou à Reuters que acredita que os usuários dos jogos da empresa queriam criar nomes de jogadores diferentes de suas contas no Facebook.

"Antes era preciso usar sua conta no Facebook para jogar, mas isso muda daqui em diante", disse Catlin, que acrescentou que os atuais usuários ainda poderão usar suas contas no Facebook para usar o site.

Os novos jogadores, porém, poderão optar por não usar suas credenciais no Facebook.

David Paul Morris/Bloomberg

Jogadores da Zynga não precisam mais ter conta na rede social

Por vários anos, ambas as empresas aproveitaram um relacionamento lucrativo e simbiótico, com a Zynga obtendo quase que 90% de suas receitas com jogos para o Facebook, enquanto a rede social recebia cerca de 15% de sua receita na forma de tarifas cobradas da Zynga.

Mas a vantagem competitiva da Zynga na maior rede social do mundo gradualmente encolheu, conforme outras empresas entraram no segmento, e a liderança da companhia demorou para diversificar a empresa para além do Facebook.

No ano passado, Facebook e Zynga anunciaram que concordaram em rever um acordo que tinha dado à produtora de jogos privilégios especiais na plataforma social. ■

Tarifa praticada pela Sabesp sofre reajuste de 2,35%

A empresa teve lucro líquido de R$ 765,4 milhões no quarto trimestre, salto de 55,3%

Reuters
redacao@brasileconomico.com.br

A Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado São Paulo (Arsesp) decidiu elevar em 2,35% o valor do metro cúbico de água fornecida pela Sabesp, no segundo ciclo de revisão tarifária da companhia para o período de 2012 a 2016.

A autarquia também determinou investimentos de R$ 12 bilhões para o período de 2012 até 2016, dos quais R$ 2,5 bilhões já foram aplicados pela companhia no ano passado.

Segundo a agência, "como não foi concluída a auditoria sobre os ativos da Sabesp — companhia de saneamento do Estado de São Paulo— os valores foram aprovados a título provisório". As tarifas definitivas serão divulgadas em agosto de 2013, data-base da concessionária. O órgão estadual também definiu que o índice de perdas da Sabesp caia para no máximo 27% em 2016 ante nível atual de 30,6%. Segundo a agência, a redução equivale a economia de 4,3 m^3 por segundo.

Com a revisão tarifária, o valor do consumo de 10 m^3 de água para as residências passará de R$ 15,94 para R$ 16,31, na região metropolitana de São Paulo, litoral e maioria dos municípios do interior.

Desempenho

A Sabesp teve lucro líquido de R$ 765,4 milhões no quarto trimestre, salto de 55,3% sobre o resultado obtido no mesmo período do ano anterior.

O volume faturado de água e esgoto subiu 3,4% de outubro a dezembro, para 928,9 milhões m^3. A companhia registrou receita operacional líquida de R$ 2,9 bilhões nos últimos três meses do ano, em um crescimento de 10,1%.

A geração de caixa medida pelo lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) teve crescimento de 4,8%, em termos ajustados, a R$ 1,016 bilhão, mas a margem caiu de 35,9% para 34,2%.

A companhia planeja investir R$ 9,9 bilhões entre 2013 e 2016, dos quais R$ 2,589 bilhões serão aplicados neste ano. Para financiar o programa, a Sabesp afirma que contará com recursos próprios e créditos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Caixa Econômica Federal e bancos multilaterais internacionais, "que possuem condições de financiamentos mais adequadas à natureza dos nossos investimentos".

A Sabesp anunciou a aprovação de R$ 534,2 milhões em juros sobre capital próprios relativos a 2012, ou R$ 2,345 por ação. ■

Reguladores da UE de olho em distribuição da Apple

Daniel J. Groshong/Bloomberg

Empresa é acusada de impor exigências a parceiros

Empresa nega prática anticoncorrencial e diz que segue as normas do bloco

Foo Yun Chee
Reuters

Reguladores antitruste da União Europeia receberam a informação de possíveis práticas anticompetitivas relacionadas à distribuição do iPhone e do iPad, da Apple, disse um porta-voz da Comissão Europeia.

"A Comissão soube de práticas de distribuição da Apple para iPhone e iPad. Embora não tenha havido nenhuma reclamação formal", afirmou Antoine Colombani.

"Geralmente, monitoramos os desenvolvimentos neste mercado. Vamos com certeza intervir caso haja indicações de comportamento anticompetitivo em detrimento dos consumidores", acrescentou. Três pessoas próximas ao assunto disseram que várias companhias de telecomunicação apresentaram queixas à Comissão.

A preocupação das companhias se concentra em termos comerciais em contratos com a Apple, disse uma das fontes. "A Apple insiste em certo nível de subsídios e marketing para o iPhone", afirmou a fonte. O smartphone responde por metade da receita da Apple.

Uma segunda fonte afirmou que as companhias se queixaram com a Comissão no ano passado. "Nossos contratos são de total acordo às leis locais de onde temos negócios, inclusive a União Europeia", afirmou uma porta-voz da fabricante, Natalie Kerris. ■

EMPRESAS

Divulgação

ACORDO

SAP e Vert fecham parceria por seis anos

A SAP Brasil e a Vert assinaram contrato, por seis anos, para oferecer as soluções analíticas, de mobilidade, aplicações e de computação em memória na modalidade de software para o setor público e órgãos reguladores. "Este contrato complementa nossa estratégia de inovação e apostamos no sucesso da oferta das soluções SAP como serviço para atender à demanda neste momento de forte investimento público em tecnologia", explica o diretor-presidente da Vert, **Sérgio Marques**.

Duilio Calciolari, presidente da Gafisa, é escolhido Personagem da Semana

Incorporadora pretende voltar a lançar unidades da construtora Tenda para baixa renda

Cristina Ribeiro de Carvalho
ccarvalho@brasileconomico.com.br

Duilio Calciolari, presidente da Gafisa, venceu com 56,2% de votos a enquete realizada pelo Brasil Econômico para eleger o Personagem da Semana.

O executivo concorreu na votação, após reportagem em que afirmou a intenção de retomar os lançamentos da construtora Tenda, segmento voltado à baixa renda, ainda no primeiro semestre deste ano. A suspensão das operações no terceiro trimestre de 2012 ocorreu por conta de atraso nas entregas das unidades já vendidas.

"A manutenção da estratégia do mercado da Gafisa em São Paulo e no Rio de Janeiro, redução das operações da Tenda e aumento da participação da marca Alphaville fizeram com que nossa posição de caixa ficasse confortável e suficiente para financiar nossas obrigações neste ano", disse Calciolari.

O último lançamento da Tenda foi realizado no terceiro trimestre de 2011 e, desde então, a Gafisa decidiu suspendê-los por conta de problemas de atraso nas entregas das unidades já vendidas. Desta maneira, a empresa optou por priorizar o reforço em sua geração de caixa operacional no ano passado, no qual atingiu R$ 685 milhões. O montante foi suficiente para honrar os pagamentos de dívidas e investimentos, de acordo com a empresa.

Ainda segundo Calciolari, a partir deste ano metade das metas terão como foco a geração de resultados e a outra metade, em desalavancagem. Para tanto, a companhia se prepara com a aquisição de terrenos para o segmento Gafisa, além de planejar novos lançamentos, incluindo empreendimentos da Tenda.

No total, Calciolari estima lançamentos entre R$ 2,7 bilhões e R$ 3,3 bilhões em 2013. No ano passado, o valor somou R$ 2,95 bilhões, abaixo dos R$ 3 bilhões estimados anteriormente.

Do montante projetado para este ano, entre R$ 1,15 bilhão e R$ 1,35 bilhão deverão ser destinados para a Gafisa, enquanto valores entre R$ 1,3 bilhão e R$ 1,5 para a Alphaville e de R$ 250 milhões a R$ 450 milhões para empreendimentos Tenda.

O grupo pretende entregar entre 13,5 mil e 17,5 mil unidades em 2013. Dessas, aproximadamente 27% serão entregues pela Gafisa, 46% pelo segmento Tenda e 27% pela Alphaville.

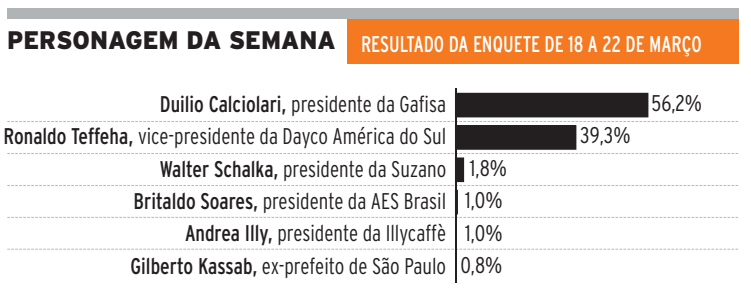
Em meio às incertezas, a equipe de análise da Planner Corretora não recomenda a ação como opção de investimento. "A situação financeira da empresa e os ajustes que ainda necessita fazer deverão limitar sua capacidade de recuperação nos resultados para um nível de atratividade. Além disso, o setor passa por um nível de acomodação no ritmo de lançamentos e vendas", pontua a equipe.

O segundo lugar ficou com Ronaldo Teffeha, vice-presidente América do Sul da Dayco, que somou 39,3% dos votos. Após anunciar a compra da Nytron e reforçar a presença na América do Sul, o executivo da Dayco afirmou que o plano estratégico bem consolidado permitiu o crescimento mesmo nos anos de crise econômica.

O presidente da Suzano, Walter Schalka, ficou na terceira colocação, com 1,8%. Na sequência, Britaldo Soares, presidente da AES Brasil, e Andrea Illy, presidente da Illycaffè, ficaram empatados com 1% da preferência.

A última posição foi ocupada por Gilberto Kassab, ex-prefeito de São Paulo, que recebeu 0,8% de apoio dos internautas. ■

PERSONAGEM DA SEMANA RESULTADO DA ENQUETE DE 18 A 22 DE MARÇO


Duilio Calciolari, presidente da Gafisa 56,2%
Ronaldo Teffeha, vice-presidente da Dayco América do Sul 39,3%
Walter Schalka, presidente da Suzano 1,8%
Britaldo Soares, presidente da AES Brasil 1,0%
Andrea Illy, presidente da Illycaffè 1,0%
Gilberto Kassab, ex-prefeito de São Paulo 0,8%

Scott Eells/Bloomberg

Duilio Calciolari conquistou 56,2% dos votos dos internautas

Conheça os candidatos da nova eleição

Luciano Santanna, presidente da Susep, e Élio Martins, presidente da Eternit, estão na disputa

Está aberta a votação para o Personagem da Semana. Para votar, é só acessar o site do Brasil Econômico (www.brasileconomico.com.br). A eleição termina na quinta-feira, dia 28, às 12h. O resultado será divulgado na segunda-feira, dia 1º de abril.

Entre os candidatos, está Luciano Santanna, presidente da Susep. Há um ano e meio no cargo, ele falou que seus esforços estarão concentrados em aumentar a fiscalização de empresas que estão operando de forma legal e fortaleceu a atividade para recuperar empresas que estão em liquidação extrajudicial.

Outro candidato a destaque é Élio Martins, presidente da Eternit. Na entrevista, ele afirmou que o objetivo da empresa, conhecida principalmente pela fabricação das telhas de fibrocimento, é se tornar a maior do Brasil da área de construção civil, do chão ao teto.

Também na disputa, Mathias Becker, presidente da Renova Energia, demonstrou confiança de que a situação financeira da empresa vai mudar quando as linhas de transmissão — de responsabilidade da Chesf — estiverem prontas.

Graça Foster, presidente da Petrobras, é outra executiva que está concorrendo. O Plano de Negócios e Gestão da companhia para 2013-2017 prevê US$ 236,7 bilhões em investimentos no período, com destaque para as áreas de Exploração e Produção,que deverão demandar recursos de US$ 147,5 bilhões.

Olivier Murguet, presidente da Renault,também está escalado para a eleição. O esforço da francesa Renault agora é a renovação de sua linha de produtos no Brasil.

Outro candidato é Ricardo Pena, presidente do Funpresp. A empresa iniciará uma campanha a fim de incentivar servidores públicos a aderirem ao novo regime previdenciário. ■ **C.R.C.**

EMPRESAS

7

Foi o número de prêmios que a Leo Burnett Tailor Made recebeu no Andy Awards pelas campanhas "Meu Sangue É Rubro Negro" e "Peças Originais". A cerimônia aconteceu em Londres.

CRIATIVIDADE E MÍDIA

Clight Tea volta ao mercado com ações em PDV e revista

Carolina Marcelino
cmarcelino@brasileconomico.com.br

No mês das mulheres, Clight, apresenta uma grande novidade para 2013: a volta do Clight Tea, nas versões chá com limão e chá com pêssego. São dois sabores de chá para consumo gelado em qualquer hora e lugar. Para divulgar o retorno do produto, a marca conta com uma campanha de degustação no ponto de venda, plano de mídia em revistas do Trade, sampling (amostra grátis), além de uma plano digital que promete engajar as consumidoras do produto durante os próximos meses.

Desde que saiu do mercado, mais de 34% de todos os contatos via SAC relacionados à Clight eram solicitações em torno da volta de Clight Tea. A página da marca, que hoje conta com mais 550 mil seguidores, também recebeu diversas manifestações aclamando o retorno do produto. Segundo a Mondelez International, esse engajamento foi decisivo para a marca tomar a decisão de trazer o produto de volta.

"Clight é uma bebida que preza a essência da mulher. Trazer o produto de volta as gôndolas no mês das mulheres celebra o poder de transformação que juntas elas têm. Uma ação simples, mas que dá voz à nossa consumidora e endossa a essência de marca, reforçando essa importante relação", disse a gerente de marketing para Clight na Mondelez Brasil, Fernanda Landazuri.

Clight Tea será comercializado na versátil embalagem dual pouch, com um picote que divide a embalagem em duas partes, que rendem 500 ml cada uma. A nova versão segue a tendência de portabilidade, com porções individuais, ideais para levar na bolsa e preparar o chá a qualquer hora do dia e em qualquer lugar. Ele é adequado para as mulheres que têm uma vida corrida e buscam praticidade nos produtos que consomem.

O produto já está disponível nas gôndolas de supermercados de todo o Brasil. ■

Márcio Atalla vira estrela da Timex

A Timex escolheu o profissional de saúde Márcio Atalla como o novo embaixador da marca de relógios cobiçada por muitos atletas. A Timex tem como estratégia incentivar a prática de exercícios físicos, cuidado com saúde e alimentação, conscientizando as pessoas sobre a importância da qualidade de vida.

9ine divulga festival de poker

A 9ine conquistou a conta do MasterMinds Poker Festival. A agência será a responsável por todo o trabalho de marca do evento, que celebra o poker como esporte da mente. Organizado pela AW8 Eventos, o MasterMinds terá a sua terceira edição realizada entre os dias 5 e 9 de abril, em São Paulo.

WMcCann apresenta novidade da Grendene

O super-herói Ben 10 estampa a nova coleção infantil masculina de Grendene Kids. Para anunciar a novidade, a WMcCann desenvolveu uma campanha composta por filme de 30" com versão de 15" e vinheta de 5", que apresenta a sandália, a galocha e o tênis do Ben 10.

COM A PALAVRA...

Fotos: divulgação

...JULIANA BONOMO

Diretora de recrutamento da L'Oréal Brasil

Como funciona o jogo de negócios "Brandstorm" da L'Oréal? Qual o objetivo?
O Brandstorm visa identificar, recrutar e aproximar os jovens talentos, com perfis diversificados, do Grupo L'Oréal. A empresa busca não só estudantes com potencial e atitude, mas também estreitar o relacionamento dos participantes com a empresa durante o processo, possibilitando um maior conhecimento deles sobre o ambiente da organização. Reunidos em grupos de três, os universitários são desafiados a criar um novo conceito e uma nova linha de produtos para uma marca já existente da L'Oréal. Em 2013, a L'Oréal desafia universitários de 45 nacionalidades a relançar e criar um novo produto para o mercado capilar da marca L'Oréal Paris para o sudeste asiático, um dos mais promissores mercados do Grupo.

Como os interessados fazem para participar?
Para participar, os alunos devem estar cursando os dois últimos períodos da faculdade e se interessar pela área de Marketing. Somente os alunos da PUC-Rio, ESPM Rio e SP e IBMEC Rio poderão se inscrever até o dia 21 de março pelo site www.brandstorm.loreal.com. A novidade deste ano é a abertura do programa para estudantes de todas as universidades brasileiras através de uma competição on-line. Para participar, basta se cadastrar no site do Brandstorm 2013. Desde que começou a ser utilizado no Brasil, em 2004, 59 participantes já foram contratados para diferentes áreas da empresa, incluindo as quatro divisões de produtos.

A marca fará algum tipo de campanha para promover a nova edição do Brandstorm?
A L'Oréal Brasil tem promovido e divulgado o programa através do facebook L'Oréal Talento, um dos principais canais de comunicação da empresa com o público mais junior. **C.M.**

PARA LEMBRAR

Todo mundo usa

Para tornar a Havaianas um objeto de desejo, a Alpargatas e a Almap fizeram uma comunicação na qual o foco saiu do produto e foi para quem o utiliza. Malu Mader, Vera Fischer, Bebeto, Marcello Novaes e Chico Anysio foram algumas das celebridades filmadas em cenas do seu dia a dia.

NO MUNDO DIGITAL

Vanish pede para fã enviar foto de marido

O Vanish cria o concurso fotográfico "Concentra, meu bem" em sua fan page. A marca pretende promover o produto Vanish Poder O2 Líquido Concentrado. As fãs podem enviar fotos dos seus maridos ajudando em atividades domésticas, como lavar e estender as roupas no varal. As imagens devem ser enviadas por meio de um aplicativo disponível na própria fan page. A melhor foto será premiada com um jantar romântico.

VAIVÉM

JOÃO PINHEIRO

Novo diretor de atendimento e operações da OgilvyOne Brasil

O publicitário João Pinheiro é o novo integrante da OgilvyOne Brasil. Pinheiro tem passagens pela Havas Worldwide (antiga Euro RSCG) e também pela própria Ogilvy, onde já trabalhou por 13 anos. O profissional ainda conta com grande experiência internacional: trabalhou na América Latina, Caribe e Nova York por essas duas agências. Fiat, American Express, Philips e IBM estão entre as marcas que já atendeu ao longo de sua carreira.

FINANÇAS

Editora: Léa De Luca lluca@brasileconomico.com.br
Subeditora: Priscila Dadona pdadona@brasileconomico.com.br

Volume global de IPOs sobe 43% no começo de 2013

No Brasil, só a Linx abriu capital, levantando US$ 231,1 milhões. Há outras três na fila, mas cenário é incerto

Flávia Furlan
ffurlan@brasileconomico.com.br

A ligeira recuperação das bolsas mundiais no início do ano levou as empresas a tirarem do papel os planos de abrir capital. De janeiro até 19 de março, foram captados US$ 16,3 bilhões, montante 43% superior ao do mesmo período do ano passado. Apesar disso, o número de ofertas públicas iniciais (IPOs, Initial Public Offering) caiu de 143 para 116 no período, segundo dados da Thomson Reuters divulgados ao **Brasil Econômico**. Ricardo Torres, diretor da Norfolks Advisory, explica o aumento do volume captado e a queda do número de operações pela maior seletividade dos investidores, devido ao cenário adverso. "Em um cenário mais estável, um número maior de empresas recorreria ao mercado", pondera.

A situação no Brasil é bem pior do que a verificada no resto do mundo, em que reina o otimismo. No país, de janeiro até 19 de março foi identificado um IPO, da operadora de software Linx, de US$ 231,1 milhões. A bolsa brasileira registrou de janeiro até sexta queda de 9,37% em seu principal índice, o Ibovespa. Neste ano, ainda aconteceu no Brasil o IPO da Sênior Solution, que movimentou R$ 62,1 milhões, mas que não está na lista por fazer parte do Bovespa Mais, segmento de acesso à BM&FBovespa. Além disso, espera-se para este ano no país a abertura de capital de BB Seguridade, Multiplus e Smiles, programa de milhagem da GOL. "A situação está muito crítica e acredito que essas empresas terão dificuldades em fazer a operação", diz Torres. "Os investidores acham que o custo brasileiro está muito alto", diz Bernardo Mariano, analista de bolsas da Equity Research Desk.

O economista Ricardo Amorim sentiu isso em seus negócios: no ano passado, assessorava por mês seis clientes que queriam entrar no país, enquanto neste ano a média está em dois ao mês. "Precisamos de menos interferência política, ou que o governo dê um sinal claro de que quer o setor privado como parceiro importante no processo de desenvolvimento. Até agora, ele deu sinal de que ele mesmo quer comandar isso."

O que pode agravar a situação brasileira é a possibilidade de alta no juro básico, que o mercado espera para maio. Em busca de mais retornos, os investidores migrariam para a renda fixa. Em meio a este cenário, há quem ainda seja otimista quanto ao cenário brasileiro. "O ano passado foi muito ruim no quesito abertura de capital e já escutei estimativas de 10 a 15 operações de bancos de investimento para este ano", diz Claudio Yamashita, diretor da Intralinks para a América Latina.

Entre os IPOS globais, os Estados Unidos lideraram a lista, com 24 operações que levantaram US$ 6,67 bilhões. Em segundo lugar, está o Japão, onde foram realizadas 15 transações que captaram US$ 1,80 bilhão. "Sempre que a bolsa está em alta, mais IPOs acontecem, ao contrário de quando ela está em baixa. Por isso, o volume das captações nos Estados Unidos e Japão foi maior", afirma Amorim. De janeiro até sexta, o índice Dow Jones subiu 10,74% e o índice Nikkei, 18,69%. A continuidade do cenário positivo para as bolsas depende, segundo Amorim, de uma recuperação mais consistente da economia chinesa, de uma estabilidade da crise europeia e de uma saída para a situação fiscal dos EUA.

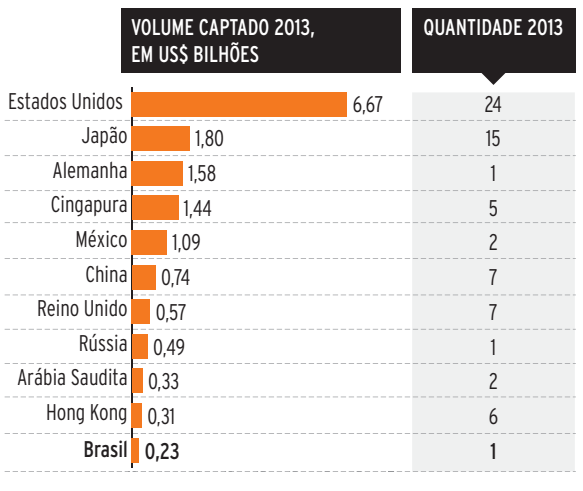
Alex Ibrahim, vice-presidente e chefe regional para América Latina da Nyse Euronext, diz que a quantidade de empresas recorrendo às bolsas tem sido pouca, mas que o cenário deve mudar. "A partir de abril vamos começar a ter um número de transações maior, quando as empresas reportam o resultado completo do ano anterior, mas tudo isso dependerá do que acontecer no mundo." A Nyse está em conversa com diversas companhias para abertura de capital. No ano passado, o grupo foi líder em IPOs, com 120 ofertas que somaram quase US$ 37 bilhões, enquanto a Nasdaq levantou US$ 23,4 bilhões em 65 operações. "Temos diálogo muito grande com companhias não só dos Estados Unidos como do mundo inteiro", diz. Sobre a América Latina, Ibrahim afirma que a primeira abertura de capital vai sair no início de abril. ■

Marcela Beltrão

Ibrahim, da Nyse, está moderadamente otimista, e espera mais aberturas de capital a partir de abril

ESTREIA

Os maiores mercados em número de operações de abertura de capital e volume captado, em 2013*



Fonte: Thomson Reuters *de 1/1/2013 a 19/3/2013

NO TOPO

As maiores captações realizadas pelas empresas neste ano*

EMPRESA	VOLUME CAPTADO 2013, EM US$ BILHÕES	BOLSA	DATA	SETOR
Zoetis	2,57	Estados Unidos	31/1	Saúde
Mapletree Greater China	2,06	Cingapura	27/2	Imobiliário
LEG Immobilien	1,58	Alemanha	31/1	Imobiliário
Nippon Prologis	1,14	Japão	4/2	Imobiliário
Grupo Sanborns	0,82	México	7/2	Varejo
CVR Refining	0,69	Estados Unidos	16/1	Energia e Força
Norwegian Cruise Line Hldg	0,51	Estados Unidos	17/1	Indústria
MMVB-RTS	0,49	Rússia	15/2	Financeiro
Chinalco Mining	0,41	China	24/1	Materiais
Crest Nicholson	0,38	Reino Unido	13/2	Imobiliário
Artisan Partners Asset Mgmt	0,38	Estados Unidos	6/3	Financeiro

Antonio Milena

CAIXAS ELETRÔNICOS

BB e Bradesco adotam medidas antifurto

Como medida antifurto, o Banco do Brasil e o Bradesco vão reduzir o volume de cédulas nos terminais de autoatendimento. No BB, o dinheiro dos caixas eletrônicos serão reduzidos à noite e nas praças com maior incidência de ataques, o percentual médio de redução de valores é de 70%. Já o Bradesco conta com sistema automatizado que avalia perfil de cada região e fatores de risco. A tecnologia controla a quantidade de cédulas nos ATMs principalmente a noite e nos finais de semana.

Situação delicada no Chipre pressiona preço do barril de petróleo para baixo

Expectativa é que a commodity atinja US$ 105 no curto prazo. Em 2013, deve ficar em US$ 110

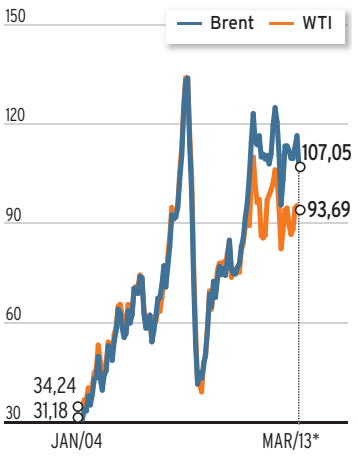
Natália Flach
nflach@brasileconomico.com.br

A situação delicada do sistema bancário do Chipre, somada às incertezas sobre a recuperação da economia mundial e à redução da demanda por petróleo na Europa, fiez com que o preço do barril fosse pressionado para baixo, nos últimos dias. A expectativa da consultoria independente U.S. Energy Information Administration (EIA) é que o spot do Brent saia dos US$ 112, registrados em 2012, e siga em direção aos US$ 108, em 2013, e vá até os US$ 101, em 2014.

Segundo Filip Petersen, estrategista de commodities da SEB Commodity Research, o Brent deve despencar para US$ 105, em breve, em função do problema ciprioto. "Da perspectiva do mercado de petróleo, este patamar pode ser um bom ponto para os investidores entrarem", destaca, em entrevista ao Washington Post. "Esta queda e o salto resultante podem acontecer nas próximas semanas", destaca. Já Lucas Brendler, analista da Geração Futuro, projeta que a commodity fique em US$ 110, neste ano, e retome o fôlego, em 2014, voltando para o patamar de US$ 112,50. Na sexta-feira, o preço do Brent caiu 0,39% para US$ 107,05 — no ano a queda é de 3,29%.

FUNDO DO POÇO

Contratos de petróleo — Cotações de fechamento, em US$/barril



Fonte: Bloomberg *Até dia 22

"A questão do Chipre aumenta a preocupação macroeconômica e pode influenciar o preço do petróleo", concorda Carolina Flesch, analista da BB Investimentos. A ilha espera fechar um pacote de suporte financeiro até hoje, afirmou o presidente do Banco Central do país, Panicos Demetriades, cumprindo um prazo após o qual o Banco Central Europeu (BCE) ameaça cortar o financiamento para os bancos do país. Na sexta-feira, a Rússia recusou os pedidos de auxílio, deixando os líderes da ilha cada vez mais isolados na corrida para fechar um acordo de resgate.

Divulgação

No ano, o Brent cai 3,29%; na sexta-feira, a queda foi de 0,39%

"Na Europa, a questão não é excesso de oferta, como acontece nos Estados Unidos, e, sim, decréscimo da demanda. Para contrabalançar isso, a Ásia e os emergentes têm ajudado a ajustar a balança entre oferta e demanda", diz Brendler. "Mas há ainda incertezas com relação à geopolítica. É o caso das Coreias e do Oriente Médio. O eixo do petróleo está se movendo para a Ásia", diz.

Petrobras

Essa volatilidade nos valores tem impacto direto na Petrobras. Na semana retrasada, a companhia divulgou o seu plano de investimentos e destacou que trabalha com o preço do Brent em US$ 107 por barril em 2013, diminuindo para US$ 100 no longo prazo. Destacou ainda que, nos próximos quatro anos, a área de exploração e produção de petróleo vai ganhar mais destaque e prevê manutenção de metas de produção de óleo. Nos últimos tempos, a estatal tem realizado reajustes nos preços do diesel e da gasolina para tentar gerar caixa suficiente para bancar seus planos de expansão.

Carolina lembra que a companhia compra derivados de gasolina e exporta óleo cru. "Portanto, quando o preço do petróleo sobe e a exportação aumenta, o volume financeiro cresce, no entanto, o preço dos importados também sobe", afirma.

Brendler, da Geração Futuro, conta que o petróleo do pré-sal é mais leve do que é extraído na Bacia de Campos (RJ), o que mostra gradual melhora na qualidade da commodity e reduz o spread do preço consolidado em relação ao preço do Brent. "No entanto, as novas refinarias devem entrar em funcionamento apenas no final de 2014 e início de 2015. Portanto, a estatal ainda tem dois anos desafiadores pela frente para produção e em relação aos preços de derivados", destaca. ■

Tombini diz que problemas com bancos médios acabaram

Presidente do BC afirmou ainda que o governo pode tomar novas medidas contra a inflação

Léa De Luca
lluca@brasileconomico.com.br

Depois de dois anos apertando o cerco sobre os bancos médios – um ciclo que começou com o PanAmericano, no final de 2010, passando pelo Cruzeiro do Sul e Prosper, terminando com o BVA em 19 de outubro último – o Banco Central (BC) considera encerrado o ciclo de intervenções e liquidações de instituições do setor. "Foi uma ação com começo, meio e fim", disse Alexandre Tombini, presidente do BC, em evento realizado na quinta-feira à noite em São PAulo, em comemoração aos 30 anos da Associação Brasileira de Bancos (ABBC), entidade que representa os bancos médios. Em seu discurso, Tombini disse que o BC "reconhece a importância desse segmento, e por isso, trabalha de forma contínua para criar condições propícias para o fortalecimento, o desenvolvimento e o crescimento dos bancos pequenos e médios."

O futuro do BVA ainda é incerto. Estão em curso negociações para sua venda ao empresário Carlos Alberto Oliveira Andrade, dono do grupo Caoa, acionista minoritário do banco e seu credor. Na época da intervenção, o BC disse que foram detectadas no BVA "graves violações às normas legais". Cálculos de fontes do mercado diziam que o BVA tinha um rombo de R$ 1 bilhão. O PanAmericano foi comprado por BTG Pactual e Caixa. O Cruzeiro do Sul foi liquidado.

Inflação, câmbio e juros

No dia seguinte, em outro evento também em São Paulo, Tombini disse que o governo poderá adotar novas ações para conter a inflação. "Estamos acompanhando a evolução do cenário macroeconômico". Segundo Tombini, o BC está preocupado com o nível de resistência da taxa de inflação registrada nos últimos meses. "O foco da política monetária tem sido, e continuará a ser, exclusivamente, a manutenção da estabilidade de preços na economia brasileira".

O BC, de acordo com Tombini, tem atuado com cautela e dispensado atenção às mensagens que transmite pela ata do Copom. Ele comentou a mudança feita na projeção da taxa básica de juros, a Selic, para o final de 2013. Depois de 16 semanas seguidas com a expectativa de manutenção em 7,25% ao ano, o Banco Central decidiu, no dia 11 deste mês, alterar a estimativa para 8% ao ano.

Ueslei Marcelino/Reuters

Tombini, do BC: "Atuamos de forma serena e segura, mas firme"

Tombini disse ainda que o câmbio é flexível e responde a choques, destacando que o BC está sempre pronto para atuar. Segundo ele, a entidade monetária atuará para não deixar que o câmbio seja um empecilho para a economia. ■ **Com agências**

FINANÇAS

Felipe O'Neill/Ag. O Dia

GESTORA AMERICANA

Eduardo Velho de casa nova no Brasil

O economista **Eduardo Velho** acaba de deixar a Prosper para ingressar na INVX Global Partners, como economista-chefe. Velho também vai estruturar a área de administração de recursos do grupo no Brasil. A INVX Global Partners é uma empresa americana de investimentos focada no fornecimento de assessoria financeira em project finance, reestruturações, fusões e aquisições para empresas, instituições e governos, bem como projetos de desenvolvimento consultivo.

MERCADOS

Perspectiva negativa para a bolsa brasileira

Resultado ruim do Ibovespa supera o de outras bolsas no mundo; no ano queda é de 9,37%

O pessimismo que se abateu sobre a bolsa brasileira nos últimos dias deve permanecer nesta semana, segundo especialistas. "Nossa bolsa está fraca há muito tempo, enquanto as outras têm subido sistematicamente, voltando a níveis de antes da crise de 2008, até superando em alguns casos, como o Dow Jones. Dentro desse cenário não vejo nada de novo para tirar a gente dessa inércia, dessa fraqueza em que estamos",diz Rogério Oliveira, especialista em bolsa da ICAP Brasil.

Na semana passada, o Ibovespa encerrou com expressiva queda, de 2,86%, e sequer podemos apontar a crise no Chipre como principal causa para essa decepcionante performance de nosso índice, que já acumula perdas de 9,37% em 2013.sso porque o índice americano Dow Jones, na mesma semana, passou praticamente ileso à questão cipriota, ao fechar o período praticamente estável, com apenas uma leve queda de 0,01%. No ano, os ganhos do Dow chegam a 10,7%.

O próprio DAX-30, da Alemanha, que por sua proximidade com a pequena ilha da Zona do Euro poderia ter sido bem mais afetado do que o Ibovespa, registrou perdas mais moderadas, de 1,6%.

As ações de maior impacto dentro do índice brasileiro, as 'blue chips', não conseguem engatar uma recuperação consistente, de acordo com agentes de mercado, muito por conta das inúmeras intervenções do governo em diversos setores.

Entre as maiores âncoras do Ibovespa neste primeiro trimestre do ano, podemos destacar as empresas do Grupo EBX, como MMX e OGX, que têm queda de 45,3% e de 48,1% em 2013, respectivamente. ■ **Lucas Bomana**

Relatório de inflação e dado de emprego são destaques

Para economista da Rosenberg, documento pode dar pistas sobre novos passos do Copom

A última semana de março promete ser agitada, tanto no Brasil quanto no exterior. Na agenda doméstica o grande destaque pe é o relatório de inflação do primeiro trimestre.

Segundo Thaís Marzola Zara, economista da Rosenberg & Associados, em relatório, o documento pode trazer novidades quanto às projeções de inflação do Banco Central "e também sobre os próximos passos do Copom". Os demais destaques são os dados de crédito, a taxa de desemprego e os resultados fiscais, de fevereiro e o IGP-M de março.

"O crédito deve continuar mostrando relativa estagnação, ainda mais agora que os juros futuros começam a contabilizar uma alta próxima da taxa de juros básica. Atenção aos dados de inadimplência", afirma a economista, em relatório.

Quanto à pesquisa de emprego, divulgada na quinta-feira, a expectativa da economista é de estabilidade da taxa dessazonalizada. "Indicando mercado de trabalho ainda forte".

Já a projeção para o IGP-M é de variação de 0,32% com aproximação do fim da deflação do IPA agrícola e IPA industrial estável. "Sinalização para os preços ao consumidor é de que não haverá alívio adicional nos próximos meses", afirma.

Nos Estados Unidos, serão dovulgados vários indicadores do setor imobiliário e do ritmo de atividade, que podem aumentar o otimismo quanto à recuperação econômica. "Atenção especial ao dado final de Produto Interno Bruto (PIB) do quarto trimestre de 2012, divulgado na na sexta-feira." ■

INDICADORES E EVENTOS

Segunda-feira (25)	
7h	(Itália) Leilão de títulos públicos
8h	(Brasil) INCC-M
8h	(Brasil) IPC-S
8h	(Brasil) Confiança do consumidor
Terça-feira (26)	
5h	(Brasil) IPC-Fipe
7h	(Itália) Leilão de títulos públicos
9h30	(EUA) Encomendas de bens duráveis e de capital
10h	(EUA) Preços de imóveis
10h30	(Brasil) Nota de política monetária e de crédito
10h30	(Brasil) Inadimplência pessoa física
11h	(EUA) Confiança do consumidor
11h	(EUA) Vendas de imóveis novos
Quarta-feira (27)	
4h	(Alemanha) Confiança do consumidor
4h45	(França) PIB
5h	(Espanha) Vendas no varejo
5h	(Espanha) Preços ao consumidor
6h30	(Reino Unido) PIB
7h	(Itália) Leilão de títulos públicos
7h	(Zona do Euro) Confiança na economia
7h	(Zona do Euro) Confiança da indústria
7h	(Zona do Euro) Confiança do consumidor
8h	(Brasil) IGP-M
11h	(Brasil) Indicadores industriais
11h	(EUA) Vendas pendentes de imóveis
Quinta-feira (28)	
5h55	(Alemanha) Taxa de desemprego
9h	(Brasil) Pesquisa mensal de emprego
9h30	(EUA) PIB
9h30	(EUA) PCE
10h	(EUA) NAPM - Milwaukee
10h30	(Brasil) Nota de política fiscal
10h30	(Brasil) Resultado nominal do setor público
10h45	(EUA) PMI Chicago
12h	(EUA) Índice de atividade do Fed de Kansas
	(Brasil) Reunião do CMN
Sexta-feira (29)	
	(Brasil) Feriado - mercados fechados
9h30	(EUA) Renda e gastos pessoais
Na semana	
	(Brasil) Relatório trimestral de inflação
	(Alemanha) Vendas no varejo

Fontes: Fator e Concórdia

PREFEITURA DE SÃO PAULO

SECRETARIA DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE

COMUNICADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 001/SVMA/2013 - PROC. ADMINISTRATIVO Nº 2013-0.078.888-3

OBJETO: Contratação de empresa especializada em locação de veículos com quilometragem livre, para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente - SVMA, em conformidade com o descrito no Anexo II, conforme descrito nas Especificações Técnicas do Objeto - **ANEXO II.**

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL.1 torna público que a sessão de abertura do Pregão Presencial em epígrafe será realizada **no dia 08 de abril de 2013, às 10:00 horas**, no prédio sede da SVMA, localizado na Rua do Paraíso, 387/389, térreo.

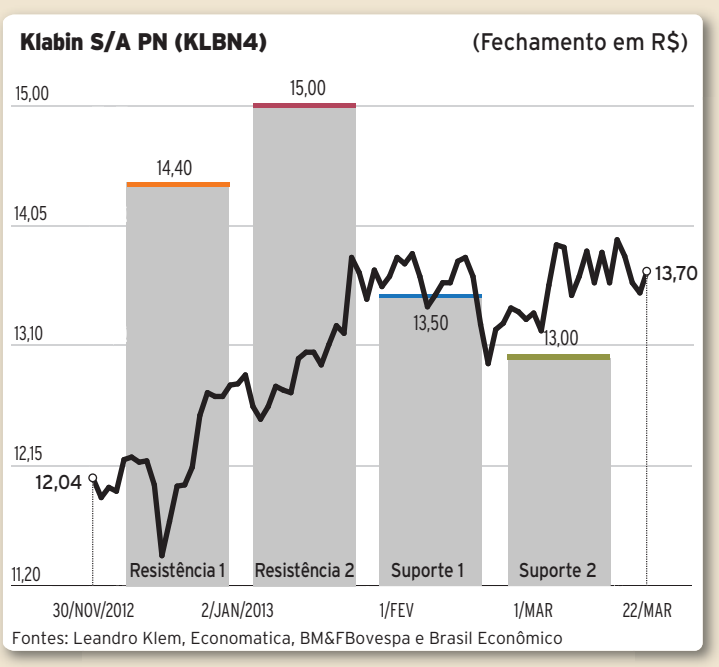
O caderno de licitação, composto de edital e dos anexos, poderá ser obtido sem custo, **através da Internet** pelo site http://e-negocioscidadesp.prefeitura.sp.gov.br, **ou** retirado, **mediante a entrega de 1 (um) CD-R ou CD-RW sem uso**, na Unidade de Licitação, situada na Rua do Paraíso, n.º 387/389, 9º andar, Paraíso, nesta Capital, das 09h00 às 16h00, tel. 3283.1072 e fax 3171.1802.

VIA VAREJO S.A.

Companhia Aberta CNPJ 33.041.260/0652-90 - NIRE 35.300.394.925

Ata da AGE realizada em 28/02/2013

1. Data, Hora e Local: Realizada aos 28/02/13, às 09:00hs, na sede social da Via Varejo S.A. ("Companhia"), localizada na Rua João Pessoa, 83, Centro, São Caetano do Sul/SP. **2. Publicações**: Edital de Convocação publicado na forma do artigo 124 da Lei 6.404/76 ("Lei das S.A."), no DOESP nas edições dos dias 14, 15 e 16/02/13, páginas 07, 24 e 06, respectivamente, e no jornal "Valor Econômico" nas edições dos dias 13, 14 e 15/02, páginas B2, A5 e A 12, respectivamente. **3. Presenças**: Acionistas representando um percentual de 99,41 % do capital social com direito a voto, conforme se verifica pelas assinaturas constantes do Livro de Presença dos Acionistas arquivado na sede da Companhia. **4. Composição da Mesa**: Assumiu a Presidência da mesa o Sr. Michael Klein, presidente do Conselho de Administração, conforme artigo 8° do Estatuto Social da Companhia, que convidou a mim, Maria Antônia Caleffi da Silva Ramos, para secretariá-lo. **5. Ordem do Dia**: (i) Eleição de 1 novo membro do Conselho de Administração da Companhia, em substituição ao atual Conselheiro Marcel Cecchi Viera. **6. Resumo das Deliberações**: Instalada a Assembleia e dado início à discussão da matéria indicada na Ordem do Dia, os acionistas deliberaram o quanto segue: **6.1**. Aprovar, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, a lavratura da ata desta Assembleia em forma de sumário dos fatos ocorridos, conforme dispõe o artigo 130, §1, da Lei das S.A., sendo autorizada a sua publicação com omissão das assinaturas dos acionistas. **6.2**. Aprovar, por unanimidade de votos, a eleição para o Conselho de Administração da Companhia, do senhor a seguir mencionado, indicado pelos acionistas Samuel Klein e Michael Klein como membro efetivo, o qual substituirá, pelo prazo remanescente do seu mandato, o Sr. Marcel Vieira Cecchi: **Roberto Fulcherberguer**, brasileiro, casado, administrador de empresas, RG 20.344.985-SSP/SP, CPF/MF 123.955.588-18, com endereço comercial na Alameda Valência, 36, Alphaville 0, Santana de Parnaíba/SP. O membro do Conselho de Administração ora eleito preenche os requisitos do artigo 147 da Lei 6.404/76, não estando incurso em quaisquer dos crimes previstos em lei que o impeça de exercer a atividade mercantil, e tomará posse em seu cargo mediante a assinatura do respectivo Termo de Posse lavrado em livro próprio, do qual constará sua declaração de desimpedimento. **6.3**. Por fim, os acionistas concordaram em deixar consignado que, por um lapso, o NIRE constante da Ata da AGE da Companhia realizada no dia 02.01.2013, arquivada na JUCESP sob o n° 033.307/13-1, em sessão de 24.01.2013 ("Ata"), estava incorreto, sendo o correto NIRE 35.300.394.925. **7**. **Documentos arquivados**: (a) Edital de Convocação; e (b) Proposta da Administração. **8**. **Aprovação e Assinatura:** Nada mais havendo a tratar, foram os trabalhos suspensos para a lavratura desta ata, nos termos do artigo 130, §1°, da Lei das S.A.. Reabertos os trabalhos, foi a presente ata lida e achada conforme, tendo sido aprovada por todos os presentes. São Caetano do Sul, 28/02/13. Pres. da Mesa: Michael Klein, Secret. da Mesa: Maria Antônia Caleffi da Silva Ramos. Extrato da ata lavrada em livro próprio, nos termos do §3°, do art. 130 da Lei 6.404/76, conforme alterada. **Jucesp**, registro 105.559/13-1 em 08.03.2013. Gisela Simiema Ceschin, Secret. Geral



Fontes: Leandro Klem, Economatica, BM&FBovespa e Brasil Econômico

Investidor de olho nas ações da Klabin

As ações da Klabin (KLBN4) tem bom potencial de valorização no curto prazo. Porém, para que o movimento seja confirmado, é preciso romper os R$ 13,94, topo histórico atingido pelo papel dia 13. "Desde junho, a Klabin renova suas máximas históricas. Essa semana caíram seguindo o mercado. Mas há grandes chances de retomarem a tendência", diz Leandro Klem, analista da Trader Brasil. Como a resistência é um topo histórico, para calcular o próximo ponto a ser buscado é necessário utilizar a expansão do Fibonacci. "Sendo assim, os papéis devem buscar os R$ 14,40 e os R$ 15,00", afirma.

Enersul REDEENERGIA

Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - ENERSUL
CNPJ / MF nº. 15.413.826/0001-50 - Companhia Aberta

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2012

Senhores Acionistas,
A Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A.-ENERSUL submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Financeiras e pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

A ENERSUL

A Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. ("ENERSUL") é uma concessionária de distribuição de energia elétrica criada em 11 de junho de 1979. A área de concessão da ENERSUL abrange 73 dos 78 municípios do Estado de Mato Grosso do Sul, distribuídos em uma área de 328.335 km², equivalente a 91,9% do Estado e a 94,4% da população total, beneficiando aproximadamente 2,4 milhões de habitantes. Todo o sistema de distribuição da ENERSUL é interligado, não existindo nenhuma área isolada suprida por geração local. Assim, toda a energia requerida para atender ao mercado de sua concessão provém do Sistema Interligado Nacional.
A ENERSUL é uma Companhia Aberta desde 29 de abril de 1981. Em junho de 2008, a REDE ENERGIA e a EDP - Energias do Brasil celebraram um contrato de permuta, por meio do qual foi transferida para a EDP a totalidade da participação societária na companhia de geração Rede Lajeado Energia S.A., em troca do controle acionário da ENERSUL.
Em 31 de dezembro de 2012, a sua Controladora REDE ENERGIA S.A. ("REDE ENERGIA") detinha diretamente 60,16% das ações ordinárias e totais da Empresa e indiretamente 39,77% das ações ordinárias e totais, por intermédio da companhia holding Rede Power do Brasil S.A. Dessa forma, somando-se a participação direta e indireta, a REDE ENERGIA detinha 99,92% das ações ordinárias e totais.
Em 31 de agosto de 2012 a ANEEL, através da Resolução Autorizativa nº 3.649, determinou cautelarmente a intervenção administrativa na ENERSUL, pelo prazo de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada a critério da ANEEL, afastando imediatamente do exercício dos seus mandatos os administradores da empresa e nomeando Interventor para administrá-la.
A Resolução estabelece que a intervenção tem como objetivos a defesa do interesse público, a preservação do serviço adequado aos consumidores e a gestão dos negócios da concessionária, assegurando o cumprimento das obrigações legais e contratuais vinculadas ao Contrato de Concessão. Ao interventor são conferidos plenos poderes de gestão e administração sobre as operações e os ativos da concessionária, competindo-lhe, entre outras atribuições fixadas pela ANEEL:

- praticar ou ordenar atos necessários à consecução dos objetivos da intervenção;
- identificar e relatar à ANEEL quaisquer irregularidades, eventualmente praticadas pelos administradores da concessionária decorrentes de atos ou omissões;
- zelar pelo integral cumprimento de todas as disposições e obrigações estabelecidas no respectivo contrato de concessão, em particular quanto à preservação e quantificação dos bens reversíveis vinculados à prestação do serviço concedido;
- implementar as práticas contábeis conforme determina o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica;
- apresentar os relatórios de auditoria contábil-financeira, nas datas-bases de assunção e de encerramento da intervenção, elaborados por empresa de auditoria independente;
- disponibilizar os dados e as informações necessários à analise juridica, contábil, financeira, operacional e técnica da concessionária, além de outros que viabilizem a formulação e apresentação, ao acionista controlador, de propostas de investidores interessados na aquisição das ações de controle da concessionária;
- para os atos de alienação, disposição ou oneração do patrimônio da concessionária, contratações e demissões de cargos de Diretoria e Assessoramento, bem como de todo e qualquer cargo cujo salário corresponda a valor igual ou superior a R$ 20.000,00 mensais, o interventor necessitará de prévia e expressa autorização da ANEEL;
- convocar, com exclusividade, a assembléia geral nos casos em que julgar conveniente; e
- levantar o balanço geral e o inventário de todos os livros, documentos, dinheiro e demais bens da concessionária, ainda que em poder de terceiros, a qualquer título.

A Resolução determina ainda que a intervenção não deve afetar o curso regular dos negócios da concessionária, nem seu normal funcionamento, e afasta do exercício dos seus mandatos os Diretores, os membros dos Conselhos de Administração e do Conselho Fiscal anteriores à intervenção. A partir da intervenção, as atribuições dos antigos administradores da concessionária passam a ser exercidas, exclusivamente, pelo interventor, que decide, inclusive, sobre a nomeação dos novos dirigentes. A assembleia de acionistas da concessionária subsiste durante a intervenção sem, todavia, intervir na gestão dos negócios.
Nos termos do § 3º do artigo 3º da Resolução, os acionistas da Empresa tiveram um prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da intervenção para apresentar um Plano de Recuperação e Correção das falhas e transgressões que ensejaram a intervenção, contendo no mínimo:

- discriminação pormenorizada dos meios de recuperação a serem empregados;
- demonstração de sua viabilidade econômico-financeira;
- proposta de regime excepcional de sanções regulatórias para o período de recuperação; e
- estipulação do prazo necessário para o alcance dos objetivos principais, que não poderá ultrapassar o termo final da concessão.

Em 26 de outubro de 2012, o representante legal do acionista controlador protocolizou na ANEEL, um Plano de Recuperação para análise e aprovação da Agência Reguladora.
A intervenção poderá ser encerrada antes do prazo estabelecido em caso de deferimento pela ANEEL do plano de recuperação e correção das falhas e transgressões.

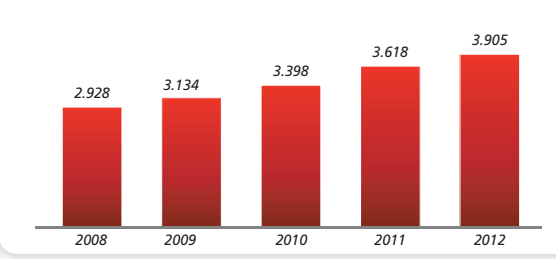
RECUPERAÇÃO JUDICIAL DAS CONTROLADORAS E COLIGADAS DA ENERSUL

Em 23 de novembro de 2012, as controladoras indiretas DENERGE DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO S.A. e EMPRESA DE ELETRICIDADE VALE DO PARANAPANEMA S.A. - EEVP, a controladora direta REDE ENERGIA S.A., bem como as coligadas COMPANHIA TÉCNICA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA - CTCE e QMRA PARTICIPAÇÕES S.A. ajuizaram Pedido de Recuperação Judicial em trâmite na 2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS, Fórum Central Cível da Comarca de São Paulo; PROCESSO nº 0067341-20-1012.8.26.0100.
Apesar de alguns contratos de financiamento da ENERSUL possuírem cláusula de vencimento antecipado da dívida por força de eventos que envolvam sua controladora (tais como o pedido de recuperação judicial) a Empresa obteve *waiver* de seus credores e nenhum deles declarou vencimento antecipado. A ENERSUL tem honrado regularmente com as obrigações assumidas nos contratos de financiamento. Assim, a propositura do Pedido de Recuperação Judicial pela Rede Energia e outros não afetou a gestão operacional da ENERSUL. Entretanto, a crise vivenciada pelo Grupo Rede, que culminou no referido pedido de recuperação judicial, dificultou o acesso da ENERSUL a linhas de crédito para realização de investimentos e capital de giro.

MERCADO CONSUMIDOR

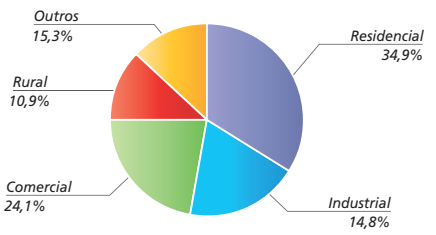
A ENERSUL encerrou 2012 com um fornecimento de energia de 3.905 Gwh (mercado cativo), representando um crescimento de 7,9% em relação aos 3.618 Gwh de 2011. Cabe acrescentar que o crescimento do fornecimento da Empresa seria maior, não fosse a migração de clientes industriais e comerciais para o mercado livre. Assim, incluindo-se os clientes livres, o fornecimento atingiria 4.321 GWh em 2012 e representaria uma variação de 8,2% em relação a 2011.

Mercado *(GWh)*

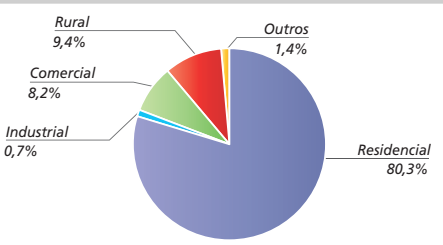


A classe residencial, responsável por 34,9% do total da energia fornecida (1.364 GWh) e 80,3% do número total de consumidores (706.125 consumidores), apresentou um crescimento de 8,9% no consumo de energia elétrica e um crescimento de 4,4% no número de consumidores, quando comparados ao exercício anterior. Esse crescimento foi influenciado principalmente pelo aumento do número de empregos e elevação da renda dos trabalhadores.
A classe comercial, segunda mais representativa no fornecimento de energia elétrica da Empresa em 2012, com participação de 24,1% do total da energia fornecida (943 GWh) e com 71.838 consumidores, apresentou um crescimento de 10,0% no consumo e 4,7% no número de consumidores, quando comparados ao ano anterior. As atividades que mais exerceram influência sobre o desempenho da classe foram as atividades de comércio atacadista, que registraram um crescimento de 15,5% e de comércio varejista, com crescimento de 12,9%.
A classe industrial é a terceira mais representativa no fornecimento de energia elétrica da Empresa, com participação de 14,8% da energia fornecida (579 Gwh) e 6.453 consumidores. O consumo apresentou um acréscimo de 6,9% e o número de consumidores registrou um crescimento de 9,2%. Esse crescimento foi influenciado pelos setores de "abate de bovinos" e "produtos minerais não-metálicos e britamento".
A classe rural é quarta maior com relação ao consumo de energia, com 10,9% (427 GWh), e a segunda maior classe em relação ao número de consumidores (82.878 consumidores). Essa classe registrou um crescimento de 6,2% no fornecimento de energia e de 1,1% no número de consumidores.

Participação por Classe de Consumo *(Vendas em GWh)*



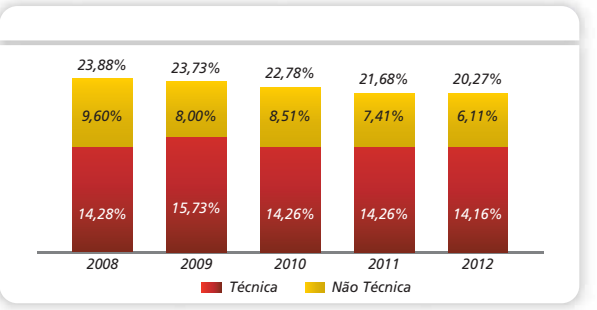
Participação por Classe de Consumo *(Número de Consumidores)*



Ressalta-se que, em sua área de concessão, a ENERSUL já atende a 99,2% dos domicílios urbanos e rurais, em especial graças ao sucesso na implementação do Programa Luz para Todos.

PERDAS

A baixa densidade populacional e o baixo consumo de energia elétrica, aliados à dispersão espacial, levam a Empresa a valores elevados de perdas na distribuição da energia elétrica. O índice de perdas globais faturadas foi de 20,27% em 2012 e 21,68% em 2011, representando uma redução de 1,41 pontos percentuais. Embora as perdas técnicas praticamente tenham se mantido no mesmo patamar desde 2011, as perdas comerciais mantém a tendência de queda registrada nos últimos quatro anos. Essa redução é resultado de diversas ações internas e externas da Empresa, como a autuação de aproximadamente 32 mil unidades consumidoras - com uma taxa de assertividade de 22%, além da retirada de 38 mil ligações clandestinas e recuperação de 26,4 GWh de energia desviada. Essas ações são coordenadas em parceria com a Secretaria de Segurança Pública, Inmetro, PROCON, dentre outras.
Há que se destacar a medição de fronteira em dois importantes troncos de abastecimento, Jupiá/Campo Grande e Rosana/Dourados, que se situam na divisa com o Estado de São Paulo, a distâncias superiores a 250 km dos centros de consumo. Essa obrigação legal, da medição situar-se no ponto de conexão da rede de distribuição com a rede básica (Resolução Aneel 344/2002), contribuiu de forma significativa para os valores elevados de perdas na transmissão - situação praticamente exclusiva da ENERSUL em relação às demais concessionárias de energia do Brasil. Outra característica relevante do sistema é a possibilidade de aumento da perda técnica na área de concessão da ENERSUL por efeito do fluxo de energia elétrica entre as regiões Sudeste e Sul do Brasil, decidido pelo ONS.



No âmbito social, destacam-se:

- Projeto Integrar, que visa propiciar às famílias de baixo poder aquisitivo o uso regular, seguro e eficiente da energia elétrica, reduzindo as perdas comerciais e a inadimplência. Em 2012 atuou principalmente nos principais bairros populares de Campo Grande, além dos municípios de Corumbá, Sidrolândia e Aquidauana. O atendimento domiciliar passou a ser feito com agendamento especial de dia e horário, conforme a disponibilidade do cliente.
- Projeto Social "ENERSUL na Comunidade", que envolve ações de atendimento, eficiência energética, negociação de débitos e regularização de clandestinos. Em 2012 foram realizados eventos nos finais de semana nos principais bairros de Campo Grande habitados por clientes baixa renda, com participação dos líderes de bairro.
- Foram realizadas campanhas na mídia, palestras para representantes da comunidade jurídica e da sociedade, assim como palestras e treinamentos para delegados, investigadores de polícia e peritos criminais, com o objetivo de esclarecer a importância e os aspectos legais do combate às perdas e seus principais impactos na sociedade.

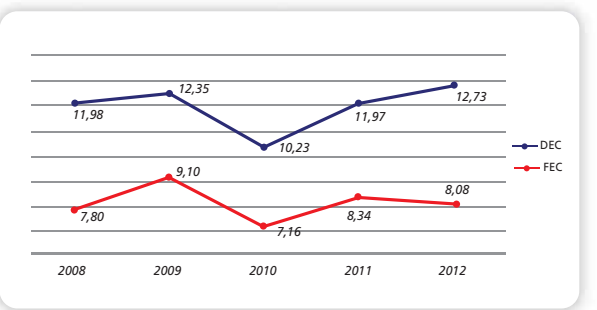
Em termos de tecnologia, a ENERSUL criou o centro de medição e combate à fraude com foco na telemetria da medição de fronteira, medição de energia de clientes do grupo "A", medição de energia de alimentadores e transformadores e balanço de energia.
Foi implantada telemedição em 100% dos clientes do grupo A (total de 2.757) e a medição em transformadores de distribuição nos principais pontos de maior impacto nas perdas (1.200 pontos). Adicionalmente, foi montado um laboratório de metrologia elétrica, (certificação da ISO 17.025 em andamento) para controle do parque de medidores.

DEC/FEC

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL utiliza alguns índices para verificação da qualidade dos serviços prestados pelas concessionárias de energia elétrica aos seus consumidores. Os principais são DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em horas), FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em número de vezes) e TMAE - Tempo Médio de Atendimento a Emergências, que mostra o tempo médio em que são atendidas as reclamações e solicitações dos clientes (medido em minutos). A ENERSUL fechou o ano de 2012 com o DEC de 12,73 horas/cliente e um FEC igual a 8,08 interrupções/cliente.

	2008	2009	2010	2011	2012
DEC	11,98	12,35	10,23	11,97	12,73
FEC	7,80	9,10	7,16	8,34	8,08
TMAE.....	144	173	185	196	230

O desempenho atual dos níveis de qualidade do serviço da ENERSUL é compatível com os padrões de rede existentes e pode ser considerado bom, levando-se em conta as severas condições climáticas do Estado, bem como a alta densidade de descargas atmosféricas. Os indicadores da ENERSUL estão aquém dos limites estipulados pela ANEEL, 14,29 para o DEC e 11,90 para o FEC.



Os indicadores DEC e FEC foram apurados considerando os critérios estabelecidos pelo Módulo 8 do PRODIST (ANEEL), sendo contabilizadas as interrupções com duração maior ou igual a 3 minutos, excetuando-se aquelas enquadradas em situações específicas. A legislação prevê que não deverão ser contabilizadas as interrupções ocorridas em dia crítico, oriundas de atuação de esquema de alívio de carga solicitado pelo ONS, interrupção em situação de emergência, vinculadas a programas de racionamento instituídos pela União entre outras, conforme especificado no subitem 5.6.2.2, do item 5 da seção 8.2 do Módulo 8 do PRODIST.

ATENDIMENTO AOS CLIENTES

O atendimento a clientes se segmenta em três categorias: clientes ligados em MT/AT (Média e Alta Tensão), ligados em BT (Baixa Tensão) e aqueles vinculados ao Poder Público. As unidades consumidoras MT/AT e aquelas de responsabilidade do Poder Público possuem gestores exclusivos; já os clientes BT possuem à sua disposição as seguintes facilidades de atendimento: 80 lojas de atendimento presencial; 362 estabelecimentos comerciais conveniados; atendimento telefônico disponível 24 horas por dia, todos os dias da semana; auto-atendimento virtual com os principais serviços e informações; e atendimento por e-mail.
No ano de 2012, foi obtida a manutenção da certificação pela NBR ISO 9001:2008 (Sistemas de Gestão da Qualidade - Requisitos) dos processos que envolvem as atividades de ressarcimento de danos elétricos, devolução de valores, aferição de equipamentos de medição (por solicitação do consumidor), tratamento das manifestações dos clientes por intermédio do livro de registro nas agências presenciais, informação da relação dos registros de atendimento (prestados ao consumidor) e tratamento das reclamações dos clientes. Esta última atividade está em total aderência à norma NBR ISO 10.002:2005 (Gestão da Qualidade - Satisfação do Cliente - Diretrizes para o Tratamento de Reclamações nas Organizações). Ainda neste ano, foi certificada a atividade de substituição de medidor e demais equipamentos de medição (após constatação de deficiência).

Continua

Continuação *Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - ENERSUL*

Em 2012 nos diversos canais, foram realizados 3,07 milhões de atendimentos, estratificados da seguinte forma: 48% pelo Call Center, 30% presencial e 22% pela internet.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Ao final de 2011 a Empresa foi afetada por problemas de liquidez de sua controladora. A empresa *Holding* passou a ter dificuldade de acesso a crédito em razão da crise internacional e simultaneamente por noticias da busca de necessidade de capitalização, ou até mesmo venda do controle acionário, o que fez cessar a oferta de créditos para rolagem de suas dívidas.
As dificuldades de créditos acabaram por inviabilizar, entre novembro de 2011 e fevereiro de 2012 o pagamento de energia comprada de Itaipu, encargos setoriais e tributários, e o serviço da dívida com a Eletrobrás cujo valor total, sem acréscimos moratórios totalizaram R$ 105.106 mil.
Apesar dessas dificuldades, os acionistas decidiram pagar dividendos e juros de capital próprio entre dezembro de 2011 e fevereiro de 2012, que totalizaram R$ 60.465 mil.
Ainda em fevereiro de 2012, com a recuperação judicial da CELPA, empresa do mesmo grupo, o Banco Daycoval e o Bic Banco sacaram na conta corrente da Enersul, recursos de aproximadamente R$ 82.000 mil, para quitação de financiamentos feitos pela *Holding*, ou seja a Empresa pagou por financiamentos que não tinha feito. A operação relativa ao Bic Banco (R$ 20.624 mil) foi abatida como pagamento de dividendos devidos à controladora, enquanto a operação relativa ao Daycoval (R$ 61.866 mil) está sendo questionada judicialmente pela ENERSUL. Além disso, no Plano apresentado pelos acionistas à ANEEL propõe-se a devolução destes valores com a aquisição da posição do Daycoval.

Com esta situação caótica, o recolhimento dos encargos setoriais e tributários, energia comprada de Itaipu e o serviço da divida com a Eletrobrás, somente foram normalizados a partir de março de 2012, sem entretanto saldar os meses em atraso, o que ocorreu somente em 18 de julho de 2012, através de parcelamento dos encargos setoriais e o pagamento da energia comprada de Itaipu. Esta inadimplência postergou o reajuste anual das tarifas de energia elétrica, que deveria ter ocorrido em 8 de abril de 2012, mas só ocorreu a partir de 20 de julho de 2012, após a quitação dos compromissos inadimplentes. O prejuízo com a defasagem da entrada em vigor do reajuste tarifário foi estimado em R$ 21.333 mil.
A situação econômico financeira da ENERSUL em 31 de agosto era de falta de recursos que permitissem o pagamento integral de seus compromissos previstos para o mês de setembro, situação que veio a se concretizar no dia 10 de setembro, quando a Empresa deixou de pagar os encargos setoriais relativos a CCC e CDE no valor de R$ 6.060 mil e de energia comprada de Itaipu no valor de R$ 2.483 mil, totalizando R$ 8.543 mil, cujo pagamento somente foi possível no dia 28 de setembro, quando a ENERSUL conseguiu renegociar com o Bradesco a postergação da parcela do serviço da dívida, no valor de R$ 29.576 mil para o final do contrato em 2018.
Com esta renegociação, foi possível honrar algumas obrigações, mas não foram pagos os mútuos entre as empresas do Grupo Rede e o reembolso aos consumidores que anteciparam investimentos no contexto do programa de universalização, que sequer encontravam-se contabilizados. Também não foram pagos os saldos dos dividendos declarados, conforme Fato Relevante de 28/11/2012. Até que se encerre a intervenção não serão pagos alguns encargos setoriais a vencer e parcelas a vencer de empréstimos com recursos oriundos da RGR conforme decisão da ANEEL, constante do Despacho nº 213/2013.

Os principais dados econômicos financeiros de 2012 são:

Valores em R$ mil	2008	2009	2010	2011	2012	Var. % 2012-2011	CAGR 2008-2012
Vendas em GWh	2.928	3.134	3.398	3.618	3.905	7,9%	7,5%
Número de consumidores	740.940	784.834	810.544	844.209	878.871	4,1%	4,4%
Receita operacional bruta	1.283.411	1.477.100	1.631.322	1.903.673	2.144.498	12,7%	13,7%
Receita operacional líquida	857.199	1.048.402	1.157.009	1.334.601	1.517.353	13,7%	15,3%
EBITDA (1)	229.143	293.720	257.048	363.070	183.060	-49,6%	-5,5%
Margem Ebitda (%) (2)	26,7%	28,0%	22,2%	27,2%	12,1%	-55,5%	-18,0%
Lucro (prejuízo) líquido	68.666	100.243	85.394	151.795	(16.395)	-110,8%	-
Divida financeira líquida (3)	456.971	571.719	552.103	542.278	546.183	0,7%	4,6%
Divida financeira líquida/EBITDA	1,99	1,95	2,15	1,49	2,98	100,0%	10,6%
Patrimônio líquido	669.839	660.151	777.601	788.245	687.501	-12,8%	0,7%
Índice de endividamento (4)	40,6%	46,4%	41,5%	40,8%	44,3%	8,6%	2,2%

(1) EBITDA: Resultado antes dos Juros, Impostos, Ganhos/Perdas na Alienação/Desativação de bens e direitos, Depreciação e Amortização; (2) Margem EBITDA: EBITDA/Receita operacional líquida; (3) Dívida financeira líquida: Empréstimos, Financiamentos (-) Disponibilidades; (4) Índice de endividamento: Dívida financeira líquida/(Dívida financeira líquida + Patrimônio líquido).

COMPOSIÇÃO DO EBITDA

Composição do EBITDA (R$ mil)	2012	2011	Var.% 2011-2012
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(16.395)	151.795	-
Imposto de renda e contribuição social	6.957	62.865	-88,9%
Resultado financeiro	109.325	72.279	51,3%
Depreciação e amortização (1)	86.815	74.000	17,3%
EBITDA	**186.702**	**360.939**	-48,3%
Ganho/perda na alienação de bens e direitos (2)	(1.048)	(3.051)	-65,7%
Perda na desativação de bens e direitos (3)	39.511	7.078	458,2%
Ganho/perda no ajuste do VNR (4)	(40.030)	-	-
Outros (5)	(2.075)	(1.896)	9,4%
EBITDA AJUSTADO	**183.060**	**363.070**	**-49,6%**

(1) Depreciação e amortização: resultado obtido a partir das demonstrações dos fluxos de caixa;
(2) Refere-se à diferença entre o valor residual contábil e o preço de mercado do bem;
(3) Refere-se à diferença entre o valor residual contábil e o valor novo de reposição do material em estoque;
(4) Resultado apurado pelo ajuste do saldo do ativo financeiro, a ser indenizado ao final da concessão, ajustado pelo Valor Novo de Reposição (VNR), conforme Lei 12.783/13 (MP 579);
(5) Outros resultados que não afetam o caixa operacional.
Os itens (2) a (5) foram excluídos do resultado operacional, a fim de compor o EBITDA AJUSTADO, pois referem-se a lançamentos contábeis que não afetam o caixa operacional da Empresa. Antes da adoção ao IFRS como norma de contabilização, esses resultados compunham a rubrica "Outros Resultados Não Operacionais", que não afetavam o resultado operacional
A receita operacional bruta da ENERSUL apresentou um aumento de 12,7%, passando de R$ 1.903,7 milhões em 2011 para R$ 2.144,5 milhões em 2012. A receita operacional líquida do exercício de 2012 foi de R$ 1.517,4 milhões, representando um aumento de 13,7% em relação a receita verificada em 2011. Esse incremento foi influenciado principalmente pelo crescimento do mercado consumidor em 7,9%, redução das perdas e o efeito do reajuste tarifário.
O custo do serviço de energia elétrica comprada para revenda e encargos do uso de sistema de transmissão, totalizou R$ 725,4 milhões em 2012, o que representa um acréscimo de 25,6% em relação aos R$ 577,6 milhões de 2011, devido ao aumento da demanda e aumento do preço médio de compra de energia elétrica em 26,8%.
O custo da operação foi de R$ 431,7 milhões em 2012 e R$ 360,4 milhões em 2011, representando um aumento de 19,8%. Retirando-se o efeito do custo de construção - que não afeta o resultado operacional, uma vez que existe uma exata contrapartida na receita, como resultado da adoção ao IFRS - o custo da operação passou de R$ 190,0 milhões em 2011 para R$ 232,7 milhões em 2012, representando um aumento de 22,5%, variação essa, influenciada significativamente pelos custos com pessoal devido ao processo de primarização de diversas atividades.
As despesas operacionais somaram R$ 260,4 milhões em 2012 e R$ 109,7 milhões em 2011, representando um aumento de 137,5%, influenciado principalmente pelo aumento de outras despesas operacionais que passou de R$ 10,0 milhões em 2011 para R$ 165,0 milhões em 2012. Este acréscimo em outras despesas operacionais foi ocasionado principalmente por ajustes nas contingencias judiciais e da provisão créditos de liquidação duvidosa-PCLP.
As provisões de contingencias foram ajustadas para estimativas atualizadas com o assessoramento de advogados e escritórios de advocacia que patrocinaram diretamente as causas. Foram realizados os seguintes ajustes nas estimativas de perdas:
1. Os valores estimados de perdas, que estavam congelados desde 2008, foram corrigidos segundo os parâmetros adotados por cada justiça especializada:
(a) Ações Cíveis: Valores estimados corrigidos monetariamente pelo IGPM/FGV, acrescido de juros de mora de 1% a.m;
(b) Ações Trabalhistas: Valores estimados com juros de mora de 1% a.m, acrescido de índice presente na Tabela Única disponibilizada pelo site do TRT 24;
(c) Ações Tributárias: Valores estimados atualizados pela SELIC;
(d) Processos Administrativos: Valores estimados atualizados pela SELIC.
2. Após a correção monetária, os valores estimados das perdas judiciais foram ajustados de acordo com o andamento do feito e decisões judiciais mais recentes;
3. A probabilidade de perda (provável, possível e remota) foi ajustada com base nas decisões judiciais mais recentes.

Em consequência dos resultados comentados nos parágrafos anteriores, o EBITDA da Empresa diminuiu de R$ 363,1 milhões em 2011 para R$ 183,1 milhões em 2012, representando um decréscimo de 49,6%. Caso fossem excluídos os efeitos das provisões, o EBITDA de 2012 seria aproximadamente de R$ 300 milhões.
O resultado financeiro passou de uma despesa de R$ 72,3 milhões em 2011 para uma despesa de R$ 109,3 milhões em 2012, o que representa uma variação de 51,3%, devido principalmente a contabilização de correção monetária de obras do programa de universalização realizadas em anos anteriores, cujos valores deverão ser devolvidos aos consumidores.
No ano de 2012 foi apurado um prejuízo de R$ 16.395 mil, ocasionado principalmente por ajustes em diversos itens, tais como contingencias judiciais, provisão para créditos de liquidação duvidosa-PCLD, atualização e contabilização dos valores a serem devolvidos aos consumidores do programa de universalização.

ENDIVIDAMENTO FINANCEIRO

O saldo dos empréstimos, financiamentos, leasing e encargos de dívidas passou de R$ 657,9 milhões em 2011 para R$ 610,9 milhões em 2012, representando uma redução de 7,1%. Do total, 99,9% são dívidas em moeda nacional e 0,1% em moeda estrangeira e, 21,2% do endividamento financeiro é de curto prazo (vencimento em um ano) e 78,8% no longo prazo.

Indicadores

A evolução na produtividade da Empresa pode ser avaliada pelo quadro abaixo:

	2012	2011	Var%
Consumidor por empregado	804	849	-5,3%
Consumo (MWh) por empregado	3.567	3.640	-2,0%
Consumo (MWh) por consumidor	4,4	4,3	3,5%
Receita bruta (R$ mil) por empregado	1.962	1.915	2,4%
Receita bruta (R$ mil) por consumidor	2,4	2,3	8,2%

Os índices de produtividade de 2012 foram afetados pela contratação de eletricistas no processo de primarização de 41 equipes (totalizando 82 contratações), que atuam em revezamento para atendimento a emergências.

INVESTIMENTOS

R$ mil	2012	2011	Var%
Programa Luz Para Todos/Universalização	36.827	41.926	-12,2%
Telecomunicações/ Informática/Infra-estrutura	83.286	34.831	139,1%
Redução de Perdas	13.410	9.864	35,9%
Expansão, Manutenção e Melhorias no Sistema	83.987	82.440	1,9%
Total	**217.509**	**169.061**	**28,7%**

PROGRAMA LUZ PARA TODOS ("LPT") e PROGRAMA NACIONAL DE UNIVERSALIZAÇÃO: em 2012, a Empresa investiu R$ 36,8 milhões no LPT e UNIVERSALIZAÇÃO, cuja principal característica é possibilitar o acesso e uso da energia elétrica, a todos os cidadãos domiciliados nas áreas urbanas e rurais do Estado. Os recursos para atendimento do LPT são provenientes da Reserva Global de Reversão ("RGR"), Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), Estado de Mato Grosso do Sul e Recursos Próprios.

TELECOMUNICAÇÕES/INFORMÁTICA/INFRAESTRUTURA: Para atendimento as necessidades de apoio ao negócio da Empresa, foram investidos R$ 83,3 milhões, em projetos de telecomunicação, informática e infraestrutura. Destacam-se como principais projetos de 2012 a continuação do projeto de Sistema de Despacho Móvel, a substituição do sistema de rádio digital, que se encontra em desacordo com o novo plano de frequência ANATEL e os investimentos em informática, realizados para atender as necessidades da Empresa para gestão administrativa, comercial e técnica, assim como a atualização do parque de microinformática.

PROGRAMA DE REDUÇÃO DE PERDAS: são verbas destinadas exclusivamente para o programa de combate às perdas técnicas e comerciais. Em 2012 foram investidos R$ 13,4 milhões.
Para atendimento ao mercado, foram investidos R$ 57,7 milhões na expansão de linhas, subestações, redes de distribuição e sistemas de medição de energia elétrica visando o atendimento a novas demandas dentro dos critérios de conformidade adequada no fornecimento de energia elétrica, bem como para manter e melhorar as instalações de forma a garantir pela condição de funcionamento de todo o sistema. Destacam-se em 2012 a conclusão da obra de Interligação em 138 kV entre a SE Chapadão do Sul (Enersul) e a SE Chapadão 230/138kV (rede básica), visando melhoria operacional e redução de perdas, e a construção de uma nova subestação 138/34,5 kV no distrito de Alto Caracol.

É requisito básico que a ENERSUL atenda os consumidores com a qualidade e continuidade estabelecida pela ANEEL, assim como invista no combate às perdas não técnicas, segurança e integridade ao meio-ambiente. Para atingir estes objetivos foram investidos R$ 26,3 milhões em projetos de melhoramentos de linhas, subestações, redes e modernização das instalações.

AMBIENTE REGULATÓRIO

Por meio da Resolução Homologatória nº 1.272, de 3/4/2012, e da Nota Técnica nº 72/2012-SRE/ANEEL, de 29/3/2012, a ANEEL homologou o resultado do "IRT" Índice de Reajuste Tarifário Anual de 2012, fixando o reajuste médio em 6,43% (seis vírgula quarenta e três por cento), sendo 3,52% (três vírgula cinquenta e dois por cento) relativos ao reajuste tarifário anual econômico e 2,91% (dois vírgula noventa e um por cento) referentes aos componentes financeiros pertinentes, correspondendo a um efeito médio de 2,59% (dois vírgula cinquenta e nove por cento) a ser percebido pelos consumidores cativos.
Todavia, conforme mencionado no Artigo 13 da Resolução Homologatória nº 1.272, de 3/4/2012, a concessionária teve que manter a aplicação das mesmas tarifas constantes dos Anexos II e II-B da Resolução Homologatória nº 1.128 de 5/4/2011, até a comprovação de adimplemento das obrigações setoriais, reconhecida em Despacho específico da Superintendência de Regulação Econômica - SER. Tal fato correspondeu a uma redução das tarifas aplicadas entre 8/4/2012 e19/7/2012.
Por meio do Despacho nº 2.369, de 20/7/2012, a ANEEL autorizou a Empresa a praticar as tarifas constantes dos Anexos I e II A, de que tratam os artigos 3º e 5º da Resolução Homologatória nº 1.272 de 3/4/2012, a partir do dia 20/7/2012, uma vez que a Empresa adimpliu com suas obrigações intrassetoriais.

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A ENERSUL investiu em projetos socioambientais que visam o desenvolvimento regional, a geração de renda, o esporte e a educação. Alguns dos Projetos de maior abrangência estão relacionados a seguir:
Programa de apoio a famílias de baixa renda por meio da troca gratuita de geladeiras e lâmpadas, de alto consumo, por equipamentos novos e mais eficientes. Em 2012 foram distribuídas 1.706 geladeiras e 33.737 lâmpadas.
Projeto Arte no CICA: trata-se de Projeto apoiado pela Empresa por meio da Doação Incentivada do Fundo da Criança e Adolescência, que visa o fortalecimento do capital humano das comunidades por meio de atividades escolares extracurriculares e de arte-educação, cujo público-alvo são crianças e adolescentes com idade de 7 a 15 anos beneficiado pela Empresa.
Gincana Solidária de arrecadação de alimentos para a Associação dos Amigos de Criança com Cancer-AACC, que envolve os colaboradores da Empresa, com o maior volume de arrecadação de leite em pó e recorde nas vendas dos produtos expostos na Festa do Arraiá da AACC de 2012.
Projeto de Funcionamento Geral de apoio à Associação de Pais e Amigos do Autista de Campo Grande(MS).
Projeto Preservação Eco Ambiental Pestalozzi: trata-se de Projeto apoiado pela Empresa por meio da Doação Incentivada do Fundo da Criança e Adolescência. O projeto desenvolve conscientização ambiental através de oficinas, palestras, workshops para crianças e adolescentes, famílias e profissionais da educação e da saúde, através dos cuidados com o meio ambiente.
Projeto Moinho In Concert: trata-se de Projeto apoiado pela Empresa por meio da Lei de Incentivo a Cultura (Rouanet), para o desenvolvimento do espetáculo cultural que abrange arte, música, dança e muita diversão e assiste, em média, 300 jovens.
Projeto Acreditar na Vida: trata-se de Projeto apoiado pela Empresa por meio de Doação Incentivada do Fundo da Criança e Adolescência, em prol da Associação Franciscanas Angelinas - AFRANGEL, que visa oferecer assistência médica, psicológica, educacional, terapêutica e odontológicas às crianças com AIDS, bem como cestas básicas às respectivas famílias.
Programa Médico da Família: programa realizado pela TV Campo Grande, diariamente abordando temas de relevância sobre saúde, prevenção de doenças, dicas de primeiros socorros, de utilidade pública abrangendo todas as classes sociais.

BENEFÍCIOS AOS COLABORADORES

Os benefícios oferecidos visam a qualidade de vida, bem estar e a valorização dos colaboradores da ENERSUL. A Empresa oferece assistência médica e odontológica com ampla rede credenciada; subsídios sobre o custo de medicamentos; vales alimentação e refeição; transporte; auxilio creche; previdência privada; seguro de vida; reconhecimento por tempo de serviço; bolsa de estudo de graduação e pós-graduação; e programa de participação nos resultados, importante ferramenta de gestão estratégica. A ENERSUL respeita os direitos fundamentais de seus profissionais, propiciando excelente condição de trabalho, dentro de um ambiente saudável, tornando-os altamente capacitados para um mercado cada vez mais competitivo.
Programa de Capacitação: - A Enersul garante a capacitação dos seus colaboradores através da realização de treinamentos (internos, externos, in company ou no local de trabalho). Em 2012 foram priorizados os cursos de voltados para a Formação e Atualizações de Legislação do Setor Elétrico, em especial as ISO 9001 e 10.002, a NR 10 e resoluções ANEEL, além de treinamentos ligados ao SAP, à Pilotagem Defensiva e Brigada contra Incêndio e Pânico.
Em 2012 a Enersul ofereceu 165,99 horas de treinamento por colaborador, além de bolsas de estudo em cursos de nível técnico, superior, pós-graduação e MBA a 48 colaboradores.

RECONHECIMENTOS - PREMIAÇÕES

A Enersul foi escolhida a melhor distribuidora da região centro-oeste pelo próprio cliente que respondeu a pesquisa da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que avalia o Índice Aneel de Satisfação do Consumidor (IASC). Coerentemente com esse resultado, na 14ª edição da premiação organizada pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), a ENERSUL foi reconhecida como a melhor distribuidora das regiões norte e centro-oeste, entre as empresas com mais de 500 mil consumidores. Com esta premiação a Enersul já acumula 10 (dez) prêmios, sendo 8 (oito) como a melhor empresa da região e 2 (dois) como a empresa com maior evolução nacional. A Empresa também foi escolhida, pela 13º vez consecutiva, a melhor distribuidora do centro-oeste, no prêmio de reconhecimento público concedido pela Revista Eletricidade Moderna.

AUDITORES INDEPENDENTES

Conforme disposições contidas na Instrução CVM nº381, de 14 de janeiro de 2003, e ratificadas pelo Oficio Circular CVM/SEP/SNC nº02, de 20 de março de 2003, a ENERSUL informa que o Auditor Independente não prestou qualquer tipo de serviço além daqueles estritamente relacionados à atividade de auditoria externa.

DELARAÇÃO DA DIRETORIA

De acordo com o artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria da Empresa declara que revisou, discutiu e concorda com estas Demonstrações Financeiras e com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes referente às mesmas.

AGRADECIMENTOS

Manifestamos o nosso respeito aos acionistas, clientes, governos federal, estadual e municipais, fornecedores e prestadores de serviços e registramos o nosso agradecimento aos colaboradores por mais uma ano dedicado ao bem comum.

Jerson Kelman
Interventor

Continua

Continuação *Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - ENERSUL*

BALANÇOS SOCIAIS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (NÃO AUDITADOS)

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2012	31/12/2011
	R$	R$
1. Base de cálculo		
Receita Líquida (RL)	1.517.353	1.334.601
Resultado Operacional (RO)	(9.438)	214.660
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	121.451	104.998

	31/12/2012			31/12/2011		
	R$	% sobre FPB	% sobre RL	R$	% sobre FPB	% sobre RL
2. Indicadores Sociais Internos						
Alimentação	10.952	9,0	0,7	8.346	7,9	0,6
Encargos sociais compulsórios	23.208	19,1	1,5	22.658	21,6	1,7
Previdência privada	3.922	3,2	0,3	3.401	3,2	0,3
Saúde	6.428	5,3	0,4	4.209	4,0	0,3
Segurança e medicina no trabalho	-	0,0	0,0	-	0,0	0,0
Educação	194	0,2	0,0	221	0,2	0,0
Capacitação e desenvolvimento profissional	504	0,4	0,0	454	0,4	0,0
Auxílio-creche	56	0,0	0,0	53	0,1	0,0
Participação dos empregados nos lucros ou resultados	6.993	5,8	0,5	5.695	5,4	0,4
Participação dos administradores no resultado	-	0,0	0,0	1.820	1,7	0,1
Incentivo à aposentadoria e demissão voluntária	-	0,0	0,0	-	0,0	0,0
Vale-transporte - excedente	1.667	1,4	0,1	1.522	1,4	0,1
Outros benefícios	613	0,5	0,0	512	0,5	0,0
	54.537	**44,9**	**3,5**	**48.891**	**46,4**	**3,5**

	31/12/2012			31/12/2011		
	R$	% sobre RO	% sobre RL	R$	% sobre RO	% sobre RL
3. Indicadores Sociais Externos						
Educação	35	(0,4)	0,0	41	0,0	0,0
Cultura	510	(5,4)	0,0	374	0,2	0,0
Saúde e saneamento	-	0,0	0,0	-	0,0	0,0
Esporte e lazer	-	0,0	0,0	26	0,0	0,0
Combate à fome e segurança alimentar	-	0,0	0,0	-	0,0	0,0
Doações/contribuições	85	(0,9)	0,0	163	0,1	0,0
Subtotal	**630**	**(6,7)**	**0,0**	**604**	**0,3**	**0,0**
Programas Sociais:						
Programa Nacional de Universalização	36.827	(390,2)	2,4	41.926	19,5	3,1
Subtotal	**36.827**	**(390,2)**	**2,4**	**41.926**	**19,5**	**3,1**
Total de contribuições para a sociedade	**37.457**	**(396,9)**	**2,4**	**42.530**	**19,8**	**3,1**
Tributos (excluídos encargos sociais)	516.516	(5.472,7)	34,0	449.400	209,4	33,7
Total Indicadores Sociais Externos	**553.973**	**(5.869,6)**	**36,4**	**491.930**	**229,2**	**36,8**

	31/12/2012			31/12/2011		
	R$	% sobre RO	% sobre RL	R$	% sobre RO	% sobre RL
4. Indicadores Ambientais						
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa						
Fundo Nacional de Desenv. Científico e Tecnológico - FNDCT	2.677	(28,4)	0,2	2.354	1,1	0,2
Estudo de Pesquisa Energética - EPE (MME)	1.339	(14,2)	0,1	1.177	0,5	0,1
Programa de Eficiência Energética - PEE	6.693	(70,9)	0,4	5.884	2,7	0,4
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	2.677	(28,4)	0,2	2.354	1,1	0,2
Total de investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	**13.386**	**(141,9)**	**0,9**	**11.769**	**5,4**	**0,9**

Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa.	( ) não possui metas	( ) cumpre de 51 a 75%	(x) não possui metas	( ) cumpre de 51 a 75%
	( ) cumpre de 0 a 50%	( ) cumpre de 76 a 100%	( ) cumpre de 0 a 50%	( ) cumpre de 76 a 100%

5. Indicadores do corpo funcional (*)	31/12/2012 (em unidades)	31/12/2011 (em unidades)
Nº de empregados no final do período	1.093	994
Escolaridade dos empregados:		
Superior e extensão universitária	423	352
2º grau	634	585
1º grau	36	57
Faixa etária dos empregados:		
Abaixo de 30 anos	345	332
De 30 até 45 anos (exclusive)	412	343
Acima de 45 anos	336	319
Nº de admissões durante o período	198	295
Nº de empregados desligados no período	101	160
Nº de mulheres que trabalham na empresa	232	224
% de cargos gerenciais ocupado por mulheres em relação ao nº total de mulheres	3,88%	2,23%
% de cargos gerenciais ocupado por mulheres em relação ao nº total de gerentes	12,00%	18,18%
Nº de negros que trabalham na empresa	360	296
% de cargos gerenciais ocupado por negros em relação ao nº total de negros	3,89%	1,69%
% de cargos gerenciais ocupado por negros em relação ao nº total de gerentes	18,67%	21,74%
Nº de empregados portadores de deficiência física	38	31
Nº de dependentes	1.767	1.659
Nº de estagiários	49	42
Nº de empregados terceirizados/temporários	1.434	1.277

6. Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial (*)

	2012			METAS 2013		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	19,25			ND		
Número total de acidentes de trabalho	40			36		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	( ) direção	(X) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) direção	(X) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	( ) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + CIPA	( ) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + CIPA
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	( ) não se envolve	(X) segue as normas da OIT	( ) incentiva e segue a OIT	( ) não se envolverá	(X) seguirá as normas da OIT	( ) incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos (as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos (as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos (as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos (as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(X) são exigidos	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(X) são exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	( ) não se envolve	(X) apóia	( ) organiza e incentiva	( ) não se envolverá	(X) apoiará	( ) organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 598	no Procon 1.351	na Justiça 2.469	na empresa 598	no Procon 1.290	na Justiça 2.715
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 100%	no Procon 100%	na Justiça 78%	na empresa 100%	no Procon 100%	na Justiça 75%
Valor adicionado total a distribuir:	**Em 31/12/2012: R$ 994.657**			**Em 31/12/2011: R$1.050.958**		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	65,6% governo	9,9 % colaboradores(as)		61,5 % governo	7,7 % colaboradores(as)	
	(1,6)% acionistas	26,1 % terceiros	0,0 % retido	3,8 % acionistas	16,3% terceiros	10,7 % retido

7. Outras Informações

a) Nos dados referentes a reclamações e críticas "Na Empresa", foram considerados aqueles que entraram via ouvidoria e, no percentual de críticas atendidas ou solucionadas, considerou-se aquelas que foram atendidas e respondidas ao consumidor.

b) Negros - inclui negros e pardos, homens e mulheres.

c) (*) Informações não auditadas.

Demonstração Complementar ao Relatório da Administração.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Nota	31/12/2012	31/12/2011
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	6	65.928	116.142
Consumidores	7	325.930	314.093
Títulos a receber	8	6.776	8.089
Tributos a recuperar - Imposto de renda e Contribuição social	9	15.099	9.093
Tributos a recuperar - Outros	9	19.134	20.428
Estoque		5.755	5.364
Serviços em curso		38.911	40.139
Redução de receita - baixa renda	11	6.411	3.767
Operações de swap	20	1.779	-
Outros	12	21.522	19.060
Total do ativo circulante		**507.245**	**536.175**
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Consumidores	7	47.233	38.572
Títulos a receber	8	-	1.377
Partes relacionadas	13	8.324	11.581
Depósitos judiciais	24	109.864	98.107
Tributos a recuperar - Outros	9	13.900	9.388
Tributos diferidos	10	225.083	205.980
Ativo financeiro - bens da concessão	15	227.217	158.046
Outros	12	72.425	2.341
Total do realizável a longo prazo		**704.046**	**525.392**
Investimento	14	740	1.056
Intangível	15	820.143	819.823
Total do ativo não circulante		**1.524.929**	**1.346.271**
TOTAL DO ATIVO		**2.032.174**	**1.882.446**

PASSIVO	Nota	31/12/2012	31/12/2011
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores	16	124.524	111.257
Folha de pagamento		2.670	1.755
Obrigações fiscais - Imposto de renda e Contribuição social	17	-	14.082
Obrigações fiscais - Outras	17	74.356	66.740
Dividendos	27	40.070	21.698
Juros sobre o capital próprio	27	-	21
Participações dos administradores		1.968	1.968
Empréstimos e financiamentos	18	129.729	107.146
Financiamento por arrendamento financeiro	19	2.516	3.805
Operações de swap	20	-	524
Taxa de Iluminação pública		11.623	10.082
Taxas regulamentares	21	11.621	19.735
Obrigações do programa eficiência energética	22	48.857	39.071
Obrigações estimadas - trabalhistas	23	17.932	15.695
Outros	25	9.878	9.767
Total do passivo circulante		**475.744**	**423.346**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Obrigações fiscais	17	60.439	27.267
Tributos diferidos	10	17.375	4.615
Empréstimos e financiamentos	18	481.134	544.246
Financiamento por arrendamento financeiro	19	511	2.699
Obrigações do programa eficiência energética	22	8.095	7.154
Partes relacionadas	13	56.291	16.113
Provisão para contingências	24	168.923	64.964
Outros	25	76.161	3.797
Total do passivo não circulante		**868.929**	**670.855**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	26	533.468	533.468
Reservas de capital	26	118.594	118.594
Reservas de lucro	26	35.439	136.183
Total do patrimônio líquido		**687.501**	**788.245**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**2.032.174**	**1.882.446**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Continua

Continuação *Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - ENERSUL*

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro líquido básico por ação)

	Nota	31/12/2012	31/12/2011
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	28	**1.517.353**	**1.334.601**
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA			
Energia elétrica comprada para revenda	29	(601.106)	(474.031)
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição		(124.272)	(103.569)
		(725.378)	**(577.600)**
CUSTO DE OPERAÇÃO			
Pessoal		(81.186)	(60.518)
Material		(7.559)	(4.869)
Serviços de terceiros		(63.968)	(61.658)
Depreciação e amortização		(68.994)	(55.723)
Custo de construção		(198.970)	(170.375)
Outros		(11.021)	(7.268)
		(431.698)	**(360.411)**
TOTAL DO CUSTO DO SERVIÇO PRESTADO		**(1.157.076)**	**(938.011)**
LUCRO BRUTO		**360.277**	**396.590**
DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS			
Despesas com vendas	30	(42.928)	(12.116)
Despesas gerais e administrativas	30	(114.495)	(93.901)
Outras receitas operacionais	30	61.983	5.894
Outras despesas operacionais	30	(164.950)	(9.528)
		(260.390)	**(109.651)**
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO, DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		**99.887**	**286.939**
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	31	147.933	97.282
Despesas financeiras	31	(257.258)	(169.561)
		(109.325)	**(72.279)**
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		**(9.438)**	**214.660**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Corrente	10	(13.300)	(38.865)
Diferido	10	6.343	(24.000)
		(6.957)	**(62.865)**
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**(16.395)**	**151.795**
Lucro (prejuízo) líquido básico por ação ON - R$	32	(0,0002805)	0,0025974

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Valores expressos em milhares de reais)

Outros Resultados Abrangentes	31/12/2012	31/12/2011
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**(16.395)**	**151.795**
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	**(16.395)**	**151.795**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS - DVA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2012	31/12/2011
1. RECEITAS		
Vendas de energia elétrica e serviços	1.930.950	1.721.298
Perda no valor recuperável	(27.647)	2.060
Resultado na alienação/desativação de bens e direitos	3.642	(2.132)
Receitas relativas à construção de ativos próprios	198.970	170.375
Outras receitas	14.578	12.000
Total	**2.120.493**	**1.903.601**
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (Inclui os valores dos impostos ICMS, IPI, PIS e COFINS)		
Energia elétrica comprada para revenda	(725.378)	(577.600)
Serviços de terceiros	(120.933)	(114.274)
Materiais	(9.396)	(7.059)
Despesas relativas à construção de ativos próprios	(198.970)	(170.375)
Outros	(135.880)	(9.816)
Total	**(1.190.557)**	**(879.124)**
3. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	**929.936**	**1.024.477**
4. DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO		
Depreciação e amortização	(83.212)	(70.801)
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	**846.724**	**953.676**
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	147.933	97.282
Total	**147.933**	**97.282**
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	**994.657**	**1.050.958**
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	**994.657**	**1.050.958**
8.1 - Pessoal	**98.687**	**81.154**
Remunerações	72.275	59.230
FGTS	5.263	7.109
Entidades de previdência privada	3.919	3.401
Programa de Alimentação ao Trabalhador - PAT	10.955	8.346
Convênios assistenciais e outros benefícios	6.831	4.510
Diversos	9.371	13.491
Transferências p/ordens em curso (imobilizado)	(9.927)	(14.933)
8.2 - Impostos, taxas e contribuições	**652.288**	**646.432**
Governo Federal	320.192	358.166
Governo Estadual	330.790	287.669
Governo Municipal	1.306	597
8.3 - Remuneração de capitais de terceiros	**260.077**	**171.578**
Encargos de dívidas e variações monetárias	78.433	95.612
Aluguéis e arrendamentos	2.818	2.018
Outras despesas financeiras	178.826	73.948
8.4 - Remuneração de capitais próprios	**(16.395)**	**151.794**
Dividendos	-	15.651
Juros sobre o capital próprio	-	24.000
Lucros (prejuízo) retidos	(16.395)	112.143

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reservas de lucro	Prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes	Total do patrimônio líquido
		26	26	26		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011		**533.468**	**118.594**	**125.539**	**-**	**777.601**
Dividendos intercalares - (RD 21/1/2011 E 27/12/2011)		-	-	(101.500)	-	(101.500)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	151.795	151.795
Destinação do lucro líquido proposta à AGO:						
Reserva legal		-	-	7.590	(7.590)	-
Juros sobre o capital próprio		-	-	-	(24.000)	(24.000)
Dividendos		-	-	-	(15.651)	(15.651)
Reserva de investimentos		-	-	104.554	(104.554)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011		**533.468**	**118.594**	**136.183**	**-**	**788.245**
Dividendos complementares - (AGO 30/4/2012)		-	-	(84.349)	-	(84.349)
Prejuízo do período		-	-	-	(16.395)	(16.395)
Absorção de prejuízos acumulados		-	-	(16.395)	16.395	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012		**533.468**	**118.594**	**35.439**	**-**	**687.501**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Valores expressos em milhares de reais)

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	Nota	31/12/2012	31/12/2011
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		(16.395)	151.795
Ajustes ao resultado líquido:			
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	7	27.647	(2.061)
Depreciação e amortização		86.815	74.000
Encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais - líquidas	18 e 19	13.733	61.750
Baixa do ativo financeiro e Intangível		17.547	11.384
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(6.343)	24.000
Ajustes ao valor presente e marcação a mercado		(5.947)	7.343
Provisão (reversão) para passivos contingêntes		103.959	(1.040)
Subtotal		**221.016**	**327.171**
(Aumento) redução nas contas do ativo			
Consumidores, concessionários e permissionários		(13.841)	(58.906)
Estoques		(2.000)	(2.970)
Créditos redução receita baixa renda		(2.644)	710
Serviços em curso		1.228	(5.191)
Créditos e depósitos vinculados a litígios		(11.757)	24.175
Créditos compensáveis em recolhimentos futuros		(6.162)	(6.787)
Sub-rogação da CCC		-	319
Títulos e rendas a receber, títulos e valores mobiliários e despesas antecipadas		3.107	1.462
Outros devedores - Depósitos a receber		(61.818)	-
Outros devedores		(8.325)	(10.432)
Subtotal		**(102.212)**	**(57.620)**
Aumento (redução) nas contas do passivo			
Fornecedores		11.306	7.771
Encargos de empréstimos e financiamentos pagos		(60.532)	(81.399)
Impostos, contribuições sociais e parcelamentos		20.912	59.295
Taxas regulamentares		(8.114)	10.271
Obrigações do Programa de Eficiência Energética		9.379	8.501
Obrigações estimadas		2.237	562
Plano de aposentadoria e benefícos pós-emprego		(66)	11
Outros credores - Antecipação a Universalização		72.082	-
Outros credores		2.912	(16.611)
Subtotal		**50.116**	**(11.599)**
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		**168.920**	**257.952**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Ativo Financeiro e Intangível dos contratos de concessão		(215.857)	(164.901)
Acréscimo de obrigações especiais		78.207	25.875
Outras		-	(816)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento		**(137.650)**	**(139.842)**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Operações de mútuo com partes relacionadas - líquido		1.622	28.353
Novos empréstimos, financiamentos e debêntures	18 e 19	59.964	160.522
Pagamentos de empréstimos - principal	18 e 19	(115.365)	(156.209)
Recebimento/(Pagamento) de *Swap/Opções*	20	562	(6.293)
Pagamentos de dividendos	27	(28.246)	(95.453)
Pagamentos de juros sobre o capital próprio	27	(21)	(32.479)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento		**(81.484)**	**(101.559)**
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa		**(50.214)**	**16.551**
Caixa e equivalentes de caixa no inicio do exercício	6	116.142	99.591
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6	65.928	116.142

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Continua

Continuação *Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - ENERSUL*

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Valores expressos em reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. (Companhia ou ENERSUL) é uma sociedade por ações de capital aberto, brasileira, com sede na cidade de Campo Grande - MS, controlada integralmente pela Rede Energia S.A. - em Recuperação Judicial, atuando na área de distribuição de energia elétrica em sua área de concessão legal que abrange 328.316 km2, 92% da área total do Estado do Mato Grosso do Sul, atendendo 73 municípios, tendo suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME.

A DENERGE Desenvolvimento Energético S.A. - em Recuperação Judicial, é a empresa controladora final do grupo, constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, com sua sede na cidade de São Paulo - SP.

1.1. Intervenção administrativa da ANEEL

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através da Resolução Autorizativa nº 3.649, de 31/8/2012, determinou, cautelarmente, a intervenção administrativa na Companhia, por um prazo de 1 (um) ano, contado da edição desta resolução, podendo ser prorrogada a critério da ANEEL.

A presente intervenção tem como objetivos a defesa do interesse público, a preservação do serviço adequado aos consumidores e a gestão dos negócios da concessionária, assegurando o cumprimento das obrigações legais e contratuais vinculadas ao Contrato de Concessão.

Ao interventor são conferidos plenos poderes de gestão e administração sobre as operações e os ativos da concessionária, competindo-lhe, entre outras atribuições fixadas pela ANEEL:

• praticar ou ordenar atos necessários à consecução dos objetivos da intervenção;
• identificar e relatar à ANEEL quaisquer irregularidades, eventualmente praticadas pelos administradores da concessionária, decorrentes de atos ou omissões;
• zelar pelo integral cumprimento de todas as disposições e obrigações estabelecidas no respectivo contrato de concessão, em particular quanto à preservação e quantificação dos bens reversíveis vinculados à prestação do serviço concedido;
• implementar as práticas contábeis conforme determina o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica;
• apresentar os relatórios de auditoria contábil-financeira, nas datas-bases de assunção e de encerramento da intervenção, elaborados por empresa de auditoria independente;
• disponibilizar os dados e as informações necessários à analise jurídica, contábil, financeira, operacional e técnica da concessionária, além de outros que viabilizem a formulação e apresentação, ao acionista controlador, de propostas de investidores interessados na aquisição das ações de controle da concessionária;
• para os atos de alienação, disposição ou oneração do patrimônio da concessionária, contratações e demissões de cargos de Diretoria e Assessoramento, bem como de todo e qualquer cargo cujo salário corresponda a valor igual ou superior a R$ 20.000,00 mensais, o interventor necessitará de prévia e expressa autorização da ANEEL;
• convocar, com exclusividade, a assembleia geral nos casos em que julgar conveniente; e
• levantar o balanço geral e o inventário de todos os livros, documentos, dinheiro e demais bens da concessionária, ainda que em poder de terceiros, a qualquer título.

A intervenção não afetará o curso regular dos negócios da concessionária, nem seu normal funcionamento, ficando imediatamente afastados do exercício dos seus mandatos os Diretores, os membros dos Conselhos de Administração e do Conselho Fiscal.

As atribuições dos administradores da concessionária serão exercidas, exclusivamente, pelo interventor, que decidirá, inclusive, sobre a nomeação de dirigentes.

A assembleia de acionistas da concessionária subsiste durante a intervenção sem, todavia, intervir na gestão dos negócios.

A assembleia de acionistas da concessionária terá um prazo de 60 (sessenta dias) para apresentar à ANEEL um plano de recuperação e correção das falhas e transgressões que ensejaram a intervenção, contendo no mínimo:

- discriminação pormenorizada dos meios de recuperação a serem empregados;
- demonstração de sua viabilidade econômico-financeira;
- proposta de regime excepcional de sanções regulatórias para o período de recuperação; e
- estipulação do prazo necessário para o alcance dos objetivos principais, que não poderá ultrapassar o termo final da concessão.

A intervenção poderá ser encerrada antes do prazo estabelecido em caso de deferimento pela ANEEL do plano de recuperação e correção das falhas e transgressões.

1.2. Plano de recuperação ENERSUL

Em 31/8/2012, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por meio da Resolução Autorizativa nº 3.649/2012 ("Resolução"), determinou a intervenção administrativa na Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S. A. - ENERSUL ("Companhia") pelo prazo de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada a critério da ANEEL. Nos termos do § 3º do artigo 3º da Resolução, os acionistas da Companhia teriam que apresentar no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da intervenção, um Plano de Recuperação e Correção das falhas e transgressões que ensejaram a intervenção.

Em 26 de outubro de 2012, o representante legal do acionista majoritário protocolizou na ANEEL, um Plano de Recuperação para análise e aprovação da Agência Reguladora.

Esse plano está baseado na premissa de entrada de novo controlador para o grupo rede, com injeção de novos recursos na Rede Energia S.A. - em Recuperação Judicial. Após a entrada do novo acionista, a Rede Energia S.A injetará diretamente ou via Rede Power do Brasil S.A recursos na Companhia.

1.3. Recuperação Judicial - Rede Energia

Em 19.12.2012 as acionistas indiretas da ENERSUL bem como a sua acionista direta Rede Energia S.A. - em Recuperação Judicial e as coligadas Companhia Técnica de Comercialização de Energia ("CTCE") - em Recuperação Judicial e a QMRA Participações S.A. ("QMRA") - em Recuperação Judicial tiveram seus pedidos de recuperação judicial (RJ) deferidos nos termos da Lei 11.101/2005.

Os planos de recuperação judicial foram apresentados em juízo no dia 15/3/2013, dentro do prazo legal, para ser submetido a deliberação das assembleias gerais de credores das empresas, a ser instaladas dentro de até 150 dias, contados do deferimento do processamento dos pedidos de recuperação (art. 56, §1o, da Lei de Recuperação). Esses planos, que foram divulgados aos acionistas e ao mercado na forma da regulamentação vigente, estão sujeitos às modificações que poderão ser propostas pelos credores e deliberadas em assembleia geral de credores, respeitados os quóruns legais e a aprovação das próprias empresas (art. 56, §3o, da Lei de Recuperação).

1.4. Compromisso de investimento, compra e venda de ações e outras avenças

Em 19/12/2012 a Rede Energia S.A.- em Recuperação Judicial ("REDE"), divulgou fato relevante a seus acionistas e ao mercado que foi celebrado, nesta data, Compromisso de Investimento, Compra e Venda de Ações e Outras Avenças referente a totalidade das ações do controlador. A efetiva conclusão do negócio está sujeita a condições precedentes, dentre elas: (i) à obtenção das devidas aprovações por parte dos órgãos públicos competentes e de determinados credores e investidores, nos termos da legislação, contratos e acordos de acionistas aplicáveis; (ii) à aprovação do plano de recuperação das distribuidoras de energia elétrica, apresentado à ANEEL, para levantamento da intervenção; e (iii) à aprovação pelos credores do plano de recuperação a ser apresentado no âmbito da recuperação judicial da Rede, ajuizada em conjunto com a Companhia Técnica de Comercialização de Energia - em recuperação judicial, QMRA Participações S.A. - em recuperação judicial, EEVP- em recuperação judicial e Denerge - em recuperação judicial.

2. DAS CONCESSÕES

Conforme Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 001/1997, assinado em 4/12/1997, o prazo de concessão é de 30 anos, com vencimento em 4/12/2027, renovável por igual período.

O contrato de concessão assinado com a União Federal confere ampla liberdade na direção de seus negócios, investimentos, pessoal e tecnologia. A Companhia obriga-se a adotar, na prestação do serviço, tecnologia adequada e a empregar equipamentos, instalações e métodos operativos que garantam níveis de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na prestação dos serviços e a modicidade das tarifas. As obrigações inerentes à prestação do serviço público concedido são:

• fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos pontos de entrega definidos nas normas do serviço, pelas tarifas homologadas pela ANEEL, nas condições estabelecidas nos respectivos contratos de fornecimento e nos níveis de qualidade e continuidade estipulados na legislação e nas normas específicas; e
• dar atendimento abrangente ao mercado, sem exclusão das populações de baixa renda e das áreas de baixa densidade populacional, inclusive as rurais.

A concessão para exploração do serviço de distribuição de energia elétrica se extingue:

a) pelo advento do termo final do contrato;
b) pela encampação do serviço;
c) pela caducidade;
d) pela rescisão;
e) pela anulação decorrente de vício ou irregularidade constatados no procedimento ou no ato de sua outorga; e
f) em caso de falência ou extinção da concessionária.

O contrato de concessão contém cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão. Para efeito da reversão, consideram-se bens vinculados aqueles efetivamente utilizados na prestação do serviço.

2.1. Mecanismo de atualização das tarifas de fornecimento de energia elétrica dos acordos de concessão

A receita requerida anual, que representa a receita necessária para as distribuidoras manterem o equilíbrio econômico-financeiro, é segregada em 2 parcelas para fins de sua determinação:

• Parcela "A": Compreende os custos "não-gerenciáveis" das distribuidoras, ou seja, os custos cujo montante e variância estão fora do controle e influência da Companhia.
• Parcela "B": Compreende os custos "gerenciáveis", que são os custos inerentes as operações de distribuição de energia, estando assim sujeitos ao controle ou influência das práticas de gestão adotadas pela Companhia. Também inclui a remuneração do capital.

O contrato de concessão de distribuição de energia da Companhia estabelece a tarifa inicial e, prescreve os seguintes mecanismos de atualização tarifária que ocorrem anualmente em 8 de abril:

• Reajuste tarifário anual: Objetiva restabelecer anualmente o poder de compra da receita obtida pela Companhia. Representa um ajuste referente as flutuações dos custos da Parcela "A" e a inflação (IGP-M) da Parcela "B" decrescido ou acrescido do Fator "X" (meta de eficiência para o próximo período).
• Revisão tarifária extraordinária: Pode ocorrer a qualquer momento quando acontecer um desequilíbrio econômico-financeiro no acordo de concessão.
• Revisão tarifária periódica: Objetiva analisar a cada 5 anos o equilíbrio financeiro-econômico da concessão. O processo se dá por meio da revisão da receita necessária para cobertura dos custos operacionais eficientes e a remuneração adequada sobre os investimentos realizados com prudência.

A revisão tarifária periódica é aplicável sobre Parcela "B", tendo seu mecanismo conduzido em 2 etapas. Na primeira etapa, o chamado reposicionamento tarifário, que se baseia na definição da parcela da receita necessária para cobertura dos custos operacionais eficientes, dado um nível de qualidade do serviço e uma remuneração sobre os investimentos realizados com prudência. A segunda etapa consiste no cálculo do Fator "X", que estabelece metas de eficiência para o próximo período.

Componentes da receita requerida:

Reserva Global de Reversão - RGR: Encargo pago mensalmente, no montante anual equivalente a 2,5% dos investimentos efetuados pela Companhia em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitando-se a 3% da receita anual. Tem finalidade principal de prover recursos para reversão/encampação dos serviços de energia elétrica, não se limitando a esses objetivos.

Conta de Consumo de Combustível - CCC: Encargo que visa cobrir os custos anuais de geração termelétrica, cujo montante anual é fixado para cada empresa em função do seu mercado e necessidade do uso das usinas termelétricas.

Taxa de Fiscalização - TFSEE: Encargo que tem a finalidade de constituir a receita da ANEEL para cobertura de suas despesas administrativas e operacionais. Este é fixado anualmente e pago mensalmente.

Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia - PROINFA: Encargo para cobertura dos custos da energia elétrica produzida por empreendimentos de produtores independentes autônomos, concebidos com base em fontes eólicas, pequenas centrais elétricas e biomassa. Calculado anualmente pela ANEEL, e pago mensalmente pela Companhia.

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE: Encargo com finalidade de prover recursos para o desenvolvimento e competitividade energética dos estados, bem como, a universalização do serviço de energia elétrica. Seu valor é fixado anualmente pela ANEEL.

Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética: Referente a aplicação de 1% da receita operacional líquida anual, sendo no mínimo 0,75% em pesquisa e desenvolvimento e 0,25% em eficiência energética no setor elétrico.

Despesas de operação e manutenção: Refere-se à parcela da receita destinada à cobertura dos custos diretamente vinculados a prestação do serviço de distribuição de energia elétrica.

Cotas de depreciação: Representa a parcela da receita necessária à formação dos recursos financeiros destinados a recomposição dos investimentos realizados.

Remuneração do Capital: É a parcela da receita necessária para promover rendimento do capital investido na prestação do serviço de distribuição de energia elétrica.

Por meio da Medida Provisória nº 579/2012 de 11/9/2012 convertida na Lei 12.783/12 de 11/1/2013, alguns desses encargos foram revogados e outros tiveram suas alíquota reduzidas (vide Nota Explicativa nº 39.2).

A energia distribuída é substancialmente adquirida de Furnas Centrais Elétricas S.A., Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS e Enerpeixe S.A., bem como a energia proveniente de leilões efetuados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME.

Para a prestação dos serviços, objeto da concessão acima mencionada, a Companhia possui um quadro próprio de 1.093 funcionários, 1.434 prestadores de serviços e 48 estagiários, em 31/12/2012.

3. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

3.1. Bases de preparação e apresentação das demonstrações financeiras.

a. Declaração de conformidade (com relação as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro)

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), as quais abrangem a legislação societária brasileira, as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e normas aplicáveis às concessionárias de serviço público de energia elétrica, definidas pelo poder concedente, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Essas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas (coletivamente "CPCs") emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) adotados no Brasil e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais:

• Os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo;
• Os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras divulgadas nas demonstrações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Autorização de conclusão das demonstrações financeiras

A autorização para emissão das demonstrações financeiras foi realizada pelos representantes da intervenção em 12/3/2013.

3.2. Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração realize estimativas para determinação e registro de certos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre suas demonstrações financeiras. Tais estimativas são feitas com base no princípio da continuidade e suportadas pela melhor informação disponível na data da apresentação das demonstrações financeiras, bem como na experiência da Administração. As estimativas são revisadas continuamente e quando novas informações se tornam disponíveis ou as situações em que estavam baseadas se alterem. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As estimativas podem vir a divergir para com o resultado real. As principais estimativas se referem:

• Provisões;
• Perda no valor recuperável;
• Imposto de renda e contribuição social diferidos;
• Ativo financeiro - bens da concessão;
• Vida útil de ativo intangível;
• Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo, inclusive derivativos;
• Passivos contingentes; e
• Planos de pensão.

3.3. Gestão do capital

As políticas de utilização de instrumentos financeiros para dirimir riscos inerentes a operação da Companhia estão descritos na nota explicativa nº 20.

3.4. Divulgação das demonstrações financeiras regulatórias

Conforme requerido pela Resolução Normativa ANEEL nº 396/2010, as demonstrações financeiras regulatórias estarão disponibilizadas no sítio eletrônico da Companhia (www.enersul.com.br) no link "Investidores", a partir de 30/4/2013.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

Ativos e passivos financeiros:

a. Reconhecimento e Mensuração: A Companhia reconhece os instrumentos financeiros nas suas demonstrações financeiras quando, e apenas quando, ela se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo, e após o reconhecimento inicial, a Companhia mensura os ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, somados aos custos de transação que sejam diretamente atribuídos à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro, pelo custo ou pelo custo amortizado, quando esses instrumentos financeiros são classificados de acordo com sua data de liquidação (mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis).

b. Classificação: A Companhia classifica os ativos e passivos financeiros sob as seguintes categorias: (i) Mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) Mantidos até o vencimento e (iii) Empréstimos e recebíveis.

i. Mensurados ao valor justo por meio do resultado: são instrumentos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda a curto prazo. Os derivativos também são caracterizados como mantidos para negociação, a menos que tenha sido designado como instrumento de proteção (*hedge*);

ii. Mantidos até o vencimento: são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a Companhia tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento.

iii. Empréstimos e recebíveis: são ativos e passivos financeiros não derivativos com pagamentos fixos determináveis que não estão cotados em mercado ativo.

c. Avaliação de recuperabilidade de ativos financeiros: Os ativos financeiros são avaliados a cada data do balanço, identificando se são totalmente recuperáveis ou se há perda de *impairment* para esses instrumentos financeiros.

Caixa e Equivalentes de Caixa: Caixa compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis. Equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa estando sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. A mesma definição é utilizada na Demonstração do Fluxo de Caixa.

Consumidores: Incluem o fornecimento de energia elétrica faturado e a faturar a consumidores finais, uso da rede, serviços prestados, acréscimos moratórios e a outras concessionárias pelo suprimento de energia elétrica conforme montantes disponibilizados pela CCEE

Perda no valor recuperável (*impairment*): Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou da unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado e quando um evento subsequente indica reversão da perda, a diminuição é revertida e registrada no resultado.

a. Ativos financeiros: Constituída após avaliação sobre a existência de evidência objetiva acerca da possibilidade de perda no valor recuperável de recebíveis. Tal evidência é advinda de eventos ocorridos após o reconhecimento do ativo que afetem o fluxo de caixa futuro estimado, tendo como base a experiência da Administração. A análise sobre a evidência é feita individualmente para casos mais significativos e coletivamente para os demais casos.

Continua

Continuação *Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - ENERSUL*

b. Ativos não financeiros: Todo final de período a Companhia avalia se existem evidências objetivas de que os ativos da concessão, estejam desvalorizados, sendo levado em conta fatores internos e externos. Caso existam evidências, o teste de recuperabilidade econômica é realizado. Ativos intangíveis com vida útil indefinida e, ainda os não disponíveis para uso são testados anualmente, sempre na mesma data, independente da existência de evidências.
A Companhia utiliza o valor em uso como métrica de cálculo do valor recuperável, pois em sua maioria, os testes de recuperabilidade são realizados no nível de concessão, onde esta representa a menor unidade geradora de caixa. As projeções do fluxo de caixa se baseiam nos orçamentos e planos de negócios aprovadas pela Companhia para um período de 5 anos, posteriormente são utilizadas taxas constantes. A taxa de desconto utilizada para 31/12/2012 foi de 11,36%, que representa o WACC real setorial.
Ajuste a Valor Presente: Os ativos e passivos de longo prazo, bem como, os de curto prazo caso relevante, são ajustados a valor presente. Os principais efeitos apurados estão relacionados com a rubrica "Consumidores". As taxas de descontos refletem as taxas utilizadas para riscos e prazos semelhantes aos utilizados pelo mercado, equivalente a 11,36%, que representa o WACC real setorial.
Estoque (inclusive do ativo intangível em curso): Os materiais em estoque classificados no ativo circulante (almoxarifado de manutenção e administrativos) e aqueles destinados a investimento classificados no ativo intangível em curso (depósito de obra) estão registrados ao custo médio de aquisição.
Investimentos: Inclui propriedades para investimentos que representam os bens não utilizados no objetivo da concessão, mantidos para valorização ou renda. A propriedade para investimento é mensurada pelo custo no reconhecimento inicial e subsequentemente ao valor justo. Alterações no valor justo são reconhecidas no resultado.
Intangível: Incluem o direito de uso dos bens integrantes dos contratos de concessão até o final da concessão. A amortização reflete o padrão de consumo dos bens em relação aos benefícios econômicos esperados dentro do prazo da concessão, e é reconhecida na rubrica de Custo de Operação e Despesas Operacionais.
Contratos de concessão: Os contratos de concessão são reconhecidos como ativo intangível e ativo financeiro. O valor do ativo intangível dos contratos de concessões representa o custo amortizado dos bens que compõem a concessão limitados ao final da concessão. O custo compreende o preço de aquisição (acrescido de impostos não recuperáveis sobre a compra, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos) e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida pela Administração. A amortização do ativo intangível dos contratos de concessão representa a depreciação regulatória dos bens individuais. Os ativos intangíveis dos contratos de concessões têm o seu valor testado para perda de recuperabilidade econômica, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. A amortização é reconhecida na rubrica de custo de operação e despesas operacionais. O ativo financeiro refere-se aos investimentos realizados e previstos no contrato de concessão e não amortizados até o final da concessão por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão e a Orientação Técnica OCPC 05 - Contratos de concessão. Ele é reconhecido pelo custo residual não amortizado e o valor somente é alterado por meio de atualizações, adições, baixas e transferências ao longo do prazo de concessão.
Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica: Representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimento no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão. Essas obrigações estão registradas em grupo específico no passivo não circulante, e estão sendo apresentadas como dedução do Ativo Financeiro e Ativo Intangível da concessão, dadas suas características de aporte financeiro com fins específicos de financiamentos para obras.
Subvenção e assistência governamental: A partir de 1/1/2008, as subvenções governamentais, se recebidas, serão reconhecidas como receita ao longo do período, confrontadas com as despesas que pretende compensar em uma base sistemática. Os valores a serem apropriados no resultado serão destinados a Reserva de Incentivos Fiscais. Atualmente a Companhia não possui subvenções e assistências governamentais.
Arrendamento mercantil: Os arrendamentos mercantis são segregados entre os operacionais e os financeiros. Quando o arrendamento é classificado como financeiro, ou seja, seus riscos e benefícios são transferidos, este é reconhecido como um ativo e mensurado inicialmente pelo seu valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos, entre eles o menor, e depreciados normalmente. O passivo subjacente é amortizado utilizando a taxa efetiva de juros. Quando o arrendamento é classificado como operacional, ou seja, seus riscos e benefícios não são transferidos, os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento.
Empréstimos e financiamentos: Estão atualizados pela variação monetária e/ou cambial, juros e encargos financeiros, determinados em cada contrato, incorridos até a data de encerramento do balanço. Os custos de transação estão deduzidos dos empréstimos/financiamentos correspondentes. Esses ajustes são apropriados ao resultado pela taxa efetiva de juros do período em despesas financeiras, exceto pela parte apropriada ao custo do ativo intangível em curso.
Transações em moeda estrangeira: Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado.
Instrumentos financeiros derivativos: A Companhia firmou contratos derivativos com o objetivo de administrar os riscos associados a variações nas taxas cambiais e de juros. Os referidos contratos derivativos são contabilizados pelo regime de competência e estão mensurados a valor justo por meio de resultados. Os diferenciais a receber e a pagar referentes aos instrumentos financeiros derivativos, ativos e passivos, são registrados em contas patrimoniais de "Operações de *swap*" e o resultado apurado na conta "Receitas e Despesas Financeiras" (resultado) e/ou intangível em curso (quando da construção do intangível operacional da concessão). Os ganhos e perdas auferidos ou incorridos em função do valor justo desses contratos são reconhecidos como ajustes em receitas ou despesas financeiras. Os contratos derivativos da Companhia são, em sua maioria, com instituições financeiras de grande porte e que apresentam grande experiência com instrumentos financeiros dessa natureza. A Companhia não tem contratos derivativos com fins especulativos.
Valor justo: É a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso em transação sem favorecimento. A hierarquia do valor justo deve ter os seguintes níveis:
• Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
• Nível 2: *inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
• Nível 3: *inputs* para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).
Custo de empréstimos: Compreendem os juros e outros custos incorridos em conexão com empréstimos de recursos para aquisição, construção ou produção de um ativo, que leve um período substancial de tempo para ficar pronto para seu uso pretendido. Esses custos começam a ser capitalizados quando a Companhia incorre em gastos, custos de empréstimos e as atividades de construção estejam iniciadas, cessando quando substancialmente todas as atividades necessárias estiverem completas. Para empréstimos específicos, o montante capitalizado é o efetivamente incorrido sobre tais empréstimos durante o período, deduzidos de qualquer receita financeira decorrente do investimento temporário dos mesmos. Para empréstimos genéricos, aplica-se a taxa ponderada dos respectivos custos sobre o saldo vigente, aplicando esta taxa sobre o valor do ativo em construção, sendo esta capitalização limitada ao valor recuperável do ativo.
Provisões para contingências: Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de um evento passado, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável sendo provável uma saída de recursos. O montante da provisão reconhecida é a melhor estimativa da Administração e dos assessores legais, baseados em pareceres jurídicos sobre os processos existentes e do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço. Quando a provisão envolve uma grande população, a obrigação é estimada ponderando todos os possíveis desfechos pelas suas probabilidades associadas. Para uma obrigação única a mensuração se baseia no desfecho mais provável.
Outros direitos e obrigações: Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes que estão sujeitos a variação monetária ou cambial por força de legislação ou cláusulas contratuais, estão atualizados com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores na data das demonstrações financeiras.
Imposto de renda e contribuição social: A provisão para imposto de renda e contribuição social corrente é calculada com base no lucro tributável e na base de cálculo da contribuição social, de acordo com as alíquotas vigentes na data do balanço. Sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social são constituídos impostos diferidos. Os ativos e passivos diferidos são registrados nos ativos e passivos não circulantes. Os impostos diferidos serão realizados com base nas alíquotas que se espera serem aplicáveis no período que o ativo será realizado ou, o passivo liquidado. Tais ativos e passivos não são descontados a valor presente. Os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social podem ser compensados anualmente, observando-se o limite de até 30% do lucro tributável para o exercício. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada encerramento de exercício e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.
De acordo com o art. 15 da Lei 11.941/2009, que institui o Regime Tributário de Transição ("RTT") de apuração do Lucro Real, a Companhia considerou a opção pelo RTT aplicável ao biênio 2008-2009, por meio do envio da Declaração de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - DIPJ 2009, relativo ao ano- calendário de 2008. A partir do ano-calendário de 2010, a adoção ao RTT passou a ser obrigatória.
Plano de aposentadoria e pensão: A Companhia possui plano de aposentadoria e pensão, sendo este contabilizado conforme sua classificação, contribuição definida ou benefício definido. O plano de contribuição definida é aquele que a Companhia paga contribuições fixas a uma entidade separada, não tendo a obrigação legal ou não formalizada de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar todos os benefícios devidos. Já o de benefício definido compreende todos os planos que não sejam classificados como contribuição definida.
A contribuição da Companhia para o plano de contribuição definida é reconhecida na demonstração do resultado como custo e/ou despesa com pessoal, sendo que nenhum ativo ou passivo é reconhecido.
O plano de benefício definido tem sua contabilização baseada em avaliações atuarias sendo o valor presente das obrigações calculado pelo Método Unitário Projetado. A Companhia se utiliza de atuários qualificados independentes anualmente.
Receita líquida de vendas: As receitas de fornecimento de energia elétrica são mensuradas com base no regime de competência, sendo reconhecida no momento em que os riscos e benefícios são transferidos, ou seja, no momento da entrega da energia. Assim, inclui a quantificação estimada do fornecimento de energia elétrica da última medição (emissão fatura) até o encerramento das demonstrações financeiras.
Registro das operações de compra e venda de energia na CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica: As compras (custo de energia comprada) e as vendas (receita de suprimento) são registradas pelo regime de competência de acordo com as informações divulgadas pela CCEE, entidade responsável pela apuração das operações de compra e venda de energia. Nos meses em que essas informações não são disponibilizadas em tempo hábil pela CCEE, os valores são estimados pela Administração da Companhia, utilizando-se de parâmetros disponíveis no mercado.
Receita e custo de construção: O custo de construção das obras relativas a distribuição de energia elétrica, é baseado na percentagem completada da obra, sendo determinada com base nos custos incorridos até a data. Não existe margem de lucro, assim a receita de construção é igual ao custo de construção.
Receitas e despesas financeiras: As receitas financeiras referem-se principalmente a receita de aplicações financeiras, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos nos instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem principalmente encargos, variação cambial e variação monetária sobre empréstimos e financiamentos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas nos instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado. Os custos dos empréstimos são reconhecidos no resultado por meio do método de juros efetivos.
Informações sobre quantidade de ações e resultado por ação: O resultado básico por ação deve ser calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo do exercício (o numerador) pelo número médio ponderado de ações em poder dos acionistas, menos as mantidas em tesouraria (denominador).
Demonstrações de valor adicionado: A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável às Companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.
Novas normas e interpretações ainda não adotadas: Diversas normas, emendas e interpretações IFRSs emitidas pelo IASB (*International Accounting Standards Board*) ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31/12/2012, e que poderiam afetar a Companhia, são elas:
• Emenda da IAS 19 - Benefícios a empregados (CPC 33): Ganhos e perdas atuariais imediatamente reconhecidas em outros resultados abrangentes. Vigência 1/1/2013;
• Emenda da IAS 19 - Benefícios a Empregados (CPC 33 - R1): Contabilização e Divulgação dos benefícios concedidos a empregados. Vigência 01/01/2013;
• Emenda da IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Apresentação (CPC 39): Apresentar requerimentos para compensação de ativos financeiros e passivos financeiros. Vigência 1/1/2014;
• Emenda da IFRS 7 (emitida em dezembro/2011) - Instrumentos financeiros: Evidenciação (CPC 40): Estabelece novas divulgações a respeito de compensação de saldos de ativos e passivos financeiros. Vigência 1/1/2013;
• IFRS 9 - Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração (CPC 38): Mantém mas simplifica o modelo de mensuração mista e estabelece duas categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado e valor justo. Vigência 1/1/2015;
• IFRS 13 - Mensuração do valor justo (CPC46): Estabelece critérios de mensuração e divulgação do valor justo quando for requerido ou permitido por outros IFRS. Vigência 1/1/2013;
O CPC ainda não emitiu pronunciamentos ou revisões equivalentes às IFRS/IAS acima citadas. A adoção antecipada destes pronunciamentos está condicionada a aprovação prévia em ato normativo da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. A Companhia não estimou a extensão do impacto destas novas normas em suas demonstrações financeiras.
Para mais informações, vide a lista completa de pronunciamentos no sítio do CPC: www.cpc.org.br.

5. ICPC 01 - CONTRATOS DE CONCESSÃO (IFRIC 12)

Em 22/12/2009 foi aprovada a Deliberação CVM nº 611/2009, que delibera a ICPC 01 - Contratos de Concessão.
O escopo da ICPC 01 abrange contratos de concessões de serviços públicos de entidades privadas, onde o poder concedente tem o controle sobre os ativos relacionados a concessão. O poder concedente controla os ativos quando esse:
a) Controla ou regulamenta quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço; e
b) Controla qualquer participação residual significativa na infraestrutura, no final do prazo da concessão.
Assim, segundo a ICPC 01, as concessionárias têm 2 atividades:
a) Construção: o resultado é reconhecido proporcionalmente à execução da obra, de acordo com o CPC 17 - Contratos de Construção; e
b) Operação e manutenção: A receita é reconhecida de acordo com o CPC 30 - Receitas, no momento em que os riscos e benefícios são transferidos. Os gastos com manutenção são reconhecidos como despesas e, com ampliação capitalizados.
A ICPC 01 define o modelo de contabilização, conforme quem remunera o concessionário:
a) Usuário: Aplica o modelo do ativo intangível, onde os bens da concessão são reconhecidos como tal, representando o valor justo do direito de cobrar os usuários. Este ativo é amortizado durante o prazo de concessão, pela maneira que melhor represente o consumo dos benefícios econômicos;
b) Poder concedente: Aplica o modelo do ativo financeiro, onde os bens da concessão assim são reconhecidos. O ativo financeiro representa um direito incondicional de receber pagamento do poder concedente, e mensurado de acordo com o CPC 38 - Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração; e
c) Usuário e poder concedente: Utiliza o modelo misto, onde os bens da concessão são reconhecidos como um ativo intangível e um ativo financeiro.

5.1. Adoção da ICPC 01

As concessionárias de distribuição de energia elétrica são remuneradas de 3 maneiras:
a) Direito de cobrar os usuários pela energia consumida (fatura);
b) Direito de cobrar os usuários pelo uso do sistema de distribuição; e
c) Indenização dos bens reversíveis ao final do prazo da concessão.
O direito de cobrar representa um ativo intangível e a indenização um ativo financeiro. O ativo financeiro deve ser reconhecido pela melhor estimativa do valor justo da indenização, e o valor residual (a diferença para o saldo total bifurcado) seria o ativo intangível.
O ativo financeiro representa a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão, que será paga a título de indenização pela União. Existe uma indefinição quanto a renovação das concessões. A inexistência de definição legal e constitucional, aliada a ausência de histórico de reversões, faz com que o ativo intangível tenha sua vida útil limitada ao prazo da concessão. Contudo, a Administração da Companhia entende que conseguirá renovar por igual período, conforme direito previsto no contrato de concessão, cuja renovação será requerida pela Companhia, para assegurar a continuidade e qualidade do serviço e cumprimento de regularidade junto ao órgão técnico de fiscalização do poder concedente e demais exigências previstas no contrato de concessão.
A atualização do ativo financeiro da concessão está sendo realizada com base na metodologia de valorização do ativo imobilizado da concessão, utilizada pelo poder concedente na revisão tarifária que ocorre a cada quatro anos. Essa metodologia de valorização consiste em reavaliar a infraestrutura da distribuição de energia pelo VNR - Valor Novo de Reposição, para compor a Base de Remuneração Regulatória. A Companhia utiliza o IGP-M como melhor estimativa para atualizar o valor do ativo financeiro da concessão, entre os períodos da revisão tarifária. Quando ocorrer a próxima revisão tarifária prevista para 8/4/2013, esses valores serão ajustados pela variação do VNR apurado na infraestrutura da distribuição. O IGP-M também é utilizado como base para ajuste da tarifa realizada pela ANEEL anualmente. O ativo financeiro da concessão foi classificado como disponível para venda, conforme a OCPC 05 - Contratos de Concessão, e sua contrapartida foi registrada no resultado do exercício.
A despesa com depreciação incluída na tarifa é determinada com base na vida útil econômica estimada de cada bem, sendo utilizada como base de cálculo da amortização do ativo intangível.
A ICPC 01 ainda determina o reconhecimento de receita e despesa de construção referente às obras em andamento. A Administração entende que a atividade de construção não gera lucro, assim não apresenta margem de lucro.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2012	31/12/2011
Saldos bancários	59.408	7.579
Outros investimentos	6.520	108.563
Total	**65.928**	**116.142**

6.1. Outros investimentos

Instituição financeira	Tipo de aplicação	Vencimento	Taxas %	31/12/2012	31/12/2011
BIC Banco	CDB	(*)	100,0 a 106,0 CDI	-	40.989
Banco Bradesco	Capitalização	(*)	6,0 a.a. + TR	1.426	1.282
Banco Bradesco	CDB	(*)	20,0 a 100,0 CDI	1.956	89

Instituição financeira	Tipo de aplicação	Vencimento	Taxas %	31/12/2012	31/12/2011
Banco BVA	CDB	(*)	103,0 CDI	4	-
Banco do Brasil	CDB	(*)	100,0 CDI	383	235
Banco Daycoval	CDB	(*)	101,2 CDI	-	49.315
Banco Original	CDB	(*)	100,0 CDI	1.498	-
Banco Industrial	CDB	(*)	101,0 a 104,0 CDI	-	6.132
Banco Itaú	CDB	(*)	101,2 CDI	1	1
Banco Safra	CDB	(*)	10,0 CDI	1.244	10.512
Banco Votorantim	CDB	(*)	102,0 CDI	8	8
Total				**6.520**	**108.563**

(*) As aplicações financeiras são consideradas equivalentes de caixa por permitirem o resgate a qualquer momento sem perda dos juros transcorrido. O valor contábil é próximo ao seu valor justo.

7. CONSUMIDORES

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Consumidores	392.094	352.609	47.233	38.572
(-) Perda no valor recuperável (Provisão para crédito de liquidação duvidosa)	(66.164)	(38.516)	-	-
Total	**325.930**	**314.093**	**47.233**	**38.572**

Continua

7.1. Consumidores

Classe de consumidores	Saldos vincendos	Saldos vencidos até 90 dias	Saldos vencidos de 91 até 360 dias	Saldos vencidos mais de 361 dias	Saldos vencidos Total	Total 31/12/2012	Total 31/12/2011
Circulante							
Residencial	70.144	36.151	7.275	15.812	59.238	129.382	119.345
Industrial	28.008	5.076	1.111	7.008	13.195	41.203	45.548
Comércio, serviços e outras atividades	43.890	13.599	4.504	13.715	31.818	75.708	75.406
Rural	10.023	5.774	2.834	7.221	15.829	25.852	27.932
Poder público:							
Federal	3.986	1.044	193	207	1.444	5.430	3.469
Estadual	5.707	2.798	16	4.899	7.713	13.420	12.469
Municipal	6.596	3.032	1.022	1.162	5.216	11.812	31.866
Iluminação pública	8.342	1.839	392	971	3.202	11.544	15.719
Serviço público	5.682	169	35	-	204	5.886	6.250
Parcelamento Energia (FATURAS NOVADAS)	25.424	3.517	4.231	14.398	22.146	47.570	6.250
(-) Ajuste a valor presente (a)	(324)	-	-	-	-	(324)	(502)
Redução de tarifa - irrigação e aquicultura (b)	10	-	-	-	-	10	37
Redução de uso sistema de distribuição	6.330	-	-	-	-	6.330	6.084
Subtotal - Consumidores	**213.818**	**72.999**	**21.613**	**65.393**	**160.005**	**373.823**	**343.623**
Participação financeira do consumidor	53	24	32	24	80	133	529
Comercialização na CCEE (c)	573	-	-	-	-	573	565
Programa emergencial de redução do consumo	-	-	-	-	543	543	588
Encargos de capacidade emergencial	-	-	-	-	377	377	425
Concessionárias e permissionárias	47	-	-	-	-	47	47
Encargos de uso da rede elétrica	2.892	-	-	-	-	2.892	2.771
Outros	8.529	2.347	613	2.217	5.177	13.706	4.061
Total	**225.912**	**75.370**	**22.258**	**67.634**	**166.182**	**392.094**	**352.609**
Não circulante							
Parcelamento Energia (FATURAS NOVADAS)	52.135	-	-	-	-	52.135	41.393
(-) Ajuste a valor presente (a)	(7.964)	-	-	-	-	(7.964)	(8.498)
Comercialização na CCEE (c)	3.062	-	-	-	-	3.062	3.062
Redução de uso sistema de distribuição	-	-	-	-	-	-	2.615
Total	**47.233**	**-**	**-**	**-**	**-**	**47.233**	**38.572**

Do valor total de contas a receber em 31/12/2012, R$ 99.705 (R$ 91.534 em 31/12/2011) se referem a renegociações definidas.

(a) Ajuste a valor presente

Refere-se ao valor de ajuste para os contratos renegociados sem a inclusão de juros e para aqueles renegociados com taxa de juros abaixo do WACC do setor. Para o desconto a valor presente utilizou-se uma taxa de 11,36% a.a., que a ANEEL considera como a taxa de retorno adequada para os serviços de distribuição de energia, cuja metodologia está definida na Resolução Normativa ANEEL nº 457 de 8/11/2011. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado na situação atual. A Administração da Companhia entende que essa taxa de desconto representa adequadamente o custo de capital. Tendo em vista a natureza, complexidade e volume das renegociações a divulgação do fluxo de caixa e sua temporalidade foi omitido, uma vez que o efeito líquido do AVP não é relevante.

(b) Subsídio a irrigantes

A Resolução Normativa nº 540, de 1/10/2002, implementou a Lei nº 10.438, de 26/4/2002, que estendeu os descontos especiais nas tarifas de energia elétrica de irrigantes ao consumo verificado no horário compreendido entre 21h30 e 6h do dia seguinte.

Esse dispositivo legal ampliou o horário estabelecido na Portaria DNAEE nº 105, de 3/4/1992, das 23h às 5h do dia seguinte, em que eram concedidos descontos especiais para consumidores do Grupo A (alta tensão) e do Grupo B (baixa tensão).

A Resolução Normativa nº 207, de 9/1/2006, que "estabelece os procedimentos para aplicação de descontos especiais na tarifa de fornecimento relativa ao consumo de energia elétrica das atividades de irrigação e na aquicultura", dispôs no artigo 6º que "o valor financeiro resultante dos descontos estabelecido nesta Resolução configura direito da concessionária ser compensada no primeiro reajuste ou revisão tarifária após a correspondente apuração".

Saldo em 31/12/2011	**37**
Apropriado no período	42
Amortizado no período	(69)
Saldo em 31/12/2012	**10**

(c) Comercialização na CCEE

O saldo da conta de consumidores inclui o registro dos valores referentes à comercialização de energia no circulante e não circulante, no montante de R$ 3.635, com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE até o mês de dezembro de 2012. De acordo com a Resolução ANEEL nº 552, de 14/10/2002, os valores das transações de energia de curto prazo não liquidados nas datas programadas deverão ser negociados bilateralmente entre os agentes de mercado.

As operações de compra e venda de energia elétrica praticadas no período de setembro de 2000 a dezembro de 2002, após os ajustes divulgados pela CCEE, tiveram seu processo de liquidação concluído em julho de 2003 e as demais operações de compra e venda de energia elétrica praticadas no exercício de 2012 estão sendo liquidadas mensalmente.

Os valores da energia no curto prazo e da energia livre estão sujeitos à modificação dependendo de decisão dos processos judiciais em andamento, movido por determinadas empresas do setor, relativos à interpretação das regras do mercado em vigor.

7.2. Perda no valor recuperável (Provisão para crédito de liquidação duvidosa)

	31/12/2012	31/12/2011
Residencial	(23.613)	(8.182)
Industrial	(8.459)	(8.102)
Comércio, serviços e outras atividades	(17.258)	(14.687)
Rural	(7.751)	(4.405)
Poder público	(5.678)	(786)
Iluminação pública	(318)	(61)
Serviço público	-	(13)
Outras receitas	(2.295)	(1.488)
Credores diversos	(792)	(792)
Total	**(66.164)**	**(38.516)**
Movimentação:	**31/12/2012**	**31/12/2011**
Saldo no início do exercício	**(38.516)**	**(40.577)**
Perdas no exercício	12.331	482
Recuperação de perdas	(1.186)	(4.875)
Complemento da provisão/reversão	(38.793)	6.454
Saldo no final do exercício	**(66.164)**	**(38.516)**

Após análise criteriosa desses créditos em atrasos, a Administração da Companhia adotou uma estimativa mais conservadora na constituição da PCLD, cuja composição está demonstrada a seguir:

- **Classe residencial**: A totalidade dos créditos de consumidores: a) desligados a mais de 180 dias; b) vencidos a mais de 180 dias em que houve troca de titularidade na unidade consumidora; c) sem CPF com atrasos superior a 90 dias; d) ligados ou cortados vencidos a mais de 180 dias que não apresentam nenhuma fatura vencida a menos de 90 dias; e) negativados no SERASA ou SCPC a mais de 364 dias; f) vencidos a mais de 4 anos; g) com faturas originadas por conta de fraudes, em unidades consumidoras que apresentam troca de titularidade.
- **Classe industrial**: A totalidade dos créditos de consumidores: a) desligados a mais de 360 dias; b) vencidos a mais de 360 dias em que houve troca de titularidade na unidade consumidora; c) sem CNPJ com atrasos superior a 360 dias; d) ligados ou cortados vencidos a mais de 360 dias que não apresentam nenhuma fatura vencida a menos de 90 dias; e) negativados no SERASA ou SCPC a mais de 364 dias; f) vencidos a mais de 4 anos; g) com faturas originadas por conta de fraudes, em unidades consumidoras que apresentam troca de titularidade.
- **Classe comercial**: A totalidade dos créditos de consumidores: a) desligados a mais de 180 dias; b) vencidos a mais de 180 dias em que houve troca de titularidade na unidade consumidora; c) sem CNPJ com atrasos superior a 180 dias; d) ligados ou cortados vencidos a mais de 180 dias que não apresentam nenhuma fatura vencida a menos de 90 dias; e) negativados no SERASA ou SCPC a mais de 364 dias; f) vencidos a mais de 4 anos; g) com faturas originadas por conta de fraudes, em unidades consumidoras que apresentam troca de titularidade.
- **Classe rural**: A totalidade dos créditos de consumidores: a) desligados a mais de 360 dias; b) vencidos a mais de 360 dias em que houve troca de titularidade na unidade consumidora; c) sem CPF com atrasos superior a 360 dias; d) ligados ou cortados vencidos a mais de 360 dias que não apresentam nenhuma fatura vencida a menos de 90 dias; e) negativados no SERASA ou SCPC a mais de 364 dias; f) vencidos a mais de 4 anos; g) com faturas originadas por conta de fraudes, em unidades consumidoras que apresentam troca de titularidade.
- **Classes: poder público - iluminação pública - serviço público**: A totalidade dos créditos de consumidores vencidos a mais de 1.825 dias.

8. TÍTULOS A RECEBER

A Companhia possui contratos particulares de cessão de créditos, correspondentes a precatórios, emitidos pelo Estado do Mato Grosso do Sul, recebidos de diversas prefeituras, para liquidação de contas de energia elétrica vencidas e a vencer, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2012	31/12/2011
Ativo circulante	6.776	8.089
Ativo não circulante	-	1.377
Total	**6.776**	**9.466**

9. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Circulante 31/12/2012	Circulante 31/12/2011	Não circulante 31/12/2012	Não circulante 31/12/2011
Imposto de renda e contribuição social:				
Imposto de renda (a)	12.174	7.905	-	-
Contribuição social (a)	2.925	1.188	-	-
Subtotal	**15.099**	**9.093**	**-**	**-**
Outros impostos e contribuições a recuperar				
ICMS (b)	14.158	16.225	13.900	11.856
(-) Ajuste a valor presente	-	(594)	-	(2.468)
ICMS Ajustado	**14.158**	**15.631**	**13.900**	**9.388**
INSS	879	881	-	-
PIS (c)	3.928	3.898	-	-
Outros	169	18	-	-
Subtotal	**19.134**	**20.428**	**13.900**	**9.388**
Total	**34.233**	**29.521**	**13.900**	**9.388**

(a) Saldos negativos de imposto de renda e contribuição social apurados no ano calendário de 2012 e anos-calendários anteriores, decorrentes de estimativas pagas à maior que serão utilizados para compensação de tributos administrados pela Receita Federal do Brasil - RFB.

(b) O ICMS a compensar apurado na aquisição de bens do ativo intangível será recuperado em até 48 meses. A Companhia procedeu, até dezembro/2011, ao cálculo do AVP - Ajustes a Valor Presente utilizando a taxa de 12,81% a.a..

(c) Refere-se a créditos de PIS depositado a maior nos autos do processo 97005217-6, 2ª Vara da Justiça Federal de Campo Grande - MS, aguardando a conversão dos depósitos em renda para compensação com quaisquer tributos administrados pela RFB.

10. TRIBUTOS DIFERIDOS

10.1. Composição das despesas com impostos

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base nas alíquotas vigentes nas datas dos balanços. Os impostos e contribuições sociais diferidos relativos às diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social são registrados em contas patrimoniais. Demonstramos a seguir a composição da base de cálculo e dos saldos desses impostos:

	31/12/2012 Imposto de Renda	31/12/2012 Contribuição Social	31/12/2011 Imposto de Renda	31/12/2011 Contribuição Social
Composição da receita (despesa) com impostos:				
Impostos correntes	(10.065)	(3.235)	(28.471)	(10.394)
Impostos diferidos - variação líquida	2.111	4.232	(17.699)	(6.301)
	(7.954)	**997**	**(46.170)**	**(16.695)**

10.2. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

	31/12/2012 Imposto de Renda	31/12/2012 Contribuição Social	31/12/2011 Imposto de Renda	31/12/2011 Contribuição Social
Reconciliação para taxa efetiva				
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**(9.438)**	**(9.438)**	**214.660**	**214.660**
Adições(exclusões) Permanentes				
Gratificações e participações	535	-	2.625	-
Doações	380	380	204	204
Multas indedutíveis	6.248	-	44	-
Efeitos da Lei 11.638/2007	-	-	(31.020)	(31.020)
Outras	34.438	(2.016)	1.547	1.651
Subtotal	**41.601**	**(1.636)**	**(26.600)**	**(29.165)**
Base de cálculo dos impostos	**32.163**	**(11.074)**	**188.060**	**185.495**
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Saldo apurado	**(8.041)**	**997**	**(47.015)**	**(16.695)**
Créditos sobre incentivos fiscais	87	-	845	-
Receita (despesa) com impostos	**(7.954)**	**997**	**(46.170)**	**(16.695)**
Taxa efetiva	**-84,28%**	**10,56%**	**21,51%**	**7,78%**

10.3. Ativo fiscal diferido

Os créditos fiscais a seguir detalhados, serão utilizados para redução de carga tributária futura, sendo reconhecidos com base em históricos de rentabilidade da Companhia e as expectativas de geração de lucros tributáveis.

	Não circulante 31/12/2012 Imposto de Renda	Não circulante 31/12/2012 Contribuição Social	Não circulante 31/12/2011 Imposto de Renda	Não circulante 31/12/2011 Contribuição Social
Provisão para contingências trabalhistas e cíveis (a)	123.079	123.079	19.244	19.244
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (a)	66.164	66.164	38.517	38.517
Provisão para contingências fiscais (a)	45.844	45.844	45.721	45.721
Prejuízos fiscais e base negativa (b)	254.881	213.038	306.850	226.415
Amortização do ágio (c)	183.119	183.119	204.238	204.238
Ajustes da Lei 11.638/2007 (d)	-	-	12.546	12.546
Base de cálculo dos impostos diferidos	**673.087**	**631.244**	**627.116**	**546.681**
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Impostos diferidos não circulante	**168.271**	**56.812**	**156.779**	**49.201**

Fundamentos para realização do imposto de renda e contribuição social diferida:

(a) Efetivação da perda

(b) Realização dos Lucros

(c) Perspectiva de realização de ganhos futuros

(d) Realização dos efeitos da Lei 11.638/2007

Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos

Baseada no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados de acordo com a Instrução CVM nº 371/2002, a Companhia estima recuperar o crédito tributário, conforme demonstrado abaixo:

2013	2014	2015	2016	2017	Após 2017	Total
20.001	20.827	20.898	21.306	22.054	119.997	**225.083**

Continua

Continuação *Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - ENERSUL*

10.4. Passivo fiscal diferido

	Não circulante			
	31/12/2012		31/12/2011	
Diferenças temporárias:	**Imposto de renda**	**Contribuição Social**	**Imposto de renda**	**Contribuição Social**
Variação cambial diferida (a)	5.713	5.713	4.103	4.103
Componentes financeiros (b)	(2.369)	(2.369)	-	-
Acréscimos moratórios (c)	14.327	14.327	9.470	9.470
Ajustes da Lei 11.638/2007 (d)	33.431	33.431	-	-
Base de cálculo dos impostos diferidos	**51.102**	**51.102**	**13.573**	**13.573**
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Impostos diferidos não circulante (outros)	**12.776**	**4.599**	**3.393**	**1.222**

Fundamentos para realização do imposto de renda e contribuição social diferida:
(a) Realização dos empréstimos
(b) Diferimento do reposicionamento tarifário
(c) Efetivação da perda
(d) Realização dos efeitos da Lei 11.638/2007

10.5. Movimentação dos tributos diferidos

Imposto de renda:	**31/12/2011**	**Reconhecidos no resultado**	**31/12/2012**
Provisão para contingências trabalhistas e cíveis	4.812	25.957	30.769
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9.629	6.912	16.541
Provisão para contingências fiscais	11.430	31	11.461
Amortização de ágio	51.059	(5.279)	45.780
Prejuízos fiscais	76.712	(12.992)	63.720
Variação cambial diferida	(1.026)	(402)	(1.428)
Componente financeiro	-	592	592
Acréscimos moratórios	(2.367)	(1.214)	(3.581)
Ajustes da Lei 11.638/2007	3.137	(11.494)	(8.357)
Total	**153.386**	**2.111**	**155.497**

Contribuição social:	**31/12/2011**	**Reconhecidos no resultado**	**31/12/2012**
Provisão para contingências trabalhistas e cíveis	1.732	9.344	11.076
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.466	2.489	5.955
Provisão para contingências fiscais	4.114	12	4.126
Amortização de ágio	18.381	(1.900)	16.481
Base negativa	20.378	(1.205)	19.173
Variação cambial diferida	(369)	(145)	(514)
Componente financeiro	-	213	213
Acréscimos moratórios	(852)	(438)	(1.290)
Ajustes da Lei 11.638/2007	1.129	(4.138)	(3.009)
Total	**47.979**	**4.232**	**52.211**

11. REDUÇÃO DE RECEITA - BAIXA RENDA

Subvenção à Baixa Renda - Tarifa Social: O Governo Federal, por meio da Lei nº 10.438, de 26/4/2002, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda, o que causou uma redução na receita operacional da Companhia que foi compensada por meio do Decreto Presidencial nº 4.538, de 23/12/2002, em que foram definidas as fontes para concessão e subvenção econômica com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda. Conforme disposição da Lei nº 12.212, de 20/1/2010, para o consumo mensal inferior ou igual a 30 kWh o desconto será de 65%, entre 31 kWh e 100 kWh o desconto será de 40% e entre 101 kWh e 220 kWh o desconto será de 10%.
Segue abaixo a movimentação no período:

Saldo em 31/12/2011	**3.767**
Valor provisionado	1.011
Valor homologado	19.062
Valor recebido	(17.429)
Saldo em 31/12/2012	**6.411**

12. OUTROS ATIVOS

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Adiantamentos a empregados	1.635	708	-	-
Adiantamentos a fornecedores	4.829	2.280	-	-
Alienação de bens e direitos	20	1.209	-	-
Dispêndios a reembolsar	345	1.213	-	-
Convênios de arrecadação	2.788	2.345	-	-
Cheques em cobrança especial	515	520	-	-
Desativações em curso (a)	1.069	976	-	-
Alienação em curso (a)	313	16	-	-
Padrão baixa renda	6.419	6.002	-	-
Programa eficiência energética	1.677	1.794	-	-
Despesas pagas antecipadamente	1	178	-	-
Plano de universalização	433	-	6.898	2.341
Banco Daycoval (b)	-	-	61.818	-
Outros créditos a receber	1.478	1.819	3.709	-
	21.522	**19.060**	**72.425**	**2.341**

(a) Refere-se às desativações relativas as UAR (Unidades de Adição e Retirada), determinadas por motivos técnico-operacionais e sinistro, que se encontram em fase de análise e recuperação para o retorno ao intangível ou realização.
(b) Refere-se à transferência de valores efetuado pelo Banco Daycoval S.A. para a conta corrente da acionista Rede Energia S.A. - em Recuperação Judicial, em 28/02/2012, para quitação de dívidas vencidas por antecipação desta holding, conforme justificativa da Instituição Financeira. A Administração (Interventor) da Companhia considera essa transferência indevida e está questionando judicialmente a sua devolução. Todavia, a Administração (Interventor) considera como certo o recebimento deste ativo devido às seguintes razões: (i) o Plano de Recuperação, aprovado pela Assembleia dos Acionistas da holding Rede Energia S.A. - em Recuperação Judicial e também pela Assembleia de Acionistas da ENERSUL, apresentado à ANEEL, em 26/10/12, no âmbito da intervenção administrativa, propõe o ressarcimento da Companhia mediante aquisição da posição do Banco Daycoval S.A.; (ii) segundo informações prestadas pela ANEEL, o ressarcimento destes valores é condição de aprovação do Plano de Recuperação. A perda da disponibilidade financeira decorrente da referida transferência gerou dificuldades no fluxo de caixa e comprometimento da capacidade de adimplência com as obrigações setoriais e a Administração (Interventor) avalia os atos praticados pela administração anterior sobre o assunto.

13. PARTES RELACIONADAS

A Companhia adota práticas de governança corporativa e aquelas recomendadas e/ou exigidas por legislação e regulamentação. A aprovação das operações com partes relacionadas é também submetida à aprovação dos órgãos decisórios da Companhia, conforme regras previstas em nosso Estatuto Social. Ademais, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, qualquer acionista ou membro do Conselho de Administração está proibido de votar em deliberação acerca de matéria em que tenha interesses conflitantes com os da Companhia.
As operações celebradas pela Companhia com partes relacionadas seguem os padrões de mercado e são amparadas pelas devidas avaliações prévias de seus termos e condições e do estrito interesse da Companhia em sua realização.
O Acordo de Acionistas firmado entre o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço ("FI-FGTS"), representado pela Caixa Econômica Federal ("CEF"), a DENERGE - Desenvolvimento Energético S.A. ("DENERGE") - em "Recuperação Judicial" e a Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. ("EEVP") - em "Recuperação Judicial", ambas controladoras indiretas da Companhia, prevê cláusulas que requerem a manutenção de determinados limites operacionais dentro de parâmetros pré-estabelecidos envolvendo a Companhia, calculados trimestralmente.
A Administração da Companhia acompanha esses limites operacionais, como forma de monitoramento e remediação com o FI-FGTS, quando necessário.
Em 31/12/2012, os limites operacionais do acordo foram atendidos.

13.1. Transações e saldos com empresas relacionadas

	Relacionamento	**31/12/2012**	**31/12/2011**
Transações de mútuos:			
Receitas financeiras	-	403	2.028
Despesas financeiras	-	(849)	(680)
Outras receitas:			
Vale do Vacaria Açucar e Álcool S.A	Coligada	-	4
Rede Eletricidade e Serviços S.A.	Coligada	201	150
		201	**154**
Encargo de uso da rede elétrica:			
Caiuá Distribuição de Energia S.A.	Coligada	(4.638)	(4.330)
Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT	Coligada	(2.313)	(1.815)
		(6.951)	**(6.145)**
Custo de prestação de serviços:			
Rede Eletricidade e Serviços S.A.	Coligada	(5.054)	(4.635)
		(5.054)	**(4.635)**

	Relacionamento	**31/12/2012**	**31/12/2011**
SALDOS ATIVOS			
Não circulante			
Conta corrente (b):			
Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA - em "Recuperação Judicial"	Coligada	-	11.581
		-	**11.581**
Outros créditos (c):			
Rede Power do Brasil S.A.	Coligada	**8.324**	**-**
		8.324	**-**
Total		**8.324**	**11.581**

	Relacionamento	**31/12/2012**	**31/12/2011**
SALDOS PASSIVOS			
Circulante			
Fornecedores (a):			
Rede Eletricidade e Serviços S.A.	Coligada	416	390
Caiuá Distribuição de Energia S.A.	Coligada	124	132
Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT	Coligada	72	59
		612	**581**
Dividendos:			
Rede Power Energia S.A.	Coligada	1.799	8.602
Rede Energia S.A. - em "Recuperação Judicial"	Controladora	38.271	13.011
		40.070	**21.613**
Não circulante			
Valores a reembolsar:			
Emp. de Distrib. de Energia Vale Paranapanema S.A. (EDEVP)	Coligada	-	7
		-	**7**
Conta corrente (b):			
Emp. de Distrib. de Energia Vale Paranapanema S.A. (EDEVP)		18.561	-
Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT	Coligada	-	16.106
		18.561	**16.106**
Outros contratos (c):			
Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins (CELTINS)	Coligada	24.385	-
Rede Power Energia S.A.	Coligada	13.345	-
		37.730	**-**
Total		**56.291**	**16.113**

(a) Contratos relacionados ao setor elétrico
No curso normal de nossos negócios, nossas empresas compram e vendem energia entre si nos termos de CCVE - Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica, CCEAR - Contratos de Comercialização no Ambiente Regulado, CCD - Contratos de Conexão ao Sistema de Distribuição e CUSD Contratos de Uso do Sistema de Distribuição.
(b) Conta corrente
• Contrato Multilateral de Mútuo entre as Geradoras e Não Concessionárias (Mutuantes) e as Distribuidoras (Mutuárias)
As empresas Geradoras e Não Concessionárias (mutuantes) darão em empréstimos, recursos financeiros dentro dos limites para os saldos credores estabelecidos no contrato, às Distribuidoras (mutuárias), na medida de suas necessidades de forma sucessiva e contínua. Cada empresa tem um limite máximo para o saldo credor, as Distribuidoras, por sua vez, somente poderão realizar operações de conta-corrente na condição de tomadoras dos empréstimos perante as Geradoras e Não Concessionárias.
As mutuantes podem realizar operações de empréstimos financeiros entre si.
A remuneração sobre o saldo devedor é calculada com base em 100% do CDI com prazo de 36 meses, vencendo em 31/8/2011, nos termos de contratos de mútuo na modalidade de conta corrente, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos. Em 19/8/2011 foi encaminhado à ANEEL o 7º aditivo do referido contrato, solicitando a prorrogação do prazo de vigência por mais 24 meses com término em 31/8/2013. Até o encerramento destas demonstrações não havia sido publicada a anuência da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira.
• Contrato Multilateral de Mútuo entre as Distribuidoras
Refere-se à movimentação financeira efetuada entre as Distribuidoras que na medida de suas necessidades, tomam ou dão em empréstimos, recursos financeiros, de forma sucessiva e contínua, assumindo, respectivamente, a posição de devedora ou credora conforme o caso, dentro dos limites para os saldos credores estabelecidos no contrato.
A remuneração sobre o saldo devedor é calculada com base em 100% do CDI com prazo de 36 meses vencendo em 31/8/2011, nos termos de contratos de mútuo na modalidade de conta corrente, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos. Em 19/8/2011 foi encaminhado à ANEEL o 5º aditivo do referido contrato, solicitando a prorrogação do prazo de vigência por mais 24 meses com término em 31/8/2013. Até o encerramento destas demonstrações não havia sido publicada a anuência da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira.
(c) Outros contratos
Ativo
Refere-se a cessão parcial do contrato de compra e venda de participações societárias entre a coligada Rede Power e a CELPA, no valor total de R$ 8.134, para quitação parcial do contrato de mútuo conforme Plano de Recuperação aprovado pela Assembleia Geral de Credores realizada em 1/9/2012, mantendo-se as condições em vigor: encargo IGP-M + 2% a.a. e o pagamento em 10 parcelas anuais para o contrato de aquisição da participação na Rede Lajeado e 100% do CDI mais 2% ao ano e o pagamento em 60 parcelas iguais, mensais e sucessivas sendo concedida à compradora uma carência inicial de 3 anos para o início do pagamento para o contrato de aquisição da participação na ELETRONORTE.
Passivo
Refere-se a Instrumento Particular de Cessão de Créditos de dividendos de titularidade da Controladora Rede Energia para as Coligadas CELTINS e Rede Power.

13.2. Remuneração dos administradores
A remuneração total dos administradores para o período findo em 31/12/2012 foi de R$ 3.102 (R$ 5.773 em 31/12/2011), que corresponde em sua totalidade a benefícios de curto prazo.
No período findo em 31/12/2012 não houve benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho nem remuneração baseada em ações.

13.3. Compartilhamento de Infraestrutura
Atualmente as empresas do Grupo Rede Energia compartilham as atividades, equipamentos e instalações, de modo que as despesas são repassadas para as empresas por meio de contratos e aditamentos devidamente aprovados pela ANEEL por meio de despachos da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira quando necessário.
• **Compartilhamento de aeronave**: Instrumento Particular de Contrato de Uso Compartilhado de Aeronaves e Outras Avenças firmado entre as empresas Caiuá Distribuição, EDEVP, EEB, CNEE, CFLO, CELTINS, CEMAT e ENERSUL, no qual todas as despesas incorridas na manutenção e operação são apuradas e suportadas na Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT, detentora da aeronave, e repassadas mensalmente às demais empresas pelo critério de proporcionalidade estabelecido no referido contrato. A vigência do contrato é indeterminada e possui anuência da ANEEL por meio do Ofício nº 1.955/2003. Os gastos totais da Companhia relativos a este contrato, no exercício de 2012, foram de R$ 498 (R$ 779 em 2011).
• **Compartilhamento de escritório comercial em Brasília:** Contrato firmado entre as empresas Caiuá Distribuição, EDEVP, EEB, CNEE, CFLO, CELTINS, CEMAT e ENERSUL, no qual os custos referentes ao escritório são apurados e suportados pela EDEVP e repassados mensalmente para as demais empresas pelo critério de proporcionalidade estabelecido no referido contrato. A vigência do contrato é até 21/7/2013 e possui anuência da ANEEL por meio do Despacho nº 1.812/2010. Os gastos totais da Companhia relativos a este contrato, no exercício de 2012, foram de R$ 42 (R$ 32 em 2011).
• **Compartilhamento de serviços e infraestrutura de telefonia e comunicação**: Contrato firmado entre as empresas Caiuá Distribuição, EDEVP, EEB, CNEE, CFLO, CELTINS, CEMAT e ENERSUL, no qual os custos mensais estimados de R$ 30 referentes a infraestrutura de telefonia e comunicação são suportados pela Caiuá Distribuição e repassados para as demais empresas pelo critério de proporcionalidade estabelecido no referido contrato. A vigência do contrato é até 28/8/2014 e foi dispensada a anuência da ANEEL por meio do Ofício nº 1.706/2007 e nº 994/2009. Os gastos totais da Companhia relativos a este contrato, no exercício de 2012, foram de R$ 64 (R$ 68 em 2011).
• **Compartilhamento de link de dados:** Contrato firmado entre as empresas Caiuá Distribuição, EDEVP, EEB, CNEE, CFLO, CELTINS CEMAT e ENERSUL, no qual os custos mensais estimados de R$ 24, referentes ao link de dados, são suportados pelas Companhias Caiuá Distribuição, EDEVP e EEB e repassados para as demais empresas pelo critério de proporcionalidade estabelecido no referido contrato. A vigência do contrato é até 21/1/2014 e foi dispensada a anuência da ANEEL por meio do Ofício nº 342/2008. Os gastos totais da Companhia relativos a este contrato, no exercício de 2012, foram de R$ 24.
• **Compartilhamento de infraestrutura para os processos de faturamento e arrecadação em Bragança Paulista:** Contrato firmado entre as empresas Caiuá Distribuição, EDEVP, EEB, CNEE, CFLO, CELTINS, CEMAT e ENERSUL, no qual os custos referentes aos processos de faturamento e arrecadação são apurados e suportados pela EEB e repassados mensalmente para as demais empresas pelo critério de proporcionalidade estabelecido no referido contrato. A vigência do contrato é até 8/3/2013 e possui dispensa de anuência da ANEEL por meio do inciso IV, do artigo 3º da Resolução nº 334/2008. Os gastos totais da Companhia relativos a este contrato, no exercício de 2012, foram de R$ 16 (R$ 21 em 2011).

14. INVESTIMENTOS

	31/12/2012	**31/12/2011**
Propriedades para investimento avaliadas a custo:		
Edificações, obras civis e benfeitorias (a)	740	784
Máquinas e Equipamentos	-	272
Total	**740**	**1.056**

(a) Refere-se a bens destinados a uso futuro.

Continua

15. ATIVO FINANCEIRO E ATIVO INTANGÍVEL DO CONTRATO DE CONCESSÃO

Os bens relacionados ao contrato de concessão estão segregados entre ativo intangível e ativo financeiro e estão representados como segue:

	31/12/2012	31/12/2011
Ativo financeiro	227.217	158.046
Ativo intangível	820.143	819.823
Total	**1.047.360**	**977.869**

A mutação dos bens da concessão, representados pelo ativo intangível e ativo financeiro está demonstrada abaixo:

Em serviço:	31/12/2011	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2012
Custo					
Distribuição	1.903.118	120.564	(63.905)	216.903	2.176.680
Comercialização	17.650	169	(4.259)	304	13.864
Administração	220.963	1.376	(74.937)	5.064	152.466
Não vinculadas a concessão	1.334	2	(13)	-	1.323
Subtotal	**2.143.065**	**122.111**	**(143.114)**	**222.271**	**2.344.333**
(-) Obrigações vinc. à concessão	(408.770)	(56.973)	52.963	(82.584)	(495.364)
Total do custo	**1.734.295**	**65.138**	**(90.151)**	**139.687**	**1.848.969**
(-) Amortização					
Distribuição	(831.809)	(155.793)	22.821	-	(964.781)
Comercialização	(9.798)	(2.861)	3.676	-	(8.983)
Administração	(165.276)	(14.556)	66.273	-	(113.559)
Não vinculadas a concessão	(1.079)	(44)	4	-	(1.119)
Subtotal	**(1.007.962)**	**(173.254)**	**92.774**	**-**	**(1.088.442)**
Obrigações vinc. à concessão	124.323	69.831	463	-	194.617
Total da amortização	**(883.639)**	**(103.423)**	**93.237**	**-**	**(893.825)**
Total em serviço	**850.656**	**(38.285)**	**3.086**	**139.687**	**955.144**
Em Curso:					
Distribuição	112.314	192.718	(20.137)	(216.322)	68.573
Comercialização	95	59	-	(154)	-
Administração	25.517	6.368	(29)	(5.795)	26.061
Subtotal	**137.926**	**199.145**	**(20.166)**	**(222.271)**	**94.634**
Obrigações vinc. à concessão	(10.713)	(78.207)	3.918	82.584	(2.418)
Total em curso	**127.213**	**120.938**	**(16.248)**	**(139.687)**	**92.216**
Total	**977.869**	**82.653**	**(13.162)**	**-**	**1.047.360**

Os bens referentes aos contratos de concessão estão constituídos em termo da natureza dos ativos que os compõe:

			31/12/2012		31/12/2011	
			Valor líquido		Valor líquido	
	Custo	(-) Amortização acumulada	Ativo intangível	Ativo financeiro	Ativo intangível	Ativo financeiro
Em serviço:						
Terrenos	6.353	-	-	6.353	-	2.210
Edificações, obras civis e benfeitorias	69.827	(38.977)	24.162	6.688	26.796	3.019
Máquinas e equipamentos	2.180.282	(988.745)	888.919	302.618	896.247	175.747
Veículos	24.539	(11.388)	13.151	-	10.248	-
Móveis e utensílios	5.390	(3.138)	2.251	1	2.441	-
Servidões (a)	1.803	-	-	1.803	-	1.937
Softwares (b)	56.139	(46.194)	8.233	1.712	16.458	-
(-) Obrigações vinculadas à concessão	(495.364)	194.617	(208.789)	(91.958)	(259.580)	(24.867)
Subtotal	**1.848.969**	**(893.825)**	**727.927**	**227.217**	**692.610**	**158.046**
Em curso:						
Terrenos	125	-	125	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	10	-	10	-	506	-
Máquinas e equipamentos	55.919	-	55.919	-	97.037	-
Veículos	954	-	954	-	4.013	-
Móveis e utensílios	151	-	151	-	321	-
Material em depósito	15.687	-	15.687	-	12.730	-
Softwares (b)	21.788	-	21.788	-	19.982	-
Outros	-	-	-	-	3.337	-
(-) Obrigações vinculadas à concessão	(2.418)	-	(2.418)	-	(10.713)	-
Subtotal	**92.216**	**-**	**92.216**	**-**	**127.213**	**-**
Total	**1.941.185**	**(893.825)**	**820.143**	**227.217**	**819.823**	**158.046**

(a) Servidões: são direitos de passagem para linhas de transmissão associadas à distribuição na área de concessão da Companhia, e em áreas urbanas e rurais particulares, constituídos por indenização em favor do proprietário do imóvel. Como estas têm vida útil indefinida não são amortizadas, apenas sujeitas a teste de recuperabilidade econômica anualmente.

(b) *Softwares*: são licenças de direito de propriedade intelectual, constituídos por gastos realizados com a aquisição das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização produtiva de *softwares*. Tais itens são amortizados linearmente.

O intangível em curso de contratos de concessão refere-se substancialmente às obras de expansão em andamento do sistema de distribuição de energia elétrica. Incluem itens incorporados por meio de arrendamentos mercantis financeiros, cujos valores são imateriais. O arrendamento financeiro reconhecido na transição da Lei nº 11.638/2007 encontra-se totalmente depreciado.

Por atividade, os bens que compõe o ativo intangível dos contratos de concessão são constituídos da seguinte forma:

	Taxas médias de amortização (*)	Custo	(-) Ativo financeiro líquido	(-) Amortização acumulada	Subtotal	(-) Obrigações vinculadas à concessão líquida	31/12/2012 Valor líquido	31/12/2011 Valor líquido
Em serviço:								
Geração	3,98%	11.824	(1.427)	(5.206)	5.191	(190)	5.001	5.436
Distribuição	4,05%	4.058.218	(774.095)	(1.169.633)	2.114.490	(929.687)	1.184.803	1.591.316
Comercialização	7,57%	6.696	(1.545)	(3.438)	1.713	(267)	1.446	4.358
Administração	4,92%	131.081	(24.098)	(59.038)	47.945	2.174	50.119	57.875
Subtotal		**4.207.819**	**(801.165)**	**(1.237.315)**	**2.169.339**	**(927.970)**	**1.241.369**	**1.658.985**
Em curso:								
Geração		2.090	-	-	2.090	(25)	2.065	912
Distribuição		356.724	-	-	356.724	(95.161)	261.563	(18.145)
Comercialização		-	-	-	-	(55)	(55)	(55)
Administração		12.842	-	-	12.842	(20)	12.822	8.133
Subtotal		**371.656**	**-**	**-**	**371.656**	**(95.261)**	**276.395**	**(9.155)**
Total		**4.579.475**	**(801.165)**	**(1.237.315)**	**2.540.995**	**(1.023.231)**	**1.517.764**	**1.649.830**

(*) A taxa média é calculada considerando a despesa de amortização do exercício dividida pelo saldo médio anual do intangível.

As taxas de amortização são determinadas com base nas principais taxas anuais de amortização por macroatividade, de acordo com a Resolução Normativa ANEEL, nº 474, de 7/2/2012, sendo as seguintes:

	Taxas anuais de amortização %		Taxas anuais de amortização %
Geração:		**Comercialização:**	
Equipamento geral	6,25	Equipamento geral	6,25
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00	Edificações	3,33
Turbina hidráulica	2,50		
Distribuição:		**Administração central:**	
Barra de capacitores	5,00 - 6,70	Veículos	14,29
Chave de distribuição	3,33 - 6,67	Equipamento geral	6,25
Condutor do sistema	2,70 - 3,57		
Estrutura do sistema	2,70 - 3,57		
Regulador de tensão	3,45 - 4,35		
Transformador de distribuição	3,70 - 4,00		

Dos bens vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26/2/1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/1999 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

A partir de 1/1/2007, as Obrigações Vinculadas passaram a ser controladas conforme determina o Despacho ANEEL nº 3.073, de 28/12/2006, e Ofícios Circulares ANEEL nº 236, nº 296 e nº 1.314, de 8/2/2007, 15/2/2007 e 27/6/2007, respectivamente. Nessas legislações ficou determinado que:

• As baixas do ativo intangível, de bens ou empreendimentos que tenham sido total ou parcialmente constituídos com recursos de terceiros, devem ser refletidas nas Obrigações Vinculadas, de forma a anular os efeitos no resultado do exercício, quando do encerramento da Ordem de Desativação - ODD.

Para fins de baixa dos recursos registrados nas Obrigações Vinculadas, deve ser identificado e utilizado o percentual que o bem ou empreendimento baixado representa em relação ao ativo intangível em serviço da respectiva atividade.

• Os valores registrados nas Obrigações Vinculadas passaram a ser objeto de cálculo de Reintegração - Depreciação e registrados contabilmente de forma que o efeito desta despesa seja anulado no resultado do exercício. O prazo de início da apuração da depreciação acumulada deve ser a partir do 2º ciclo da revisão tarifária.

Para a apuração do valor da reintegração, deve ser utilizada a taxa média de amortização do ativo intangível da respectiva atividade em que tiverem sido aplicados os recursos das Obrigações Vinculadas.

A Resolução Normativa ANEEL nº 234, de 31/10/2006, estabeleceu os conceitos gerais, as metodologias e os procedimentos iniciais para a realização do 2º ciclo de revisão tarifária periódica de suas controladas.

Desde 1/1/1996, essas obrigações não estão sendo mais atualizadas pelos efeitos da inflação, tendo a seguinte composição:

	Ativo intangível		Ativo financeiro		Total	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Participação do consumidor	(29.089)	(37.143)	(21.380)	(2.421)	(50.469)	(39.564)
Participação da União	(17.200)	(16.144)	(12.502)	(15.038)	(29.702)	(31.182)
Participação do Estado	(12.913)	(19.744)	(8.071)	(441)	(20.984)	(20.185)
Participação dos Municípios	(3.623)	(3.320)	(3.152)	(418)	(6.775)	(3.738)
Doações e subv. destinadas a invest. do serv. concedido	(83.794)	(89.120)	-	(3.273)	(83.794)	(92.393)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(1.765)	(2.697)	(1.105)	(60)	(2.870)	(2.757)
Universalização do serviço público de energia elétrica	(62.823)	(102.125)	(45.748)	(3.216)	(108.571)	(105.341)
Total	**(211.207)**	**(270.293)**	**(91.958)**	**(24.867)**	**(303.165)**	**(295.160)**

Ativo Financeiro Indenizável da Concessão

	31/12/2011	Adições	Baixas	Valor Novo Reposição	31/12/2012
Distribuição	178.464	170.703	(90.647)	57.542	316.062
Comercialização	420	542	(873)	(20)	69
Administração	2.927	6.907	(8.095)	1.294	3.033
Não Vinculadas a Concessão	23	3	(15)	-	11
Obrigações Especiais	(23.789)	(54.567)	5.184	(18.786)	(91.958)
Total	**158.045**	**123.588**	**(94.446)**	**40.030**	**227.217**

A Companhia adotou a metodologia do Valor Novo de Reposição (VNR) para o cálculo da indenização a ser paga pelo Poder Concedente ao término do contrato de concessão. Esta é a metodologia adotada pelo Poder Concedente para fins de determinar a Base de Remuneração Regulatória (BRR) e da consequente remuneração do acionista, no momento das revisões tarifárias periódicas. A Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, determina a regra para a indenização dos ativos de Transmissão, Distribuição e Geração de Energia Elétrica. Desta forma, o valor justo do ativo financeiro a ser recebido do poder concedente ao final da concessão foi recalculado pela Companhia utilizando o valor residual da BRR, (apurado no 2º Ciclo de Revisão Tarifária conforme Resolução Homologatória nº 785, de 24 de março de 2009 e Nota Técnica nº 097/2009 - SRE/ANEEL) ajustado pela atualização do IGPM até 31/12/2012, os acréscimos da base incremental e as baixas do período.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia reconheceu no resultado do exercício como outras receitas operacionais líquidas o montante de R$ 40.030, conforme OCPC - 05 - Contrato de Concessão.

O saldo das obrigações especiais, ao final da concessão, será deduzido do valor da indenização, e, portanto, é redutor do ativo financeiro. A BRR residual, utilizada para determinação do valor justo do ativo financeiro, está líquida do valor reavaliado das obrigações especiais. A parcela das obrigações especiais a ser amortizada no período da concessão é classificada como redutora do ativo intangível.

Teste de recuperabilidade econômica

Por ocasião do encerramento das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31/12/2012, a Companhia procedeu ao teste de recuperabilidade econômica dos ativos intangível e financeiro dos contratos de concessão de acordo com o CPC 01 - R1 (Redução ao valor recuperável de ativos). O ativo intangível foi testado com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa para o período de vigência da concessão. O ativo financeiro, resultante da adoção do OCPC 05 - Contratos de Concessão, teve como principal parâmetro a base de remuneração da última revisão tarifária ajustada. Para as projeções do modelo de fluxo de caixa, utilizou-se as seguintes principais premissas:

• Relação histórica entre o crescimento da energia vendida (MWh) e o da economia, dado pelo PIB;

• Para o cenário econômico futuro e variáveis macroeconômicas, utilizou-se estudos desenvolvidos por meio de modelos econométricos e outros dados de mercado disponíveis;

• Os fluxos de caixa foram trazidos a valor presente por meio de uma taxa média, representativa do custo médio ponderado de capital.

Os valores apurados no teste acima citado, mostraram-se suficientes para a cobertura dos ativos intangível e financeiro.

15.1. Plano Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica

A ANEEL, por meio da Resolução nº 223 de 29/4/2003, com as alterações contidas na Resoluções nº 52 de 25/3/2004, nº 73 de 9/7/2004, nº 79 de 30/8/2004 e nº 175 de 28/11/2005 alterada pela Resolução nº 365 de 19/5/2009, estabeleceu as condições gerais para a elaboração dos Planos de Universalização de Energia Elétrica visando ao atendimento de novas unidades consumidoras, regulamentando o disposto nos artigos 14 e 15 da Lei nº 10.438, de 26/4/2002, com as alterações contidas na Lei nº 10.762, de 11/11/2003 e fixou as responsabilidades das concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, no atendimento à parcela da população localizada nas áreas urbanas e rurais, que não tinham acesso a esse serviço público.

Ainda com o objetivo de promover a universalização do acesso à energia elétrica, o Governo Federal iniciou em 2003, por força do Decreto Presidencial nº 4.873, de 11/11/2003, o Programa Luz para Todos, com o objetivo de levar energia elétrica para mais de 12 milhões de pessoas até 2008. A partir dessa data todas as solicitações para o atendimento de novas ligações na área urbana com a carga instalada até 50 kW, em qualquer município da concessão passaram a ser atendidas pela Concessionária sem custo para o consumidor. Em função do crescimento das demandas em todo o Brasil, o Governo Federal prorrogou o programa até o ano de 2010 por meio do Decreto nº 6.442 de 25/4/2008. Em 8/7/2011, por meio do Decreto nº 7.520 instituiu o Programa de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - "Luz para Todos", para o período de 2011 a 2014, destinado a propiciar o atendimento em energia elétrica à população do meio rural que ainda não possui acesso a esse serviço.

Os recursos necessários para o custeio do Programa serão oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, instituída como subvenção econômica pela Lei nº 10.438, de 26/4/2002, da Reserva Global de Reversão - RGR, instituída pela Lei nº 5.655 de 20/5/1971, de agentes do setor elétrico, da participação dos Estados, Municípios e outros destinados ao Programa. O Programa será coordenado pelo Ministério de Minas e Energia - MME e operacionalizado com a participação das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS e das empresas que compõem o sistema ELETROBRÁS.

A Companhia participa do Programa em vários contratos no total de R$ 313.273, para atendimento a 37.013 ligações. Já foram investidos R$ 308.119, e ligados 37.633 novos consumidores. Nesse montante estão incluídas 603 ligações de um novo contrato, em fase de assinatura com o Ministério de Minas e Energia - MME e Centrais Elétricas Brasileiras S.A. ELETROBRAS, para dar suporte ao Termo de Compromisso firmado para o período de 2012 a 2014, cujas metas são de 1.500, 1.750 e 1990 ligações, respectivamente.

15.2. Ágio - Incorporação de controladora

	31/12/2012	31/12/2011
Atividades não vinculadas à concessão		
Ágio na incorporação de sociedade controladora	343.951	343.951
(-) Amortização acumulada do ágio	(160.831)	(139.713)
(-) Benefício fiscal (vide nota explicativa nº 7.3)	(183.120)	(204.238)
	-	**-**

Continua

Continuação *Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - ENERSUL*

O ágio é proveniente da incorporação, em abril/2005, da parcela cindida da anterior controladora Magistra Participações S.A., representada pelo ágio pago por esta quando da aquisição de ações de emissão da Companhia, o qual foi contabilizado de acordo com as Instruções CVM nº 319/1999 e 349/1999 e que, conforme determinação da ANEEL, será amortizado pela curva entre a expectativa de resultados futuros e o prazo de concessão da Companhia.

15.3. Encargos financeiros e efeitos inflacionários

Em virtude do disposto na Resolução ANEEL nº 001, de 24/12/1997 e Deliberação CVM nº 193, de 11/7/1996, os juros, as variações monetárias, e os demais encargos financeiros e as receitas auferidas no período findo em 31/12/2012, relativamente aos financiamentos obtidos de terceiros para aplicação no intangível em curso, estão registrados como custo desse ativo, o montante de R$ 663 (R$ 2.905 para o período findo em 31/12/2011). As obras receberão capitalização enquanto estiverem dentro do prazo de execução estabelecido pelo órgão regulador.

16. FORNECEDORES

	31/12/2012	31/12/2011
Suprimento de energia elétrica	80.951	64.253
Energia livre - CCEE	2.468	2.468
Encargos de uso da rede elétrica	2.183	2.994
Materiais e serviços	38.922	41.542
Total	**124.524**	**111.257**

17. OBRIGAÇÕES FISCAIS

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Obrigações fiscais Federais:				
Imposto de renda	-	10.383	-	-
Contribuição social	-	3.699	-	-
Subtotal	**-**	**14.082**	**-**	**-**
Outras obrigações fiscais Federais:				
IRRF	820	3.716	-	-
Previdência social	2.484	2.120	-	-
FGTS	-	516	-	-
PIS	1.485	3.681	-	-
COFINS	6.841	16.929	-	-
Outros	380	479	-	-
Subtotal	**12.010**	**27.441**	**-**	**-**
Parcelamentos:				
Parcelamento ordinário - PIS (a)	2.784	1.537	8.699	4.868
Parcelamento ordinário - COFINS (a)	12.643	7.073	39.510	22.399
Parcelamento ordinário - IRPJ (a)	2.885	-	9.016	-
Parcelamento ordinário - CSLL (a)	1.029	-	3.214	-
Parcelamento ordinário - ICMS (b)	603	-	-	-
Subtotal	**19.944**	**8.610**	**60.439**	**27.267**
Subtotal de outras obrigações fiscais Federais	**31.954**	**36.051**	**60.439**	**27.267**
Total de obrigações fiscais Federais	**31.954**	**50.133**	**60.439**	**27.267**
Obrigações fiscais Estaduais:				
ICMS	41.744	29.961	-	-
Total de obrigações fiscais Estaduais	**41.744**	**29.961**	**-**	**-**
Obrigações fiscais Municipais:				
ISS	658	728	-	-
Total de obrigações fiscais Municipais	**658**	**728**	**-**	**-**
Total de outras obrigações fiscais	**74.356**	**66.740**	**60.439**	**27.267**
Total de obrigações fiscais	**74.356**	**80.822**	**60.439**	**27.267**

(a) Parcelamento ordinário: Em 16/3/2012 a Companhia protocolou e recebeu o deferimento junto a Receita Federal do Brasil - RFB, pedido de parcelamento de débitos de PIS e COFINS relativo ao período de outubro/2010 a fevereiro/2011 e ao período de outubro/2011 a janeiro/2012, e IRPJ e CSLL, estimativas mensais, de outubro/2011 a janeiro/2012 a serem pagos em 60 parcelas mensais atualizadas pela SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia, sendo a primeira parcela paga em março/2012.

(b) Parcelamento ordinário: Em 27/9/2012 a Companhia protocolou e recebeu o deferimento junto a Secretaria da Fazenda do Estado do Mato Grosso do Sul, pedido de parcelamento de débitos de ICMS a serem pagos e 6 parcelas mensais atualizadas pela UAM/MS, sendo a primeira parcela paga em 28/9/2012

18. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

18.1. Composição

	31/12/2012		31/12/2011	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Moeda nacional:				
BNDES - URTJLP	-	-	2.208	-
Eletrobrás	11.338	64.264	12.940	70.679
Investimentos	3.656	1.000	3.330	3.006
FINAME	486	956	488	1.437
Capital de giro - CDI	103.913	415.766	91.090	474.293
Capital de giro - PRÉ	12.878	3.478	-	-
Subtotal	**132.271**	**485.464**	**110.056**	**549.415**
(-) Custo de transação	(3.290)	(7.220)	(3.917)	(10.510)
Total moeda nacional	**128.981**	**478.244**	**106.139**	**538.905**
Moeda estrangeira:				
Tesouro Nacional	748	12.665	1.007	12.193
Subtotal	**748**	**12.665**	**1.007**	**12.193**
(-) Cauções	-	(9.775)	-	(6.852)
Total moeda estrangeira	**748**	**2.890**	**1.007**	**5.341**
Total geral	**129.729**	**481.134**	**107.146**	**544.246**
Principal	130.870	488.354	104.635	554.756
Encargos	(1.141)	(7.220)	2.511	(10.510)

18.2. Composição do saldo devedor por moeda/indexador

	31/12/2012	%	31/12/2011	%
Moeda nacional:				
URTJLP	289	0,05	2.593	0,39
UFIR	75.602	12,24	83.619	12,68
CDI	519.678	84,12	565.383	85,74
PRÉ-FIXADO	22.166	3,59	7.876	1,19
	617.735	**100,00**	**659.471**	**100,00**
Custo de Transação	(10.510)		(14.427)	
Subtotal	**607.225**		**645.044**	
Moeda estrangeira:				
Dólar norte-americano				
LIBOR	5.097	38,00	4.993	37,83
PRÉ-FIXADO	8.316	62,00	8.207	62,17
	13.413	**100,00**	**13.200**	**100,00**
Cauções	(9.775)		(6.852)	
Subtotal	**3.638**		**6.348**	
Total	**610.863**		**651.392**	

18.3. Detalhamento dos empréstimos e financiamentos

Moeda Nacional:

a. Eletrobrás: contratos firmados pela Companhia, para fins de investimentos, conforme detalhados abaixo:

• **IRDs (Instrumento de Reconhecimento de Débito):** recursos oriundos de repasse do Governo Federal, que constitui financiamento do Fundo Federal de Eletrificação à Concessionária, com amortização em 80 parcelas trimestrais iguais e taxa de juros de 8% ao ano e término em maio/2022.

• **Programa Luz no Campo:** ECF nº 1.975/2000 no valor de R$ 25.608, com recursos para financiamento do Programa de Eletrificação Rural que integra o Programa Luz no Campo 1º etapa, com juros de 6% ao ano, com amortização em 120 parcelas e término em julho de 2012. ECF nº 2.162/2002 no valor de R$ 1.500 relativo à 2ª etapa, com juros de 5% ao ano, com amortização em 120 parcelas e término em junho/2015.

• **Programa Luz para Todos:** empréstimos tomados para a implementação do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica "Luz para Todos", instituído pelo Decreto nº 4.873, de 11/11/2003, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia e operacionalizado pela Eletrobrás, com recursos originários da Reserva Global de Reversão - RGR. A amortização do contrato será em 120 parcelas mensais e sucessivas, com carência de 24 meses, vencendo a última parcela em março/2022, com taxas de juros de 5% ao ano.

Em agosto/2011 houve liberação da 1ª parcela do contrato ECF nº 2.943/2011, provindo dos recursos da RGR e trata do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente. A amortização do contrato será em 60 parcelas mensais e sucessivas, com carência de 24 meses, vencendo a última parcela em setembro/2018, com taxas de juros de 5% ao ano.

b. Investimentos:

• **Banco do Brasil - FCO:** contrato assinado em novembro/2001, para financiamentos de obras com recursos do FCO - Fundo Constitucional do Centro Oeste, por meio do Banco do Brasil, sendo liberado R$ 30.000 a ser amortizado em 108 parcelas mensais iguais e consecutivas, com juros de 11,2% ao ano e término em novembro/2013, com garantias da receita de arrecadação e aval da controladora.

• **Volkswagem:** Financiamentos de aquisição de veículos no valor de R$ 1.968 a ser amortizado em 36 parcelas mensais iguais e consecutivas, com juros que variam de 11,88% a 17,18% ao ano, pré fixados, e término do último contrato em 26/6/2015, garantidos por aval.

c. Capital de giro:

• **Banco Bradesco S.A:** contrato na modalidade de Cédulas de Crédito Bancário firmando em setembro/2008 no valor total de R$ 550.000 para pagamento de dívidas e investimentos na própria emitente. Sobre o valor do empréstimo incidem juros de 100% da variação da taxa CDI acrescido de 3% ao ano, capitalizados diariamente. Principal vencível em 32 parcelas trimestrais, sendo a primeira em dezembro/2010 e a última em setembro/2018 e juros semestrais durante a carência, vencíveis a partir de março/2009 a setembro/2010. Garantia com alienação fiduciária sob condições suspensiva de ações ordinárias de emissão da emitente, alienação fiduciária de ações ordinárias de emissão da Caiuá Distribuição de Energia S.A. e cessão fiduciária dos direitos creditórios em montante igual de 5,23% da receita líquida mensal da emitente. Em setembro/2008 foi utilizado o valor de R$ 126.626 para a quitação antecipada de contratos de empréstimos junto ao BNDES por meio do Banco Alfa e aos Bancos do Brasil e Santander Banespa, em outubro/2008 foi utilizado o valor de R$ 364.197 para recompra das debêntures, em fevereiro, maio e julho de 2009 foi utilizado o valor total de R$ 69.694 para investimentos.

Esta operação tem taxa de juros efetiva de CDI + 3,96% a.a. em função do custo de transação, pagos antecipadamente e apropriados mensalmente ao resultado, conforme CPC 08 - R1 (Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários). Durante o período findo em 31/12/2012 foram amortizados R$ 3.917 (R$ 4.522 em 31/12/2011).

Os custos de transação em 31/12/2012 a serem amortizados são:

Vencimento:	31/12/2012	31/12/2011
2012	-	3.917
2013	3.290	3.290
2014	2.674	2.674
2015	2.058	2.058
2016	1.447	1.447
2017	826	826
2018	215	215
Total	**10.510**	**14.427**

• **HSBC Bank Brasil S.A.:** contrato na modalidade de Cédulas de Crédito Bancário firmado em setembro/2011 no valor total de R$ 80.000 a ser utilizado como capital de giro, a ser pago em 54 parcelas mensais após carência de 6 meses, vencendo a última parcela em setembro/2016, operação contratada ao custo de 3,5% ao ano acima da variação do CDI, tendo como garantia a cessão fiduciária dos direitos creditórios.

• **Banco BVA S.A.:** Contrato na modalidade de Cédula de Crédito Bancário firmado em maio/2012 no valor total de R$ 25.000 a ser utilizado como capital de giro, a ser pago em 12 parcelas mensais, vencendo a última parcela em junho/2013, operação contratada ao custo de 150% do CDI, tendo como garantia a cessão fiduciária de direitos creditórios**.**

• **Banco Original S.A.:** Contrato na modalidade de Cédula de Crédito Bancário firmado em junho/2012 no valor total de R$ 25.362 a ser utilizado como capital de giro, a ser pago em 24 parcelas mensais, vencendo a última parcela em maio/2014, operação contratada ao custo Pré fixado de 34,49% ao ano, tendo como garantia alienação fiduciária de bem imóvel e cessão fiduciária de direitos creditórios.

Moeda Estrangeira:

a. Tesouro nacional: Banco do Brasil S.A. - reestruturação da dívida externa, com garantias do Tesouro Nacional, contratos assinados em março/1997 com taxas de juros pré que variam de 6,2% a 8,2% a.a. e taxas que variam de 0,81% a 0,88% ao ano mais taxa Libor semestral e variação cambial, com amortização semestral, e a data do último vencimento será em abril/2024, com garantias de aval do Governo do Estado, receita própria e depósito caução de parte da dívida, atualizado mediante aplicação da média ponderada das variações dos preços dos "Bônus de Zero Cupom do Tesouro dos Estados Unidos da América" ("*US$ Treasury Zero Coupon Bond*") cujo saldo em 31/12/2012 era de R$ 9.775 (R$ 6.852 em 31/12/2011).

18.4. Vencimento das parcelas do não circulante (principal e encargos)

Vencimento	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Custo de Transação	Cauções	31/12/2012	31/12/2011
2013	-	-	-	-	-	101.196
2014	106.168	309	(2.674)	-	103.803	98.542
2015	100.664	-	(2.058)	-	98.606	97.346
2016	94.674	-	(1.447)	-	93.227	92.244
2017	80.115	-	(826)	-	79.289	78.307
2018	91.300	-	(215)	-	91.085	59.579
2019	5.052	-	-	-	5.052	5.052
2020	4.465	-	-	-	4.465	4.465
2021	2.427	-	-	-	2.427	2.427
2022	599	-	-	-	599	599
2024	-	12.356	-	(9.775)	2.581	4.489
Total	**485.464**	**12.665**	**(7.220)**	**(9.775)**	**481.134**	**544.246**

18.5. Movimentação de empréstimos e financiamentos

	Moeda nacional		Moeda estrangeira		
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31/12/2011	**106.139**	**538.905**	**1.007**	**5.341**	**651.392**
Ingressos	38.878	20.886	-	-	59.764
Encargos	68.726	-	468	-	69.194
Variação monetária e cambial	(13)	-	226	1.034	1.247
Transferências	84.837	(84.837)	562	(562)	-
Pagamentos de principal	(110.482)	-	(895)	-	(111.377)
Pagamentos de juros	(59.731)	-	(620)	-	(60.351)
Transferencia de custo de transação	(3.290)	3.290	-	-	-
Apropriação de custo de transação	3.917	-	-	-	3.917
Atualizações cauções	-	-	-	(2.923)	(2.923)
Saldo em 31/12/2012	**128.981**	**478.244**	**748**	**2.890**	**610.863**

19. FINANCIAMENTO POR ARRENDAMENTO FINANCEIRO

19.1. Composição

	31/12/2012		31/12/2011	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Moeda nacional:				
Arrendamento mercantil	2.516	511	3.805	2.699
Total moeda nacional	**2.516**	**511**	**3.805**	**2.699**
Principal	2.512	511	3.796	2.699
Encargos	4	-	9	-

19.2. Composição do saldo devedor por moeda e indexador

	31/12/2012	%	31/12/2011	%
Moeda nacional:				
CDI	3.027	100,00	6.504	100,00
Total	**3.027**	**100,00**	**6.504**	**100,00**

Continua

19.3. Detalhamento dos arrendamentos financeiros

Contratos de arrendamento mercantil em moeda nacional, com taxa média ponderada de 2,92% a.a. acrescida de CDI, amortização mensal e vencimento da última parcela em abril/2015.

A dívida total a valor presente dos arrendamentos mercantis em 31/12/2012 é de R$ 3.027 (R$ 6.504 em 31/12/2011) e os valores de pagamentos futuros estão distribuídos da seguinte forma:

Vencimento:	31/12/2012	31/12/2011
2012	-	3.805
2013	2.517	2.221
2014	478	478
2015	32	-
Total	**3.027**	**6.504**

19.4. Movimentação

	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31/12/2011	**3.805**	**2.699**	**6.504**
Ingressos	-	200	200
Encargos	369	-	369
Variação monetária	131	(8)	123
Transferências	2.380	(2.380)	-
Pagamentos de principal	(3.988)	-	(3.988)
Pagamentos de juros	(181)	-	(181)
Saldo em 31/12/2012	**2.516**	**511**	**3.027**

19.5. Arrendamentos mercantis operacionais

No período findo em 31/12/2012 a Companhia pagou um montante de R$ 2.818 (R$ 2.366 em 31/12/2011) referente a arrendamentos mercantis operacionais, reconhecidos como despesa do exercício na rubrica "Outros Custos de Operação" e "Despesas Gerais e Administrativas". Os valores de pagamentos futuros estão distribuídos da seguinte forma:

Vencimento	31/12/2012
Até 1 ano	1.144
de 1 a 5 anos	971
Total	**2.115**

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A contratação de instrumentos derivativos objetiva proteger a exposição das obrigações da Companhia ao risco de mercado, principalmente, riscos de variação cambial, que possam resultar em perda financeira. Esses contratos são celebrados em mercado de balcão diretamente com instituições financeiras, em sua maioria, de primeira linha. As operações com derivativos da Companhia não possuem verificadores nem chamada de margens, sendo liquidados integralmente no vencimento.

a. Valor de mercado

Alguns instrumentos financeiros têm seu custo amortizado substancialmente próximo ao valor justo. Na rubrica consumidores (vide nota explicativa nº 7) foi apurado uma perda estimada no valor recuperável, assim, o valor recuperável pode ser considerado uma estimativa de seu valor justo. Os ativos financeiros - bens da concessão (vide nota explicativa nº 15) representa os investimentos não depreciados, assim a Companhia estima que o valor justo dos mesmos é próximo ao valor contábil. As operações com partes relacionadas estão a valor justo.

Os empréstimos e financiamentos, apresentados no quadro a seguir, incluem os valores de capital de giro em Reais (CDI e PRÉ), conforme demonstrados na nota explicativa nº 18. Na opinião da Administração os empréstimos e financiamentos, os quais estão mensurados pelo custo amortizados, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores justos. Esses empréstimos e financiamentos estão atualizados monetariamente com bases nos índices e juros contratados até a data de fechamento das Demonstrações Financeiras, portanto o saldo devedor está reconhecido por um montante próximo ao seu valor justo. Como não existe mercado ativo para tais instrumentos, as diferenças que poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente são muito baixas.

	Nota	Categoria	31/12/2012 Contábil	31/12/2012 Valor justo	31/12/2011 Contábil	31/12/2011 Valor justo
Ativos Financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	6	Valor justo por meio de resultado	65.928	65.928	116.142	116.142
Consumidores	7	Empréstimo e recebíveis	373.163	373.163	352.665	352.665
Títulos a receber	8	Empréstimo e recebíveis	6.776	6.776	9.466	9.466
Partes relacionadas	13	Empréstimo e recebíveis	8.324	8.324	11.581	11.581
Ativo financeiro - bens da concessão	15	Disponível para venda	227.217	227.217	158.046	158.046
Operações de *swap*	20	Valor justo por meio de resultado	1.779	1.779	-	-
Passivos Financeiros						
Fornecedores	16	Mensurado pelo custo amortizado	124.524	124.524	111.257	111.257
Empréstimos e financiamentos	18	Mensurado pelo custo amortizado	610.863	610.863	651.392	651.392
Financiamento por arrendamento mercantil	19	Mensurado pelo custo amortizado	3.027	3.027	6.504	6.504
Partes relacionadas	13	Mensurado pelo custo amortizado	56.291	56.291	16.113	16.113
Operações de *swap*	20	Valor justo por meio de resultado		-	524	524

Hierarquia do valor justo:

	31/12/2012 Valor contábil	31/12/2012 Nível 1	31/12/2012 Nível 2	31/12/2011 Valor contábil	31/12/2011 Nível 1	31/12/2011 Nível 2
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	65.928	59.408	6.520	116.142	7.579	108.563
Instrumentos financeiros derivativos	1.779	-	1.779	-	-	-
Passivos						
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	524	-	524

A Companhia não possui nenhuma operação classificada na hierarquia do valor justo nível 3.

b. Política de utilização de instrumentos derivativos

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e de resultado, com o propósito de atender as suas necessidades no gerenciamento de riscos de mercado, limitando a variação do indexador. As operações com instrumentos derivativos são realizadas, por intermédio da superintendência financeira de acordo com a estratégia previamente aprovada pelos gestores da Companhia.

A Companhia não possui instrumentos financeiros com derivativos embutidos.

c. Composição dos saldos registrados em contas patrimoniais de outros ativos e passivos

Operações passivas

Objetivo de *hedge* de risco de mercado (a)	Indexadores	Vencimento	Valor nocional	Valor justo 31/12/2012	Valor justo 31/12/2011
***Swap* CAPITAL DE GIRO**					
HSBC Bank of Brasil		jan/2013 a Set/2016	-	1.779	(524)
Ponta ativa	CDI + 3,5%			71.620	110.802
Ponta passiva	132% do CDI + Var.TJLP			69.841	111.326
Total CAPITAL DE GIRO				**1.779**	**(524)**
Ativo circulante				1.779	-
Passivo circulante				-	(524)

(a) Para maiores informações sobre as dívidas em questão, vide nota explicativa nº 18.

Movimentação das contas patrimoniais de operações com *swap:*

Saldo em 31/12/2011	**(524)**
Atualização	2.173
Pagamento	(562)
Ajuste marcação a mercado	692
Saldo em 31/12/2012	**1.779**

Resultado com derivativos

O resultado efetivo decorrente de operações de instrumentos financeiros derivativos é apresentado na nota explicativa nº 31 "Resultado Financeiro".

d. Valor justo dos instrumentos derivativos

A Companhia possui apenas operações de *swap,* não possuindo outros instrumentos derivativos. Para a apuração do valor justo foi estimado seu valor presente utilizando-se de uma metodologia comumente empregada pelos participantes do mercado. A metodologia utilizada para o cálculo do valor justo baseia-se na estimativa do valor presente dos pagamentos por meio da utilização de curvas de mercado divulgadas pela BM&FBovespa. A mensuração é considerada nível 2 na hierarquia do valor justo.

e. Exposição cambial sem contratação de instrumentos financeiros derivativos

Tesouro Nacional: Os administradores da Companhia não contrataram instrumentos financeiros derivativos por possuir garantias do principal da dívida em forma de caução em dinheiro (US$) (vide nota explicativa nº 18). Esta garantia destina-se exclusivamente a liquidação do principal da dívida com vencimento em abril/2024, não se permitindo o ressarcimento de tais garantias em amortizações antecipadas.

f. Garantias: As garantias dadas são mencionadas na nota explicativa nº 18 e não existem garantias tomadas.

20.1. Gerenciamento dos instrumentos financeiros

A Companhia mantêm operações com instrumentos financeiros, sendo que o risco referente a tais operações é monitorado por meio de estratégias de posições financeiras, controles internos, limites e políticas de risco da Companhia.

20.2. Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia possui procedimentos de controles preventivos e detectivos que monitoram sua exposição aos riscos de crédito, de mercado e de liquidez.

a. Gerenciamento dos riscos de crédito

Risco da Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. A exposição máxima ao risco de crédito da Companhia é o valor das contas a receber mencionadas anteriormente como consumidores (vide nota explicativa nº 7.1). O valor do risco efetivo de eventuais perdas encontra-se apresentado como perda no valor recuperável (vide nota explicativa nº 7.2). A mitigação desse risco ocorre com a aplicação de procedimentos analíticos de monitoramento das contas a receber de consumidores, ações de cobrança e corte no fornecimento de energia. Outro fator que minimiza o risco de crédito é o perfil da carteira de crédito, que é pulverizada em um número expressivo de consumidores.

b. Gerenciamento de risco de mercado

Risco de mercado é a eventual perda resultante de mudanças adversas nos preços de mercado. Esses riscos de mercado, que estão além de nosso controle, envolvem principalmente a possibilidade de que mudanças nas taxas de juros, taxas de câmbio e inflação, possam afetar negativamente o valor de nossos ativos financeiros, fluxos de caixa e rendimentos futuros. A mitigação destes riscos ocorre por meio da aplicação de procedimentos de avaliação da exposição dos ativos e passivos ao risco de mercado e, consequentemente, contratação de instrumentos derivativos junto à Instituições Financeiras de primeira linha.

O principal risco de mercado que pode afetar o resultado da Companhia é o risco de variação no dólar e nos indexadores da dívida.

A Companhia também apresenta risco cambial referente a compra de energia elétrica de Itaipu Binacional, pois os preços são em dólares. Todavia, a compra dessa energia faz parte da Parcela "A" que tem sua recuperação garantida. Assim, no caso de uma expressiva valorização cambial, o fluxo de caixa da Companhia poderá sofrer variações significativas.

A Companhia definiu 3 cenários (provável, possível e remoto) a serem simulados. No provável foram definidas pela Administração as taxas divulgadas pela BM&F, e o cenário possível e o remoto, uma deterioração de 25% e 50% respectivamente nas variáveis. A base de cálculo utilizada é o valor apresentado nas notas explicativas nº 6.1, nº 18 e nº 19. Para os ativos e passivos financeiros foi fixado um período de um ano para verificação do impacto no resultado financeiro, sendo desconsiderado os pagamentos do período.

• Risco Cambial

Exposição e análise de sensibilidade para operações denominadas em dólar

	Exposição líquida	Cenário provável	Cenário possível (alta de 25%)	Cenário remoto (alta de 50%)
Ativos Financeiros				
Recebíveis	9.775	624	3.225	5.824
Passivos Financeiros				
Mensurado pelo custo amortizado	(13.413)	(856)	(4.423)	(7.991)
Total	**(3.638)**	**(232)**	**(1.198)**	**(2.167)**

Para fins de exposição líquida para operações denominadas em dólar, bem como, para a realização da análise de sensibilidade, a Companhia considerou os instrumentos de proteção conjuntamente com os itens que geram exposição cambial.

• Risco de indexadores

	Cenário provável	Cenário possível (alta de 25%)	Cenário remoto (alta de 50%)
Ativos Financeiros			
CDI	10	80	151
Passivos Financeiros			
TJLP	2	(2)	(6)
CDI	(1.336)	(11.278)	(21.219)
Total	**(1.324)**	**(11.200)**	**(21.074)**

c. Gerenciamento de risco de liquidez

O risco de liquidez representa o risco da Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiro. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo caixa e investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos e, também se antecipando para futuras necessidades de caixa.

Considerando que, com a exceção dos empréstimos e financiamentos, os saldos que representam riscos de liquidez naquela data estavam todos classificados no curto prazo e que esses valores em virtude do segmento e fluxo financeiro da Companhia não são significativos. A Administração abriu por faixa de vencimento somente as operações de empréstimos e financiamentos e arrendamento mercantil que estão sendo apresentados nas notas explicativas nº 18.4 e nº 19.3.

d. Gerenciamento de risco de pagamento antecipado (*covenants*)

Determinados contratos de empréstimos, financiamentos da Companhia estão sujeitos a condições restritivas, contemplando cláusulas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos (*covenants*), calculados trimestralmente e eventos que envolvam empresas do grupo (como pedido de recuperação judicial).

A Administração da Companhia acompanha tempestivamente esses indicadores, como forma de monitoramento e remediação com as instituições financeiras envolvidas, quando necessário.

Em 31/12/2012, os índices financeiros contratuais foram atendidos e a Companhia obteve anuência de seus credores em função do pedido de recuperação judicial de empresas do grupo.

20.3. Gerenciamento de riscos relacionados à Companhia e suas operações

Nossas receitas operacionais podem ser positiva ou negativamente afetadas por decisões da ANEEL com relação às nossas tarifas. As tarifas que cobramos pela venda de energia aos consumidores são determinadas de acordo com os contratos de concessão celebrados com a ANEEL e estão sujeitas à discricionariedade regulatória da ANEEL. A mitigação desse risco ocorre pelo monitoramento e aplicação de todas as normas e procedimentos definidos pela ANEEL e um criterioso gerenciamento de custos operacionais.

A ANEEL utiliza, para controle de qualidade dos serviços prestados, os indicadores DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e o FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora). A Companhia adota medidas visando o cumprimento desses indicadores, como a implementação de ações estruturais de logística do atendimento das regiões mais afastadas e planos de melhorias para as regiões metropolitanas. O descumprimento desses indicadores resultam em multas.

a. Gerenciamento de riscos de escassez de energia

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico - ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

b. Gerenciamento de risco de compra de energia

A contratação de energia elétrica está atrelada à estudos e projeções de demanda de energia elétrica. Caso a Companhia compre energia aquém do necessário, estará sujeita a penalidades impostas pela ANEEL e ainda obrigada a adquirir energia no mercado de curto prazo, cujo preço pode ser mais elevado que a tarifa média de compra regulada das distribuidoras, para atender à demanda dos consumidores. Caso a Companhia compre energia além do necessário, poderá não conseguir repassar integralmente às suas tarifas os custos advindos dessas contratações incorretas, se exceder em mais de 3% sua contratação de energia em relação ao mercado consumidor da Companhia.

A Administração da Companhia monitora mensalmente os desvios entre a energia requerida e a contratada, a fim de mitigar o risco na operacionalização de compra de energia.

c. Risco de não renovação das concessões

A Presidência da República, através da Lei 12.783 de 11/1/2013, dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais e sobre a modicidade tarifária.

A presente lei tem como objetivo dispor sobre a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica que, a partir de 12/9/2012, àquelas alcançadas pelo Art. 22 de Lei 9.074 de 1995, poderão ser prorrogadas, a critério do poder concedente, uma única vez, pelo prazo de até trinta anos, de forma a assegurar a continuidade, eficiência da prestação do serviço, modicidade tarifária e o atendimento a critérios de racionalidade operacional e econômica.

A Companhia possui concessões para exploração dos serviços de geração e distribuição de energia elétrica com a expectativa, pela Administração, de que sejam renovadas pela ANEEL e/ou Ministério das Minas e Energia. Caso as renovações das concessões não sejam deferidas pelos órgãos reguladores ou mesmo renovadas mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia ("concessão onerosa") ou estabelecimento de um preço teto, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

21. TAXAS REGULAMENTARES

	31/12/2012	31/12/2011
Quota de Reserva Global de Reversão - RGR	1.528	3.566
Quota da Conta de Consumo de Combustível - CCC	5.967	9.222
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	3.529	6.138
Taxa de fiscalização - ANEEL	221	221
Encargo Capacidade Emergencial - ECE	372	586
Encargo de Aquisição de Energia Elétrica Emergencial - EAEEE	3	2
Total	**11.620**	**19.735**

Continua

Continuação *Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - ENERSUL*

22. OBRIGAÇÕES DO PROGRAMA DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

O contrato de concessão da Companhia estabelece a obrigação de aplicar anualmente o montante de 1% da receita operacional líquida, em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. Esse montante é destinado aos Programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), a ser recolhido ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e ao Ministério de Minas e Energia (MME). A participação de cada um dos programas está definida pelas Leis nº 10.848 e nº 11.465, de 15/3/2004 e 28/3/2007 respectivamente.

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Fundo Nacional Desenv. Científico Tecnológico - FNDCT	484	429	-	-
Ministério de Minas e Energia - MME	242	215	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	11.407	8.774	2.083	1.723
Programa de Eficiência Energética - PEE	36.724	29.653	6.012	5.431
Total	**48.857**	**39.071**	**8.095**	**7.154**

A atualização das parcelas referentes aos PEE e P&D é efetuada pela taxa de juros SELIC, de acordo com as Resoluções Normativas ANEEL nº 176 de 28/11/2005, nº 219 de 11/4/2006, nº 300 de 12/2/2008 e nº 316 de 13/5/2008 e Oficio Circular 1.644/2009-SFF/ANEEL de 28/12/2009.

Por meio da Resolução Normativa nº 233, de 24/10/2006, com validade a partir de 1/1/2007, a ANEEL estabeleceu novos critérios para cálculo, aplicação e recolhimento dos recursos do programa de eficiência energética. Entre esses novos critérios, foram definidos os itens que compõem a base de cálculo das obrigações, ou seja, a receita operacional líquida e o cronograma de recolhimento ao FNDCT e ao MME.

A realização das obrigações com o PEE e P&D por meio da aquisição de ativo intangível tem como contrapartida o saldo de obrigações especiais.

23. OBRIGAÇÕES ESTIMADAS - TRABALHISTAS

	31/12/2012	31/12/2011
Provisões sobre folha de pagamento (13º salário e férias)	14.650	12.871
Provisões de impostos sobre folha de pagamento (13º salário e férias)	3.282	2.824
Total	**17.932**	**15.695**

24. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

As provisões foram ajustadas para estimativas atualizadas com o assessoramento dos advogados e escritórios de advocacia que patrocinam diretamente as causas. Foram realizados os seguintes ajustes nas estimativas de perdas:

• Os valores estimados de perdas, que estavam congelados desde 2008, foram corrigidos segundo os parâmetros adotados por cada justiça especializada:

Ações Cíveis: Valores estimados corrigidos monetariamente pelo IGPM/FGV, acrescido de juros de mora de 1% am;

Ações Trabalhistas: Valores estimados com juros de mora de 1% am, acrescido de índice presente na Tabela Única disponibilizada pelo site do TRT 24;

Ações Tributárias: Valores estimados atualizados pela SELIC;

Processos Administrativos: Valores estimados atualizados pela SELIC.

• Após a correção monetária, os valores estimados das perdas judiciais foram ajustados de acordo com o andamento do feito e decisões judiciais mais recentes;

A probabilidade de perda (provável, possível e remota) foi ajustada com base nas decisões judiciais mais recentes.

Está representada como segue:

	31/12/2012			31/12/2011		
	Provisão no exercício	Saldo	Depósitos judiciais	Provisão no exercício	Saldo	Depósitos judiciais
Trabalhistas (a)	33.139	45.573	47.201	(1.156)	12.434	36.465
Cíveis - consumidores (b)	55.363	62.041	6.179	115	6.678	5.571
Cíveis - regulatório (c)	15.464	15.464	-	-	-	-
Fiscais e tributárias (d)						
PIS	-	45.663	46.028	1	45.663	46.028
COFINS	-	-	3.149	-	-	3.149
Imposto de Renda	-	-	2.774	-	-	2.284
Contribuição Social	-	-	951	-	-	774
Previdência Social	-	-	3.028	-	-	3.029
Outros	(7)	182	554	-	189	807
Subtotal	**(7)**	**45.845**	**56.484**	**1**	**45.852**	**56.071**
Total	**103.959**	**168.923**	**109.864**	**(1.040)**	**64.964**	**98.107**

	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais	Total
Saldo em 31/12/2011	**6.678**	**12.434**	**45.852**	**64.964**
Constituição	73.865	39.106	50	113.021
Baixas/reversão	(3.038)	(5.967)	(57)	(9.062)
Saldo em 31/12/2012	**77.505**	**45.573**	**45.845**	**168.923**

	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais	Total
Contingências passivas possíveis de perda (e):				
31/12/2011	60.790	31.539	104	**92.433**
31/12/2012	194.289	15.130	604	**210.023**

(a) As ações judiciais de natureza trabalhista referem-se, de maneira geral, a discussões de ex-empregados pretendendo recebimento de horas extras, de adicional de periculosidade, horas de sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de acidente no trabalho, bem como ações de ex-empregados de prestadores de serviços contratados pela Companhia reclamando responsabilidade solidária por verbas rescisórias.

(b) As ações judiciais de natureza cível referem-se, em sua grande maioria, a discussões sobre o valor de contas de energia elétrica, em que o consumidor requer a revisão ou o cancelamento da fatura; a cobrança de danos materiais e morais pelo consumidor, decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos medidores de energia elétrica ou decorrentes de variações na tensão elétrica ou de falta momentânea de energia; bem como a ações em que consumidores pretendem a devolução de valores, em razão do aumento das tarifas de energia determinado pelas Portarias nº 38 e nº 45/1986, do extinto Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE, no período de congelamento de preços do Plano Cruzado.

(c) As ações judiciais de natureza cível administrativa referem-se a provisões de multas regulatórias originárias de procedimento de fiscalização do poder concedente que encontram-se em processo de defesa administrativa e judicial.

(d) As ações judiciais de natureza tributária possuem depósito judicial. Dentre elas, destaca-se a ação sobre PIS, que discute a inconstitucionalidade de sua cobrança, em vista do disposto no parágrafo 3º do artigo 155 da Constituição Federal.

25. OUTROS PASSIVOS

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Energia no curto prazo - CCEE - Liminares	-	-	1.666	1.666
Energia no curto prazo - CCEE - Sub judice	-	-	168	168
Credores diversos - consumidores	5.172	5.417	-	-
Colaboradores - PL/AGO84	-	-	1.598	1.314
Encargos ex-isolados	726	644	-	-
Arrecadação de terceiros a repassar	3.964	3.432	-	-
Incorporação de rede (a)	-	-	72.082	-
Outras	16	274	649	649
	9.878	**9.767**	**76.163**	**3.797**

(a) Refere-se ao provisionamento de recursos para pagamento de principal, multas e juros dos planos de Universalização de Energia Elétrica, determinado pela resolução ANEEL nº 223 de 29/4//2003.

26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

26.1. Capital Social

O capital social da Companhia em 31/12/2012 e 31/12/2011 é de R$ 533.468, representado por 58.441.068.563 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, cuja composição por classe de ações e principais acionistas é a seguinte:

	Número de ações	
Acionistas	**Ordinárias**	**%**
Rede Energia S.A.	35.155.269.868	60,16
Rede Power do Brasil S.A.	23.243.342.380	39,77
Outros	42.456.315	0,07
Total	**58.441.068.563**	**100,00**

Os acionistas terão direito de receber como dividendos obrigatórios, em cada exercício, no mínimo 25% do lucro líquido ajustado.

26.2. Reservas

	31/12/2012	31/12/2011
Reservas de capital		
Juros de obras em andamento	1.650	1.650
Ágio na incorporação de sociedade controladora	116.944	116.944
Total	**118.594**	**118.594**
Reservas de lucros		
Reserva legal	31.611	31.611
Retenção de lucros	3.828	104.572
Total	**35.439**	**136.183**

27. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

Dividendos:	
Saldo em 31/12/2011	**21.698**
Dividendos complementares - AGO 30/4/2012	84.349
Cessão de dividendos da Rede Energia para quitação de mútuo com controladas	(37.731)
Dividendos pagos	(28.246)
Saldo de dividendos em 31/12/2012	**40.070**
Juros sobre o capital próprio (JCP):	
Saldo em 31/12/2011	**21**
Juros sobre o capital próprio pagos	(21)
Saldo de Juros sobre o capital próprio em 31/12/2012	**-**

Dividendos complementares:

Refere-se a dividendos complementares aos dividendos propostos pela Administração no valor de R$ 15.651 em dezembro/2011 totalizando R$ 100.000 pelo valor de R$ 0,0001711255 por ação, conforme AGO de 30/4/2012.

28. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

	31/12/2012	31/12/2011
RECEITA BRUTA DE VENDAS		
Fornecimento de energia elétrica	737.899	675.514
Disponibilização do sistema de distribuição	1.183.870	1.043.920
Suprimento de energia elétrica	9.180	1.864
Receita de construção (a)	198.970	170.375
Outras receitas	14.579	12.000
Total da receita bruta de vendas	**2.144.498**	**1.903.673**
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		
Tributos diretos:		
ICMS	(330.635)	(287.537)
PIS	(32.198)	(28.197)
COFINS	(148.309)	(129.877)
ISS	(26)	(25)
Subtotal	**(511.168)**	**(445.636)**
	31/12/2012	**31/12/2011**
Encargos do consumidor:		
Quota - Reserva Global de Reversão - RGR	(19.105)	(19.211)
Quota - Conta de Consumo de Combustível - CCC	(37.118)	(52.102)
Quota - Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(42.353)	(36.824)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(2.677)	(2.354)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	(2.677)	(2.354)
Estudo de Pesquisa de Energética - EPE	(1.339)	(1.177)
Programa de Efifiência Energética - PEE	(6.693)	(5.884)
Ressarcimento de perdas de ICMS ex-SIN	(4.015)	(3.530)
Subtotal	**(115.977)**	**(123.436)**
Total das deduções da receita bruta	**(627.145)**	**(569.072)**
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	**1.517.353**	**1.334.601**

(a) A receita de construção está representada pelo mesmo montante em custo de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem a custo de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo a receita de construção igual a custo de construção.

28.1. Receita bruta de vendas

	Nº de consumidores		MWh		R$ mil	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Residencial	706.125	676.646	1.363.707	1.252.730	762.065	654.177
Industrial	6.453	5.909	579.027	541.734	240.594	225.277
Comercial, serviços e outras atividades	71.838	68.592	943.068	857.004	470.556	405.525
Rural	82.878	81.990	426.826	402.061	142.635	126.062
Poder público	8.285	8.180	223.746	212.444	108.052	97.747
Iluminação pública	2.199	1.823	204.904	190.632	56.222	49.940
Serviço público	911	880	156.995	154.508	43.231	40.193
Consumo próprio	182	189	6.854	6.914	-	-
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	12.422	20.936
Receita de uso da rede - consumidores livres	-	-	-	-	68.122	54.672
Fornec. não faturado - reposição tarifária	-	-	-	-	193	26.311
Fornec. não faturado - diferimento de TUSD	-	-	-	-	(2.369)	-
Fornec. não faturado - parcela B	-	-	-	-	-	6.899
Provisão para redução de tarifa - irrigação	-	-	-	-	(27)	123
Redução da receita - baixa renda	-	-	-	-	20.073	11.572
	878.871	**844.209**	**3.905.127**	**3.618.027**	**1.921.769**	**1.719.434**
Suprimento	-	-	-	-	9.180	1.864
Receita de construção	-	-	-	-	198.970	170.375
(+) Outras receitas	-	-	-	-	14.579	12.000
Total	**878.871**	**844.209**	**3.905.127**	**3.618.027**	**2.144.498**	**1.903.673**

29. ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA

	MWh		R$ mil	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Energia de Itaipú - Binacional	816.016	821.122	(63.240)	(71.252)
Energia de leilão	2.993.419	2.826.462	(381.130)	(262.461)
Energia bilateral	977.811	974.288	(115.873)	(138.786)
Energia de curto prazo - CCEE	204.094	136.505	(57.475)	(17.688)
Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	98.009	89.564	(22.939)	(16.481)
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	39.551	32.637
Total	**5.089.349**	**4.847.941**	**(601.106)**	**(474.031)**

30. DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS

	Despesas com vendas		Despesas gerais e administrativas		Outras receitas operacionais		Outras despesas operacionais	
Despesas:	**31/12/2012**	**31/12/2011**	**31/12/2012**	**31/12/2011**	**31/12/2012**	**31/12/2011**	**31/12/2012**	**31/12/2011**
Pessoal	-	-	(27.236)	(25.594)	-	-	-	-
Administradores	-	-	(3.102)	(5.773)	-	-	-	-
Material	-	-	(1.542)	(1.943)	-	-	-	-
Serviço de terceiros	(15.124)	(13.794)	(41.496)	(38.613)	-	-	-	-
Depreciação e amortização	-	-	(14.218)	(15.078)	-	-	-	-
Arrendamentos e aluguéis	-	-	(1.768)	(1.669)	-	-	-	-
Doações, contribuições e subvenções	-	-	(380)	(204)	-	-	-	-
Provisões (líquidas de reversão)	(27.648)	2.060	-	-	-	-	(103.958)	1.040
Outros	(156)	(382)	(24.753)	(5.027)	-	-	(2.651)	(2.543)
Subtotal de despesas	**(42.928)**	**(12.116)**	**(114.495)**	**(93.901)**	**-**	**-**	**(106.609)**	**(1.503)**
Outros Resultados:								
Ganhos ativo financeiro ajuste VNR	-	-	-	-	58.816	-	-	-
Ganhos na alienação de bens e direitos	-	-	-	-	1.048	4.171	-	-
Perdas ativo financeiro ajuste VNR	-	-	-	-	-	-	(18.786)	-
Perdas na alienação de bens e direitos	-	-	-	-	-	(174)	-	(946)
Perdas na desativação de bens e direitos	-	-	-	-	-	-	(39.511)	(7.078)
Outros	-	-	-	-	2.119	1.897	(44)	(1)
Subtotal de outros resultados	**-**	**-**	**-**	**-**	**61.983**	**5.894**	**(58.341)**	**(8.025)**
Total	**(42.928)**	**(12.116)**	**(114.495)**	**(93.901)**	**61.983**	**5.894**	**(164.950)**	**(9.528)**

	Despesas gerais e administrativas	
Despesas com pessoal:	**31/12/12**	**31/12/11**
Remuneração	(21.010)	(19.848)
Encargos sociais - INSS	(3.715)	(3.293)
Encargos sociais - FGTS	(1.157)	(931)
Programa de incentivo à aposentadoria	(1.242)	(1.221)
Indenização sobre o saldo do FGTS	(112)	(301)
Total	**(27.236)**	**(25.594)**

31. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2012	31/12/2011
Receitas financeiras:		
Renda de aplicação financeira	1.318	13.988
Mútuo com partes relacionadas	403	2.028
Juros ativos	5.743	177
Variação monetária/cambial	5.939	6.675
Acréscimos moratórios	33.591	29.787
Operações de *swap*	692	1.375
Ajuste a valor presente	97.694	24.765
Ajuste marcação a mercado - *swap*	2.294	11.034
Outras receitas financeiras	259	7.453
Total das receitas financeiras	**147.933**	**97.282**
Despesas financeiras:		
Encargos de dívidas		
Moeda nacional	(72.989)	(84.506)
Moeda estrangeira	(468)	(2.436)
Mútuo com partes relacionadas	(849)	(680)
Subtotal	**(74.306)**	**(87.622)**
Variação monetária		
Moeda estrangeira	(4.128)	(7.991)
Subtotal	**(4.128)**	**(7.991)**
Juros e multas	(63.525)	(7.730)
Ajuste a valor presente	(93.920)	(31.624)
Ajuste marcação a mercado - *swap*	(121)	(11.518)
Operações de *swap*	-	(7.708)
Outras despesas financeiras	(21.258)	(15.368)
Total das despesas financeiras	**(257.258)**	**(169.561)**
Resultado financeiro	**(109.325)**	**(72.279)**

32. LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO

Cálculo de lucros por ação (em milhares, exceto lucro líquido básico por ação):

Resultado básico por ação	**31/12/2012**	**31/12/2011**
Numerador		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		
Para acionistas ordinários	(16.395)	151.795
	(16.395)	**151.795**
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	58.441.069	58.441.069
	58.441.069	**58.441.069**
Resultado básico por ação		
Ações ordinárias	(0,00028)	0,00260

33. PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

A Companhia possui programa de participação dos empregados nos lucros ou resultados, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente negociado com o sindicato da categoria. O montante dessa participação registrada como custo operacional e paga no período findo em 31/12/2012 pela Companhia foi de R$ 6.575 (R$ 5.401 em 31/12/2011).

34. REAJUSTE TARIFÁRIO

Por meio da Resolução Homologatória nº 1.272, de 3/4/2012, e da Nota Técnica nº 72/2012-SRE/ANEEL, de 29/3/2012, a ANEEL homologou o resultado do "IRT" Índice de Reajuste Tarifário Anual de 2012, fixando o reajuste médio em 6,43% (seis vírgula quarenta e três por cento), sendo 3,52% (três vírgula cinquenta e dois por cento) relativos ao reajuste tarifário anual econômico,e 2,91% (dois vírgula noventa e um por cento) referentes aos componentes financeiros pertinentes, correspondendo a um efeito médio de 2,59% (dois vírgula cinquenta e nove por cento) a ser percebido pelos consumidores cativos.

As tarifas que contemplam o respectivo reajuste tarifário anual e os componentes financeiros externos ao reajuste estarão em vigor no período de 8/4/2012 a 7/4/2013.

Em 8/4/2012 a concessionária manteve a aplicação das mesmas tarifas constantes dos Anexos II e II-B da Resolução Homologatória nº 1.128 de 5/4/2011, até a comprovação de adimplemento das obrigações setoriais.

Por meio do Despacho nº 2.369, de 20/7/2012, a ANEEL autorizou a Companhia a praticar as tarifas constantes dos Anexos I e II A, de que tratam os artigos 3º e 5º da Resolução Homologatória nº 1.272 de 3/4/2012, a partir do dia 20/7/2012, uma vez que a Companhia encontra-se adimplente com suas obrigações intrassetoriais.

Conforme Resolução Homologatória nº 1.438, de 24/1/2013 e da Nota Técnica nº 15/2013-SRE/ANEEL de 24/1/2013, a ANEEL homologou a Revisão Tarifária Extraordinária - RTE e revogou a Resolução Homologatória nº 1.272, de 3/4/2012, determinando as novas tarifas que estarão em vigor no período de 24/1/2013 a 7/4/2013 (vide nota explicativa nº 39.2).

35. PLANO DE APOSENTADORIA E PENSÃO

A Companhia é patrocinadora da Fundação ENERSUL, entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que tem por finalidade gerir e administrar um conjunto de planos de benefícios previdenciários em favor dos colaboradores e ex-colaboradores da Companhia, por meio de dois planos de benefícios, a saber:

Plano de Benefícios I:

Instituído em 18/7/1989, encontra-se em extinção desde 1/5/2002, data em que foi bloqueada a adesão de novos participantes. São assegurados os seguintes benefícios suplementares:

- Complementação de aposentadoria por tempo de contribuição;
- Complementação de aposentadoria especial;
- Complementação de aposentadoria por idade;
- Complementação de aposentadoria por invalidez;
- Complementação de pensão por morte; e
- Abono anual.

O plano está estruturado na forma de Benefício Definido e é custeado pelos assistidos.

Plano de Benefícios II:

Instituído em 1/5/2002, encontra-se em manutenção. A última alteração do regulamento foi efetuada em atendimento à Resolução CGPC 19, de 25/9/2006, tendo sido aprovada pela Secretaria de Previdência Complementar do MPS, por meio do Ofício Circular nº 1.530/SPC/DETEC/CGAT, de 24/5/2007. Assegura os seguintes benefícios:

- Aposentadoria normal ou antecipada;
- Aposentadoria por invalidez;
- Pensão por morte de ativo; e
- Pensão por morte de aposentado.

Durante o prazo de diferimento do benefício, este plano está estruturado na modalidade de Contribuição Definida operacionalizado em cotas patrimoniais.

Quando da concessão, o benefício é pago sob a forma de renda mensal determinada por um fator atuarial sobre o saldo de conta aplicável existente na data do cálculo. O saldo de conta aplicável corresponde ao montante financeiro das contribuições acumuladas a favor do participante. A contribuição da Companhia durante o exercício findo em 31/12/2012 foi de R$ 2.981 (R$ 2.830 em 31/12/2011).

A renda mensal, uma vez iniciada, é atualizada monetariamente anualmente, sendo nesta fase considerada Benefício Definido.

Para os participantes que fizeram a migração do Plano de Benefícios I para o Plano de Benefícios II e que efetuaram a contribuição inicial, o benefício de Renda Mensal tem uma garantia mínima na modalidade de Benefício Definido.

O custeio é efetuado pelos participantes e pela patrocinadora.

35.1. Situação Financeira dos Planos de Benefícios - Avaliação Atuarial - data base 31/12/2012

Com base na avaliação atuarial elaborada por atuários independentes da Companhia em 31/12/2012, os planos de benefícios definidos, seguindo os critérios requeridos pelo CPC 33 - Benefício a empregados, são conforme segue:

a. Número de participantes/beneficiários:

	Plano I	Plano II	Total 31/12/2012	Total 31/12/2011
Número de participantes	3	603	606	627
Número de assistidos	188	26	214	269
Número de pensionistas (famílias)	94	11	105	100
Total	**285**	**640**	**925**	**996**

b. Premissas utilizadas nesta avaliação atuarial:

	Taxa Avaliação Atuarial 2012	Taxa Avaliação Atuarial 2011
Taxa de desconto real para o cálculo do valor presente	4,5% - todos os planos	5,0% - todos os planos
Taxa de rendimento esperada real sobre os ativos dos planos	4,5% - todos os planos	5,0% - todos os planos
Taxa de crescimento salarial futuro real	2%	2%
Taxa de crescimento real dos benefícios: da Previdência Social do plano	-	-
Taxa de inflação	2,94%	2,81%
Fator de capacidade:		
dos salários	1,00	1,00
dos benefícios	1,00	1,00
Tábua de mortalidade geral	AT 2000 - Male	AT 2000 - Male
Tábua de mortalidade de inválidos	IBGE 2011, ambos os sexos	IBGE 2010, ambos os sexos
Tábua de entrada em invalidez	Nula	Nula
Tábua de rotatividade	Nula	Nula

As premissas atuariais adotadas são imparciais e mutuamente compatíveis. A taxa de desconto é baseada no rendimento do título público NTN-B, indexado ao IPCA. O título foi utilizado pois apresenta características condizentes com as características dos benefícios A taxa de rendimento esperado sobre os ativos do plano reflete as expectativas de mercado relativas a rendimentos dos mesmos. A taxa de crescimento salarial real é baseada na experiência histórica da Companhia.

c. Síntese da avaliação atuarial:

	Plano de benefícios I	Plano de benefícios II	Total
1. Exigível atuarial	75.223	141.992	217.215
2. Benefícios concedidos - BD			
Aposentadoria	55.820	7.352	63.172
Invalidez	5.994	2.546	8.540
Pensão	13.408	2.625	16.033
3. Benefícios a conceder			
Benefício definido	-	6.497	6.497
Contribuição definida	-	122.972	122.972

d. Conciliação da posição dos fundos de benefício definido:

	Plano I 31/12/2012	Plano I 31/12/2011
Valor presente da obrigação de benefício definido		
Saldo no início do exercício	**74.416**	**71.370**
Custo do serviço corrente	807	2.884
Custo dos juros	3.385	3.568
Benefícios pagos	(20.349)	(6.117)
(Ganhos)/Perdas atuariais	16.964	2.711
Saldo no final do exercício	**75.223**	**74.416**
Valor justo dos ativos do plano		
Saldo no início do exercício	**121.028**	**105.776**
Retorno esperado	5.446	5.289
Contrib. recebidas do empregador/participantes	165	163
Benefícios pagos	(20.349)	(6.117)
Ganho/(Perda) atuarial	6.907	15.917
Saldo no final do exercício	**113.197**	**121.028**
Posição líquida	**37.974**	**46.612**
Não reconhecida	37.974	46.612
Reconhecida	-	-

e. Composição dos ativos dos planos:

	Plano I 31/12/2012	Plano I 31/12/2011
Disponível, gestão previdencial e administrativa	1	1.140
Investimentos		
Títulos públicos	94.731	97.430
Créditos privados e depósitos	10.561	14.571
Fundos de investimento	8.042	8.715
Imobiliários	1.250	1.264
Empréstimos e financiamentos	642	669
Total	**115.227**	**123.789**

Continua

Continuação *Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - ENERSUL*

36. SEGUROS

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas por nossos auditores independentes.

Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

Ramo de seguro	Vencimento	Importância segurada	Prêmio
RO	30/11/13	LMI R$ 15.000	R$ 304
RCG	30/11/13	LMI R$ 20.000	R$ 394
D&O	31/08/13	LMI R$ 25.000	R$ 373
Automóvel Facultativo - Casco	30/11/13	100% Tabela FIPE	R$ 91
Responsabilidade Civil Facultativo - 1º Risco	30/11/13	Danos Materiais e Corporais LMI R$ 300	
		Danos Morais LMI R$ 100	R$ 100
Responsabilidade Civil Facultativo - 2º Risco	30/11/13	RCF LMI R$ 700	R$ 68
Transportes (Fatura Dez/2012)	01/10/13	LMI R$ 1.000	-
Vida em Grupo (Fatura Dez/2012)	31/12/13	Sub 00 Múltiplo Salarial - 24x	R$ 23

Descrição dos riscos:

Riscos Operacionais (RO): a apólice garante as avarias, perdas e danos materiais de origem súbita, imprevista e acidental a edifícios, equipamentos, maquinismos, ferramentas, móveis e utensílios, e demais instalações que constituem o estabelecimento segurado descrito na apólice. Trata-se de apólice corporativa com cláusula adicional de reintegração automática.

Responsabilidade Civil Geral (RCG): cobertura dos danos materiais e corporais causados a terceiros em decorrência das operações comerciais e industriais. Trata-se de apólice corporativa.

Seguro de D&O: o objetivo do seguro é o pagamento a título de perdas, devido a terceiros pelo segurado decorrente de reclamação, resultante da prática de qualquer ato danoso praticado pelo segurado durante o período de vigência da apólice, em decorrência de sua condição de conselheiro ou diretor da sociedade. Trata-se de apólice corporativa.

Automóveis: cobertura de colisão, incêndio e roubo e de danos materiais, corporais e morais causados a terceiros (RCF) em decorrência de acidentes automobilísticos.

Transportes: cobertura garantindo os reparos ou a reposição dos bens de sua propriedade em decorrência de sinistros ocorridos durante os transportes terrestres, aéreos e lacustres.

Vida em grupo: cobertura de morte de qualquer tipo, invalidez permanente total ou parcial, por acidente e invalidez permanente ou total por doença ocorrida com empregados.

(*) Informações não auditadas.

37. QUESTÕES AMBIENTAIS (*)

Para a gestão sustentável a ENERSUL desenvolve prioritariamente três Programas: o Programa de Licenciamento Ambiental, o Programa de Arborização Urbana e o Programa de Educação Ambiental.

Os programas visam implementar e aprimorar projetos, ações e procedimentos operacionais com foco no meio ambiente, saúde ocupacional e segurança no trabalho, maximizando os impactos positivos e minimizando os impactos negativos das atividades. Os projetos, procedimentos e ações são executadas de forma transversal pelas diversas áreas e são divulgadas e reforçadas, junto aos colaboradores e comunidade, nos eventos promovidos pela Empresa..

(*) Informações não auditadas.

38. FATOS RELEVANTES

38.1. Postergação do pagamento de saldo de dividendos

A Companhia publicou fato relevante em 28/11/2012 onde informa que, na forma do que determina a regulamentação vigente, o saldo devido dos dividendos declarados na Assembleia Geral Ordinária, realizada no dia 30 de abril do corrente ano, não será pago no presente exercício, em virtude de dificuldades financeiras da Companhia.

O pagamento do referido valor ficará suspenso até que seja restabelecida a capacidade financeira da Companhia.

39. EVENTO SUBSEQUENTE

39.1. Encargos Setoriais

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através do Despacho nº 213 de Janeiro de 2013, autoriza a Eletrobrás a suspender a cobrança dos encargos Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC, Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, Reserva Global de Reversão - RGR e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, bem como financiamentos com recursos da RGR, vencidos e a vencer - não incluídos aqueles que se encontram em execução - até que sobrevenha o termo final da intervenção. No mesmo despacho, são indeferidos os pedidos de parcelamento dos encargos CCC, CDE, RGR e PROINFA, formulados pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica sob intervenção, pertencentes ao Grupo Rede Energia.

39.2. Revisão Tarifária Extraordinária

A antecipação das prorrogações das concessões afetadas pela Lei 12.783/12, e a redução dos encargos setoriais não causará impactos diretos no resultado ou no contrato de concessão da ENERSUL, haja vista que este tem vigência até 2027. A Revisão Tarifária Extraordinária homologada pela ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 1.438 de 24/01/2013 e da Nota Técnica nº 15/2013 SER/ANEEL de 24/01/2013 implicará apenas em ajustes da Parcela A, atribuindo o valor zero à cobertura tarifária referente às quotas da Conta de Consumo de Combustíveis - CCC, da Reserva Global de Reversão - RGR, redução da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, substituição das Tarifas de Uso dos Sistemas de Transmissão - TUSTs -, dos Sistemas de Distribuição - TUSDs - e do Transporte de Itaipu; bem como dos encargos de conexão da distribuidora, dentre outros itens, não gerando alterações da Parcela B. Eventuais impactos que surgirem nos eventos subsequentes, a ENERSUL fará a devida divulgação.

39.3. Despacho ANEEL 482/2013

Por meio do despacho 482/2013 a ANEEL determinou a cessão compulsória de contratos (CCEAR) da CEMAT para a ENERSUL. Este fato equilibra o balanço energético da ENERSUL em 2013 e 2014, suprindo a exposição da Empresa ao PLD.

MEMBROS DA DIRETORIA

JERSON KELMAN
Interventor

MÁRCIO PINA MARQUES
Diretor Jurídico e Regulatório

PAULO ROBERTO ZIBETTI JORGE
Diretor Administrativo e Financeiro e Relação com Investidores

MÁRIO GUILHERME ROMANO
Diretor Operacional

Gilberto de Souza Oliveira
Contador - CRC 1SP 219562/O-4 S - MS

PARECER DO CONSELHO FISCAL

De acordo com as disposições legais e estatutárias os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A- ENERSUL, após examinarem as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, o Relatório da Administração e o Parecer dos Auditores Independentes, manifestaram que os referidos documentos estão em condições de serem submetidos à apreciação e deliberação dos Senhores Acionistas, na Assembleia Geral Ordinária.

Campo Grande - MS, 21 de março de 2013.

José Said de Brito
Presifente

Cezar Antônio Bordin

Vilson Daniel Christofari

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Interventor da
Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - ENERSUL
Campo Grande - MS

Examinamos as demonstrações financeiras da **Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - ENERSUL** ("Companhia"), que compreende o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras

Intervenção administrativa da ANEEL

Conforme descrito nas Notas Explicativas nos 1.1 e 1.2, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) determinou, cautelarmente, por meio da Resolução Autorizativa no 3.649 de 31 de agosto de 2012 e alterações posteriores, a intervenção administrativa na Companhia, por um prazo de um ano, podendo ser prorrogada a critério da ANEEL, e designou interventor, competindo-lhe zelar pelo cumprimento das condições do Contrato de Concessão e a edição de atos de gestão e administração, dentre eles: identificar e relatar à ANEEL quaisquer irregularidades na gestão, praticar ou ordenar atos necessários à consecução dos objetivos da intervenção, visando defender o interesse público e preservando serviço adequado aos consumidores. Os Acionistas da Companhia apresentaram a ANEEL, em 26 de outubro de 2012, um plano de recuperação e correção das falhas e transgressões que ensejaram a intervenção, conforme requerido pela Resolução Autorizativa. Este plano, basicamente, define que a recuperação da Companhia, conjuntamente, com o grupo Rede, se dará pela troca de controle e aporte de recursos financeiros do novo controlador. Estas situações indicam a existência de incerteza significativa que levanta dúvida relevante quanto à capacidade de continuidade da Companhia e, portanto, em eventual cenário de não aprovação do plano de recuperação e caducidade da concessão, a Companhia pode não ser capaz de realizar seus ativos e liquidar seus passivos no curso normal dos negócios. Até a presente data não obtivemos evidência apropriada e suficiente de auditoria para concluirmos sobre estas múltiplas incertezas. As notas explicativas às demonstrações financeiras não divulgam, integralmente, estes fatos.

Opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos dos assuntos mencionados na seção 'Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras', as demonstrações financeiras referidas no primeiro parágrafo apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - ENERSUL** em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Outros ativos - ativo não circulante

Chamamos a atenção ao descrito na Nota Explicativa no 12 às demonstrações financeiras, sobre a existência em 31 de dezembro de 2012, como parte do registro na rubrica "Outros ativos - ativo não circulante" o montante de R$ 61.818 mil, referente a recursos da Companhia que estavam depositados em instituição financeira originalmente registrados na rubrica de "Aplicações financeiras". A Companhia questiona, judicialmente, a devolução do recurso, bem como considera certo o recebimento deste ativo com base na opinião de seu Departamento Jurídico e de posicionamento da ANEEL, como condição de aprovação do plano de recuperação e transferência do controle da Companhia. Também está descrito na referida nota explicativa, que a Administração (Interventor) avalia os atos praticados pela administração anterior sobre o assunto. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Recuperação Judicial - Rede Energia S.A.

Chamamos a atenção ao descrito na Nota Explicativa no 1.3 às demonstrações financeiras, que em 19 de dezembro de 2012 as acionistas indiretas da Companhia, bem como sua acionista direta Rede Energia S.A. "Em Recuperação Judicial" ("REDE") e as coligadas Companhia Técnica de Comercialização de Energia "Em Recuperação Judicial" ("CTCE") e QMRA Participações S.A. "Em Recuperação Judicial" ("QMRA"), tiveram seus pedidos de Recuperação Judicial (RJ) deferidos nos termos da Lei nº 11.101/05. Conforme a referida lei a Companhia apresentou em juízo no dia 15 de março de 2013, dentro do prazo improrrogável de 60 (sessenta) dias da publicação da decisão (14 de janeiro de 2013) que deferiu o processamento da Recuperação Judicial, Plano de Recuperação que conteve: discriminação pormenorizada dos meios de recuperação a serem empregados; demonstração de sua viabilidade econômica; e laudo econômico-financeiro e de avaliação dos bens e ativos do devedor, subscrito por profissional legalmente habilitado ou empresa especializada. A Assembleia Geral de Credores, nos termos da referida lei, votará o referido plano em prazo que não excederá 150 (cento e cinquenta) dias contados do deferimento do processamento da Recuperação Judicial, respeitados os quóruns legais e a aprovação da própria Companhia. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Compromisso de investimento, compra e venda de ações e outras avenças

Chamamos a atenção ao descrito na Nota Explicativa no 1.4 às demonstrações financeiras, em 19 de dezembro de 2012, foi celebrado Compromisso de Investimento, Compra e Venda de Ações e Outras Avenças referente a transferência da totalidade de ações do controlador. A efetiva conclusão do negócio está sujeita a condições precedentes, dentre elas: **(i)** a obtenção das devidas aprovações por parte dos órgãos públicos competentes e de determinados credores e investidores, nos termos da legislação, contratos e acordos de acionistas aplicáveis; **(ii)** a aprovação do plano de recuperação das distribuidoras de energia elétrica, dentre elas a Companhia, apresentado à ANEEL, para levantamento da intervenção; e **(iii)** a aprovação pelos credores do plano de recuperação a ser apresentado no âmbito da recuperação judicial da REDE, ajuizada em conjunto com a CTCE, QMRA, EEVP e DENERGE. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos dos assuntos mencionados na seção 'Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras', estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Revisão dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentados para fins de comparação foram, anteriormente, auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 28 de março de 2012, que não conteve modificação.

São Paulo, 16 de março de 2013.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1-S-MS

Jairo da Rocha Soares
Contador CRC 1 SP 120458/O-6-S-MS

Francisco de Paula dos Reis Júnior
Contador CRC 1 SP 139268/O-6-S-MS

ESTILO DE VIDA

2 milhões

de tablets foram vendidos entre janeiro e setembro do ano passado, um crescimento de 188% ante 2011. Já a venda de e-readers somou 23,5 mil, avanço de 16% no mesmo período.

CONSUMIR

Desfrute do prazer de ler um bom livro em novo formato

Dispositivos destinados a publicações eletrônicas ou aplicativos em tablets com iPads atraem leitores

Ana Paula Ribeiro
aribeiro@brasileconomico.com.br

O prazer ao ler um bom romance ou a necessidade de concentração para interpretar dados dos relatórios profissionais são experiências que foram facilitadas pela disseminação de tablets e e-readers (aparelhos específicos para leitura de textos em formato eletrônico) no mercado brasileiro. Mas com tantas opções disponíveis, é cada vez mais difícil escolher.

Um dos pontos é a quantidade de horas destinadas à pratica da leitura. Quanto maior o período, mais um aparelho específico pode ser a melhor escolha ao usuário. "Quando se pensa só na leitura, um e-reader é mais adequado. A tela é mais suave para leituras e a experiência se aproxima mais de uma leitura no papel tradicional", afirma o analista de tablets da consultoria IDC, Pedro Hagge.

Nesses aparelhos, em que os principais no mercado brasileiro são os da linha Kindle, da Amazon, e o Kobo, disponibilizado pela Livraria Cultura, a durabilidade da bateria também é um atrativo. Tendo menos recursos, o consumo é menor e faz com que a recarga seja necessária, em alguns casos, apenas após 30 dias. O preço também é outro chamativo, custando até R$ 700, enquanto um tablet top de linha pode ultrapassar R$ 2 mil.

O inconveniente, no entanto, pode aparecer em viagens. Embora os e-readers sejam pequenos, em geral o executivo em viagem já precisa levar, necessariamente, o celular e ao menos o tablet.

Embora sem ser multifuncional, Hagge afirma que há um público cativo para os e-readers, que são as pessoas que gostam de ler e vão achar o uso desses equipamentos mais confortáveis que um tablet, mas é uma população restrita.

Dados dos IDC mostram que no Brasil foram comercializados 23,5 mil e-readers entre janeiro e setembro do ano passado, um crescimento de 16% igual período de 2011. Já a venda de tablets somou 2 milhões de unidades, avanço de 188%.

Um dos motivos para o uso maior dos tablets é que ele possui mais funções — é possível navegar melhor pela internet, ler e-mails, fazer uso de jogos e escutar música.

Além disso, apenas no ano passado a oferta de livros eletrônicos no Brasil se tornou mais efetiva — há pouco mais de um ano, a disponibilidade de títulos em português era bem pequena. "As vendas foram mais tímidas até pela falta de conteúdo disponível", afirmou o analista da IDC.

O vice-presidente da Amazon Kindle Brasil, Alexandre Szapiro, afirma que o aparelho, mais especificamente o modelo Kindle Paperwhite, acaba se adaptando melhor para quem gosta de ler ao ar livre ou à noite, uma vez que a tela se adapta à luminosidade, além da portabilidade.

Luminosidade

No entanto, o executivo lembra que para quem não possui um aparelho da marca, é possível baixar nos tablets o aplicativo Kindle, permitindo o acesso aos livros eletrônicos da Amazon. "Qualquer pessoa que tenha um telefone Android, tablet Android, iPhone ou iPad, PC ou Mac só tem que abrir um navegador para fazer compras na loja do Kindle e começar a ler imediatamente", diz.

Mas no caso de quem opta pela leitura em tablets, esses equipamentos possuem telas de LCD e LED, de alta luminosidade, o que pode cansar mais a vista em caso de leitura por tempo prolongado, além da bateria durar menos e o preço ser mais elevado — embora metade das vendas no ano passado tenham sido de aparelhos abaixo de R$ 500, mas também de qualidade inferior de desempenho.

LEITURA ELETRÔNICA

O que levar em conta para ter uma experiência prazerosa

E-READERS	TABLETS
São aparelhos específicos para leituras de textos. A tela tem uma luminosidade mais suave chamada de "e-ink" (tinta eletrônica)	São aparelhos multifuncionais que permitem navegação, uso de jogos eletrônicos, escutar músicas, compra de revistas em lojas virtuais e também leitura de textos e livros
Essa tela reflete luz de acordo com o ambiente, facilitando a leitura em ambientes muito claros, reduzindo reflexos, ou muito escuros	As telas são de LCD e LED, de alta luminosidade, o que pode cansar mais a vista em caso de leitura por tempo prolongado
A ideia é que o ato de ler em um aparelho como esses seja muito próximo ao de um livro	A bateria é mais limitada e, a depender do uso, não chega a durar 24 horas
Por ter poucos recursos, a duração da bateria em um e-reader é muito superior a de outros aparelhos eletrônicos, podendo chegar a 30 dias sem necessidade de recarga	Em geral, os tablets permitem a instalação de leitores das fabricantes de e-readers
Os principais e-readers no mercado brasileiro são o **Kindle**, da **Amazon**, e o **Kobo**, disponível na Livraria Cultura. Os preços variam de R$ 299 a R$ 699	Os tablets top de linha são o **Ipad**, a linha Samsung **Galaxy** e **Xoom** da Motorola, e cujos preços variam entre R$ 1.199 e R$ 2.499

Fonte: Brasil Econômico

Divulgação

Szapiro, da Amazon: Kindle para quem quer ler ao ar livre ou à noite

Cuidados

Roberto Barcellos, oftalmologista do Hospital São Camilo, afirma que embora o tablet possa causar um desconforto em algum momento devido à luminosidade, não há um aparelho mais danoso à saúde ocular do que o outro.

Nos dois casos, ele afirma que o principal problema é a proximidade do olho com a tela. Segundo o especialista, o esforço dos músculos do sistema oftalmológicos é muito maior quanto mais perto o foco estiver. "Se você faz esse esforço por um período contínuo, então a eficiência vai ser menor", diz. Para isso, recomenda que o usuário faça algumas pausas.

Outro problema, segundo ele, é o mesmo que ocorreu com o maior uso de computadores e notebooks. Como são aparelhos que forçam a fixação do olhar, naturalmente o usuário pisca menos, reduzindo a lubrificação dos olhos, o que pode causar irritação e olhos vermelhos.

> Distância reduzida entre os olhos e o aparelho pode causar desconforto

Para driblar esses inconvenientes, o oftalmologista recomenda manter a maior distância possível dos aparelhos do momento da leitura. "Os e-readers e tablets não trouxeram um problema distinto, só mudaram a distância do foco e a exigência de um esforço maior dos músculos da visão", explicou.

O professor de oftalmologia do Faculdade de Medicina do ABC, Vagner Loduca Lima, também afirma que a utilização desses aparelhos deve seguir mais ou menos a de computadores e notebooks. "É preciso ter algum descanso. Talvez a cada uma hora", afirmou.

Outra dica é ficar atento ao contraste desses aparelhos. No caso dos e-readers, eles já são feitos para leitura e isso não chega a incomodar. Já nos tablets, ele afirma que o ideal é usar o maior contraste possível, facilitando o conforto na leitura. "Quando a tela fica muito luminosa pode causar algum incômodo", diz. ■

MUNDO

Editor executivo: Gabriel de Sales gsales@brasileconomico.com.br

Chipre tem última chance de salvar a sua economia

Prazo termina hoje para país aprovar medidas que elevem a arrecadação em pelo menos € 5,8 bilhões

Michele Kambas e Karolina Tagaris
Moscou e Nicósia, Reuters

Para salvar a economia do Chipre, o presidente Nicos Anastasiades tem pela frente uma "tarefa muito difícil", disse um porta-voz do governo, no momento em que ele buscava impedir, de última hora, em reuniões em Bruxelas, ontem, que o país descambe para a derrocada financeira.

Apesar de o Chipre enfrentar hoje o risco de colapso de seu sistema bancário e sua potencial saída da zona do euro, as negociações em Nicósia para formatar um acordo de resgate da União Europeia e do Fundo Monetário Internacional terminaram sem acordo.

Depois da reunião, Anastasiades partiu em um jato particular para Bruxelas, para tomar parte das conversações com líderes do FMI, da UE e do Banco Central Euro e do encontro com ministros das Finanças da zona do euro. Até o fechamento desta edição, ainda não havia um posicionamento sobre essas últimas reuniões.

O presidente e sua equipe têm uma "tarefa muito difícil para conseguir salvar a economia cipriota e evitar uma quebra desordenada se não houver nenhum acordo final para um empréstimo", afirmou o porta-voz.

Numa evidência da gravidade da posição do Chipre, o chefe de Assuntos Econômicos do bloco europeu, Olli Rehn, disse que sobraram agora "apenas duras opções" para a mais recente vítima da crise na zona do euro.

O ministro francês das Finanças, Pierre Moscovici, expressou a situação de modo mais direto: "Para todos aqueles que dizem que nós estamos estrangulando um povo inteiro, Chipre é uma economia-cassino que estava à beira da falência", declarou ele à TV Canal Plus.

Depois que as negociações terminaram nas primeiras horas de domingo em Nicósia, o governo emitiu um comunicado dizendo que as conversações estavam em "uma fase muito delicada" e que os prazos eram muito apertados. O tom do governo mudou após expressões iniciais de otimismo cauteloso durante dias de negociações intensas.

O superdimensionado setor bancário cipriota foi prejudicado por sua ligação com a Grécia, também em crise. A UE diz que a ilha, situada no leste do Mediterrâneo, tem de arrecadar € 5,8 bilhões por si própria antes de poder receber um pacote de ajuda de € 10 bilhões.

Se não houver um acordo até o fim de hoje, o BCE afirma que cortará os fundos de emergência aos bancos cipriotas, o que poderá provocar um colapso no setor e potencialmente empurrar o país para fora da zona do euro. Com dificuldade para obter recursos, as autoridades disseram ter concordado com um imposto único sobre depósitos bancários acima de € 100 mil.

Com toda essa situação no Chipre, para o Banco Mundial, os países em desenvolvimento precisam estar preparados para vendas generalizadas nos mercados financeiros no caso de um colapso do setor bancário cipriota.

Sri Mulyani Indrawati, do Banco Mundial, disse que está acompanhando atentamente o resultado de um plano para taxar depósitos cipriotas. ■

Yves Herman/Reuters

Nicos Anastasiades tenta tirar o Chipre do colapso financeiro

Dois bancos limitam os saques a € 100 por dia

O banco central do Chipre impôs ontem um limite de saques de € 100 euro por dia em caixas eletrônicos dos dois maiores bancos da ilha para evitar uma corrida aos bancos. Um porta-voz do segundo maior banco do país, o Banco Popular do Chipre, que havia previamente limitado saques a € 260 euros, disse que a nova medida entrou em vigor às 8h (horário de Brasília) e que continuará valendo até a reabertura do banco, agendada para amanhã, ou até a confirmação de que o financiamento emergencial do Banco Central Europeu (BCE) continuará. Uma autoridade do governo, que pediu para não ser identificada, disse que a medida vale também para o Banco do Chipre. A autoridade havia dito previamente que a medida valia para todos os bancos locais na ilha. Outros bancos não impuseram limites. O Banco do Pireu, terceiro no setor de crédito na Grécia, informou na sexta-feira que ia adquirir agências cipriotas no país do Banco do Chipre e do Banco Popular. **Reuters**

Despejos em alta na Espanha

De 2008 ao final de 2012 foram executadas quase 253 mil ações em todo o país

As expulsões de proprietários ou inquilinos superendividados registraram um novo recorde em 2012 na Espanha, com alta de 16,7% em relação a 2011, elevando o número de despejados a quase 253 mil desde 2008, segundo dados das autoridades judiciais.

Desde 2008 foram pronunciadas 415.117 ordens de despejo e 252.826 delas foram executadas, ou seja, cerca de 61%, anunciou o Conselho Geral do Poder Judiciário. Estes números envolvem inquilinos e proprietários de casas e salas comerciais que deixaram de pagar o aluguel ou parcelas do crédito imobiliário.

Em 2012, a justiça espanhola pronunciou 91.622 lançamentos de ordens (17,7% a mais que em 2011), 75.605 das quais foram executadas, 16,7% a mais que em 2011, um ano que já havia batido recordes com 64.770 despejos.

Entre as regiões mais afetadas figuram a Catalunha (nordeste), que representa 20,3% do total, seguida pela Andaluzia (sul), com 19,6%, Valência (leste), com 17,6%, e Madri, com 10,1%.

Símbolo da crise desde a explosão da bolha imobiliária em 2008 e a disparada do desemprego, os despejos provocam a indignação do país, agravados pelos vários suicídios de pessoas que estavam perto de perder as suas casas.

O governo espanhol tomou várias medidas parciais e realizou a reforma da lei que regula o mercado hipotecário, refutada pelo Tribunal de Justiça da União Europeia. ■ **AFP**

Cesar Manso/AFP

Protestos dos espanhóis contra a austeridade fiscal são diários

Larry Downing/Reuters

ABISMO FISCAL

EUA fecham torres de controle de tráfego aéreo

A Administração Federal de Aviação dos Estados Unidos (FAA, na sigla em inglês) vai fechar 149 torres de controle do tráfego aéreo a partir de 7 abril para cumprir as exigências estabelecidas por um programa de cortes automáticos de gastos. Outras 40 torres que também tinham seu fechamento previsto permanecerão abertas, informou a agência. "Ouvimos das comunidades de todo o país sobre a importância de suas torres e essas foram decisões muito difíceis", disse **Ray LaHood**, secretário dos Transportes. **Reuters**

Líder de esquerda vai tentar formar novo governo na Itália

Pier Luigi Bersani tenta o apoio do humorista Beppe Grillo para compor gabinete

O líder de esquerda Pier Luigi Bersani foi encarregado pelo presidente da Itália, Giorgio Napolitano de formar um novo governo para tirar o país do atoleiro político no qual se encontra, após os complexos resultados das eleições legislativas de fim de fevereiro, que não tiveram um claro vencedor.

Bersani, líder do Partido Democrático, aliado da formação de centro-esquerda que obteve a maioria absoluta na Câmara de Deputados, mas não no Senado, necessária para conquistar a confiança do Parlamento e poder governar, afirmou que tentará ser equilibrado e ponderado em suas decisões. "Eu levarei o tempo necessário, é uma situação difícil", reconheceu ao prometer um governo que promoverá "mudanças e reformas, entre elas a do sistema político".

Bersani não quis aliar-se à direita do ex-primeiro-ministro e magnata das Comunicações Silvio Berlusconi, mas também não conseguiu o apoio do Movimento 5 Estrelas, do humorista "antissistema" Beppe Grillo, inesperadamente convertido em líder da terceira força política do Parlamento.

Na véspera, Grillo pediu ao presidente italiano que fosse encarregado da formação do novo governo, afirmando que as últimas eleições legislativas haviam tornado o seu movimento a "maior força política do país por número de votos obtidos". "Por essa razão, pedimos oficialmente um mandato para formar um governo e colocar em andamento nosso programa", declarou à imprensa a presidente dos deputados do M5S, Roberta Lombardi, após reunião com Napolitano, que contou com a participação de Beppe Grillo.

O M5S obteve o maior número de votos nas eleições legislativas de 24 e 25 de fevereiro, mas terminou como a terceira força parlamentar, atrás das coalizões de esquerda de Bersani e de direita de Silvio Berlusconi. O programa de governo de Bersani é limitado e inclui a redução do número de parlamentares, uma das maiores exigência do Movimento 5 Estrelas.

A Itália está sem uma maioria clara em um contexto de recessão e alto endividamento, e com a Comissão Europeia pedindo que mantenha as reformas. ■ **AFP**

Max Rossi/Reuters

PAPA CONFIRMA VINDA AO BRASIL EM JULHO

O papa Francisco confirmou, durante a celebração do Domingo de Ramos, ontem, que virá ao Rio de Janeiro no final de julho para participar da Jornada Mundial da Juventude. Durante a missa, o papa pediu às pessoas que evitem a corrupção e a ganância e se aproximem dos "humildes, dos pobres, dos esquecidos".

MUNDO

Divulgação

CONFLITO

Líder da oposição síria, Al-Khatib, renuncia

O líder da oposição síria, **Moaz al-Khatib**, renunciou ao cargo de chefe da coalizão rebelde. "Anuncio minha renúncia da Coalizão Nacional para que eu possa trabalhar com uma liberdade que não existe em uma instituição oficial", disse al-Khatib, em um comunicado publicado na sua página do Facebook. A Coalizão Nacional Síria rejeitou seu pedido de demissão, pedindo al-Khatib "para voltar ao seu trabalho como presidente" do grupo, de acordo com um comunicado. **Bloomberg**

MARINHA DO BRASIL
BASE AÉREA NAVAL
DE SÃO PEDRO DA ALDEIA

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2012

A BASE AÉREA NAVAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA torna público que realizará Pregão Eletrônico, para contratação de serviços de reparo e manutenção preventiva e corretiva de itens aeronáuticos, com a finalidade de atender às necessidades operacionais da BAeNSPA. Edital disponível no site www.comprasnet.gov.br, a partir de 25/03/2013. Abertura das propostas: dia 10/04/2013 às 10:00h.

FRANKLIN NOGUEIRA GONÇALVES JUNIOR
Capitão-de-Mar-e-Guerra
Ordenador de Despesa

Leia e assine.
(11) 3320-3412
(11) 3320-2173

legal@brasileconomico.com.br

Com ajuda de Obama, Israel e Turquia vão normalizar relações

Laços entre os dois países estavam rompidos desde que o ataque israelense a uma flotilha matou nove cidadãos turcos em 2010

Jeffrey Heller
Jerusalém, Reuters

Israel se desculpou com a Turquia na sexta-feira por ter matado nove cidadãos turcos em um ataque naval em 2010 contra uma flotilha que seguia para Gaza. Os dois países concordaram em normalizar as relações, em uma surpreendente reviravolta anunciada pelo presidente norte-americano, Barack Obama.

A reaproximação pode ajudar a coordenação regional a conter o alastramento da guerra civil síria e amenizar o isolamento diplomático de Israel no Oriente Médio, num momento em que o país enfrenta desafios impostos pelo programa nuclear do Irã.

Em um comunicado divulgado pela Casa Branca poucos minutos antes de Obama terminar uma visita a Israel, o presidente disse que o primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu, e seu homólogo turco, Tayyip Erdogan, tinham falado por telefone.

"Os Estados Unidos valorizam profundamente nossas parcerias próximas com a Turquia e Israel, e damos enorme importância à restauração das relações positivas entre eles a fim de avançar na paz e segurança regionais", disse Obama.

A primeira conversa entre os dois líderes desde 2011, quando Netanyahu telefonou para oferecer ajuda depois que um terremoto atingiu a Turquia, deu a Obama um triunfo diplomático em uma visita a Israel e aos territórios palestinos, na qual não ofereceu nenhum plano para reviver as negociações de paz congeladas há quase três anos.

O telefonema de 30 minutos foi feito em um trailer na pista do aeroporto de Tel Aviv, onde Obama e Netanyahu se reuniram antes de o presidente subir a bordo do Air Force One para a Jordânia, disseram autoridades norte-americanas.

Israel cedeu a uma exigência antiga de Ancara, que já foi um parceiro estratégico próximo, de se desculpar oficialmente pelas mortes a bordo da embarcação turca Mavi Marmara, abordada por marines israelenses que interceptaram a flotilha que desafiava um bloqueio naval israelense à Faixa de Gaza administrada por palestinos.

> Reaproximação pode amenizar o isolamento diplomático de Israel no Oriente Médio

"O primeiro-ministro Netanyahu expressou suas desculpas ao povo turco por um erro que pode ter levado a muitas mortes, e concordou em finalizar o acordo para indenização", disse um comunicado oficial israelense.

Netanyahu e Erdogan "concordaram em restaurar a normalidade entre os dois países, incluindo a volta dos embaixadores", acrescentou a nota.

Ancara expulsou o embaixador de Israel e congelou a cooperação militar depois que um relatório da ONU sobre o incidente no Mavi Marmara, divulgado em setembro de 2011, responsabilizou em grande parte o Estado judeu. Israel já havia se recusado a pedir desculpas aos turcos, dizendo que isso seria admitir a culpabilidade moral e iria provocar processos contra seus soldados.

Fonte no gabinete de Netanyahu disse que abrir um novo capítulo com a Turquia "pode ser muito, muito importante para o futuro, em relação ao que acontece na Síria, mas não apenas o que acontece na Síria". ■

Saul Loeb/AFP

Obama visitou ainda a Jordânia, onde foi recebido pelo rei Abdullah II

HRT PARTICIPAÇÕES EM PETRÓLEO S.A.
CNPJ/MF: 10.629.105/0001-68 - NIRE: 33.3.0029084-2
COMPANHIA ABERTA

CERTIDÃO. Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 04/2013 realizada em 15 de março de 2013 às 10h. Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA"). Certifico o registro sob o número 00002451034, em 19/03/2013. Valéria G.M. Serra - Secretária Geral.

TERMINAIS PORTUÁRIOS DA PONTA DO FÉLIX S.A.
CNPJ Nº 85.041.333/0001-11
NIRE nº 41300014230

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convidados os Senhores Acionistas da Terminais Portuários da Ponta do Felix S.A., a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 17 de abril de 2013, às 09:00 horas, na sede social da Companhia, situada na rua Engenheiro Luiz Augusto de Leão Fonseca, nº 1.520, na cidade de Antonina, Estado do Paraná, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) Examinar, discutir e votar o Relatório da Administração, Demonstrações Financeiras e Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012; b) Eleger os membros do Conselho Fiscal; c) Fixar os honorários globais dos integrantes dos Conselhos de Administração e Fiscal e da Diretoria Executiva para o exercício de 2013. d) Destinação do resultado do exercício. Antonina (PR), 20 de março de 2013. Valdécio Antônio Bombonatto - Presidente do Conselho de Administração.

Investco S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 00.644.907/0001-93 - NIRE 17.300.000.914
Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, que se realizará no dia 08 de abril de 2013, às 09 horas, na sede social, na Rodovia TO Miracema, Km 23, s/n, Miracema do Tocantins, Estado do Tocantins, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **(a)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores externos independentes, referentes ao exercício findo em 31/12/2012; **(b)** aprovar a destinação do lucro líquido e a distribuição de dividendos referente ao exercício de 2012; **(c)** eleger membros do conselho de administração para um novo mandato; e **(d)** fixar a remuneração global dos administradores. Os documentos mencionados na ordem do dia estão disponíveis para consulta dos Srs. Acionistas na sede da Companhia e foram encaminhados para a Comissão de Valores Mobiliários - CVM, nos termos da legislação aplicável. As pessoas que comparecerem à Assembleia Geral Ordinária deverão provar a sua qualidade de acionista mediante apresentação de documento de identidade e/ou procuração outorgada por acionista da Companhia, na forma e prazo do Art. 126, § 1° da Lei n° 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada. Miracema do Tocantins, 20 de março de 2013. **Ana Maria Machado Fernandes -** Presidente do Conselho de Administração.

LOG-IN - LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ Nº. 42.278.291/0001-24 - NIRE Nº. 3.330.026.074-9

Assembléias Gerais Ordinária e Extraordinária - Edital de Convocação: Ficam convidados os Senhores Acionistas da **Log-In – Logística Intermodal S.A.** a se reunirem em Assembléias Gerais Ordinária e Extraordinária, no dia 25 (vinte e cinco) de abril de 2013, às 16 horas, na Praia de Botafogo, nº. 501, Auditório, sala Enseada, Botafogo, nesta Cidade, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia: **1. Assembléia Geral Ordinária:** 2.1 - Tomada de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012; 2.2 - Resultado do exercício social findo em 31 de dezembro de 2012; 2.3 - Eleição dos membros do Conselho de Administração; 2.4 - Fixação da remuneração global dos administradores para o exercício de 2013. **1. Assembléia Geral Extraordinária:** 1.1 - Proposta da Administração de alteração do Estatuto Social para adaptá-lo ao novo Regulamento de Listagem da BM&FBOVESPA, conforme a seguir: **(a)** supressão dos arts. 37 e 38 do Estatuto, que dispõem sobre a saída da sociedade do segmento Novo Mercado, para evitar eventuais divergências de interpretação sobre o tema que, em linha com a BM&FBOVESPA, estaria tratado integralmente, e com maior conformidade ao respectivo Regulamento de Listagem, respectivamente, nos art. 44 e 45, também do Estatuto; **(b)** a consequente renumeração dos antigos artigos 37 a 41 e ajuste de referências cruzadas nestes artigos e nos artigos 20, alínea "o", 36, 44, 46 e 55, em virtude das alterações mencionadas na alínea **(a)** acima; 1.2 - Consolidação do Estatuto Social. **Instruções gerais:** Os acionistas deverão apresentar, com, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, além do documento de identidade e/ou atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, conforme o caso: (i) comprovante expedido pela instituição escrituradora, no máximo, 5 (cinco) dias antes da data de realização da Assembleia Geral; (ii) instrumento de mandato com reconhecimento da firma do outorgante; e/ou (iii) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente. Referida documentação deverá ser entregue nesta Cidade, na Praia de Botafogo, nº. 501, Torre Corcovado, sala 703, Recepção, Botafogo, CEP: 22250-040. Em atenção ao disposto na Instrução CVM nº. 165, de 11 de dezembro de 1991, alterada pela Instrução CVM nº. 282, de 26 de junho de 1998, informamos que o percentual mínimo de participação no capital votante necessário à requisição da adoção do voto múltiplo é de 5% (cinco por cento). Permanecem à disposição dos acionistas, na sede da Companhia, na página de Relações com Investidores da Log-In (http://www.loginlogistica.com.br/ri) e na página da CVM (www.cvm.gov.br) toda documentação pertinente às matérias que serão deliberadas nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM n.º 481/09. Rio de Janeiro, 09 de abril de 2013. Humberto Ramos de Freitas - Presidente do Conselho de Administração.

PONTO DE VISTA

Greenpeace ganha navio para defender recifes

O grupo ambientalista comemorou na sexta-feira a chegada a Sydney do veleiro Rainbow Warrior, que será usado na luta pela preservação da Grande Barreira de Corais da Austrália. Os recifes, uma grande atração turística australiana, estão ameaçados pela dragagem, pela sedimentação e pelo desenvolvimento de um porto para o embarque de carvão nos arredores. A Unesco decidirá em junho se o local deve ser listado como um patrimônio universal ameaçado. **Reuters**

ALEXANDRE ESPÍRITO SANTO
Membro da Academia Nacional de Economia e professor do Ibmec-RJ

Constatar ou contestar? Agir!

Recentemente, um aluno, na aula de macroeconomia, me questionou sobre a incoerência do nosso país ser a sétima maior economia do planeta, porém ocupar somente a octogésima quinta colocação no ranking do IDH, da ONU. É bastante pertinente a observação do aluno. O que explica essa discrepância inaceitável? Primeiramente, é importante analisar os conceitos de produto interno bruto (PIB) e índice de desenvolvimento humano (IDH). O PIB é uma medida que revela o quanto uma economia produz de bens e serviços durante um ano e não o quanto ela efetivamente vale. O PIB, portanto, é uma variável fluxo e não estoque. Nela não contamos mais de uma vez os bens produzidos.

Por exemplo, se um apartamento novo é vendido em 2013, ele entrará no cálculo do PIB desse ano, quando foi produzido. Contudo, se o mesmo imóvel for revendido em 2015, ele não contará para o PIB daquele ano. Já o IDH é uma outra forma de captarmos o desempenho de um país. Nele, outros fatores (muito relevantes) são incluídos, como a expectativa de vida e o nível de escolaridade da população, além da renda per capita. A média geométrica desses três indicadores é o IDH, e os países são classificados em quartis; 0 até 0,25, entre 0,25 e 0,5, entre 0,5 e 0,75 e 0,75 até 1. Quanto mais próximo de 1 melhor é a posição. O IDH brasileiro, em 2012, foi 0,73. Como gosto de explicar, o PIB mede riqueza, enquanto o IDH procura explicar de que forma esse valor está chegando na sociedade.

Estarmos em 85ª posição ou 63ª classificação não é o mais relevante, pois ambas significam posições pouco honrosas

Não adianta ser rico sem que a população possa se beneficiar. Recordo-me da época do "Milagre" econômico brasileiro, momento em que nossa economia crescia 10% ao ano, porém a riqueza não era distribuída de forma equânime. Atualmente, a China, segunda maior economia do globo, ocupa apenas a 101ª colocação no rol de países com maior índice. O problema é que, por alterações metodológicas, o Brasil veio caindo de posição no ranking do IDH, pois a base usada para cálculo virou a de 2005, o que não permite captar as melhoras de anos anteriores.

Nosso governo critica os números do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). Todavia, criar uma espécie de "IDH-alternativo", usando números próprios, me parece insensato, uma vez que não permite comparações com outros países, que é um dos principais objetivos do índice.

Com franqueza, estarmos em 85ª posição ou 63ª (classificação que já ocupamos em metodologias anteriores), não é o mais relevante, pois ambas significam posições pouco honrosas. O que nos falta, efetivamente, é aumentarmos fortemente os investimentos em educação, saúde e saneamento básico, que ajudariam a melhorar a qualidade de vida dos brasileiros.

Contudo, se formos analisar o orçamento dos ministérios, se constatará que esse sonho está distante; uma quimera! Não há como negar que o Brasil vem melhorando, com a ascensão das classes C e D. A distribuição de renda é uma conquista importante; a devemos aos governos FHC, Lula e Dilma. Mas que tal pararmos de contestar e constatar que o melhor é agir? ■

BENITO PARET
Presidente do TI RIO – Sindicato das Empresas de Informática do Rio de Janeiro

O BNDES e a Nasdaq brasileira

Em inícios de março, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) anunciou a intenção de colocar suas participações acionárias em empresas de Tecnologia da Informação (TI), numa espécie de "Nasdaq brasileira", iniciando com quatro empresas já listadas na Bovespa, dentre as 20 empresas já apoiadas pelo Programa BNDES para o Desenvolvimento da Indústria Nacional de Software e Serviços de Tecnologia da Informação (Prosoft). Trata-se de um passo importante na busca de recursos para fortalecer as empresas nacionais do setor, via mercado de capitais.

O Prosoft, formulado em 1997, realizou suas primeiras operações a partir de 1998. Nesses 15 anos, aportou R$ 3,2 bilhões para capitalização das empresas, comercialização e exportação. O programa tem atendido majoritariamente as micro, pequenas e médias empresas (MPMEs), com aproximadamente 84% das operações. Este índice reflete a estrutura da indústria de software e serviços de TI, constituída majoritariamente por estas empresas e tradicionalmente pouco atendida pelo sistema financeiro. Os financiamentos ficam na faixa entre R$ 1milhão e R$ 10 milhões, sem garantias reais.

Não há dúvida que o papel desempenhado pelo BNDES, no apoio às empresas de TI, tem sido fundamental para o fortalecimento do setor

O setor de software nacional tem encontrado apoio para acesso ao mercado também por meio do Cartão BNDES, num volume que alcança cerca de R$ 720milhões. Desse montante 65% foram destinados à aquisição de software nacional e 35% para que esses fabricantes comprassem equipamentos e/ou para serviços necessários a seus funcionamentos. Somando a totalidade dos recursos, nos deparamos com um total aplicado diretamente pelo banco, principalmente em PMEs no setor de TI, de mais de R$ 4 bilhões.

Outra forma de suporte vem por meio dos fundos de seed capital, venture capital e private equity para apoio indireto a 51 empresas de TI diferentes, com cerca de R$ 193 milhões, dos quais R$ 57 milhões com recursos oriundos do BNDES. Também o anúncio do Plano Inova Empresa pelo governo federal, com recursos de R$ 32,9 bilhões e o objetivo de aumentar os índices de inovação, competitividade e produtividade, por meio da combinação de crédito, subvenção e fomento, representa um grande avanço.

A maior parte dos recursos será destinada a financiamentos do BNDES e da Finep — Agência Brasileira da Inovação — R$ 20,9 bilhões, com taxas de juros atrativas, prazos de 12 anos, dos quais quatro de carência e cobertura de até 90% do investimento. Os pequenos empreendimentos poderão solicitar os recursos de financiamento diretamente em seus estados, através das agências de fomento e ou dos bancos estaduais, e o BNDES poderá incrementar novos aporte nos fundos tipo Criatec.

Não há dúvida que o papel desempenhado pelo banco, no apoio às empresas de TI, tem sido fundamental para o fortalecimento do setor. A criação da "Nasdaq brasileira" precisa ser apoiada e incentivada, pela função que poderá exercer no futuro da indústria nacional de TI, cuja transversalidade a faz presente em todos os setores da vida humana atual. É um caminho consoante com a política iniciada no governo do ex-presidente Lula e fortalecida com o Programa TI Maior em execução durante o governo da presidente Dilma Rousseff. ■

Presidente do Conselho de Administração Maria Alexandra Mascarenhas Vasconcellos
Diretor-Presidente José Mascarenhas

Brasil Econômico

Publisher Ramiro Alves
Editor-Chefe (RJ) Octávio Costa
Editora-Chefe (SP) Adriana Teixeira

Editores Executivos Gabriel de Sales e Jiane Carvalho
redacao@brasileconomico.com.br

BRASIL ECONÔMICO
é uma publicação da Empresa Jornalística Econômico S.A.

Redação - Avenida das Nações Unidas, 11.633 - 8º andar
CEP 04578-901, Brooklin, São Paulo (SP)

Sede - Rua dos Inválidos, 198
Centro – CEP 20231-048
Rio de Janeiro (RJ)
Fones (21) 2222-8701 e 2222-8707

CONTATOS:
Redação - Fone (11) 3320-2000 - Fax (11) 3320-2158
Administração - Fone RJ (21) 2222-8050 - SP (11) 3320-2128
Publicidade - Fone RJ (21) 2222-8151 - SP (11) 3320-2182

Atendimento ao assinante/leitor
Rio de Janeiro (Capital) - Fone **(21) 3878-9100**
São Paulo e demais localidades - Fone **0800 021-0118**
De segunda a sexta-feira - das 6h30 às 18h30
Sábados, domingos e feriados - das 7h às 14h
www.brasileconomico.com.br/assine
assinatura@brasileconomico.com.br

Condições especiais para pacotes e projetos corporativos
assinaturascorporativas@brasileconomico.com.br
Fone (11) 3320-2017
(circulação de segunda a sexta, exceto nos feriados nacionais)

Central de Atendimento ao Jornaleiro
Fone (11) 3320-2112

Impressão
Editora O Dia S.A. (RJ)
Diário Serv Gráfica & Logística (SP)

Brasil Econômico

Brasil Econômico é uma publicação da Empresa Jornalística Econômico S.A.,
com sede à Rua dos Inválidos, 198, Centro - CEP 20231-048
Rio de Janeiro (RJ) - Fones (21) 2222-8701 e 2222-8707
Central de atendimento e venda de assinaturas: São Paulo e demais localidades: 0800 021 0118
Rio de Janeiro (Capital) - Fone (21) 3878-9100 - assinatura@brasileconomico.com.br
É proibida a reprodução total ou parcial sem prévia autorização da Empresa Jornalística Econômico S.A.
ISSN 2176-0170 00895>
9 772176 017007

O CARRO DO GUGA

Divulgação

A campanha publicitária do Peugeot 308 Feline THP com o ex-tenista Gustavo Kuerten foi um dos grandes destaques da Y&R no mês de fevereiro. A ação da agência criou o apelido "carro do Guga" para o modelo da Peugeot. Na propaganda televisiva o lançamento ganhou destaque com a ideia do ex-tenista rebater bolas de tênis com o carro, em um duelo contra um canhão de bolas de tênis. Agora, a agência foca na divulgação da peça publicitária do carro. As frases de impacto da campanha são: "O carro do Guga agora é turbo" e "Novo Peugeot 308 Turbo THP, o mais potente da categoria. Conquiste sua vida com estilo".

As maiores agências brasileiras em fevereiro

O mercado publicitário segue aquecido no Brasil e a briga entre as agências por grandes campanhas também. No mês de fevereiro de 2013, a agência Y&R foi a companhia que mais investiu, um total de R$ 1,05 bilhão. Em segundo lugar aparece a Ogilvy&Mather Brasil, com o investimento de R$ 521 milhões. Ou seja, metade do valor conquistado pela líder do mês. Foram considerados 41 mercados, em nove meios e merchandising. Os valores reportam o investimento publicitário dos anunciantes atendidos pelas respectivas agências. Os números não representam a receita destas agências no período. ■

GIGANTES DA PUBLICIDADE

Pesquisa aponta as agências com os maiores investimentos publicitários de seus clientes em fevereiro de 2013

	AGÊNCIA	INVESTIMENTO PUBLICITÁRIO (R$ MILHÕES)
1º	Y&R	1.056
2º	Ogilvy & Mather Brasil	521
3º	Borghi/Lowe	492
4º	WMcCann	401
5º	Leo Burnett	355
6º	AlmapBBDO	347
7º	DM9DDB	342
8º	Neogama	336
9º	Havas Worldwide	318
10º	Publicis PBC Comunicação	299

Fonte: Ibope

PONTO FINAL

OCTÁVIO COSTA – Editor-chefe (RJ)
ocosta@brasileconomico.com.br

Procura-se patrocinador para o atletismo brasileiro

Uma das cenas mais emocionantes da Olimpíada de Londres aconteceu no último dia de competição. O Brasil já tinha encerrado sua participação nos esportes coletivos e as poucas chances no atletismo estavam esgotadas. Mas de repente, após a chegada da maratona, a tevê passou a transmitir o final da prova de pentlato moderno feminino. E eis que, para surpresa nacional, aparece uma brasileirinha aguerrida disputando o segundo lugar na prova do pentlato moderno. Ela se saiu muito bem no hipismo, na natação e na esgrima e enfrentava as adversárias em pé de igualdade no tiro esportivo. Com as últimas energias, mantinha-se à frente da atleta da casa, uma inglesa bem mais robusta. Só entregou a medalha de prata na última volta. Mas trouxe para casa uma honrosa medalha de bronze numa modalidade de dificílima. E entrou para a história do atletismo brasileiro.

> O patrocínio é generoso apenas para os esportes coletivos. O atletismo é o eterno primo pobre

O nome da heroína é Yane Marques. Sargento do Exército, a brava pernambucana tem como fonte de renda o soldo militar, a modesta bolsa-atleta e um pequeno apoio do Comitê Olímpico Brasileiro (COB). Aluna do oitavo período de educação física, Yane é a segunda do ranking mundial e tem tudo para brilhar nos Jogos de 2016, no Rio de Janeiro. Mas até hoje, quase um ano após o feito de Londres, está buscando patrocínio. Em vão. "Continuo garimpando patrocínio. Mas não estou decepcionada, a vida que levamos é muito prazerosa e amo meu trabalho", disse ela à imprensa.

Com a devida licença da sargento Yane, é decepcionante ver o pouco caso dos grandes grupos empresariais com o atletismo nacional, esporte olímpico por excelência. Nos países da Europa e nos Estados Unidos, as empresas investem fortunas no atletismo. Sabem que o retorno em termos de imagem é líquido e certo. E não patrocinam apenas os campeões. Descobrem os jovens talentos e lhe dão segurança para se dedicarem aos treinos e às disputas seletivas. As universidades, como se sabe, também são celeiros de atletas. E os resultados sempre aparecem nas competições nacionais e internacionais.

No Brasil, o patrocínio é generoso apenas para os esportes coletivos, que são prioritários para o próprio COB. Vôlei de quadra, vôlei de praia, futebol, basquete não encontram dificuldade para captar recursos. Mas o atletismo é o eterno primo pobre. O apoio que recebe é muito restrito. Exemplos como o da BM&F são raríssimos. E o país passa a vergonha de ver o campeão olímpico de argolas, Arthur Zanetti, treinar numa quadra de futebol de salão em São Caetano do Sul, enquanto a equipe de ginástica olímpica do Flamengo foi despejada e nem sequer tem onde treinar.

Atenção, diretores de marketing das grandes empresas, vem aí a Olimpíada de 2016. O Brasil inteiro vai parar para torcer pelos homens e mulheres com uniforme verde e amarelo. Suas façanhas serão lembradas por gerações. Mas a hora de patrocinar os nossos atletas é agora. Só assim as medalhas virão. ■

DESTAQUES DO PORTAL

A Associação Brasileira de Bancos (ABBC), entidade que representa os bancos pequenos e médios, lança na semana que vem a primeira fase do projeto "Indicadores do Segmento Bancário", criado para gerar dados a partir da coleta e classificação de informações referentes a mais de 130 instituições.

O Banco ABC Brasil informou a emissão de notas seniores no mercado de capitais internacional, no valor de R$ 250 milhões. A data de emissão ficou estabelecida no dia 28 de março de 2013, com vencimento três anos depois. A taxa de juros será de 8,5% ao ano, paga semestralmente.

A Moody's elevou a nota de crédito da JBS, maior produtora de carnes do mundo, para "Ba3", frente a "B1" anteriormente. A perspectiva para a avaliação é "estável". A agência de classificação de risco afirmou que os indicadores de crédito registraram melhora nos últimos trimestres, graças à estratégia da empresa.

A Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado São Paulo (Arsesp) definiu os valores das tarifas de água e esgoto do segundo ciclo de revisão tarifária da Sabesp para o período que corresponde ao intervalo entre 2012 e 2016. O valor do metro cúbico de água fornecida pela Sabesp aumentará em 2,35% .

RESULTADO DA ENQUETE

Você acredita que a desoneração da cesta básica vai se refletir nos preços?